

JOÃO BATISTA VALE JUNIOR

LONGE DEMAIS DAS CAPITALS ?

Cultura política, distinção social e Movimento Estudantil no Piauí ( 1935-1984 )

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História. Área de Concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco

Niterói  
2010

JOÃO BATISTA VALE JUNIOR

LONGE DEMAIS DAS CAPITALS ?

Cultura política, distinção social e Movimento Estudantil no Piauí ( 1935-1984 )

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História. Área de Concentração: História Social.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco  
Departamento de História-Universidade Federal do Piauí

---

Profa. Dra. Maria Paula Nascimento Araújo  
Departamento de História- Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dra. Giselle Martins Venancio  
Departamento de História-Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento  
Departamento de História-Universidade Federal Fluminense

---

Profa. Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles  
Centro de Ciências da Educação- Universidade Federal do Piauí

---

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho (Suplente)  
Departamento de História-Universidade Federal Fluminense

---

Profa. Dra. Denise Rollemberg Cruz (Suplente)  
Departamento de História- Universidade Federal Fluminense

## RESUMO

Esta tese procura mostrar as especificidades do Movimento Estudantil (ME) piauiense. O balizamento histórico estabelecido para a abordagem, situa-se entre a formação da primeira entidade de representação estudantil no Piauí (1935) e as manifestações locais que, nessa Unidade da Federação, marcaram o período de crise e superação da ditadura civil-militar, instaurada no Brasil em 1964: o ano de 1984. Procurou-se demonstrar que a constituição da identidade do ME, no Piauí, deu-se em um cenário em que a força dos valores e tradições conservadoras consubstanciaram-na. Ao tempo em que esses valores e tradições, geralmente sustentadas no tripé ordem/disciplina/progresso impediam a imersão das entidades estudantis em um círculo de referências ideológicas e políticas identificadas com o romantismo revolucionário de esquerda, fundamentavam também formas de distinção social e política que elevavam as lideranças estudantis ao patamar de interlocutores diretos com os círculos do poder. Essas condições de interlocução permitiam a essas lideranças atingirem metas reivindicativas que reforçavam a eficácia de sua representação. As transformações políticas pelas quais passou o Brasil nos anos 70 impactaram o ME piauiense de maneira a aproximá-lo do ideário de esquerda, alterando significativamente a composição de suas lideranças, referências ideológicas e estratégias de luta. Até meados dos anos 80, apesar das mudanças em sua dinâmica interna, o ME piauiense conservou parte de sua capacidade de diálogo com o campo político dominante, tendo a imprensa de Teresina como mediadora dessa relação e como difusora das bandeiras de luta e mobilizações estudantis junto à opinião pública.

**Palavras-Chave:** Cultura Política Juvenil. Movimento Estudantil. Estado. Poder.

## RESUMEN

Esta tesis procura mostrar las especificidades del Movimiento Estudiantil (ME) piauiense. El marco histórico establecido para el abordaje se sitúa entre la formación de la primera entidad de representación estudiantil en Piauí (1935) y las manifestaciones locales que, en esa Unidad de la Federación, marcaron el período de crisis y superación de la dictadura civil-militar, instaurada en Brasil en 1964: el año de 1984. Se procuró demostrar que la constitución de la identidad del ME, en Piauí, se dio en un escenario en que la fuerza de los valores y las tradiciones conservadoras la consustanciaron. Al tiempo en que esos valores y tradiciones, generalmente sustentados en la triada orden/disciplina/progreso impedían la inmersión de las entidades estudiantiles en un círculo de referencias ideológicas y políticas identificadas con el romanticismo revolucionario de izquierda, fundamentaban también formas de distinción social y política que elevaban los liderazgos estudiantiles al peldaño de interlocutores directos con los círculos del poder. Esas condiciones de interlocución permitían a los líderes alcanzar metas reivindicativas que reforzaban la eficacia de su representación. Las transformaciones políticas por las que pasó Brasil en los años 70 impactaron el ME piauiense de manera a aproximarlos del ideario de izquierda, alterando significativamente la composición de su liderazgo, referencias ideológicas y estrategias de lucha. Hasta mediados de los años 80, a pesar de las transformaciones en su dinámica interna, el ME piauiense conservó parte de su capacidad de diálogo con el campo político dominante, teniendo la prensa de Teresina como mediadora de esa relación y como difusora de las banderas de lucha y movilizaciones estudiantiles junto a la opinión pública.

**Palabras-Clave:** Cultura Política Juvenil. Movimiento Estudiantil. Estado. Poder

Agradeço:

A minha família, *strictu sensu*, pelo ambiente de amor necessário ao sucesso de qualquer atividade intelectual;

A minha família, *latu sensu*, por sempre acreditar no meu potencial;

A Valtéria, amor e desejo, pelo enérgico apoio moral e imprescindível apoio intelectual;

Ao meu orientador, professor Edwar, pelas orientações e pela liberdade com que me permitiu produzir este trabalho;

Ao professor Fonseca Neto, pelo alastrante entusiasmo em conversar sobre qualquer assunto e pelas valiosas fontes às quais permitiu-me o acesso.

Dedico:

Ao meu pai

Artesão do ouro e herói familiar,  
extraordinariamente ordinário, de uma  
rica vida banal.

Nossa cidade é muito grande,  
e tão pequena  
Tão distante do horizonte  
do país (...)

Nossa cidade é muito grande,  
e tão ingênua  
Estamos longe demais  
das capitais.

(Humberto Gessinger)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 CÂNONES EM MOVIMENTO: A NOMEAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PELA HISTORIOGRAFIA</b> .....	16
1.1 Memória e história dos movimentos sociais: entre a busca pela objetividade e o recurso ao sofisma político.....	16
1.2 Narrativas refratárias: solapamento da memória e constituição do capital simbólico do Movimento Estudantil brasileiro.....	21
1.2.1 “UNE- Instrumento de subversão”: a cruzada contra jovem dragão da subversão” .....	26
1.2.2 “O Poder Jovem” : romantismo em meio à escalada da violência política.....	37
1.2.3 “Memorex”: um sim e um não ao “passado heróico” do ME em uma narrativa retalhada.....	52
1.2.4 “Memórias Estudantis”: o cânone revisitado em tempos de acomodação política.....	64
1.3 “Hic Rhodus, hic salta”.....	70
1.4 Narrativas sobre o Movimento Estudantil no Piauí: o cânone cindido entre a memória e a prescrição.....	73
1.4.1 Cultura historiográfica sobre o ME no Piauí: aspectos canônicos instituintes.....	98
<b>2 CULTURA POLÍTICA ESTUDANTIL E CAMPO POLÍTICO CONSERVADOR NO PIAUÍ: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA EM ESPIRAL</b> .....	105
2.1 Algumas considerações sobre a eficácia política da mitologia do Movimento Estudantil.....	105



2.2	Piauí: a “mocidade estudantil” e a constituição de um campo e de um <i>habitus</i> conservador.....	119
2.3	Os anos dourados e as brisas de mudanças no Piauí: cenário de reajustes locais.....	133
2.4	A cisão no CEP: reflexos das disputas políticas locais e do redirecionamento do Movimento Estudantil nacional.....	141
2.5	As disputas pela Casa do Estudante Pobre do Piauí (CEPP): motor de reconfiguração das representações sociais sobre os estudantes.....	154
2.6	Da intromissão da política no ME à intromissão do ME na política: variáveis de uma relação.....	162
<b>3</b>	<b>O MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS EXPECTATIVAS DE MODERNIZAÇÃO: RECONFIGURAÇÃO DO CAMPO POLÍTICO CONSERVADOR, NO PIAUÍ.....</b>	<b>175</b>
3.1	A “mocidade estudantil piauiense” sob as luzes de Apolo.....	175
3.2	Longe das capitais: especificidades do Movimento Estudantil no final dos anos 60.....	210
<b>4</b>	<b>O FLERTE COM A REBELDIA: OS ANOS 70 E 80 E OS RASCUNHOS DE UMA IDENTIDADE EM ATUALIZAÇÃO.....</b>	<b>226</b>
4.1	Juventude e Movimento Estudantil nos anos 70 e 80: outras palavras.....	226
4.2	Juventude e Movimento Estudantil no Piauí nos anos 70: em busca de outras palavras.....	245
4.3	Comunistas na virada, petistas à espreita: o ME piauiense encontra-se com a esquerda.....	262
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>284</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>292</b>
	<b>FONTES.....</b>	<b>305</b>

## INTRODUÇÃO

Um primeiro aspecto a merecer atenção nesse trabalho é o título escolhido para nomeá-lo. Produto de uma intersecção entre o interesse pelo tema e a afinidade do autor com as manifestações musicais juvenis da década de 80, particularmente o rock'and'roll. “Longe demais das capitais” é título de *Long Play* e de música lançados em 1986 pela banda gaúcha *Engenheiros do Hawaii*.

A letra da música faz referência a uma cidade, um lugar “tão distante do horizonte do país”. Certamente Porto Alegre, capital dos pampas. Tomamos, porém, de empréstimo a expressão para aplicá-la à capital do sol do equador.

Sertaneja por localização geográfica, afastada dos ventos do litoral Teresina faz jus, tanto quanto Porto Alegre, a expressão cunhada por Humberto Gessinger. Talvez mais ainda pelo fato de que a distância em relação aos grandes centros urbanos não se dava apenas em termos geográficos, mas também de expectativas.

Em Teresina, durante o período correspondente ao recorte cronológico dessa pesquisa como ainda nos dias atuais, fomentava-se um ideal de modernização cujo horizonte inspirador era o das imagens das grandes capitais do Brasil. “Longe demais das capitais” reflete, por isso, uma noção de distância mas também de proximidade com a realidade nacional.

Distância no que diz respeito às ambientações decorrentes das formas de ocupação e de aproveitamento do espaço, enfim, da configuração de uma

cultura urbana. Nas palavras de outro pesquisador, Teresina era uma “típica cidade intermediária entre as cidadezinhas de interior e as metrópoles dos grandes centros. Por um lado, era a capital do Estado, com todo o burburinho que esta condição carrega; por outro era uma pacata cidade existindo preguiçosamente às margens dos rios Parnaíba e Poty” ( CASTELO BRANCO, 2005, p.203). Uma capital de um Estado situado à margem dos grandes centros políticos do país. Longe demais das capitais, portanto.

Precisamente dessa distância física, política e econômica brotavam os elementos para uma aproximação virtual com os ideais de modernidade e progresso materializados em outros centros, inclusive europeus. Nascida sertaneja e distante, Teresina assimilou desde sua origem um sentimento libidinoso de modernização em contraponto à persistência de estruturas sócio-históricas tradicionalistas . A propósito de suas elites, principalmente as intelectuais, bem caberia uma sentença lançada por outro ícone da juventude dos anos 80 sobre a cabeça da burguesia brasileira ao afirmar que “são caboclos querendo ser ingleses” ( CAZUZA; ISRAEL;NEVES, 1989)..

Dessas observações resultou a pretensão desse autor em buscar pensar essa tensão entre uma sociedade com um perfil estrutural tradicional, material e culturalmente enquadrada em uma moldura sociologicamente conservadora, e a inevitável filtragem de ideários de mudanças consubstanciadas na idéia de progresso. Mais especificamente, tentar refletir sobre a maneira como essa tensão incidiu sobre a cultura política juvenil e o Movimento Estudantil que se fizeram possíveis sob essas condições.

Mais detalhadamente, buscou-se evidenciar as práticas políticas estudantis naquilo que elas revelavam de funcional à manutenção de práticas e valores enraizadas nos costumes da sociedade piauiense. Ao mesmo tempo, compreender também como a cultura política estudantil atuou como um dos vetores dessa sociedade, que permitiam certo contato com a experiência de transformação, sem que esta última extrapolasse a bitola dos ajustamentos cotidianizados pela experiência histórica da repetição.

Tratou-se, na proposta de abordagem, de se tentar promover a subversão de uma imagem equívoca, naturalizada, do estudante engajado como naturalmente dotado do ímpeto à rebelião. Buscar compreender esse sujeito, coletivamente definido, a partir de sua situação em uma formação social específica, cujo *pathos* consistia em enamorar-se de projetos modernizadores e, ao mesmo tempo, retrair-se face à iminência das mudanças estimuladas pela aplicação prática desses projetos.

Longe demais das capitais mas muito perto do desejo de tornar-se semelhante às mesmas. O título principal da tese, por isso, não deve ser entendido como sentença, mas como expressão do problema sugerido pelo esforço de pesquisa. Buscou-se situar o personagem central dessa narrativa em algum lugar que permita ao leitor, senão perceber mas ao menos pressentir, que a identidade de uma fração do ME brasileiro se fez a partir de posições afirmativas e negativas face às representações previamente construídas a respeito de seu *habitat* histórico e sociológico. Ao se posicionar diante de instituições e ao responder a situações sociais previstas e imprevisas, o movimento viu-se construindo uma identidade oscilante entre a prescrição de virtudes e a necessidade de reconstruir-se historicamente.

O desafio de implementar essa proposta de abordagem foi registrado em quatro capítulos. O primeiro, intitulado *Cânones em movimento: a nomeação oficial do movimento estudantil brasileiro pela historiografia* propõe crítica teórica a algumas obras, geralmente reconhecidas como fundamentais para uma melhor compreensão da história do movimento estudantil (ME) brasileiro. O exercício de crítica historiográfica, além de uma função terapêutica preparatória para a abordagem do objeto de estudo propriamente dito, guardou consigo a pretensão de promover uma discussão que, buscando situar-se em uma dimensão epistemológica, fosse capaz de evidenciar as ideologizações que em geral tomam de assalto as narrativas elaboradas sobre o tema.

As obras selecionadas foram divididas em dois grupos. O primeiro composto por registros que tem o ME brasileiro em geral como seu foco principal. Integram esse primeiro conjunto de obras: *Une – instrumento de subversão*, de

Sonia Seganfredo (1963); *O Poder Jovem*, de Artur Poerner (1968); *Apesar de Tudo - UNE Revista - MEMOREX: elementos para uma história da UNE*, publicado numa parceria entre DCE Alexandre Vanuchi Leme, da USP e Edições Guaraná (1978); *Memórias Estudantis - da fundação da UNE aos nossos dias*, de Maria Paula Araújo (2007).

O segundo grupo é integrado por registros narrativos que tem o ME piauiense como tema. Os textos são os seguintes: *A história recente do Movimento Estudantil Universitário Piauiense*, de Marcos Lopes, publicado na edição do Almanaque da Parnaíba de 1985; *O Movimento Estudantil no Piauí* (Partes I e II), de Antonio Fonseca Neto, artigos publicados na Revista Cadernos de Teresina, entre dezembro de 1994 e abril de 1995; *Resistência e Rebelião em Busca da Cidadania: DCE-15 anos livre na UFPI*, de José Dias de Almeida e colaboradores, publicada em 1995.

Buscou-se assim, com a análise dessa seleção de obras, entender como as mesmas se interpenetram no sentido de ofuscar o hibridismo que caracteriza a experiência histórica do ME brasileiro e piauiense. Esse ofuscamento ocorre muito por conta do silenciamento diante da heterogeneidade que naturalmente integra essa experiência, em nome de uma concepção simplista por desconsiderar as diferenças de contexto, ou por ignorar aquelas que não se compatibilizam com as opções ideológicas dos autores.

Procuramos, com base no diálogo com um conjunto dos autores das obras escolhidas, demonstrar a existência de elementos comuns a todas elas, percebendo o seu enquadramento em uma moldura narrativa na qual se ressaltam certos padrões de abordagem do tema, que tem orientado coercitivamente a construção do perfil de sujeitos e a atribuição de papéis específicos aos mesmos, bem como a inserção da trama em uma cosmologia maniqueísta. Teve-se oportunidade, na elaboração do primeiro capítulo, de exercitar-se uma reflexão em torno dos percalços que marcam a relação entre história e memória, caracterizados principalmente pela persistência das tentações ideologizantes, sendo mais fortes tais riscos quando se tem como campo temático a trajetória não somente do ME, mas dos movimentos sociais em geral.

O segundo capítulo, *Cultura política estudantil e campo político conservador no Piauí: uma trajetória histórica em espiral*, busca iniciar um mergulho na experiência histórica específica de constituição da cultura política estudantil e do ME piauiense, avaliando as suas articulações com as condições históricas locais em que se dá o seu aparecimento. Buscou-se demonstrar, à luz principalmente de um arcabouço teórico bourdieiano, como se estruturou um campo e um *habitus* político conservador, definidor de predisposições duráveis, entre os integrantes do ME piauiense de maneira a levá-los à adoção de uma relação de proximidade com as instâncias do poder local. Elaborou-se também uma compreensão sobre como tais relações se estabeleciam a partir do reconhecimento de uma posição de distinção, aos estudantes, pela sociedades e particularmente pelas elites piauienses entre as décadas de 30 e 60 do século XX.

O terceiro capítulo intitula-se *O Movimento Estudantil e as expectativas de modernização: reconfiguração do campo político conservador no Piauí*. Traz como proposta uma abordagem sobre o impacto de reajustamentos políticos, econômicos e sociais ocorridos na realidade piauiense e a forma de inserção do movimento estudantil nesse contexto, situado a partir da segunda metade da década de 50.

Procurou-se discutir, em nível das oscilações na dinâmica interna do ME, a integração entre dois movimentos contrários: a ocorrência de disputas internas no movimento e sua aproximação com um discurso politicamente militante por um lado e, por outro, a persistência de um discurso prescritivo politicamente conservador voltado para a sua disciplinarização, por parte de ex-lideranças estudantis, intelectuais e da imprensa piauienses. O capítulo encerra-se com a exposição da fortuna histórica do movimento em sua edição do ano de 1968, já definido como o “ano que abalou o mundo” (KURLANSKY, 2005).

O quarto e último capítulo, intitulado *O flerte com a rebeldia : os anos 70 e 80 e os rascunhos de uma tradição atualizada*, problematiza a experiência histórica do ME piauiense após a instalação da Universidade Federal Do Piauí (UFPI). Avaliou-se a dinâmica do movimento a partir de sua manifestação em um

palco específico que, pelo seu significado enquanto emblema do sonho de modernização cultural tanto quanto pela maneira como foi pensada a estrutura de representação estudantil em seu interior, logrou durante algum tempo garantir uma convivência harmoniosa entre a militância estudantil e as autoridades acadêmicas responsáveis por sua administração .

Assim, a UFPI é apresentada nessa parte do trabalho como um ambiente em que, em um primeiro momento, foi garantida a permanência de uma prática tradicionalmente ordeira durante os rebeldes anos 70. Ao mesmo tempo, já no contexto da redemocratização no qual se deu a difusão de posturas políticas e modelos comportamentais , para a juventude, marcados pela herança da contracultura e de um pensamento afinado com os ideais da nova esquerda, a UFPI viria também a se transformar em um espaço irradiador de palavras e atos de protesto. Procurou-se expor, nesse caso, a cisão provocada por uma realidade política e culturalmente mais complexa sobre o comportamento dos sujeitos engajados ao ME, de maneira a tensioná-los quanto à opção por uma postura militante de cunho político-partidária ou a adesão a valores e comportamentos afinados com a herança conservadora.

## **1 CÂNONES EM MOVIMENTO: A NOMEAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO PELA HISTORIOGRAFIA**

### **1.1 Memória e história dos movimentos sociais: entre a busca da objetividade e o recurso ao sofisma político**

As referências teóricas do debate acerca do estatuto da memória, que influenciam a construção das representações e narrativas sobre as experiências coletivas historicamente situadas, geralmente refletem relações entre temporalidades distintas, nas quais o presente apropria-se do passado, em um processo de reelaboração constante. Pode-se adotar, assim, uma noção que considera a memória como produto de diferentes pontos de referência instituídos em uma experiência comum, sob a forma de “quadros sociais” com forte poder de produção da coesão social (HALBWACHS, 1990). Pode-se, também, compreendê-la como alvo de disputas, em um jogo no qual se defrontam forças sociais cujo principal espólio a ser conquistado consiste na oportunidade de apropriação e manuseio dos mecanismos de simbolização de eventos, imagens e lugares, sedimentadores de certa identidade comum, coletiva, entre sujeitos partícipes de uma mesma experiência histórica (POLACK, 1989).

Nos dois casos, o que se define como memória opera como uma tábula rasa, na medida em que seu sentido e função têm como alicerce o tempo



presente, em que se sedimentam os registros conforme as incidências das expectativas, interesses e conflitos que integram o quadro político e ideológico conjuntural do momento de sua produção ou apropriação. Nesses termos, o realizador do registro escrito da memória, sendo ou não historiador de ofício, mas, estando sempre vinculado a um conjunto de práticas sociais a que na maioria dos casos corresponde ao que Certeau (2000) define como uma *economia escriturística*, contribui para o estabelecimento de molduras teóricas quanto narrativas que dispõem de padrões de produção que, por seu turno, definem o que é consumível sob o *status* de conhecimento. Nessa economia, quase sempre, observa-se que a tensão entre uma suposta voz responsável pela *palavra viva* e os *aparelhos escriturísticos da disciplina moderna* resulta na colonização da primeira pelo aparato conceitual e metodológico hegemônico, em um exercício semelhante ao da adequação de um bem de consumo por parte de um público específico.

Cabe, considerando-se o raciocínio acima, pensar o produtor de narrativas e interpretações de conteúdo historiográfico como um agente solapador da memória alheia (solapar= aluir, abalar) na medida em que se debruça sobre a mesma, em um exercício praxiológico próximo ao que Chartier (1990) define como *apropriação*, ou forma específica de percepção e apreciação da realidade, atribuindo-lhe sentidos em associação com determinada(s) visão(ões) de mundo, de maneira a construir assim a *representação* delineadora de uma prática. A autoria do texto, nesse caso, situa-se para além do sujeito nominalmente definido e dilui-se no seu quadro de referências sociais, coletivamente elaborado e compartilhado por uma determinada cultura política. Além da finalidade de preservação, o registro aponta também para outros fins, em grande parte, funcionais à constituição de determinada cultura política.

Quando se trata da instituição da memória de movimentos sociais, além da preservação, acrescenta-se a atribuição de uma função pedagógica, mobilizadora ou desmobilizadora dos sujeitos participantes do movimento, através do culto a uma imagem apresentada como “ideal”, pois supostamente inspirada em um legado histórico. O produtor do registro atua, nessas condições, sob o peso de uma responsabilidade previamente assumida que consiste na produção

de uma memória cientificamente legitimada, mas simultaneamente vinculada ao evidenciamento do que se acredita serem os indícios da vitalidade política do movimento, respaldada numa tradição histórica de lutas<sup>1</sup>.

Para Polack (1989), a inevitável seleção responsável pela produção de silêncios e esquecimentos forçados e espontâneos ocorre segundo um balizamento definido tanto pelas opções ideológicas como pelos aportes epistemológicos utilizados pelo autores. Acrescenta-se, assim, ao esforço de ordenar e enriquecer as representações já circulantes no universo da memória coletiva espontaneamente construída, o peso disciplinar de um processo investigativo e de elaboração narrativa patrocinados pela urgência de se moldar uma arma de luta para o embate em uma guerrilha ideológica. Distorções e exageros tendem, nesse quadro, a acrescentem-se aos silêncios e esquecimentos, produzindo-se um efeito associativo entre memória legítima e verdade, ou entre memória e saber.

O manuseio de documentos, lembranças, imagens, bem como de falas de atores que exerceram papel de destaque em momentos decisivos da história do movimento resulta na construção de uma trama algo aleatória, mas estável. O sentido de “aleatório” aqui empregado difere de “acidental”, pois se refere na verdade a um tipo de intencionalidade não atribuída somente ao autor do registro, individualmente concebido, mas inscrita no campo histórico em que se dá a produção e a circulação do texto.

Uma estrutura narrativa cristaliza-se, enfim, evocando interpretações instituidoras de referências canônicas as quais tendem a repetirem-se, em todas as retomadas, sob um conteúdo e forma próximos de um gênero épico. Produz-se com isso, em relação às “letras” do movimento, uma espécie de “relicário sagrado” que Girardet (1997), caracteriza como uma mitologia política consagradora dos feitos atribuídos ao sujeito coletivo. Instituições, personagens,

---

<sup>1</sup> O procedimento e seu efeito político podem ser compreendido também à luz da noção de *tradição inventada* proposto por Hobsbawn e Ranger (2002), para os quais define um conjunto de práticas, ritualísticas e simbólicas, as quais encontram o seu ponto de regulação na aceitação comum. Produzem efeito ideológico ao desenvolverem na cultura de grupos – amplos como as comunidades nacionais ou reduzidos como corporações profissionais e associações de categorias sociais – um nexos relacional com determinada noção de passado capaz de promover a repetição constante de determinadas práticas e reprodução de valores.

eventos e palavras de ordem integram dessa maneira um conjunto que, por sua sacralidade, obstará ou desqualificará qualquer aventura no sentido de se produzir interpretações alternativas.

Nessa tradição que se funda com vistas à certificação histórica dos sujeitos integrados aos movimentos sociais alvos da escrituração historiográfica, as escolhas e rigores no tratamento epistemológico da memória e história do mesmo tendem a perder terreno para os reducionismos ideológicos e urgências programáticas. Ao invés de uma abordagem histórico-crítica, de maneira a tornar mais ricas as representações e suportes da memória espontânea, o que se vê em geral é a produção de uma mística reificadora, uma *história reificada*, já que entendida como espólio a ser apropriado, sob a forma de capital simbólico herdado, preservado e mobilizado pelos *herdeiros* de uma tradição distintiva: a tradição do *movimento* e da *luta* (BOURDIEU,2005).

O que se fabrica com o registro, portanto, são categorias de percepção ou mais precisamente o *capital simbólico* que transfigura em *capital social* os elementos da narrativa. O capital simbólico, uma vez apropriado pelos sujeitos, permite aos mesmos a inclusão nas estruturas de distribuição do *capital social*, de forma a que lhes seja permitido assumir posições específicas no campo das relações objetivas estabelecidas entre os integrantes do campo científico e/ou político em questão ou, no mínimo, serem aceitos em proporção equivalente ao volume de capital que acumulam (BOURDIEU, 2005).

É o próprio registro da memória sob a forma de narrativa em si mesma, alvo de apropriação coletiva numa estrutura estável de composição, que pode ser entendido como capital simbólico subjetivo objetivado. E o mesmo torna-se objeto de apropriação coletiva, solapador da memória, e potencializador das condições para a constituição de um “campo” de relações objetivas as quais, devido à capacidade de refração, filtram e ressignificam as demandas externas, adequando-as à cultura política do campo.

Ocorre assim uma pressão constante da estrutura do espaço social de relações e representações sobre os sujeitos, a qual tende a governar o comportamento dos mesmos a definir suas possibilidades de reiterar ou romper

com o conjunto das representações construídas em torno das práticas assumidas pelo movimento social sob a forma de tradição inventada (HOBBSAWN e RANGER, 2002). Mesmo os registros que propõem desviar-se da estrutura narrativa dominante, apontando outras perspectivas de apropriação do que então é recortado e instituído como memória do movimento, tendem a deixar-se envolver pela condição de debitárias do capital simbólico que fundamenta o capital social e as relações objetivas dos agentes, já que a simples negação do mesmo significa, na prática, tomá-lo como referência. Em termos mais claros, há duas posturas possíveis ao alcance dos responsáveis pelo registro da memória de um movimento social, sendo que em nenhuma se observa rompimento com a lógica estruturante da narrativa.

Uma primeira postura consiste no que Bourdieu (2004), a respeito do que se estabelece no campo científico, define como *insulto*, que consiste na assimilação de um risco particular resultante da intenção de impor um ponto de vista, uma distorção na harmonia que normaliza a sincronia do movimento. Já a segunda postura, denominada *nomeação oficial*, realiza-se como ato de imposição simbólica, encontrando força nas relações objetivas do campo explicitamente assimiladas pelas representações elaboradas e traduzidas em consenso institucionalizado.

Oscilando entre o insulto e a nomeação oficial, as narrativas certificadoras apresentam-se como cânones cristalizadores de certa estabilidade cotidiana do movimento, por sedimentarem – por identidade ou oposição – uma imagem narcísica de si mesmos aos filiados, simpatizantes e críticos. Essas reflexões iniciais, de caráter introdutório, acerca do papel reiterativo dos registros historiográficos que têm como objeto os movimentos sociais, ou determinado movimento social, fazem-se necessárias, haja vista o fato de ser o Movimento Estudantil (ME), como movimento social específico, um dos mais carregados por conjuntos de imagens que refletem uma perspectiva consensual, formuladora de uma leitura insultante tanto quanto de uma forma de nomeação oficial persistente.

É essa oscilação que, cristalizada por textos com *status* historiográfico, institui uma tradição narrativa estruturadora de uma autoimagem predominante. Ao estabelecer uma continuidade artificial com o passado, contribui sobremaneira para a moldura identitária de uma certa cultura política do ME que, tomada constantemente como referência, condiciona e limita as formas de abordagem bem como de percepção das variadas experiências de política e mobilização estudantis historicamente identificáveis. Repetida como rito, essa tradição narrativa estabelece rotinas e convenções estabilizadoras tanto das representações historiográficas formuladas como das práticas por elas inspiradas.

## **1.2 Narrativas refratárias: solapamento da memória e constituição do capital simbólico do movimento estudantil brasileiro**

A fim de se promover um esforço de interpretação da geometria estética e do cálculo ideológico e político, os quais permeiam a produção historiográfica que referencia a construção das imagens e representações do ME brasileiro, é necessário refletir com base em duas instâncias de referência. A primeira delas é a instância integrada pelos usos e abusos próprios da linguagem, os quais se revelam especialmente como operações imaginativas por mais que estejam referenciados em indícios constituintes do que se apreende como o real (CHAREDEAU e MAINGUENEAU, 2004).

A segunda instância é de ordem propriamente histórica, e que incide diretamente sobre a construção e uso das formas de linguagem utilizadas para a representação de determinado objeto. Os registros historiográficos, referentes ao mesmo, ocorrem pelas mãos de diferentes autores, em diferentes contextos, para destinatários diversificados e por diferentes motivos, introduzindo vestígios específicos e contextuais sem contudo perverter uma moldura comum a todas as retomadas do objeto da representação narrativa. Parte-se assim do pressuposto de instituição, em relação à história do movimento estudantil, de uma cultura

historiográfica canônica e uma exegese canonizante que, naturalmente, extinguem a possibilidade de se considerar a diversidade interpretativa.

O efeito desse movimento sobre a memória e a literatura produzidas em torno do tema é o de um engessamento das representações bastante semelhantes às modelagens do real produzidas pela ideologia, acatada como *tradição*:

Há uma interiorização tal de estruturas tradicionais que elas acabam por se tornarem naturais [...]. Ele (o cânone) não está disposto a reconhecer mérito naquilo que não esteja de acordo com o seu sistema e princípio organizativo [...]. O cânone é a fala que cala; seria ingênuo esperar que ele aceite a negação que o supera. A górgona que vigia o seu panteão trata de congelar qualquer aventureiro desavergonhado. Ela pode ser ridícula e horripilante, mas nem por isso é menos eficaz.<sup>2</sup>

É nessa perspectiva que se procurará abordar uma parte considerada relevante da literatura historiográfica referente ao ME brasileiro: o da sua constituição como arcabouço de elementos canônicos que, coercitivamente, direcionam falas e interpretações. O sentido de cânone, portanto, é o de um conjunto de regras instituintes de uma linguagem narrativa, específica de determinado campo de produção literária, cuja função primeira é viabilizar a comunicação do objeto representado segundo critério de seleção e organização de determinados aspectos que integrarão a sua imagem por *nomeação oficial* ou uma contra-imagem que, mesmo negando o que de romantismo e adesão política existe na primeira forma narrativa, reproduz o mesmo pano de fundo dos valores, dualismos e conflitos os quais constituem a base atribuidora de sentido à trama (BOURDIEU, 2005; CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2004; KOTHE, 2000).

Para efeito de análise exemplificadora da estrutura narrativa que incide e molda as imagens historiográficas elaboradas sobre o ME brasileiro, escolheu-se o trabalho com cinco das obras possíveis de ser definidas como canônicas, na medida em que fundamentais ao processo de fundação de uma tradição de registro da memória do movimento. É lógico que além das mesmas, outras também podem ser apontadas como instituintes das fronteiras no interior das

---

<sup>2</sup> KOTHE, Flávio R. **O cânone Imperial**. Brasília: Editora UNB, 2000, p.12-13

quais circula a tradição narrativa sobre o ME<sup>3</sup>. Selecionaram-se porém os textos a serem analisados, levando-se em conta um outro critério, além da formalidade de seu conteúdo narrativo. Tal critério foram os respectivos momentos políticos de sua publicação, os quais figuram como marcos importantes no processo de constituição das relações entre Estado e sociedade, no Brasil. Entende-se que, para o momento em que foram publicados, adquiriram tais produções um papel importante no cadenciamento não apenas do debate no interior de uma parcela do ME, como também do posicionamento articulado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em relação à dinâmica do Estado brasileiro ao longo de quase meio século de história.

Em todas as peças de valor historiográfico, verifica-se a persistência de uma estrutura narrativa cujos elementos, independente da perspectiva política adotada pelos autores, assemelham-se bastante. Em todas elas o conjunto narrativo centra-se no papel da UNE como unificadora e principal agente mobilizador da categoria. É o que Saldanha (2005) afirma ser uma *tradição* que identifica e confunde plenamente a consolidação da identidade da UNE com a construção da própria história do ME.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à aplicação, no trato da temática, de um raciocínio fortemente marcado por uma lógica maniqueísta ou por uma moral política cujos fundamentos assentam-se na combinação de pares opostos, os quais definem o cenário em que se manifestam as ações políticas estudantis, bem como classificam os sujeitos partícipes das mesmas. A oposição, no caso, se dá entre domínios fechados de interesses, práticas e alianças, antagônicas quanto ao direcionamento e construção de prioridades e programas, em torno dos quais os próprios autores têm que assumir uma posição militante.

---

<sup>3</sup> A exemplo de Ianni (1963), para quem uma particularidade da condição juvenil e marca quase natural da juventude estudantil na sociedade contemporânea é a “negação do presente” devido à tensão entre sua condição de estudante e as perspectivas de ingresso no mundo do trabalho. Nesse caso, é como se o jovem estudante já trouxesse latente em si mesmo a “opção revolucionária” que, para intérpretes marxistas, é uma característica da classe trabalhadora. Outro autor que dialoga com essa perspectiva de leitura acerca da condição sociológica e do papel político do estudante é Bresser-Pereira (1968), que percebe nesse personagem uma espécie de núcleo catalisador de três aspectos que caracterizam a crise da sociedade contemporânea: o desenvolvimento das forças produtivas, e de sua expressão de classe no capitalismo, ano caso e burguesia, bem como o amadurecimento da crítica revolucionária ao capitalismo como sistema econômico e social.

É nesse aspecto onde melhor se consegue identificar a obra como expressão objetiva das reações dos autores ao contexto sóciopolítico vivenciado pelos mesmos. Tais reações, por seu turno, contribuem, igualmente, para derivar a própria forma de apropriação do objeto, resultando assim em diferentes formas de construção dos sentidos e numa *reificação* da narrativa historiográfica, ao tempo em que lhe é atribuído um lugar e um papel a cumprir no cenário histórico de sua produção (BOURDIEU, 2005).

Existe assim, parafraseando Bakhtin (2000), em relação à história do ME brasileiro uma *estética da criação verbal* bastante cristalizada, e cujos moldes mantêm uma relação direta com as grades ideológicas que demarcam as fronteiras culturais de circulação dos registros narrativos. Fronteiras que, simultaneamente, contribuem para a integração de um conjunto de elementos em seu interior e exclusão de outros que, não obstante, põem-se a gravitar em torno do conjunto canônico. Esses registros, de um ponto de vista historiográfico e prático, buscam legitimidade histórica, através da fundamentação na pesquisa documental, e eficácia política através de uma imagem histórica que exerce forte poder prescritivo sobre as ações e relações promovidas e estabelecidas pelos sujeitos envolvidos com o ME, responsáveis por sua manutenção.

A moldura que organiza o conjunto constituinte das narrativas consiste em uma contextualização geral em que o eixo principal identifica-se com a ideia de uma conspiração, externa ao movimento e à própria UNE, cuja principal força está no fato de exercer um caráter dinamizador das relações entre as lideranças estudantis, bem como entre estas e o Estado. À ideia de conspiração, na condição de produto das ações promovidas pelos articuladores do movimento ou de seus opositores, são vinculados geralmente personagens cujo *status* permite manter algum tipo de relação com o universo das movimentações estudantis, sem que necessariamente estes pertençam ao campo específico de suas sociabilidades políticas. É na relação com estes personagens, em geral agentes institucionais do Estado e seus similares, que se sedimenta a imagem ideal e integrada do ME e da UNE, ou do papel que ambos devem desempenhar na defesa ou promoção dos interesses não apenas especificamente estudantis, mas nacionais.



Para efeito de demonstração desse processo de sedimentação do capital simbólico do movimento estudantil na forma de narrativa historiográfica, submeter-se-á as seguintes obras, sob a categorização de canônicas no processo de definição da moldura das narrativas sobre o ME, a uma análise de conteúdo. A análise buscará compreender, levando-se em conta o contexto de sua publicação, a relação entre o universo de valores e interesses mobilizados pelos autores e a atribuição de uma funcionalidade política aos textos a partir de sua inserção num campo de disputas políticas, tensões sociais e ações institucionais. Dessa forma, os textos selecionados para abordagem são os seguintes:

1. *Une-instrumento de subversão*, de Sonia Seganfreddo, publicado em 1963
2. *O Poder Jovem*, de Artur Poerner, publicado em 1968;
3. *Apesar de Tudo - UNE Revista - MEMOREX: elementos para uma história da UNE*, publicado pela “Edições Guaraná” e DCE-Livre Alexandre Vanuchi Leme, da USP, em 1978;
4. *Memórias Estudantis - da fundação da UNE aos nossos dias*, de Maria Paula Araújo, publicada em 2007.

Além dessas obras, será inserida também um outro conjunto de textos produzidos localmente sobre a história do ME piauiense. Esses textos serão incluídos, em primeiro lugar, por terem representado, especificamente no Piauí, a primeira tentativa de construção de uma narrativa legítima, uma *nomeação oficial* para o ME piauiense. Em segundo lugar, por permitirem compreender até que ponto a tradição narrativa cristalizada nos textos de publicação nacional teriam influenciado as análises e construção de sentidos atribuídos ao ME piauiense. Os textos locais, incorporados à problematização presente no presente capítulo são os seguintes:

- 1 *A história recente do Movimento Estudantil Universitário Piauiense*, de Marcos Lopes, publicado na edição do Almanaque da Parnaíba de 1985;

2 *Movimento Estudantil no Piauí* ( Partes I e II), de Antonio Fonseca Neto, artigos publicados na Revista Cadernos de Teresina, entre dezembro de 1994 e abril de 1995;

3 *Resistência e Rebeldia em Busca da Cidadania: DCE-15 anos livre na UFPI*, de José Dias de Almeida e colaboradores, publicada em 1995.

As obras escolhidas para análise representam, independente das escolhas e posicionamentos ideológicos de seus autores, um conjunto coerentemente montado e fixador de uma imagem estável do ME como um campo privilegiado em que se manifestam as disputas políticas de caráter geral. Reconhece-se, em todas elas, os vínculos entre o registro histórico da memória do movimento e a adesão a certo jeito de elaborar o que Bourdieu ( 2004), definiu como *nomeação oficial*, ou exclusão do *insulto*, muito embora tenha sido com um tipo de postura de abordagem próximo a esse modelo que inicialmente se constituiu a cultura historiográfica do ME, como poder-se-á constatar na análise que segue.

### **1.2.1 “UNE - instrumento de subversão”: a cruzada contra o jovem dragão da subversão**

A primeira obra, intitulada *UNE – instrumento de subversão*, de autoria de Sonia Maria Saraiva Seganfredo, teve sua primeira edição publicada em 1963, no contexto em que se avolumavam as tensões políticas em torno das reformas de base e, no caso específico do ME, a luta pela reforma universitária (SANFELICE, 2008). Assimiladas pelo governo João Goulart a partir de sua aproximação com setores da esquerda nacional, o projeto reformista tinha na diretoria da UNE, na época sob hegemonia de facções filiadas à Juventude Universitária Católica (JUC) e ao PCB, uma de suas principais bases políticas. Tanto a JUC quanto o PCB eram defensores de reformas reestruturantes para o

Brasil, as quais estivessem para além das questões estritamente relacionadas à universidade e assumissem uma conotação explicitamente política.

O texto de Seganfredo absorve, portanto, as tensões da época de sua produção. Os capítulos da obra foram inicialmente publicados sob a forma de quatorze artigos, genericamente intitulados *UNE - menina dos olhos do PC*, no periódico udenista *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em setembro de 1962 e divulgadas em todo o Brasil pelos órgãos de imprensa dos Diários Associados. Um ano depois, a convite do líder integralista e proprietário da Editora GRD, Gumercindo Dória, os artigos foram reunidos e publicados no formato de livro.

A obra pode ser apresentada como o primeiro esforço de registro e construção de uma representação historiográfica do movimento estudantil, amparada na busca de legitimidade histórica e ideologicamente voltada para a luta simbólica em torno da produção de um senso comum e de *nomeação legítima* do mesmo, a partir de uma perspectiva muito próxima do *insulto*, já que claramente distante das versões celebrativas que posteriormente seriam produzidas (BOURDIEU, 2004). A autora, na verdade, instituiu, de maneira muito peculiar, semelhante a uma imagem invertida de espelho, os elementos constituintes da forma de *nomeação oficial* que caracterizariam as narrativas presentes nas obras canônicas posteriores. É possível ainda, ao invés de se apontar inversão no registro de Seganfredo, afirmar que seria mais correto atribuir aos registros subsequentes tal proeza.

É curioso verificar, aliás, a persistência de um pesado e solene silêncio em relação a essa obra nas publicações referentes à história do ME. Isso ocorre apesar de oferecer um rico painel sobre a trajetória histórica da UNE, à luz de uma abordagem que enfatiza principalmente as disputas, no interior da entidade, entre facções politicamente alinhadas, segundo a autora, com as tendências *democratas* e *comunistas*. O silêncio em relação à obra, talvez encontre uma via de explicação na própria tradição informativa ou fortuna histórica erigida em torno da historiografia dos movimentos alinhados a projetos políticos de esquerda, principalmente no período pós-64.

Tal tradição orienta-se, dentre outras referências, pelo culto a um ressentimento ideológico e a formas de mistificação com forte influência sobre as posturas epistemológicas que, em geral, orientam as abordagens. A articulação entre a memória considerada legítima e o ressentimento, no caso da produção dos registros referentes ao ME, funciona como uma espécie de estratégia de luta política na medida em que permite promover a exclusão de narrativas não compatíveis com a imagem de heroísmo e resistência comumente associados aos movimentos organizados de oposição ao regime civil-militar. Na dimensão da cultura institucional do movimento, por seu turno, viabiliza a afirmação positiva da identidade ao tempo que silencia e exclui as versões que destroem as formas de *nomeação oficial*<sup>4</sup>.

É precisamente esse o lugar ocupado pelo texto de Seganfreddo (1963) na história e memória do ME brasileiro: narrativa dissonante, incômodo ruído numa sinfonia harmônica, linear e invariavelmente marcada pelo culto ao que se entende ser os contínuos posicionamentos do ME em defesa de projetos de desenvolvimento nacional, onde o diapasão das mobilizações seria constantemente definido pelas “forças progressistas”, sempre identificadas com a esquerda. Uma sinfonia que, repita-se, foi composta em época posterior ao registro apresentado por Seganfreddo.

Na verdade, a própria autora, ao apresentar a UNE como sendo, “no Brasil, o principal instrumento do comunismo internacional” (ibid, p.10), identifica

---

<sup>4</sup> Bresciani (2001), fundamentada em Nietzsche, problematiza o que define como *relações entre o afeto e o político, entre os sujeitos individuais em sua afetividade e as práticas sociais e políticas* e sobre como tais relações agem reiterativamente sobre o processo de construção da memória, de forma a se produzir esquecimentos, rememorações, revisões ou intensificações de ódios recalcados. Ridenti (2004), em texto em que aborda como os padrões de abordagem historiográficos relacionados à resistência armada à ditadura servem de exemplo à maneira como operam as mistificações, decorrentes do ressentimento característico dos sujeitos derrotados no embate armado contra as forças repressivas do Estado ditatorial civil-militar, sobre a construção da memória a respeito dos eventos. Derrotadas no plano político e militar, as esquerdas teriam sido vitoriosas no plano da construção da memória, ao consolidarem a versão do alinhamento das facções armadas com a *resistência democrática*, isentando tais setores de qualquer aproximação, no plano das narrativas historiográficas construídas a seu respeito, com posições autoritárias. Citando Daniel Aarão Reis, Ridenti aponta a consolidação de um modelo de raciocínio, a respeito do tema, o qual isenta a esquerda de qualquer identificação com as posições autoritárias, atribuindo tal identidade apenas ao Estado civil-militar e aos setores identificados com a direita. Cria-se assim uma armadilha eminentemente política que afeta a narrativa historiográfica, criando-se um padrão narrativo tradicional: autoritárias são sempre as forças opostas, identificadas com a ditadura civil-militar e adversárias da esquerda, ou seja, o *outro*; nunca as forças de *esquerda*.

na origem da entidade um importante passo na organização dos estudantes em defesa de seus interesses específicos, bem como dos interesses nacionais, frente à ditadura do Estado Novo e à iminência da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Nesse ponto, portanto, já sucumbe ou até mesmo institui – já que foi o seu texto a primeira produção voltada ao registro da história do ME brasileiro – o primeiro elemento de mistificação: a ideia de que a história do ME, no Brasil, tem como eixo principal a fundação da UNE, bem como os interesses e conflitos gravitantes em torno da entidade.

A legitimidade histórica do texto de Seganfreddo (1963, p.89), por seu turno, ficaria por conta do respaldo em pesquisa realizada, como menciona a autora, nos “próprios relatórios da UNE e de suas demais publicações que podem ser obtidas na sede da entidade”, bem como a recorrência “aos noticiários, os mais antagônicos politicamente” . Observamos, com isso, a adoção de precauções com vistas a assegurar a credibilidade do texto, conferindo-lhe o necessário capital científico legitimador dos juízos proferidos, ao longo da obra, assim como uma suposta isenção a respeito das questões levantadas e de sua forma de apresentação.

Dividido em onze capítulos, mais uma introdução e uma conclusão, o ponto inicial da narrativa centra-se na criação da Casa do Estudante do Brasil (CEB), em 1929, apresentando tal fato como o ponto histórico de partida para a fundação da UNE. A consolidação institucional da entidade ocorreria em 1940, com a ruptura das ligações com a CEB. Para a autora, porém, o momento relevante para o encaminhamento de seus argumentos deu-se a partir de 1944, em decorrência do que definiu ser a primeira das diversas dissensões internas na entidade:

Mas, de fato, a primeira luta ideológica estudantil, embora não apresentasse as características de quase guerra [...] aconteceu em 1944, no VIII Congresso Nacional dos Estudantes, onde **comunistas e democratas** (grifo nosso) disputaram as eleições cabendo a vitória a estes.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> SEGANFREDDO, Sônia **Une-instrumento de subversão**. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1963, p. 23.

A partir de então, a narrativa passa a ser dominada por um conjunto estruturante, delineador de uma lógica maniqueísta e abertamente militante em favor de uma causa, como a própria autora já adianta ser sua intenção na introdução do trabalho, ao afirmar, em primeira pessoa, que “as atividades da UNE me preocupam devido á minha formação democrática autêntica” (IBID., p.4). Nesse ponto, é possível perceber o segundo elemento mistificador das narrativas referentes ao ME: a crença de que, no que diz respeito à abordagem do problema, o responsável pelo registro histórico deve necessariamente apresentar sua identidade ideológica, definindo, *a priori*, uma finalidade política para o seu esforço de pesquisa<sup>6</sup>.

Desse segundo marco de mistificação deriva um terceiro. Principal entidade de representação da juventude estudantil, reconhecida como tal pela própria autora, passa então a ser retratada como palco de lutas entre forças representativas dos vícios e das virtudes políticas, respectivamente *comunistas* e *democratas*, cristalizando uma cosmologia maniqueísta no trato do objeto. Seganfredo, aderindo a essa lógica, prontifica-se a posicionar-se de forma contrária ao que considerava ser um “movimento de catequese estudantil promovida por elementos comunistas infiltrados” (IBID., p.11). O tema do “complô”, portanto, muito recorrente nos mitos e mitologias políticas certificadoras de regimes e tradições políticas modernas faz-se presente como elemento de sustentação da argumentação em defesa das posições assumidas pela autora (GIRARDET,1997). Na verdade, deriva da própria lógica maniqueísta que integra

---

<sup>6</sup> Fouret (1989) em obra lançada por ocasião das celebrações organizadas em torno do bicentenário da Revolução Francesa, propô-se a efetuar uma abordagem crítica sobre a maneira como o evento foi pensado por uma cultura historiográfica que, independente das opções ideológicas e posicionamentos políticos de seus autores, foi pouco além da reprodução dos argumentos construídos pelos agentes da Revolução. Conclui Furet que, do ponto de vista ideológico e político, a opção por estudar a Revolução Francesa implica a submissão do historiador a uma estrutura de sentidos pré-estabelecidos, todos eles encaminhando a narrativa para uma moldagem celebrativa. Implica, também o reconhecimento de que *devem ser exibidos outros títulos além de sua competência. Ele têm que anunciar as suas cores. É preciso em primeiro lugar que ele esclareça de onde fala, o que pensa, o que busca; e o que ele escreve sobre a Revolução possui um sentido anterior ao seu trabalho: e a sua **opinião***. Bela percepção do poder coercitivo que certos objetos de estudo exercem sobre os que se propõem a construir sobre eles um registro histórico. O que é válido para um tema como a Revolução Francesa, aceito por seus historiadores como de “interesse universal”, também o é para o ME brasileiro e a UNE, por sua vez absorvidos por seus historiadores como temas de “interesse nacional”.

o processo de elaboração da narrativa. Em vários momentos do texto podem ser constatados o raciocínio e a crença:

No Brasil o aliciamento dos universitários, feito pelos agentes da UNE, já assume proporções consideráveis que devem ser reprimidas imediatamente, sob pena de a universidade se transformar em centro político e constante foco de agitação.<sup>7</sup>

Percebe-se ainda, no fragmento de texto, uma idéia bastante recorrente nos setores tradicionalmente contrários à militância estudantil organizada na UNE hegemônica por militantes estudantis de esquerda. Essa idéia consiste na compreensão de que a consolidação da universidade como espaço cujo virtuosismo necessário ao cumprimento de sua missão institucional, é proporcional ao distanciamento de seus sujeitos institucionais em relação a interesses e associações políticas.

No fragmento abaixo, além da denúncia do complô, segue um relato da estratégia adotada pelos aliciadores, no que diz respeito aos cursos geralmente escolhidos como alvo da militância:

As faculdades visadas para a catequese são, em primeiro lugar, as de filosofia. Aí se formam professores que desempenharão importante papel na orientação de secundaristas [...]. Os cursos de jornalismo [...] oferecem material humano importante para a obra do PC. Os jornalistas, atuando em jornais burgueses, podem forjar notícias que impeçam o trabalho livre dos subversivos e fazer promoções de atividades comunistas [...]. Seguem -se as faculdades de Agronomia, Assistência Social, Artes e Economia, devido às relações humanas que seus diplomados exercem [...]<sup>8</sup>.

Para Seganfreddo, um importante exemplo de como acontece a corrupção dos costumes e desvirtuamento do campo universitário pode ser explicitado pela atuação de alguns professores cujas convicções e laços políticos extra-universitários delimitariam as finalidades para as quais seriam dirigidas sua atuação e aplicada a sua autoridade institucional. Os sujeitos-alvos da autora eram principalmente os que, atuando nos espaços universitários, contribuíam para estabelecer uma ponte entre o ideário político e desenvolvimentista do

---

<sup>7</sup> SEGANFREDDO, op. cit. p.10-11.

<sup>8</sup> Ibid., p.12

Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). No contexto de debates entre as diferentes perspectivas de desenvolvimento nacional, o ISEB representava o polo onde se aglutinavam os intelectuais alinhados com a perspectiva do nacionalismo desenvolvimentista de matriz estatizante, geralmente vinculados às posições políticas representadas pelos grupos socialista, comunista e setores mais à esquerda do petebismo. Mais uma vez, a autora deixa fluir suas convicções mescladas por elementos do ideário de uma moral inspirada em convicções políticas de cunho udenista.

É o que pode ser constatado no fragmento abaixo, em que a autora apresenta a influência exercida por Álvaro Vieira Pinto como um dos aspectos demonstrativos do que considerava ser uma relação promíscua entre a UNE e o ISEB:

O “filósofo” da UNE escreveu um livrinho de 163 páginas, intitulado *A Questão da Universidade*, obra inaugural da Editora Universitária, de propriedade da UNE, constituindo-se na homenagem do autor aos vinte e cinco anos de existência da entidade, comemorada em 1962. [...]. A obra representa o ideal da Reforma Universitária para a mocidade “progressista” da UNE.<sup>9</sup>

Não apenas Vieira Pinto, que da fato viria a se constituir em importante figura responsável pela cristalização de uma noção de “ensino público, gratuito e de boa qualidade” que ainda hoje inspira palavras de ordem de amplos setores do ME brasileiro, mas outros intelectuais isebianos também foram relacionados pela autora como mentores do que considerava a instrumentalização da UNE para fins politicamente subversivos. São arrolados ainda, como intelectuais de inspiração isebiana responsáveis pelo aparelhamento da UNE, Roland Corbisier, e Darcy Ribeiro, à época Ministro da Educação e, “homem que encomenda, com o dinheiro público, panfletos subversivos ao ISEB” (Ibid., p.69),

A autora segue apresentando os sujeitos responsáveis pelo aliciamento, bem como as táticas empregadas para obter a adesão e a colaboração dos *inocentes úteis*. Os meios utilizados seriam, também, aqueles mais diretamente identificados com as expectativas cotidianas de um jovem

---

<sup>9</sup> Ibid., p.62



universitário: lazer, namoro, desejo de liberdade e autoafirmação individual, bem como os interesses estritamente acadêmicos.

A técnica aplicada é a da “simpatia e amizade”. Os catequisadores (sic), já veteranos nas escolas, convidam os calouros para praias, cinemas, bailes, estudos, etc. Quando a vítima é do sexo oposto ao do catequisador (sic), entra o “golpe do namoro” [...]. Quando a confiança entre mestre e discípulo é absoluta, entra a parte moral. Família, sociedade, casamento são meios de impedir a verdadeira evolução social. São hábitos burgueses que devem ser abolidos [...]. Os que têm tendência à liderança são os preferidos.<sup>10</sup>

Arroubos moralistas e juízos referentes à imagem de uma vida acadêmica saudável, segundo os critérios de avaliação da autora, também são invocados no texto a fim de promover uma desqualificação caricatural do estudante-militante e de suas táticas de arregimentação de quadros. O curioso é perceber, afim de demonstrar que de fato havia uma lógica comum a orientar as estratégias de ambas as partes em confronto no interior do ME, que “o golpe do namoro”, denunciada pela autora como estratégia de aliciamento de estudantes adotada pelos comunistas também seria, mais tarde, denunciado por lideranças estudantis como tática de infiltração de agentes no interior do movimento, adotada pelos órgãos de repressão. O episódio é narrado por José Dirceu, uma das principais lideranças do ME em 1968:

Durante a ocupação da Maria Antonia aconteceu a famosa história da “Maçã Dourada), depois explorada pelos jornais como um desses episódios envolvendo sexo e espionagem [...]. Nas entrevistas coletivas que dávamos na sala de imprensa, eu sempre via uma estudante muito bonita sentada nas últimas carteiras, lendo alguma coisa ou escrevendo. Ela olhava para mim e eu devolvia o olhar. Um dia pensei: vou namorar essa menina. Chamava-se Heloísa. E comecei a sair com ela.

Uma noite, ao tirar a roupa, pus minha arma em cima de uma espécie de quadro-negro que estava encostado numa mesinha. Dali a pouco vejo a menina pegar a arma e abrir com agilidade, fazendo o movimento de destravar. Nesse minuto percebi: ela era da polícia [...]. A segurança já tinha uma leve desconfiança, achava o comportamento dela um pouquinho suspeito. Dito e feito: pegamos a chave de seu apartamento e lá encontramos todos os relatórios: nossos nomes, endereços e um organograma das pessoas [...]. O nosso pessoal tinha começado a chamá-la de “Maçã Dourada” como brincadeira, fazendo referência a códigos de espionagem e à maçã de Eva. E eu havia mordido a maçã. Foi a maior gozação [...]<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Ibid., p. 11

<sup>11</sup> DIRCEU e PALMEIRA. **Abaixo a Ditadura**. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo: Garamond, 2003, p.130-131

O relato de Dirceu, mais do que demonstrar um meio eficaz de infiltração de agentes em um movimento majoritariamente composto por jovens em idade de experimentar suas primeiras descobertas, aventuras com vistas à autoafirmação sexual, na verdade demonstra o quanto o trinômio conquista/namoro/sexo poderia representar muito mais do que uma experiência fundada sobre a atração física ou a identidade afetiva entre os envolvidos. Em um momento em que, para setores significativos da juventude estudantil brasileira, as sociabilidades cotidianas eram muito recortadas pelas finalidades políticas e convicções ideológicas, uma aparentemente simples e agradável aproximação amorosa poderia esconder mais do que a mera satisfação pessoal. Assim, as memórias de José Dirceu parecem, senão corroborar, mas pelo menos levantar indícios de que a denúncia feita por Seganfredo de que ao processo de sedução política dos jovens às idéias alinhadas com o pensamento e programas de esquerda defendidas no interior do ME, bem poderia anteceder a sedução afetiva e sexual.

Na mesma linha de raciocínio, moralista e cioso da preservação dos papéis socialmente definidos como respeitáveis para uma jovem, é apresentada uma imagem degradante das universitárias aliciadas para a causa do Partido Comunista. A estas, é colada uma representação que associa comportamento independente a uma suposta inversão da natureza feminina, expressa principalmente em um comportamento sexualmente emancipado o que, para a conservadora classe média da época, somente seria admissível no sexo masculino:

A literatura, agora oferecida, é pornográfica, mas rotulada de “obras avançadas e de grandes concepções” [...]. A aluna esquerdista é de grande importância na escola para a obra da catequese. Quando bonita atrai os rapazes por meio de atitudes masculinas de absoluta independência, concedendo-lhe toda a série de facilidades e participando de noitadas alegres<sup>12</sup>.

Aliciamento da juventude estudantil para fins considerados politicamente nocivos à ordem nacional, corrupção dos costumes e

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 12

desvirtuamento do papel da universidade são, portanto, os balizamentos que orientam a construção da narrativa de Seganfredo sobre a organização do ME centrado na UNE. A obra, no contexto de sua elaboração e publicação, cumpriu dois papéis principais, ambos resultantes do clima de acirramento das disputas ideológicas e embates políticos do momento.

Em primeiro lugar, a autora sintetiza, no processo de moldagem do perfil do personagem principal de sua narrativa, todos os valores, preconceitos, expectativas e temores dos estratos sociais politicamente mais conservadores da sociedade brasileira em relação a opções políticas e comportamentais da juventude consideradas pouco ortodoxas. Em segundo lugar, os valores morais e as idéias políticas que fermentam os argumentos fundantes do texto são, claramente, informados por uma cultura política marcadamente influenciada por predisposições subjetivas decorrentes de um imaginário político de matiz católico-udenista. A UNE e seus agentes, personagens principais do registro realizado por Seganfredo, são posicionados cosmologicamente em situação de oposição à tradição cristã e liberal que em tese marcaram, respectivamente, a sociedade e o Estado brasileiros.

O ímpeto inspirador da autora é o de um espírito cruzadístico. Uma cruzada revolucionária em que o sentido da revolução é astronômico, ou seja, de retorno a uma ordem anterior ameaçada pela experiência do tempo presente. Dentro de um espírito deliberado e conscientemente adotado pela autora, seu texto expõe uma denúncia da degeneração dos costumes para, ato contínuo, prescrever a necessidade de uma restauração ou regresso a um estado político-jurídico originário (MERQUIOR, In: FURET e OZOUF, 1989). O foco na UNE é também emblemático do *telos* da obra, pois para a autora a entidade assumia o papel de principal representante de uma parcela significativa da juventude brasileira. Precisamente aquela que, não apenas ao olhar interpretativo de Seganfredo, seria portadora da promessa de preservação da ordem e realização do progresso;

As atividades da UNE me preocupam devido à minha formação democrática autêntica [...]. À juventude compete a tarefa de lutar e,

futuramente, galgar os postos de mando da Nação. E há a juventude, revolucionária por natureza, e desencantada com a irresponsável democracia brasileira, que se incute idéias e técnicas marxista-leninistas [...]. A UNE representa uma juventude inconsciente<sup>13</sup>.

Naturalmente que, sendo a juventude da UNE inconsciente, o seu antípoda vem a ser o estudante avesso à política. É o que deixa claro a autora em entrevista ao jornal O Globo, em julho de 1963, em uma subseção de matéria a respeito do lançamento da primeira edição de seu livro:

Num país onde a corrupção e a subversão dominam, é necessário repelir a demagogia que aproveita a boa-fé e a ignorância de um povo [...]. Tendo feito o curso de filosofia, tenho a obrigação de defender idéias, entendê-las e defender meus princípios. Pretendo estudar bastante o assunto e, futuramente quando tiver mais preparada escreverei ensaios sobre problemas políticos e sociais. Isto, se puder, pois em relação ao Brasil, sem ser pessimista mas realista, acredito que negros dias estão para vir caso não haja um despertar de consciência e o expurgo total dos incompetentes, oportunistas e corruptos que dominam o país<sup>14</sup>.

A entrevista também exprime, como o próprio texto que integra o livro, que a UNE não se constituía o único alvo de Seganfredo, mas representava para os setores políticos aos quais a autora se filiava, um dos principais marcos da proximidade do governo João Goulart com a esquerda. Isso explica a conclamação, em forma de apelo político, apresentada pela autora no final do livro, em que defende a necessidade de intervenção na entidade:

É evidente que ao fazer um levantamento das atividades da União Nacional dos Estudantes e denunciá-las, movia-me o desejo de expor ao público a importância negativa da entidade em relação ao progresso, à ordem, enfim, à vida no país [...]. É de competência das comissões do Governo, da Polícia e do Departamento de Segurança, investigarem os nomes e tomarem as medidas previstas em Lei [...]. Cada um de nós, democratas e revolucionários de verdade, tem uma missão a cumprir. Um pouco de minha missão, sem falsa modéstia, está neste livro, obra despreziosa mas séria. Porque sério é o perigo que correrá a Nação quando os doutrinados pela UNE dela se apossarem [...].<sup>15</sup>

A imagem da UNE como uma das principais correias de transmissão de uma suposta conspiração comunista que teria o próprio governo João Goulart como um de seus pontos de amplificação não parecia, todavia, ser produto apenas da convicção pessoal de Sonia Seganfredo. O medo de uma juventude

---

<sup>13</sup> SEGANFREDDO, op.cit, p. 5

<sup>14</sup> SEGANFREDDO, In: O Globo: 16 de julho de 1963, p.7.

<sup>15</sup> Ibid., p.104-106.

estudantil corrompida pelo comunismo, bem como de seus corruptores, era socialmente compartilhado por aqueles que em pouco tempo viriam a apoiar o golpe civil-militar de 1964. A prova de que esse medo era coletivo foi o fato de ter sido a sede da UNE, na Praia do Flamengo, o primeiro prédio a ser invadido e destruído após o início das mobilizações que resultaram no golpe de 1964. (FÁVERO, 1994; GASPARI, 2002; SANFELICE, 2008). Nesse sentido o texto de conclusão da obra de Seganfreddo, a um ano do golpe, parecia antecipar um ato contínuo da história, em que a mobilização do medo em forma de afeto coletivo, angariou o apoio da maioria da classe média ao movimento que culminou na deposição do presidente João Goulart.

### **1.2.2 “O poder jovem” : romantismo em meio à escalada da violência política**

O segundo texto canônico sobre o movimento estudantil, intitulado *O Poder Jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*, teve sua primeira edição publicada em agosto de 1968. Arthur José Poerner, o autor, era na época jornalista do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e diretor do *Folha da Semana*, sediado na mesma cidade. O primeiro periódico diário tornara-se, já a partir de 1964, uma das principais trincheiras da resistência jornalística contra o regime militar e o segundo, constituía-se em um instrumento legal de divulgação das idéias do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (POERNER, *in*: SOUZA e CHAVES, 1999).

Seu livro foi publicado pela editora Civilização Brasileira, o que já permite inferir o intencional lugar a ser ocupado pelo mesmo nos debates e movimentações políticas do período de sua publicação. Enio Silveira, controlador da editora Civilização Brasileira nos anos 60, era um empresário ligado ao Partido Comunista Brasileiro. Uma ligação que lhe custou alguns percalços sérios depois do golpe de 64, como prisões e perseguições várias que acabaram por destruir sua editora. As publicações promovidas pela Editora Civilização Brasileira

geralmente filiavam-se a um projeto maior de oposição política à ditadura civil-militar (VIEIRA, 1998).

O campo de atuação profissional de Poerner, claramente revestido de um *ethos* político-militante, nos oferece um quadro do clima ideológico inspirador de sua obra. Some-se a isso o contexto histórico de produção e publicação da mesma, o emblemático ano de 1968 e todo o impacto das mobilizações juvenis ocorrido ao longo do mesmo, e compreenderemos o teor de manifesto político, também respaldado por esforço de pesquisa histórica, contido no mesmo e que viria a ser potencializado pelas circunstâncias históricas que marcaram o contexto de sua primeira publicação.

O texto da introdução já estabelece a cadência política da narrativa. O autor constrói o que representa, para si mesmo, a imagem do estudante ideal cuja prática seguiria orientada pelo compromisso de transformação política da sociedade. Poerner (1968, p. 25), denuncia, ao mesmo tempo, o que considera ser as estruturas arcaicas preservadas na cultura institucional das universidades brasileiras, vinculando-as a uma função de preservação de uma certa *herança colonial*, contrapondo à mesma uma figura de linguagem denominada de “universidade no asfalto, escola de líderes no Brasil”.

Percebe-se, nessa construção semântica que faz referência a um “modelo ideal” de universidade, o qual confunde-se com a imagem romântica do ME, uma relação de interdiscursividade com o livro de Álvaro Vieira Pinto, mencionado por Sonia Seganfredo como a primeira publicação da Editora universitária, da UNE. Intelectual isebiano e ex-assessor de assuntos de abastecimento e educação do governo João Goulart, autor do texto *A questão da Universidade*, publicado em 1962, Vieira Pinto buscou compreender as especificidades do processo de formação da universidade brasileira à luz de um raciocínio carregado pela lógica, maniqueísta, que explica o subdesenvolvimento econômico e a essência conservadora da universidade como produtos inevitáveis da filiação e dependência brasileira em relação aos modelos e interesses internacionais. Nesses termos, a solução para a questão da universidade deveria

passar por algo mais além da satisfação das demandas específicas dos estudantes universitários.

De forma mais sistematizada e com argumentos ideológicos amparados pela linguagem da sociologia histórica, Pinto antecipa o que em Poerner significa, de forma velada, a negação de um papel social e político emancipador a ser cumprido pelo modelo institucional de universidade instalado no Brasil.

A conclusão a que desejamos chegar é esta: quando falamos dos problemas da Universidade, temos de levar em conta a peculiaridade de sentido que a palavra tem atualmente para nós [...]. Por conseguinte, se dizemos que para nós o problema consiste em mudar a essência da universidade, e se não existe dela uma essência eterna e abstrata, o que nos importa [...] é definir o que significa para nós a universidade [...]. Assim procedendo, cremos ter razão em apresentar a seguinte definição da essência da Universidade no Brasil, atualmente: é uma peça do dispositivo geral de domínio pela qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente ideológico, sobre a totalidade do país<sup>16</sup>.

É também a esse modelo de universidade que Poerner contrapõe o da “universidade no asfalto”, numa explícita formulação voluntarista em muito influenciada pela predisposição à celebração dos movimentos de rebelião estudantil verificados, no Brasil, no primeiro semestre de 1968, justamente o ano de publicação do livro. Poerner representou, no momento de “escalada da violência” nas relações entre o ME o modelo estatal representado pela ditadura civil-militar, uma retomada voluntarista das formulações de Vieira Pinto. (CASTELO BRANCO, 2007; VALLE, 2006). O que no intelectual isebiano se propunha a ser uma esforço de reflexão teórica sobre o significado histórico e político das instituições universitárias no Brasil, no autor de *O Poder Jovem* passou a ser um termo de chamamento à mobilização política.

O formato de convocação incorporava, à maneira da cultura de esquerda da década de 60, os traços de identidade característicos da paixão romântico-revolucionária, em cujos argumentos exaltava-se o da necessidade de se adotar como estratégia política o primado da “ação” sobre a “teoria”, transsubstanciado na retórica de Poerner em “universidade do asfalto” (RIDENTI,

---

<sup>16</sup> VIEIRA PINTO, Álvaro. A questão da Universidade. São Paulo: Cortez, 1996, p.39

1993; 2000). O paradigma, de inspiração guevarista, circulava entre as esquerdas tanto como fundamento crítico das posições politicamente de confronto com um modelo de organização estatal cada vez mais marcado pelo arbítrio e por uma ditadura “escancarada” como de denúncia interna de posições consideradas de capitulação de parte das hostes oposicionistas, em face dos mecanismos de acomodação política e institucional adotados pelo regime civil-militar (GASPARI, 2002).

É nessa perspectiva que Poerner acentua o papel do movimento estudantil (ME) no Brasil: o de condução da luta pela transformação das estruturas vigentes no país, como condição para a satisfação de suas necessidades como categoria social, como também de ampliação dos espaços de manifestação e participação política no país, fazendo ecoar inclusive o tom sedicioso presente no tema que o filósofo Herbert Marcuse (1999)<sup>17</sup> definiu como um dos maiores, senão o maior, significado da “revolta estudantil”: a “grande recusa”. Em texto de 1968, assim posiciona-se Marcuse:

É um protesto total, não só porque certamente foi deflagrado por um protesto contra males específicos, contra falhas específicas, mas ao mesmo tempo por um protesto contra todo o sistema de valores, contra todo o sistema de objetivos, todo o sistema de desempenhos exigidos e praticados na sociedade estabelecida, não só com as condições econômicas, não só com as instituições políticas, mas com todo o sistema de valores que eles sentem estar apodrecendo no âmago.<sup>18</sup>

A convicção sobre uma necessidade difusa de protestar representava, para o filósofo filiado à tradição de pensamento identificada com a Escola de Frankfurt, um dos principais combustíveis dinamizadores do movimento estudantil. Parece ser também essa a impressão presente em um fragmento da obra de Artur Poerner:

---

<sup>17</sup> Herbert Marcuse possui vários escritos sobre a natureza da sociedade ocidental os quais são muito freqüentemente apresentados como fundamento intelectual para as rebeliões estudantis, principalmente a francesa e alemã, que impactaram o final da década de 60 do século XX.

<sup>18</sup> MARCUSE, Herbert. Herbert Marcuse fala aos estudantes. In: LOUREIRO, Isabel **A grande recusa**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999, p. 63-64



O adolescente ainda não sabe o que deseja ser, mas já tem a certeza de que não pretende ser, de jeito nenhum, aquele pai “quadrado” e tacanho, que tem por Deus o Dinheiro, por Diabo o Comunismo e por Bíblia o vespertino *O Globo*. O pai que justifica, com um sorriso nos lábios, em nome da “civilização ocidental-cristã”, o assassinato, a *napalm*, de crianças e adolescentes vietnamitas, e que só lamenta as favelas cariocas como fator de perturbação da bela paisagem do Rio de Janeiro.<sup>19</sup>

Rebelião contra a autoridade e contra um sistema de valores considerado ultrapassado e repressor, de fato, aproxima o historiador do ME brasileiro do filósofo inspirador do ME francês e do alemão, em um mesmo contexto. A postura de Poerner, além disso, mantém também uma proximidade com a de Sonia Seganfredo. Como a autora de *UNE: instrumento de subversão*, também o responsável pela elaboração de *O poder jovem* porta-se como um cruzado em defesa de uma causa considerada legítima, quase santa. Como na obra de Seganfredo, a situação de conflito retratada insere-se em um contexto que supera o universo de relações que integra a realidade nacional brasileira. A luta proposta por Poerner, porém, deve se dar a partir da definição de um lugar de destaque do ME, particularmente após a fundação da UNE, no campo das mobilizações especificamente juvenis e das lutas de classes:

O movimento estudantil brasileiro é a forma mais adiantada e organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil. Tal como o entendemos hoje, esse movimento existe somente a partir da criação da União Nacional dos Estudantes, em 1937, quando alcança aquilo que o movimento operário brasileiro só obteve - e mesmo assim de forma muito precária - durante um curto período do Governo João Goulart, com o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), a centralização<sup>20</sup>.

Essa passagem distancia Poerner dos posicionamentos adotados por Marcuse na medida em que este último, apesar do elogio ao impacto das manifestações estudantis, recua na concessão de estatuto político amadurecido ao ME. Marcuse (1999, p. 65) evita aderir ao otimismo voluntarista baseado na crença no potencial político revolucionário dos estudantes em movimento, pois apesar de reconhecer que não é possível opor-se ao sentido e a expressividade política do protesto estudantil, manifesta preocupação pela radicalidade de uma posição marcada pela “ação constante e rejeição a qualquer espécie de conversa,

---

<sup>19</sup> POERNER, Artur. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p.32

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 43

discussão, esforços teóricos”. Reconhece, como em Poerner, que o ME seria uma “forma mais adiantada da rebelião da juventude”, mas questiona o seu caráter pragmático muito embora o reconheça como uma salutar desconfiança “contra todas as ideologias tradicionais, **as quais provaram ser falsas** (grifo nosso)” (Ibid., p.67)

Não é essa posição corroborada por Artur Poerner. Para esse autor, mais amadurecido que o movimento operário em termos de unidade e organização e por isso, apesar de não representar uma classe social, apto a construir condições objetivas para adquirir o caráter “de emancipação nacional” (POERNER, 1968, p. 43). Nesse ponto *O poder jovem*, como obra de registro da memória e construção da história do ME, estabelece com o texto de Sonia Seganfredo uma outra identidade, apesar da disparidade ideológica e política: ambas mobilizam, cada uma a seu modo, o espírito cruzadístico em torno da causa da “salvação nacional”. No caso da obra de Poerner (1968, p.39), especificamente, acrescentou-se a celebração da rebelião juvenil e o ressentimento contra a “paz dos voluntários e agentes da CIA” como substitutivos ao medo da “ameaça comunista”, presente no livro de Sonia Seganfredo.

Os termos e oposições conceituais utilizados sucedem-se, numa profusão de definições hiperbólicas as quais buscam dimensionar, senão mesmo atribuir sentido mais preciso e impactante para as manifestações estudantis: “conflito de gerações”, “velho e novo” onde “o conceito de velhice aqui utilizado não é físico, mas mental” (Ibid., p.32). Para o autor, nessa passagem em que, em termos políticos a noção de velhice é identificada com o reacionarismo, o principal instituto jurídico responsável pela regulação das sociabilidades políticas estudantis após o golpe civil-militar de 1964 é apontado como a expressão cristalizada, por excelência, das estruturas “arcaicas” não só da universidade, como também da sociedade brasileira.

Autor da lei que tomou o seu nome, criada para institucionalizar a repressão policial ao movimento estudantil e para destruir a autonomia universitária, o Sr. Suplicy é um caso típico de agente catalítico da rebelião da juventude. Durante sua gestão à frente do Ministério, coube-lhe fornecer aos estudantes as bandeiras com que sacudiram o Brasil na

segunda metade de 1966, quando era geral a apatia do movimento oposicionista à ditadura de Castelo Branco<sup>21</sup>.

A referência é à lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, popularmente assimilada como “Lei Suplicy”, a qual, ao “dispor sobre os órgãos de representação dos estudantes”, buscou estabelecer novas rotinas para a vida política universitária. A começar pela reestruturação dos órgãos de representação estudantil de maneira a desarticular as bases de apoio da UNE. Os novos órgãos de representação, instituídos pelo dispositivo jurídico, ficavam sob a tutela dos Conselhos Departamentais, dos Conselhos Universitários e do Conselho Federal de Educação. No mesmo documento, instituiu-se o voto obrigatório aos estudantes nos processos de escolha das diretorias de suas respectivas entidades, bem como a proibição a manifestações político-partidárias nos debates estudantis.

Pode-se na verdade divisar, como uma espécie de ideologia de fundo do registro, o velado compartilhamento de uma ideia bastante difundida entre setores da esquerda estudantil do período, particularmente aqueles oriundos da esquerda católica que originaram a Ação Popular (AP) e das dissidências do PCB (DI's). A ideia, na verdade defendida em forma de tese, era a do suposto papel exercido pelos estudantes como representantes de idéias e projetos políticos vanguardistas. Essa crença, já presente entre outros autores do período, que também buscaram compreender a importância política do movimento estudantil, continuará a ser um mito político incidente na historiografia voltada para a abordagem do movimento, como até mesmo em obras as quais abordam o ME de forma apenas tangencial.

Dois exemplos que ilustram o segundo caso, em momentos e perspectivas diferentes de abordagem do contexto em que se deu a intensificação das mobilizações estudantis retratadas por Artur Poerner, podemos encontrar em Saes (1984) e Castelo Branco (2005). O primeiro autor, que segue uma linha de interpretação que dialoga bastante com Poulantzas, identifica no movimento estudantil uma espécie de elemento catalisador da insatisfação das classes médias urbanas com o regime civil-militar instaurado em 1964, que

---

<sup>21</sup> Ibid., p.33

“permitirá a canalização e concretização do potencial liberal-democrático destes grupos” (p. 202). Para Saes, com as manifestações de 1968, “o movimento estudantil ultrapassa o quadro do populismo, e dá seus primeiros passos em direção a uma política autônoma diante do Estado” (p.203), ainda que se distanciando das reivindicações da classe operária.

Já Castelo Branco (2005), sob a lente da esquizoanálise matriciada na obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari, propõe perceber o movimento estudantil de fins dos anos 60, a um só tempo, como centro de absorção da difusa predisposição ao protesto juvenil, e como um território onde irrompem tensões entre a busca de novas formas possíveis de manifestação e formas tradicionais, ainda dominantes, de organização e militância. Como em Décio Saes (1984), um lugar e uma posição, atribuída às circunstâncias políticas e sociais marcadas, respectivamente, pela presença de um Estado autoritário e um sentimento geral de insatisfação. É assim que, para Castelo Branco (2005, p. 32), tendo como fundamento matéria publicada na revista *Veja*, seria natural que “no Brasil, parte da sociedade civil brasileira, sem organizações próprias que lhe representassem, lançasse mão do movimento estudantil como o único amplificador que ainda tinha baterias carregadas” .

À sua maneira, portanto, os dois autores convergem no sentido de cristalizar ainda mais a imagem do ME como vanguarda política do final dos anos 60, reiterando uma tradição que, se não inicia com Poerner, encontra nesse autor e em sua obra mais conhecida o principal ponto de apoio. Além disso ambos parecem conectar-se, muito embora não o mencionem, a um sentimento comum muito cultivado por intelectuais da nova esquerda em relação ao ME, no período.

É o caso de Marcuse (IN:COHN e PIMENTA,2008, p.112 ), por exemplo, que se refere aos estudantes como uma “comunidade de falantes, que expressam as necessidades e saudades de uma massa silenciosa” e por isso portariam uma genuína capacidade de transformação “da consciência e da sensibilidade que hoje é pressuposto de uma transformação social mais radical” (Ibid., p.113). Habermas, também por ocasião das manifestações de 1968, adota uma postura semelhante à de Marcuse, embora nutrisse, mais do que o primeiro,

reservas em relação à possibilidade de um projeto politicamente viável elaborado a partir das demandas e mobilizações do ME. Mais prudente em sua análise, via nas manifestações uma espécie de recomposição da vitalidade do tecido da vida política, o qual estaria corroído pela cristalização do dualismo esquerda-direita e o que o mesmo representava para a vida prática. Em texto cuja temática é “o estudante e a política”, assim se refere o pensador alemão a respeito das mobilizações estudantis: “ O protesto dos estudantes – e esta é a minha tese – tem uma função compensatória porque os mecanismos de controle inerentes a uma democracia não funcionam entre nós ou funcionam precariamente”<sup>22</sup>.

*O Poder Jovem* insere-se, portanto, em um clima político de época cuja grade ideológica influenciava as reflexões acadêmicas, no campo da Ciências Humanas, no sentido de se buscar compreender os nexos existentes entre protagonismo político estudantil e falibilidade dos modos tradicionais de organização e atuação política, bem como de formas outras de comportamento situadas à margem do universo político propriamente dito. A obra de Poerner, no contexto brasileiro, condensa esse clima teórico e político de onde serão condensados os esforços de interpretação sobre o momento político com as expectativas quanto aos seus desdobramentos e possibilidades do mesmo vir a gerar uma espécie de nova ordem política.

Apesar das distâncias temporais, redefinições teóricas e mudanças no *telos* para o qual, em diferentes momentos, dirigiu-se a economia escriturística que tem como seu objeto de interesse o ME, foi *O Poder Jovem* que, ao relatar a história do mesmo e ao mesmo tempo captar em suas páginas o clima ideológico de do momento de sua publicação, contribuiu para fincar nos recônditos da memória, experiential ou afetiva, e no campo da narrativa histórica uma persistente imagem mitológica:

O relato de *O Poder Jovem* muniu várias gerações de lideranças estudantis de argumentos materiais e simbólicos capazes de reforçar o sentimento de identidade e de ‘pertencimento’ a uma ‘idade de ouro’ [...]. E mais, todo aquele que entra em contato com esse ‘modelo’ é ‘projetado

---

<sup>22</sup> HABERMAS, Jürgen. Student und politik. *Apud* WIGGERSSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt:** história, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002 p. 650-651.

simbolicamente para um outro tempo que não pode ser mensurado, para o grande tempo que o relato mítico reatualiza<sup>23</sup>

Articulada a essa leitura reforça-se a ideia, subjacente a obra de Poerner, de que a fundação da UNE representou a potencialização de uma cultura política estudantil historicamente combativa, desde períodos remotos da história do Brasil. Buscando confirmar tal argumento, o autor recua até os períodos colonial e monárquico, à cata de eventos de participação política estudantil em momentos decisivos da formação do Estado e da Nação brasileira.

Dividido em doze capítulos, *O Poder Jovem* estabelece o surgimento da entidade como marco divisor da história do ME. A razão para isto estaria na concessão de unidade e organização ao movimento, exprimindo um maior nível de amadurecimento político dos estudantes:

Fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade da organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil, a UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor daquela participação ao longo da nossa História. Por isso, o movimento estudantil brasileiro e este livro são divididos em duas partes: antes da UNE e a partir da UNE<sup>24</sup>

Para consolidar o argumento de que a fundação da UNE teria representado um salto qualitativo no nível de organização e participação política dos estudantes, Poerner enumera os *vícios* que teriam sido superados com a iniciativa, os quais seriam principalmente:

1. Transitoriedade das organizações universitárias;
2. Fixação em problemas específicos e historicamente situados;
3. Tendência à adesão a objetivos *de caráter quase exclusivamente literário ou artístico*, quando não mesmo à formação de *associações boêmias e folgazãs* (p.132).

---

<sup>23</sup> SALDANHA, Alberto. A UNE e o mito do poder jovem. Maceió: EDUFAL, 2005, p.24

<sup>24</sup> POERNER, Artur. op.cit. p.131

4. Regionalidade das iniciativas, exprimindo assim uma tendência ao isolamento das ações;
5. Tendência à dispersão da militância estudantil em outros movimentos e entidades, lideradas por outros segmentos sociais e vinculadas aos seus interesses.

Percebe-se, pela lista de limitações cuja superação teria sido possibilitada pela fundação da UNE, que o autor de *O Poder Jovem* define um modelo de tipo partidário como organização ideal para o ME. Disso deriva ênfase na UNE como o principal fator de diferenciação da ação política estudantil, a partir de um certo momento da história do movimento. Continuidade, abertura do leque de reivindicações, inclusão de demandas políticas e sociais, alcance nacional da influência institucional e, principalmente, conquista da unidade teriam sido as vitórias do movimento estudantil em termos de organização e militância após a fundação da UNE.

Em certa medida, torna-se evidente que a referência utilizada por Poerner para fazer essa avaliação positiva do papel na entidade na redefinição dos rumos do ME na história nacional dialogava com o espírito político dos movimentos de oposição e resistência à ditadura civil-militar. O debate circulante entre as entidades e partidos da esquerda da época em torno das questões estratégicas e táticas, bem como das condições estruturais que, supostamente naquela conjuntura, contribuíam para enterrar ou viabilizar os projetos de revolução, parece representar uma moldura importante que organiza a narrativa.

*O Poder Jovem*, na mesma linha de *UNE - instrumento de subversão*, apresenta uma tentativa de reconstrução histórica do ME brasileiro com olhos voltados para o que o seu autor julgava serem o clima e as prioridades políticas de seu tempo, atribuindo inclusive um caráter de maior urgência às reivindicações dos estudantes brasileiros, em aberta mobilização contra o Estado nos grandes centros urbanos do país. Para Poerner, como já mencionamos anteriormente, as manifestações estudantis ocorridas no Brasil incorporavam-se ao espírito de rebelião que tomara de assalto a juventude em grande parte do mundo naquele

emblemático ano, mas ao mesmo tempo superava as mesmas naquilo que dizia respeito à ordem de prioridades e consciência política:

O estudante aqui, como em muitos outros países da América Latina, é movido por algo mais do que o simples espírito anarquista que caracteriza o jovem moderno na Europa e nos Estados Unidos. **Esse algo mais, que torna o Estudante brasileiro muito mais maduro**, politicamente, do que o seu colega europeu ou norte-americano, consta de uma **profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado**, de uma **violenta revolta contra o modo pelo qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo** de outra forma no futuro (grifos nossos)<sup>25</sup>.

A convicção presente nessa maneira de definir o perfil do estudante-militante brasileiro é a de que o mesmo já é portador de uma consciência política acerca de uma missão que lhe é inexoravelmente imposta pela história. Isso é posto, como se pode perceber, num estilo narrativo bem ao gosto das convicções políticas românticas que temperavam o espectro político dos anos 60 (RIDENTI, 2000). Percebe-se que, de maneira semelhante ao que se pode observar no texto de Sonia Seganfreddo, Poerner também destaca o *status* político e social distinto dos estudantes, atribuindo-lhes um papel importante a cumprir no futuro da nação ao apresentar o estudante, a um só tempo, como síntese e promessa históricas. Ao contrário da historiadora católica e liberal, Poerner, um comunista, vincula o papel político dos estudantes à expectativa de progresso pela via da revolução e não da manutenção da ordem, chegando a sugerir tacitamente a atribuição do papel de vanguarda política na organização das massas à juventude estudantil militante da UNE.

Essa noção de vanguarda estudantil na construção de um projeto revolucionário constitui uma característica que perpassa o texto, apresentando-se como um dos principais apelos políticos de *O Poder Jovem*. Sendo o seu autor um jornalista militante, inteirado das ideias matrizes das inúmeras entidades que arregimentavam, em número significativo, simpatizantes e ativistas entre os estudantes, certamente não lhe era estranha a perspectiva, bastante cultivada nesses meios, de uma juventude revolucionária e intelectualmente dotada das condições políticas para difundir um projeto de transformação social profunda.

---

<sup>25</sup> Ibid., p.26



Essa crença já estava presente, no Brasil, em textos e obras de renomados autores também identificados com o pensamento de esquerda. Chasin (1961), Ianni (1963) e Bresser-Pereira (1968) são alguns dos pensadores sociais brasileiros que, exatamente no mesmo contexto, construíram teses ao mesmo tempo explicativas, entusiásticas e racionalizadoras, acerca das motivações sócio-históricas que faziam dos estudantes uma espécie da vanguarda das lutas sociais. Combinavam hipóteses as mais diversas, as quais variavam desde as influências do ambiente acadêmico sobre a formação de uma percepção mais criticamente aprimorada da realidade, capacitando o estudante para uma ação política mais organizada e expressiva, até a ideia – portadora de um eco marcuseano – de uma sociedade em crise de superação decorrente tanto de transformações profundas na estrutura de produção, como também na estrutura de classes.

A revolta estudantil seria um subproduto relevante de reajustamentos estruturais pelos quais passava não apenas a sociedade brasileira, mas a sociedade capitalista de forma geral. O mérito, essencialmente político, de Poerner e sua obra teria sido o de popularizar essa crença, transformando-a em mito mobilizador de boa parcela da juventude estudantil brasileira (SALDANHA, 2005).

Sua lógica interpretativa é também dotada de maniqueísmos, levando-o a dividir personagens e instituições em campos opostos representados pelas virtudes e vícios políticos e, quando o faz, centra atenção principalmente no contexto de produção da obra e ocorrência dos eventos inspiradores da mesma:

Retrucar-se-á, certamente: - O estudante morre com a formatura. Onde estão, hoje em dia, por exemplo, os universitários das memoráveis campanhas antifascistas e antiditatoriais da II Guerra Mundial [...]? A resposta a essa indagação é um dos objetivos dêste (sic) livro: mostrar que ainda há muito do estudante antinazista e antitotalitário dentro de um Hélio de Almeida ou de um Paulo Silveira, **como restou tudo do estudante reacionário e “pelego” no ministro castelista Paulo Egydio Martins** (grifo nosso)<sup>26</sup>.

Nesse fragmento, o texto de Poerner assume claramente um tom provocativo ao dirigir-se abertamente a um personagem que tivera papel de

---

<sup>26</sup> Ibid., p. 27

destaque no ME, primeiramente como presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas Rio de Janeiro (UMES-RJ) e em seguida como diretor da UNE na Gestão Olavo Jardim Campos (1951-1952). Paulo Egydio Martins tornara-se ministro da Indústria e Comércio do primeiro governo pós-golpe de 64, o que para Poerner logicamente bastaria para torná-lo uma das principais personificações da imagem do *antiestudante*, anomalia distinta da imagem do “estudante ideal” apregoada pela obra.

Essa imagem elaborada no calor do ressentimento político pela posição de destaque alcançada pela ex-liderança estudantil em um governo que, para a parcela da militância estudantil alinhada com a oposição ao regime civil-militar, representava o que Valle (2008) caracterizava como a face mais abertamente repressora da violência estatal é investida na caracterização que o autor faz do período em que Paulo Egydio exerceu influência sobre as principais entidades representativas do ME.

Ainda no ano de 1949 [...] o grupo de estudantes direitistas, interrompendo uma série ininterrupta de derrotas e fracassos, conseguiu eleger Paulo Egydio para a presidência da União Metropolitana de Estudantes, no então Distrito Federal. Paulo Egydio Martins se tornou, assim, o primeiro expoente direitista no movimento estudantil brasileiro, além de ser, também, o único líder reacionário dos estudantes que atingiria, mais tarde, o posto de Ministro, mesmo assim na gestão de Castelo Branco<sup>27</sup>.

É precisamente nesse ponto que a tese da conspiração começa a ganhar corpo. À *fase direitista* da UNE corresponderia o estabelecimento de articulações com os “agentes externos” contrários aos interesses nacionais. Na narrativa presente em *O Poder Jovem*, porém, o elemento externo que integra a conspiração não são os comunistas apontados na obra de Segnanfredo e a subversão que se promove não é a da ordem, mas a da possibilidade de realização de mudanças revolucionárias.

Paulo Egydio utilizou a UME para levar à presidência da entidade máxima estudantil, no Congresso realizado em São Paulo, em julho de 1950, o estudante Olavo Jardim Campo, de Minas Gerais. Mas, quem

---

<sup>27</sup> Ibid., p. 190

mandou mesmo na UNE, em 1951, foi a estudante americana Helen Rogers, enviada pelo Departamento de Estado, repartição cujo apoio fora solicitado por Paulo Egydio que, como todos os outros líderes estudantis direitistas, viajava, freqüentemente, em busca de instruções, para os Estados Unidos. A ascensão direitista na UNE coincidiu, assim, como, aliás, era de se esperar, com o início da infiltração norte-americana no movimento estudantil brasileiro<sup>28</sup>.

A idéia da conspiração que ameaça os interesses nacionais persiste informando a estrutura narrativa. Porém, os personagens responsáveis pela mesma mudam. “Direitistas” e os “interesses do Estado” e do capital norte-americanos passam a ocupar o centro da trama. O complô não é mais gerado dentro e a partir da UNE ou do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas toma de assalto a entidade, a despeito do que o autor entende ser o seu passado de lutas.

O conteúdo algo militante do livro renderia ao mesmo e ao seu autor perseguições promovidas pelos agentes da censura. Segundo o próprio Poerner, sua obra passou a constar no *index* da censura após a edição do AI-5, em dezembro de 1968. Não teria sido apreendida nas livrarias porque “depois de semanas nas listas dos mais vendidos, com o movimento estudantil na vanguarda da oposição à ditadura nas ruas das principais capitais, se esgotara rapidamente” (POERNER, *In*: SOUZA e CHAVES: 1999 p.43). Uma nova edição, porém, somente seria possível em 1977, no contexto de distensão que marcou a abertura política, quando houve um gradual relaxamento da censura no Brasil.

Pode-se afirmar, em relação à fortuna histórica de *O Poder Jovem*, que o livro passou a representar, desde o momento de sua publicação, a principal referência na composição de um campo historiográfico relacionado ao ME brasileiro. Para Saldanha (2005), a obra, com o passar do tempo, seria investida de um valor que extrapolaria o interesse estritamente histórico e assumiria o papel de principal referência na consolidação de uma memória e de uma identidade para o ME, instituindo uma visão, para as gerações seguintes, alimentada pelos tempos de antes. À semelhança dos mitos, exerceria o papel instituinte de uma herança histórica, ou memória coletiva, ficcional, explicativa e mobilizadora.

---

<sup>28</sup> Ibid., p. 191

### 1.2.3 “ Memorex”: um sim e um não ao “passado heróico” do ME em uma narrativa retalhada

A obra seguinte foi publicada no contexto de mobilizações políticas em defesa da Anistia e do esforço de reconstrução da UNE, que ocorreria em 29 de maio de 1979, após 15 anos de ilegalidade. *Apesar de Tudo - UNE Revista - MEMOREX: elementos para uma história da UNE*, publicado em 1978, sob o patrocínio do DCE – Livre Alexandre Vanuchi Leme, da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com um grupo de estudantes de História, Ciências Sociais e Jornalismo, são os verdadeiros autores da obra, reunidos sob a denominação de “Edições Guaraná”.

O texto, em seu formato e na linha narrativa adotada, buscou sintetizar os esforços de pesquisa documental de uma geração de estudantes, universitários e secundaristas, cuja experiência histórica se dava no contexto pós-rebeliões de 1968 e pós-luta armada, bem como de distensão política e consequente abertura do regime civil-militar instaurado no país em 1964. A estética, tanto quanto a linguagem utilizada, é influenciada pelos padrões de uma escrita marginal, um tanto próxima daquela que caracteriza as publicações comumente definidas como *fanzines*

[...] os **fanzines** - neologismo formado pela contração dos termos ingleses **fanatic** e **magazine** – podem ser vistos como instrumentos através dos quais os homens forjam microrresistências e microliberdades com as quais, sub-repticiamente, procuram subverter a racionalidade panóptica que regula a vida nas cidades [...]. Uma sensação esquisita nos assalta quando lemos uma dessas revistas: há, no material, uma circulação de falas mais ou menos diversa, às vezes contraditória, mas permanece, assim como um buraco negro, um centro que arrasta nossa atenção para um unânime **não**.<sup>29</sup>

Observa-se de fato, na disposição do texto da obra, uma clara predisposição dos autores em adotar uma estética do pastiche intencional onde, para efeito de impressão no leitor, promove-se – a começar por termos presentes

---

<sup>29</sup> CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Artistas de diaspóricos, literatos desviados: fanzines, cultura ordinária e literatura menor. In: ADAD, Shara Jane Holanda Costa; BRANDIM, Ana Cristina Menenses e Rangel, Maria do Socorro. **Entre Línguas: movimento e mistura de saberes**: Fortaleza: Ed. UFC, 2008, p. 61.

no título – uma “verdadeira vampirização de palavras” (CASTELO BRANCO, *ibid.*, p. 64). Ocorre, portanto, que termos de larga divulgação comercial na época são devidamente apropriados e afetados por um “deslizamento semântico” (*idem*) que os adequa às intenções dos autores.

*Memorex*, por exemplo, era marca de medicamento famoso no período, geralmente indicado para os casos de amnésia ou esgotamento mental. O uso da marca para nomear a publicação indica, de forma sarcástica e vampiresca, a intenção de promover um esforço de reapropriação do legado de um “passado heróico” ou “era dourada”, o qual deveria funcionar como uma espécie de fator de reativação das mobilizações políticas da juventude estudantil e principalmente de certificação, nas consciências estudantis, da importância histórica da UNE.

Buscar-se-ia, com essa iniciativa, superar o suposto esquecimento imposto pela legislação pós-golpe, expressa na “Lei Suplicy” e no Decreto 477<sup>30</sup>, cuja finalidade precípua teria sido a de desarticular o movimento estudantil organizado em torno da UNE. Em suma, o encaminhamento de uma proposta de atualização da trajetória da UNE sob a forma de uma linguagem que combinasse uma pretensão política e um padrão estético compatíveis com a cultura juvenil do final da década de 70 que além da herança da geração de 68, ao mesmo tempo tão próxima e tão distante, também respirava os ares de uma contemporaneidade incendiada pela contracultura, bem como por posturas estéticas e políticas inspiradas no movimento punk.

Ary Pinto e Marianna Monteiro, dois integrantes da equipe responsável pela elaboração do texto, reconhecem inclusive que a inspiração para o trabalho advinha do contato com um tipo de cultura juvenil não necessariamente influenciada pelo ME, mas por um tipo de sociabilidade mais ordinária, já que constituída na cotidianidade das relações juvenis:

Longe de terem se conhecido no movimento estudantil, os componentes desse grupo se encontravam num apartamento em São Paulo, onde

---

<sup>30</sup> O Decreto 477, como a Lei Suplicy”, tinha como objeto o ME e, como finalidade precípua, a previsão de punições de caráter acadêmico e, num extremo, de dimensão penal aos estudantes diretamente envolvidos em movimentações políticas.

moravam três dos editores de *Memorex*. Tinham, eventualmente, alguma experiência no movimento secundarista e no movimento estudantil universitário, mas jamais haviam militado juntos. A equipe de *Memorex* revelava maiores afinidades com as fileiras da contra-cultura, do Rock and Roll que, às vezes unia mais que o movimento estudantil. Havia também um claro posicionamento desses jovens contra a ditadura militar. A consciência política do grupo era bem elaborada e definia-se com clareza pela luta contra a ditadura, percebendo o movimento estudantil como uma vanguarda cultural, artística, filosófica e científica<sup>31</sup>.

Interessados em construir uma narrativa sobre o ME que fosse capaz de oferecer-lhe munição unificadora e mobilizadora, mas não necessariamente incorporados pelo mesmo, os autores de *Memorex* guardavam semelhança com Segnanfreddo e Poerner, já que ambos também não estavam inscritos nas fileiras do movimento. Posicionavam-se, porém, em um lugar diferente no que dizia respeito ao campo de referências políticas, pois não compartilhavam, rigorosamente, uma moral política fechada – liberal, católica, udenista e comunista - preferindo apresentar-se como um grupo independente, cindido entre uma herança política tradicional de esquerda e uma experiência marcada pelo descentramento político e até mesmo por um certo flerte com o que as patrulhas ideológicas definiam como “o desbunde”.

Em certo sentido, é possível identificarmos a geração *Memorex* como uma espécie de subproduto mais bem acabado de uma tensão existente no campo das sociabilidades políticas estudantis já na década de 60. Castelo Branco (2005, p.77), ao tempo em que destaca a capacidade do ME de amplificar insatisfações e demandas difusas na sociedade brasileira do período, aponta também que “no interior do próprio movimento eram comuns dissensões que denunciavam não apenas opções políticas, mas visões antagônicas de mundo”. Na verdade, mais do que dissensões e antagonismos, o ME parecia mesmo viver uma transformação rumo à maximização do pluralismo de identidades, linguagens e comportamentos.

Essa tendência também é apontada pelo mesmo autor ao destacar, com base nas reflexões de um expressivo tropicalista, as diferenças de atitude e de mensagem política existentes entre “o corpo militante partidário” e o “corpo

---

<sup>31</sup> PINTO, Ary Costa e MONTEIRO, Marianna. *Rememorex: uma rebeldia necessária*. In: GROppo, Luís Antonio; MACHADO, Otávio Luiz e ZAIDAN, Michel. *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Recife; Ed. UFPE, 2008, p.2.

transbunde-libertário” (Ibid., p. 70). A diferenciação busca realçar um movimento histórico, comportamental em primeiro lugar, de tensão entre práticas políticas juvenis institucionalizadas ou burocratizantes, pois calcadas numa concepção monolítica de ação influenciadas pelo ideário de partidos e organizações de esquerda, por uma outra, dotada de uma nova criatividade e atualizada quanto à sintonia com as expectativas nascentes em uma sociedade que já vivia sob o signo do binômio utopia/massificação :

É possível dizer então que a juventude dos anos 60 viveu de diferentes maneiras o sonho do engajamento, num momento em que qualquer questão, em qualquer lugar do planeta, ganhava interesse internacional [...].

E os próprios estudantes serão desafiados a superar conceitos, entre eles o próprio conceito de *movimento estudantil* [...]

Pode-se dizer que, se o modo tradicional de fazer política pressupunha uma exclusão do corpo no cenário político, isto é, se o corpo militante-partidário é uma máquina que apenas nos limites da política – estudantil, de partido, etc. – se torna visível e dizível como, exclusivamente, um depositário da razão e da militância [...] o corpo transbunde-libertário, requebrante, desbundado, é um contraponto a este corpo militante [...] o que implicava uma apolitização do cotidiano que questionava as formas dominantes de pensamento em suas dimensões microscópicas<sup>32</sup>

Os autores do registro, em suas reflexões, apresentam-se como filhos dessa tensão apontada por Castelo Branco. Definem por isso a sua obra em termos que a ela se associam, já que parece representar para os mesmos uma forma de expressão cognoscitiva voltada principalmente para uma tentativa de orientação prática no tempo de sua produção.

Se analisarmos as origens familiares desse grupo vamos encontrar uma presença significativa de filhos de ex-militantes comunistas. Não era por acaso! A originalidade e especificidade de *Memorex* se dão nessa tensão entre a militância política tradicional e a militância contra-cultural<sup>33</sup>.

O interesse que parecia mover os pesquisadores responsáveis pela confecção de *Memorex* pautava-se numa carência de orientação do agir e do sofrer as sobredeterminações que ditavam as possibilidades e limites da ação

---

<sup>32</sup> CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria*: Torquato Neto e a invenção a Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005, p. 74-85

<sup>33</sup> PINTO e MONTEIRO, idem, p.3.

política da juventude de seu tempo. Era, em princípio, uma sociedade marcada pela presença de um Estado ditatorial que se propunha a promover, paradoxalmente, a redemocratização do país. Isso em termos de um “existencialismo político” significava dizer que se vivia uma bizarra situação que poderia ser definida num complexo jogo de palavras: uma ditadura que já não era, numa democracia que estava para ser.

Ao avaliar-se o conteúdo do depoimento dos autores de *Memorex*, presente no fragmento de texto acima, e o relacioná-lo ao ambiente nebuloso da abertura política de fins da década de 70, sobrevêm algumas impressões. A primeira delas é que o esforço de pesquisa que resultou na peça documental parece articulado a intenção de se construir uma narrativa que preservasse um senso mínimo de continuidade com o passado, mas de maneira a valorizar também o significado das experiências dos intérpretes em seu território existencial.

Isso, em segundo lugar, implicou adotar – na linguagem e na maneira performática de apresentação do material pesquisado - uma perspectiva um tanto existencialista da história do ME identificado com a trajetória da UNE. Esse interesse em manter uma identidade ética com um passado que representava o da militância dos “pais comunistas” talvez explique o aspecto “retalhado” da narrativa, toda ela perpassada pela bricolagem bem característica de uma juventude cuja socialização política fora forjada em uma realidade em que se combinavam autoritarismo, massificação cultural e expectativas de redemocratização.

Martins (2004) em seu estudo sobre a identidade política e cultural da juventude pós-68, por ele denominada de *geração AI-5*, procurou demonstrar o que acredita ser a intransitividade de seus comportamentos e linguagens. A abordagem feita por esse sociólogo, por ele mesmo denominada de ‘exercício de imaginação sociológica’, enfatiza principalmente o impacto exercido por uma cultura político-institucional autoritária, que sobreveio ao fechamento do regime civil-militar em dezembro de 1968, sobre as formas de manifestação políticas e culturais da juventude brasileira. A desarticulação das formas anteriores de



organização e de socialização políticas contribuiu para a reconstrução de formas autocertificadas como “alternativas” de expressão mas que, quanto à sua eficácia política, pouco ou nada teriam a apresentar, isso quando não apontavam para formas auto-destrutivas e narcisistas de manifestação. Para Martins, a “contracultura” seria a outra face, alienada e alienante, do autoritarismo institucionalizado a partir do golpe civil-militar de 1964.

Será, portanto, num ambiente social marcado pela supremacia do princípio autoritário, pela ausência de referências críticas, pelo desrespeito aos direitos individuais e pelo pensamento mágico que um jovem de 16 ou 18 anos fará, em 1968, sua entrada nesse universo herdado dos adultos [...]. Em síntese, numa situação na qual prevalece uma ‘cultura autoritária’ que [...] desorganiza comportamentos em três domínios [...]: o da sua liberdade, o da sua consciência crítica e o da sua capacidade de ação política [...], que vão surgir pautas específicas de comportamento que serão vividas como uma ‘contracultura’<sup>34</sup>.

É dessa maneira que o culto da droga, o modismo psicanalítico e a desarticulação do discurso aparecem para o autor como as expressões politicamente mais trágicas das redefinições das formas de expressão políticas e culturais da juventude. Para a presente discussão, faz sentido captar o que é mencionado acerca do último aspecto. Num primeiro momento, Martins (ibid., p.59) define o problema como característico da contracultura “ A pobreza de recursos e a desarticulação do discurso é o segundo elemento da síndrome alienante que expressa o universo que é vivido como contracultura [...]”

Em outro momento, exprime o que acredita ser suas consequências:

O que essa indeterminação do discurso revela, em última análise, é a existência de uma visão de mundo que se manifesta na prática – assim como o indeterminismo a constrói em teoria – a partir de duas negações: a de que a vontade humana possa ter um papel no curso de acontecimentos e de que seja possível estabelecer relações causais entre fenômenos.<sup>35</sup>

A forma de linguagem aplicada em *Memorex* é, sem dúvida, um tanto debitária desse paradigma. Observe-se, a propósito, a aparente negação de

---

<sup>34</sup>MARTINS, Luciano. “*Geração A15*” e maio de 68: duas manifestações intransitivas. Rio de Janeiro: Livraria Argumento. 2004, pp.34-35 .

<sup>35</sup> Ibid., p. 74

vontade dos autores em aparecerem como agentes da escrita, o que se pode observar no também aparente desleixo com que é feita a “colagem” dos documentos compilados pela equipe organizadora.

Analisada a especificidade do registro, porém, é possível verificar que a proximidade de *Memorex* com a estética fanzineira não lhe retira a intencionalidade política. A dimensão pastiche do texto, revela-se na colagem de textos de outras obras portadoras de uma visão similar sobre o papel da universidade e/ou do ME, como é o caso de Vieira Pinto (1996) e de Poerner (1968), bem de fontes primárias literalmente reproduzidas no corpo do trabalho, principalmente as produzidas pela própria UNE. A organização de toda essa documentação forma, no conjunto da obra, um todo coerente, organizado segundo dois eixos, respectivamente histórico e ideológico: linearidade cronológica e enaltecimento das posições alinhadas com o ideário político da esquerda estudantil.

É assim que estão presentes, no registro narrativo, as veiculações tanto de uma crítica à *estrutura arcaica* da universidade como o enaltecimento do papel desempenhado pela UNE na organização de um ME unificado e combativo, que teria desempenhado um papel decisivo em vários momentos importantes da história do Brasil republicano: da luta contra o nazi-fascismo à resistência ao golpe de 64 e à ditadura civil-militar implantada em decorrência do mesmo. Da mesma forma que em Segnanfredo e Poerner, concepções maniqueístas orientam a adesão à idéia da existência de uma conspiração a qual ameaça os interesses nacionais, tendo a UNE como um de seus focos de manifestação.

Descreve, com mais detalhes que Poerner, aspectos da fase definida por esse autor como *Período Negro*, que corresponde ao interregno em que a entidade esteve sob hegemonia de estudantes de tendência udenista. No momento de elaboração do registro contido em *Memorex*, Paulo Egydio Martins – que já havia sido apontado em *O Poder Jovem* como principal articulador da ascensão dos udenistas ao controle da UNE – já era governador, eleito indiretamente, do Estado de São Paulo para um mandato que se estendeu de 1975 a 1979. Tal fato é mencionado no texto de *Memorex*, como a ratificar a

acusação feita dez anos antes por Poerner de que Paulo Egydio personificava o estudante *pelego*.

A referência à posição política então ocupada por Paulo Egydio, pode ser interpretada como um indício de que a produção dessa parte da obra ficou sob encargo da equipe que integrava as Edições Guaraná.

Paulo Egydio Martins, atual governador do Estado de São Paulo, sem nunca ter sido presidente da UNE, era dos que mais se destacava na “ala ministerialista” [...]. Foi por inspiração sua que em 1949, surgiu em vários estados a Coligação Acadêmica Democrática, os famosos **CAD`s**, organização **fascista** que tinha por objetivo impedir a atuação de outras correntes políticas nos meios estudantis.<sup>36</sup>

Durante o mandato de Paulo Egydio no governo de São Paulo, ocorreram eventos que, por sua natureza, acirraram as tensões entre Estado e oposição civil, especialmente o ME paulista, gerando um clima de ressentimento e revolta evidentemente captado pelo texto de *Memorex* que faz referência ao período em que o então governador de São Paulo exerceu papel de destaque na direção da UNE. Um fato de grande repercussão, que afetaria todos os segmentos alinhados com a oposição ao regime civil-militar e em defesa da anistia política e redemocratização do país, foi o assassinato do diretor de jornalismo da TV Cultura, jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI paulista, no mês de Outubro de 1975. José Mindlin, que na época era Secretário de de Cultura, , afastou-se do governo pouco tempo depois desse episódio. Quase dois anos depois ocorreu violenta repressão aos estudantes da PUC durante manifestação, eram 22 de novembro de 1977.

Na ocasião em que ocorreu a invasão da PUC, realizava-se o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), que tinha como uma de suas principais finalidades a reorganização da UNE, e que já havia sido interdito, dias antes, em Belo Horizonte e no *campus* da Universidade de São Paulo (ABRAMO e MAUÉ, 2006). Afetada pelo clima de revolta com os acontecimentos que pareciam contrariar o discurso e iniciativas do executivo federal em favor da abertura política, bem como influenciada pela obra de Poerner, a qual também aborda o

---

<sup>36</sup> APESAR DE TUDO - UNE REVISTA – MEMOREX. São Paulo. DCE Livre Alexandre Vanucchi Lemos, 1978, s/p.

período definido como o de “ascensão direitista na UNE”, a equipe elaboradora de *Memorex* carrega ainda mais nas tintas da denúncia. Com isso, não apenas destilam o ressentimento indignado contra a ex-liderança estudantil - então principal nome público associado aos dois principais episódios de repressão do período de distensão política iniciado sob o governo Geisel - como também operam uma descrição, com maiores detalhes e acusações, referentes às supostas manobras utilizadas pelos *direitistas* para assumir e manter o controle da UNE entre 1950 e 1956.

O principal alvo das denúncias referentes às tendências, métodos, alianças e finalidades políticas das diretorias que presidiram a UNE durante o *período negro*, na verdade estava situado no contexto de produção do registro histórico em análise. Eram dirigidas a Paulo Egydio Martins as adjetivações desqualificadoras vinculadas aos udenistas do “período negro”. Em páginas escuras, como num recurso visual demonstrativo do estado de espírito do ME, o texto é repetidamente pontuado pelas expressões que, no seu todo, figuram como acusações diretas ao governador de São Paulo. Os *cadistas*, em sua imagem superposta à de Paulo Egydio, são frequentemente caracterizados como fascistas, truculentos, golpistas e - o maior de todos os pecados - aliados à conspiração norte-americana para dominar o Brasil.

O foco da análise centra-se na política internacional universitária adotada pela UNE no período, certamente por ter sido a área de maior atuação de Paulo Egydio, durante sua atuação como membro da diretoria da entidade. Sobre as realizações internas da entidade, no período, apenas uma breve nota em relação à gestão de Olavo Jardim Campos, que se repetiria em relação às gestões seguintes do período demarcado: “A gestão de Olavo Jardim Campos, não apresenta assim, nada de excepcional que mereça registro, exceto no que toca a atuação da UNE no âmbito internacional ”.(MEMOREX, s/p)

Abaixo, segue um fragmento do texto em que Paulo Egydio é situado no centro da articulação, vitoriosa pela violência e pelo complô que levou a ascensão dos *direitistas*:

No mesmo ano de sua criação os cadistas compareceram ao XIII Congresso da UNE dispostos a se elegerem, a qualquer preço, para a diretoria da entidade máxima dos universitários brasileiros. A atuação dos elementos da CAD, durante o Congresso, motivou tumultos e espancamentos de estudantes ali presentes, o que todavia não os livrou de fragorosa derrota [...]. No ano seguinte, julho de 1950, presente ao XIV Congresso Nacional de Estudantes, a CAD, finalmente, conseguiu obter sua primeira vitória de âmbito nacional. Com o apoio da UME, então presidida por Paulo Egydio [...] <sup>37</sup>.

Em seguida, é atribuído também a Paulo Egydio papel de destaque em tentativas de barrar a influência soviética sobre o ME brasileiro, exercida através da União Internacional de Estudantes, através de manobras durante o processo de realização do I Congresso Interamericano de Estudantes:

Por força de resolução do Congresso, a UNE teria que promover e realizar o I Congresso Interamericano de Estudantes, na verdade uma maneira de se criar uma entidade de âmbito internacional, que neutralizasse a atuação da União Internacional dos Estudantes, de influência soviética. Esta de fato desagradava a direita estudantil, notoriamente pró Yankees [...]. Presidia a comissão Paulo Egydio Martins, da qual deveriam fazer parte 1 representante por cada país. Os estudantes de outros países, entretanto, não se mostraram dispostos a acatar e fazer parte dos planos da diretoria da UNE e recusaram o convite. Paulo Egydio, então secretário Geral Internacional da UNE, não desistia [...] montando uma comissão formada só de estudantes brasileiros, ou melhor, só com estudantes do Distrito Federal <sup>38</sup>.

*Memorex*, neste termos, além de sua pretensão em contribuir para o fortalecimento do movimento de reconstrução da UNE e retomada do ideal de reunificação do ME brasileiro, pode ser pensado também como uma oportunidade criada para se dizer em linguagem não totalmente transparente o que as lideranças estudantis acreditavam dever ser dito, naquelas circunstâncias, ao principal mandatário civil do estado de São Paulo. Paulo Egydio continuava a ser visto, como antes na geração anterior, como um desertor das fileiras do movimento estudantil. O estigma lançado por *O Poder Jovem* no contexto do romantismo revolucionário, era reativado pela geração contracultural, roqueira e cindida, autora de *Memorex* e carregado com as marcas do ressentimento.

É também nessa passagem que se pode verificar a influência da estética verbal e das táticas de resistência características dos *fanzines* presentes no registro. Em meio a uma inocente, mas já perigosa para o contexto, intenção

---

<sup>37</sup> Ibid.

<sup>38</sup> Ibid.

de colher e organizar *elementos para uma História da UNE* é inserida, sem aviso ou declaração formal mas ainda assim visível ao leitor imbuído da competência para decifrar a mensagem, uma denúncia contra o estado de coisas em vigor, num recurso tipicamente enraizado no fazer artístico e político do cotidiano juvenil. :

Como se sabe, além de estar no centro do acontecer histórico, sendo a substância da História (HELLER, 1992), o cotidiano, longe de ser o lugar da opressão e do controle social, capaz de submeter e uniformizar as pessoas, é um lugar preñado de interpretações e de desvios. É espaço de constituição de brechas através das quais os homens ordinários, com táticas sutis e silenciosas, driblam a opressão panóptica (CERTEAU, 1994).<sup>39</sup>

“Homens ordinários” é, de certa forma, como se autodefinem os autores de *Memorex* ao apresentarem-se não como militantes estudantis vanguardistas, mas apenas como um grupo unido muito mais pela contra-cultura e o Rock and Roll do que pelo ME. Portadores de uma consciência política libertária, antiditatorial e de uma certa admiração pelo movimento estudantil<sup>40</sup>. À parte o perfil bastante comum dos integrantes do grupo, observa-se um certo senso de dever em que lhes caberia a obrigação de associar memória, rigor histórico e verdade em seu texto. A construção desse tripé poderia ser alcançada com a combinação de dois elementos: a pesquisa em arquivos, que lhes permitiu a compilação de fontes primárias e secundárias produzidas *pela história* da própria UNE, e ainda a publicização de tais documentos, dando a um maior número de pessoas, principalmente estudantes, a possibilidade de apropriarem-se do que certamente acreditavam ser a memória material de uma entidade que, naquele, momento, buscavam reconstruir.

*Memorex* se quer, como o termo que mais popularizou o registro feito pelas Edições Guaraná, deixar entender uma espécie de antídoto contra uma amnésia imposta pelo regime militar à chamada *geração AI-5* (MARTINS, 2008). Ao impedir a visibilidade da UNE àquela geração, haja vista a situação de clandestinidade a que a entidade ficara relegada, os órgãos de repressão impediam que circulassem livremente as falas referentes à memória oral sobre a

---

<sup>39</sup> CASTELO BRANCO, In: ADAD; BRANDIM e RANGEL. cp. cit p.63

<sup>40</sup> V. cit. pág. 25

mesma. Ao mesmo tempo, divulgavam de maneira hipertrofiada uma representação demonizadora calcada em sua associação com o ideário e movimentos simpáticos ao comunismo.

O projeto *Memorex*, ao promover o registro, trazia consigo, por isso, uma pretensão fundada em uma militância que combinava posições ideológicas com pretensões pedagógicas. Tal combinação visava ao aperfeiçoamento de um processo de reconstrução da entidade em que o primeiro passo seria o esforço de promoção de uma certa familiaridade do presente em relação ao passado. Algo equivalente à descoberta, que na verdade era muito mais uma construção, de um elo perdido entre gerações estudantis. É que nos sugere o depoimento a seguir:

Pela primeira vez, o estudo da história foi vivenciado por aqueles estudantes como um processo de descoberta e elaboração de fontes documentais e não apenas digestão de trabalhos interpretativos ou de pesquisa realizados por outros. O lema que fizemos questão de estampar nas páginas da publicação — **aprender é produzir** — retratava a nossa opção metodológica, nossa forma de fazer, e apontava para um projeto pedagógico, para uma 'paidéia', próxima de Paulo Freire<sup>41</sup>.

*Memorex* não possui, porém, ao contrário da obra de Artur Poerner, intenção de buscar legitimidade para as lutas estudantis em um passado histórico remoto. A obra vincula-se explicitamente a um fazer militante ideologicamente comprometido segundo nos informam dois dos responsáveis por sua edição:

A contribuição que buscávamos dar era: 1) revelar a institucionalidade da UNE que o regime militar destruiu e isto significava apontar para a existência de um legado documental da entidade; 2) destacar a significativa contribuição cultural que emergiu no interior da entidade ao longo de sua história; 3) mostrar a UNE como ambiente de reflexão dos problemas nacionais; 4) mostrar a entidade como geradora de mobilizações em defesa de projetos de interesse nacional; 5) mostrar a entidade como propulsora de renovações estéticas<sup>42</sup>.

A UNE, dada a urgência política do processo de sua reconstrução, representa assim o alfa e o ômega da narrativa de *Memorex*. O documento, fosse por cautela em função dos riscos de retaliação oficial, fosse por uma tática conscientemente ou inconscientemente adotada, não apresentou uma autoria

<sup>41</sup> PINTO E MONTEIRO, op.cit. p.3.

<sup>42</sup> Ibid., p. 4

explícita a não ser o próprio DCE-USP e uma certa “Edições Guaraná”. Ao que parece, a omissão de uma autoria nominal, mesmo da equipe responsável pela elaboração do documento, revela uma preocupação em projetar também, de forma hipertrofiada, a própria UNE como sujeito ressurgido das cinzas e já ativo no cenário de reorganização do ME. Um registro em que se busca produzir a impressão de que a UNE falava por si mesma.

Reforça tal impressão a forma de composição do texto, constituída de uma compilação de fragmentos de outros textos, discursos oficiais, entrevistas e, principalmente, documentos da própria entidade organizados segundo uma cronologia que se estende do momento de fundação da UNE às jornadas estudantis de 1968. Como em um jogo semiótico no qual se busca criar a impressão de que “a UNE falava por si mesma” o registro de *Memorex* apresenta-se, dentre todos os documentos aqui estudados, como o portador de conteúdo político mais pragmático.

#### **1.2.4 Memórias estudantis: o cânone revisitado em tempos de acomodação política**

Em 2007, já em um contexto de aprofundamento das instituições democráticas e aproximação e harmonia da UNE com o Estado brasileiro, que tem provocado questionamentos acerca da legitimidade da entidade para representar nacionalmente os estudantes brasileiros, foi publicada a obra *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. A autoria é da historiadora Maria Paula Araújo (2007), que atualmente integra o corpo docente do curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A obra é parte de um projeto maior, patrocinado pela Petrobrás em parceria com o Ministério da Cultura e a Fundação Roberto Marinho.

O projeto, denominado “Memória do Movimento Estudantil”, além da publicação do livro de Maria Paula, também incorporou a produção de dois documentários sobre o ME sob a direção de Silvio Tandler: *Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil* e *O afeto que se encerra em nosso peito juvenil* que tratam, respectivamente, da atuação política e da militância cultural da UNE na história



recente da república. A narrativa elaborada adota as mesmas referências factuais e cronológicas presentes nos demais registros aqui abordados que, à exceção de *O Poder Jovem*, têm o processo de fundação da UNE com seus antecedentes imediatos e desdobramentos, como ponto de partida.

A inovação presente no texto de Araújo, bem como nos filmes-documentários de Tandler, consiste na introdução de depoimentos de ex-líderanças da UNE. A seleção de depoentes parece não impor critérios de inclusão, incorporando sujeitos das mais diferentes tendências políticas e que atuaram em momentos os mais diversos da história da entidade. No texto de Araújo, a incorporação de documentação de época como fonte primária e o recurso a bibliografia de apoio buscam sustentar elaboração do registro que, do início ao fim e como o próprio complemento do título deixa transparecer, centra-se também na atuação da UNE. Na introdução à obra, já é apresentada uma sentença que demonstra a filiação do registro a um aspecto fundamental da tradição narrativa sobre o ME brasileiro:

No Brasil, a importância do movimento estudantil acompanha a trajetória de sua entidade máxima, a UNE [...]. Mesmo quando a entidade foi fechada pela ditadura militar, os estudantes saíam às ruas declarando que, enquanto estivessem lutando, a UNE estaria viva; porque a UNE era nada mais nada menos do que eles próprios atuando politicamente. Este era o sentido da palavra de ordem dos anos 1970 e 1980: 'A UNE somos nós, nossa força e nossa voz'<sup>43</sup>.

O fato de ser a autora uma historiadora por formação acadêmica não a distancia de um impulso celebrativo na construção narrativa. Araújo sucumbe não apenas à tradição de se identificar a UNE como a origem do ME brasileiro – fato que se expressa no subtítulo da obra – como também a uma leitura a um só tempo nostálgica e romântica sobre o papel e a importância política dos estudantes na história:

Ao longo da história os estudantes têm tido, em diferentes sociedades e em diferentes épocas, papel político relevante. Não é possível pensar nenhum tipo de insurreição, de resistência, de confronto político sem eles. Às vezes mais pacíficos, às vezes nem tanto, outras vezes de uma combatividade ostensiva (...). Organizados de diversas maneiras: em entidades estudantis, associações de caráter ideológico, organizações

---

<sup>43</sup>ARAÚJO, Maria Paula. Memórias estudantis. da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume – Dumará/ Fundação Roberto Marinho, 2007, p. 18

políticas clandestinas. De todo jeito, é impossível pensar cenários políticos de ruptura e transição sem a presença e atuação estudantis<sup>44</sup>

Um rosário de exemplos é em seguida desfiado. As manifestações estudantis do século XIX, durante o processo de unificação Alemã e nas mobilizações anti-czaristas na Rússia pré-revolucionária. As manifestações de 1968 em Paris e em Praga, a experiência de “levas de guerrilheiros – jovens universitários, alguns secundaristas – que abandonavam os bancos escolares para pegar em armas e lutar contra as ditaduras militares” (idem) na América Latina são algumas das experiências históricas evocadas para sedimentar a imagem da rebeldia e do progressismo político da juventude estudantil como um acontecimento que se repete constantemente na história. O *telos* que orienta a abordagem, portanto, a exemplo do que ocorre nos textos anteriormente analisados, conduz a uma naturalização do papel da UNE como entidade amplificadora, unificadora e direcionadora da disposição estudantil para o protesto. Em dado momento, a historiadora repete um argumento presente no texto de Ianni (1963), *O jovem revoltado*, o qual é destacado por Bresser-Pereira (1979), em obra na qual procura explicar as origens históricas e sentido político do que define como “as revoluções utópicas da década de 60”.

Em Ianni, segundo Bresser-Pereira, o jovem estudante em geral define-se por uma postura de negação do presente. Seria esta uma que singularizaria o estudante em idade juvenil. O autor busca evidenciar, em seguida, as matrizes sociológicas desse comportamento potencialmente político do jovem estudante:

Segundo seu enfoque, a contestação ‘juvenil’ se inicia com o enfrentamento das contradições relacionadas ao mercado de trabalho, mas a rebelião só apareceria como traço característico no momento em que o jovem ingressa no “mundo do trabalho”. É a partir daí, continua Ianni, que surgem as condições para elaboração de um comportamento ‘revolucionário’, fundado numa consciência ‘adequada, sintetizadora’<sup>45</sup>.

Essa imagem da rebelião juvenil elaborada por Ianni e corroborada por Bresser-Pereira é repetida por Araújo, ao buscar explicar as razões que explicam o que acredita ser a importância histórica e política do ME:

---

<sup>44</sup> Ibid., p.15

<sup>45</sup> BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **As revoluções utópicas da década de 60**. São Paulo: Ed. 34, 1979, p.72

É difícil explicar essa característica do movimento estudantil, que se repete ao longo dos anos, em países muito diferentes. Ela talvez se explique pelo estatuto particular da juventude. O jovem, de forma geral, é aquele que não tem mais os limites da infância dados pela família e pela escola, e ainda não têm os compromissos e restrições do adulto inserido no mercado de trabalho e na dinâmica social vigente [...]. Historicamente, tal situação tem produzido ações radicais, corajosas, voluntaristas – para o bem e para o mal<sup>46</sup>.

*Memórias Estudantis*, como já foi mencionado, pode ser considerado o único registro da memória do movimento estudantil, sob o formato de narrativa histórica, elaborado por uma historiadora de ofício e de reconhecimento nacional como especialista em sua linha de pesquisa: a história política do período do regime militar sob a perspectiva dos movimentos sociais. Devido às credenciais da autora, o tratamento dado às fontes busca promover um distanciamento ideológico e a linguagem aplicada à obra objetiva adotar um tom sóbrio e analítico, capaz de assegurar-lhe capital científico e reconhecimento acadêmico.

De fato, a grande inovação encontra-se no caráter metodológico e na expressividade assumida pela memória dos atores, principalmente através de suas falas incorporadas ao texto. O que explica, porém, essa adesão do registro ao modelo de abordagem do objeto e de construção da narrativa ao modelo tradicional percebido nas obras analisadas?. Não se observa no contexto de sua elaboração e publicação, o período situado entre os anos de 2005 e 2007, nenhuma grande disputa ou mobilização política que possa ser apontado como fator conjuntural responsável pelo tom celebrativo adotado pela autora, a despeito de sua intimidade com o aparato teórico e metodológico, bem como de sua familiaridade com a linguagem acadêmica. Tais disputas e mobilizações, como já se viu, marcaram o momento de publicação dos registros já abordados no presente trabalho.

Em 1963, data de publicação de *UNE- instrumento de subversão*, o debate ocorria em torno de temas como as reformas de base, o suposto risco de sindicalização e comunização do Estado e da sociedade brasileira, respectivamente, bem como o debate, no campo da esquerda, em torno das possibilidades da revolução brasileira, fosse pela militância política ou cultural. Em

---

<sup>46</sup> ARAÚJO, p. 17

1968, ano da publicação de *O poder jovem*, deu-se o momento de retomada das mobilizações estudantis não mais apenas contra o caráter autoritário e tecnicista da reforma universitária proposta pelo regime civil-militar, como também a ampliação das discussões de bandeiras de luta que passaram a incorporar o tema da redemocratização do país. Foi nesse contexto também que as mobilizações estudantis no Brasil se viram amplificadas pela reviravolta política mundial, a qual projetava a juventude como protagonista político, bem como pelo que Saes (1979) definiu como “ reação tardia da classe média contra a ditadura militar”. Em 1978, data da publicação de *Memorex*, o clima político era incendiado por temas como a anistia, o movimento pelo custo de vida, a necessidade de aceleração do processo de abertura política e, principalmente para o movimento estudantil, a luta pela reconstrução da UNE.

Em todos os momentos anteriores o quadro social e político atuou como importante fator a condicionar a produção das narrativas, inserindo nas mesmas um sentido de militância e posicionamento em relação a questões nevrálgicas da política nacional. Em todas elas, a UNE e o movimento estudantil por ela representado foi tomada como foco principal da discussão. A mesma situação, porém, não se verifica com *Memórias estudantis*. Pelo contrário, o cenário geralmente apontado é de marasmo e de refluxo do ME, quando não mesmo de aparelhagem da UNE por partidos de esquerda, especialmente o Partido Comunista do Brasil (PC do B) que já há mais de 20 anos detém o controle sobre a direção da entidade. Uma explicação plausível talvez possa basear-se na percepção do registro como uma peça que, movida por um afeto nostálgico, proponha-se revitalizar o capital simbólico e, por conseguinte, político e social da entidade, diante da já combatida representatividade da mesma perante a comunidade estudantil universitária. Some-se a essa intencionalidade o marketing dos 70 anos da UNE, que é também uma forma encontrada para a captação de recursos públicos e privados para o projeto Memória do Movimento Estudantil (MME), atualmente em andamento.

Apesar do rigor metodológico, porém, o registro deixa-se contaminar por uma certa perspectiva militante e celebrativa, na qual se apresenta uma UNE sempre atuante em duas arenas de luta: pela manutenção de sua unidade e pela

democratização do Estado e da sociedade brasileira. Abrandada pela autoridade e linguagem acadêmica da autora, a celebração da imagem heróica do movimento torna-se, porém, ainda mais eficiente e assimilável pelos leitores mais críticos, já que dotada do investimento de legitimidade científica. Na verdade, o registro escrito reproduz em estilo um pouco mais comedido a apresentação em estilo teatral e pirotécnico da história do ME feita por atores globais, nos filmes documentários de Silvio Tendler.

Como em *Memorex*, observa-se um uso farto de imagens as quais integram, de forma articulada, também uma narrativa sobre o ME. São imagens de documentos, manifestações de rua, reuniões e debates, confrontos com a polícia além da inclusão, em algumas passagens, de referências a eventos internacionais ou de impacto internacional como a II Guerra Mundial, a Guerra do Vietnã e o Maio de 68 na França. A exposição de fotografias de cartazes de campanhas promovidas pela UNE ao longo de sua trajetória parecem manifestar a intenção, como em *Memorex*, de promover a exposição de um discurso objetivo.

Parece-nos ser a motivação que tornou possível a realização do projeto de promoção do resgate da memória do movimento estudantil a responsável pelo comprometimento do produto final da pesquisa, a despeito da oficiosa competência de sua condutora. Tratava-se, sobretudo, da celebração de uma efeméride: os 70 anos de fundação da UNE. O clima de encontro com o seu “passado heróico”, sob os auspícios de um governo que ajudou a construir e manter e de uma instituição privada de comunicação que já representou um dos seus principais alvos políticos estratégicos, não deixa espaço para questionamentos: vive-se, de fato, uma espécie de momento “mágico” de realização do “destino manifesto” dos estudantes brasileiros. Sobra inclusive espaço para a invocação de velhos fetiches e ressentimentos, como atesta o fragmento a seguir:

Uma das campanhas mais significativas que a UNE liderou, nos últimos anos, foi a campanha contra a Alca. A Alca (Área de Livre Comércio das Américas), foi proposta pelos Estados Unidos como um acordo comercial que integrasse todos os países da América (menos Cuba) num bloco comercial, com a derrubada gradual das barreiras comerciais e alfandegárias, para a circulação de todos os produtos entre os países

membros [...]. Em contraposição a Alca, defendem o projeto do Mercosul, acordo firmado entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que ganhou recentemente a adesão da Venezuela e da Bolívia. Para a maior parte da esquerda o Mercosul, sim, significaria uma parceria entre partidos aliados e excluiria a hegemonia norte-americana<sup>47</sup>

A campanha contra a ALCA parece ser, veladamente, apresentada com certo entusiasmo pela autora que, ao apontar os Estado Unidos como articulador desse organismo de comércio continental o faz, também veladamente, à luz da teoria da *conspiração Yankee*. O mesmo entusiasmo velado pode ser percebido na menção à adesão da Venezuela e da Bolívia, hoje países com governos adotados por certos setores da esquerda – hegemônicos na UNE - como modelos de uma postura considerada ideal, pois contrária aos interesses americanos no subcontinente.

Ao final do fragmento, Araújo livra-se enfim de todos os subterfúgios para proclamar o MERCOSUL como expressão do ideário *de esquerda* e instrumento de luta contra os Estados Unidos. A UNE, nesse caso, reaparece mais uma vez como a portadora e batidora de um projeto revolucionário defendido agora não mais apenas para o Brasil, mas para toda a América do Sul. A moldura que informa a *nomeação oficial* do ME brasileiro, portanto, permanece acrescida do que se entende serem as expectativas e ideologizações vivas no momento em que se escreve esse texto: tempos de sedução de parcelas da juventude estudantil por um certo “pan-americanismo bolivariano”.

### 1.3 “*Hic Rhodus, hic salta*”<sup>48</sup>

A tradição narrativa sobre o movimento estudantil revela, assim, ser portadora de uma estrutura estruturante, ou seja, um conjunto de referências

---

<sup>47</sup> ARAUJO, op. cit. p. 284-285).

<sup>48</sup> MARX., Karl. **O dezoito brumário de Luiz Bonaparte e Cartas a Grugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. A expressão, tirada de uma fábula esopiana, foi utilizada por Marx para enfatizar a urgência de se tomar o desafio de superar-se, pela ação organizada e violenta, as condições geradoras da revolução proletária. Em geral, é empregada diante de toda situação embaraçosa ou constrangedora em que somente um esforço autêntico de transformação é capaz de remover tal situação. No presente texto, é empregada para ressaltar a necessidade de promoção de formas de abordagem da história do ME brasileiro as quais, a partir de uma crítica epistemológica, sejam capazes de promover a desideologização das narrativas.

simbólicas persistentes. Tais referências, sob a forma de um capital simbólico consciente ou inconscientemente compartilhado, têm contribuído para o solapamento da memória dos sujeitos e constituição de relações objetivas de alianças e disputas dotadas do poder de manter, a despeito das tensões internas geradas no movimento, a estabilidade do campo e reprodução de um *habitus* definidor da cultura política estudantil.

O raciocínio e a linguagem utilizada geralmente amparam-se em um exercício de tabula rasa, em que o passado tende a ser elaborado como representação vinculada às experiências do presente, com seus interesses e expectativas. Tal apropriação do passado, porém, não ocorre sem que seja preservada uma moldura comum e permanente a todos os momentos de sua manifestação. Tal moldura é o que, acredita-se, sustenta e sedimenta uma identidade histórica ao ME, à qual é plenamente incorporada uma *nomeação oficial* que somente admite variações das finalidades conjunturais, politicamente identificadas com as demandas do momento de elaboração dos registros, mas sem que isso comprometa os elementos fixos que se combinam na narrativa:

1. Crença na posição dos estudantes como vanguarda nacional;
2. Reconhecimento da UNE como principal, senão mesmo o único, sujeito ativo na história do ME brasileiro;
3. Adoção de uma lógica maniqueísta na abordagem do tema, o que implica uma tomada de posição política dos autores em relação às forças reconhecidas como em estado de disputa pela hegemonia no movimento;
4. Atribuição da influência de interesses externos, vistos como conspiratórios, sobre a dinâmica interna do ME, de maneira a insistir-se frequentemente em sua articulação com os embates ideológicos e políticos gerais.

Não se quer, entretanto, questionar se a tal estrutura narrativa corresponde ou não uma identidade com os fatos. Na verdade, uma análise mais acurada pode levar inclusive à sustentação da tese de que a cada um dos

elementos constituintes dessa estrutura narrativa cristalizada corresponde uma forma de identidade com o real, independente da carga de afetos, interesses ou opções ideológicas dos autores que possa vir a provocar distorções por exagerar determinadas dimensões do objeto em detrimento de outras. Isso pode ser entendido como um produto natural do fenômeno de apropriação que se dá com a produção do registro, sempre responsável por filtragens e ajustes do real de maneira a atribuir-lhe a coerência esperada (Chartier, 1990). Trata-se, como já foi bastante repetido, do solapamento da memória pelo registro efetuado a partir das lentes utilizadas pelos autores.

Interessa, em primeiro lugar, avaliar a importância e a força de tal estrutura narrativa no processo de elaboração da consciência histórica dos agentes que, geração após geração, filiam-se ao ME. Reconhecer como tal estrutura obstaculiza outras variantes na forma de se pensar as sociabilidades políticas estudantis, sem a presença marcante de pelo menos alguns elementos constituintes da mesma, de forma a abortar inclusive a possibilidade de abordagem de outras experiências de construção de culturas políticas estudantis de tipo diferenciado, marginais por não se vincularem de forma dependente à história da UNE ou por ocorrerem em regiões distantes dos grandes centros econômicos, urbanos e populacionais do Brasil.

Experiências desse tipo, anômalas para o padrão ideológico e epistemológico que direciona as narrativas estruturantes sobre o ME são, na maioria das vezes, simplesmente ignoradas ou desqualificadas como portadoras de importância menor no panteão das ações e sujeitos modelares do movimento. Cumpre nesse caso, buscar capturar para o campo da produção historiográfica tais experiências, não apenas desvendando a sua lógica particular, condicionada pelas configurações locais onde se deu a sua ocorrência, como também demonstrando que as mesmas contribuíram ao seu modo para a construção de uma história nacional do ME brasileiro. Esse talvez representasse um primeiro passo para a superação da *história reificada* do ME (BOURDIEU, 2005). Esse representa um desafio que torna relevante o interesse pela história do ME na capital do Piauí.



#### **1.4 Narrativas sobre o Movimento Estudantil no Piauí: o cânone cindido entre a memória e a prescrição**

A experiência histórica do movimento estudantil piauiense apenas recentemente tornou-se objeto de apropriação narrativa. Em um primeiro momento, sob a forma de balancete histórico e memorialístico para, em seguida, assumir abertamente pretensões de contribuição ao aperfeiçoamento da prática política estudantil. Em todos os registros sobressai o olhar de ex-militantes empenhados em publicar suas experiências, bem como de militantes interessados em compreender o que entendiam serem as origens históricas de sua identidade como partes constituintes de um movimento social cuja importância política entendiam ser algo recente.

Além disso, o momento em que ocorreram as publicações já era marcado pela hegemonização de uma perspectiva esquerdizante do ME. Esse fato contribuía para configurar o mesmo como um universo particular do campo social em que as relações de força, primordialmente informadas por perspectivas ideológicas e políticas as quais se alinhavam com correntes filiadas ao universo de referências representados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ou ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). O primeiro, atuando no Piauí desde 1979, e o segundo recém-saído da ilegalidade, constituíam em termos de densidade eleitoral, no estado, um segmento político-partidário de baixa expressividade.

A influência dos dois partidos, porém, era evidente tanto no movimento sindical como no ME. Isso ao ponto de constituírem-se as principais facções em disputa pelo controle sobre as instâncias deliberativas e representativas de ambos os movimentos. Essa disputa, como se poderá perceber, teve um papel importante na construção das narrativas sobre ME elaboradas sobre o ME piauiense, e aqui analisadas.

Observou-se o estabelecimento de um padrão narrativo em que se podem destacar convergências quanto à delimitação das “origens históricas do movimento” combinadas com silenciamentos e destaques relativos a sujeitos

que, no processo abordado, desempenharam papel de lideranças na organização e condução de entidades e mobilizações em torno de causas específicas e gerais. Esses procedimentos, adotados pelos autores, consistem em mobilizar mecanismos que minimizem o papel representado pelas gestões de líderes ou de diretorias eleitas para o DCE, os quais tenham mantido algum tipo de relação com a facção oposta à dos autores, tanto na época em que exerceram funções representativas quanto no momento em que elaboravam os registros.

Da mesma forma que o ME representava um campo de disputas por capital político e social capazes de alicerçar os projetos de projeção eleitoral dos dois principais partidos de esquerda atuantes no estado do Piauí, também a construção de sua memória historiográfica foi solapada por finalidades políticas. Essas finalidades transformam essa memória, a um só tempo, em objeto de celebração identificada com um “mito político fundador” e de disputas simbólicas entre facções rivais de esquerda em luta por reconhecimento político, de maneira a constituir um capital simbólico apropriado.

O contexto de produção dos registros ocupa o intervalo de tempo de uma década (1985-1995), entre a publicação do primeiro texto e a publicação do último. O período corresponde ao momento imediatamente posterior ao fim da ditadura civil-militar, historicamente definido como “Nova República” (1985-1989), bem como à primeira experiência política sob o mandato de chefes do executivo nacional eleitos pelo voto popular após 25 anos (1990-1994). Em nível nacional, os debates giravam em torno de questões complexas, por exemplo, da estagnação econômica e hiperinflação as quais fundamentavam a avaliação dos anos 80 como a década perdida para a economia nacional. Essa estagnação era geralmente apresentada como rescaldo do modelo da “modernização conservadora” colocado em prática pelo regime civil-militar a partir do início dos anos 70 e que se caracterizava pela dependência e associação ao capital privado internacional ( DREYFUSS,2006).

No plano das discussões propriamente políticas, porém, os anos 80 caracterizaram-se pelo domínio da temática dos Novos Movimentos Sociais e as perspectivas abertas pelas mudanças que ocorriam na forma do Estado brasileiro

o qual, longe ainda de constituir-se em um Estado democrático de direito, apontava porém para uma ampliação das margens de regulação social. Santos (1998) aponta por exemplo, uma oscilação dos espaços de manifestação pública que indicava, no mínimo, a ausência de parâmetros institucionais para a definição do que poderia ser tolerado e do que deveria ser interdito. Ocorria assim, na medida em que avançava o fim da década de 1970 e o decorrer da primeira metade dos anos 80, uma gradual mudança de leitura sobre o fim da ditadura e as possibilidades de organização de movimentos de oposição ao regime e de redemocratização do país.

Santos (1998) demonstra que, nesse quadro, a crítica teórica dos Novos Movimentos Sociais dirige-se não apenas aos instrumentos e modos de regulação desenvolvidos pelo Estado, mas também ao papel desempenhado pelos considerados “movimentos sociais tradicionais” – e, entre eles, especialmente o movimento operário - na manutenção de tais formas de regulação social. Nesse quadro de um Brasil fortemente impactado pela memória do fracasso das experiências de resistência armada ao regime civil-militar, bem como pela expansão da cultura de massas e pela possibilidade de redemocratização, as atenções voltaram-se para a ênfase em formas de organização e luta voltadas para a resolução de questões imediatamente identificadas com as experiências no tempo presente.

Os debates e abordagens, assim sendo, distanciam-se de projetos em defesa de “um futuro longínquo a construir” (Santos, Idem). Foi esse o contexto de publicação do primeiro registro sobre a experiência do ME local, ocorrida em de 1985. O artigo *A história recente do movimento estudantil universitário piauiense*, de autoria de Marcos Lopes e publicado na edição do Almanaque da Parnaíba referente ao ano de 1985, pode ser considerado um marco fundador do registro hisotográfico do movimento estudantil piauiense, não apenas por ter sido o primeiro texto publicado sobre o tema, mas por ter fixado um modelo de abordagem o qual seria prontamente adotado pelos outros registros mais adiante analisados.

Lopes havia sido presidente do DCE-UFPI durante a gestão 1983/1984, o que demonstra uma inevitável articulação entre essa experiência recém-incorporada ao seu universo de lembranças pessoais e a experiência, então em curso, de produzir uma espécie de inventário da história do ME universitário piauiense. No canto inferior esquerdo da primeira página do artigo, o autor identifica-se como ex-presidente do DCE-UFPI, omitindo informações referentes à sua ocupação no momento de produção do texto, bem como quaisquer dados relativos à sua opção ideológica ou filiação partidária. No mínimo, esse procedimento deixa evidente o entendimento de que o legado de militância política já seria suficiente para atribuir-lhe a legitimidade necessária para abordar de maneira satisfatória o tema, conferindo-lhe credibilidade.

Em primeiro lugar, estabelece o momento fundador do movimento, dando destaque a uma trajetória que teria início com a luta pela emancipação da principal entidade representativa dos estudantes da Universidade Federal do Piauí: o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Tal trajetória, destacada pelo narrador, caracteriza-se por uma gradual aproximação ao que considera ser uma espécie de missão latente a princípio, mas cada vez mais manifesta na medida em que se entende ser a maior evolução dos níveis de organização e atuação do movimento. Dessa forma, percebe a crescente potencialização de uma função política que, para o autor, já parece estar pré-constituída e cujo desenvolvimento é entendido como algo previsível:

Assistiu-se nos últimos cinco anos ao despertar dos estudantes universitários piauienses para a ação política organizada (...). O potencial de luta contido nas fileiras estudantis, emergiu no sentido de combater o autoritarismo, o clientelismo, a corrupção e o obscurantismo que dominavam e ainda dominam a vida universitária e a nossa sociedade como um todo. Esta evolução da consciência política e de organização dos estudantes universitários se deu de maneira progressiva.<sup>49</sup>

O momento apontado como o de gênese do ME piauiense é o ano de 1979, que coincide com o contexto de mobilização em torno de causas específicas do ME como, por exemplo, a reconstrução da UNE e de questões

---

<sup>49</sup> LOPES, Marcos. A história recente do movimento estudantil universitário piauiense. IN: Almanaque da Parnaíba, Teresina:1985, p.105.

gerais politicamente relevantes para a redemocratização brasileira, como o movimento pela anistia e contra o custo de vida. Esse pano de fundo representado pelas questões nacionais não recebe, porém, nenhum tratamento de destaque no registro de Lopes. Uma única referência mais demorada se dá em relação ao congresso de reconstrução da UNE em maio de 1979, e ainda assim com o fito de destacar o envio de uma delegação piauiense ao mesmo (LOPES, p.106).

Lopes, a fim de melhor situar o momento fundador do ME universitário, apresenta ao leitor o momento anterior, ou o passado a ser negado e que corresponderia ao momento em que o DCE-UFPI nada mais seria que mero apêndice da reitoria. A ausência de maiores detalhes sobre esse primeiro momento de experiência do ME universitário gestado na UFPI é um bom retrato da economia escriturística que orienta o raciocínio do autor. Ocorre, nesse caso, uma intenção de minimizar o papel representado por um passado compreendido como de simbiose ou colaboracionismo com as esferas de controle institucional no processo de constituição da posterior identidade política do movimento.

Esse colaboracionismo, que se iniciaria com a própria fundação do DCE por ato da reitoria da UFPI em 1976, teria agido como uma espécie de barreira de contenção à participação política e à explosão de posturas mais reivindicativas e politizadas. Ao mesmo tempo, é atribuída uma intencionalidade aos agentes ligados às esferas da administração superior da universidade, cujos elementos comprobatórios são dispensados apenas em favor da convicção pessoal do autor. Nestes termos, o ato de criação do DCE pela reitoria da UFPI é assim apresentado:

Esse gesto, aparentemente louvável, reflete o paternalismo tradicional de nossa sociedade latifundiária. Ao patrocinar a criação do DCE e posar de aliado dos estudantes, Camilo Filho intencionava controlar o movimento estudantil para impedir o desencadeamento das lutas que realmente interessavam ao conjunto dos estudantes<sup>50</sup>.

Um início ruim, que logo seria superado pela ocorrência de “alterações significativas” (Lopes, p. 106) as quais o autor apresenta como produto de uma

---

<sup>50</sup> Ibid.

experiência de descolagem do controle institucional, representada pela vitória da primeira chapa de oposição em eleições livres para o DCE.

O ponto de partida foi a vitória da chapa TRAVESSIA, de oposição, nas eleições do DCE. Poucos meses após a posse da nova diretoria, o DCE foi desatrelado do aparelho administrativo da UFPI, através da aprovação, em assembléia geral, de novos estatutos, de caráter democrático [...]. Essa gestão do DCE, a primeira de conteúdo democrático, deixou aos estudantes e futuras administrações duas grandes heranças: o jornal “UNHA DE GATO”, já tradicional na universidade, e o FEMP (Festival Estudantil de Música Popular) [...] <sup>51</sup>.

Nessa passagem que praticamente se encrava na memória das gerações seguintes o momento a ser considerado como gênese de um ME de tipo novo ou, no mínimo, renascido em Teresina, ocorrem omissões quanto a nomes de lideranças que desempenharam papel de destaque nas mobilizações do período. Acredita-se que as razões de tal omissão devem-se principalmente ao fato de que a maior parte das lideranças desse momento foram sujeitos cuja militância estava-se constituindo ou viria a constituir-se posteriormente nas fileiras do PT, enquanto o narrador alinhava-se ao PC do B.

Essa impressão fica mais evidente em um momento posterior do registro, quando é feita referência direta ao candidato a presidente eleito pela chapa “Nossa Voz”, para o mandato 1981/1982. Apresentando o nome do candidato a presidente e da chapa eleitos, precisamente nessa ordem, o autor ainda complementa que com isso “o movimento estudantil cresceu e consolidou-se” (Ibid.,p.106). O detalhe a ser considerado nesse caso é que o então candidato eleito, bem como a maior parte da diretoria que compunha a chapa, eram militantes filiados ao partido comunista, sendo, portanto, correligionários políticos de Lopes.

Destaque-se ainda que o candidato eleito pela chapa “Nossa Voz” e cujo nome mereceu destaque no artigo de Lopes era o então vereador por Teresina, Osmar Junior, que na época estava na metade de seu mandato pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e preparava-se para articular sua reeleição pelo PC do B. O texto de Lopes nessas circunstâncias, muito embora tenha realmente o ME de Teresina como seu principal foco, pode

---

<sup>51</sup> Ibid., p. 106

ser também pensado – ainda que como produto talvez de um ato falho de seu autor – como uma discreta peça promocional do futuro vereador, pelo PC do B, da capital piauiense.<sup>52</sup>

Ao prosseguir sua narrativa, Lopes continua destacando o já apregoado crescimento do ME. A ênfase recai sobre o que julga ser, é claro que com uma certa licenciosidade conceitual, "o desencadear das primeiras lutas de massa na UFPI" (ibid.,). Por "lutas de massa" o autor parece resumir a articulação do ME com outros movimentos e entidades, especialmente o movimento sindical e a OAB, e a organização de atos públicos fora dos muros da universidade: por duas vezes Lopes destaca o papel representado pela Praça Pedro II, um dos principais logradouros públicos de Teresina, como espaço de realização de manifestações estudantis na década de 80.

O destaque às paralisações e greves convocadas tanto pela UNE como DCE é outro ponto que merece destaque no registro. A referência às greves estudantis passam a pontuar a narrativa de maneira a concatenar uma exposição em que vão sendo apresentadas conquistas graduais e adesões de outros setores às lutas estudantis, o que talvez representa para Lopes mais um elemento em favor da tese de uma evolução do movimento para o formato de "luta de massa" :

Em 1980 assistiu-se ao desencadear das primeiras lutas de massa na UFPI [...]. Em setembro, ocorreu a primeira greve na história da universidade, convocada pela UNE, em protesto contra o MEC pelo não atendimento às reivindicações dos universitários. Os eixos principais da greve: mais verbas para a educação, contra o ensino pago e pela democratização da universidade [...]. Em abril de 1981, nova paralisação na UFPI: dois dias de paralisação, em todo o país, por iniciativa da UNE, contra a intransigência do MEC face à plataforma de reivindicações, aprovada em assembléias gerais da universidade [...]. Eleito Osmar Junior ,[...], três meses após a posse da diretoria, coroando um longo processo político, explode a primeira greve por tempo indeterminado, com repercussão profunda nos meios piauienses [...]. 1982 iniciou-se sob o calor da luta. O MEC havia decretado aumento no preço das refeições e corte nas verbas dos restaurantes universitários de todo o país,[...]. Diante disso os estudantes decretaram greve geral por tempo indeterminado [...]. Em 1983, com a nomeação do prof. João Ribeiro para reitor, criou-se um ambiente novo na UFPI. Apesar de indicado á revelia da comunidade, de ser um elemento de confiança do regime, chegou com propostas de

---

<sup>52</sup> De fato Osmar Junior foi reeleito para novo mandato na Câmara de Vereadores de Teresina, pelo PC do B, em mandato que se cumpriu entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1992.

liberalização da administração universitária. Os estudantes aproveitaram a oportunidade e ocuparam mais espaço na estrutura política da universidade. Em outubro, desencadearam a maior greve ocorrida na universidade, que durou vinte e três dias, exigindo moralização administrativa (o fim dos funcionários fantasmas), melhoria das condições de ensino e de assistência aos estudantes<sup>53</sup>.

Pelo conteúdo da narrativa, a inclusão da figura da greve como instrumento de luta reivindicativa, na UFPI, teria sido obra das ações empreendidas pelo ME universitário. Esse aspecto, aliás, merece ser objeto de estudos mais detalhados na medida em que revele um dado relevante acerca do processo de constituição de uma cultura política de mobilizações em uma instituição de ensino superior, cujas marcas de nascença enraízam-se em iniciativas adotadas por setores da elite local<sup>54</sup>. Para Lopes, foi essa radicalização da movimentação estudantil por um lado, e o que definiam como a resposta intransigente das instâncias de poder os responsáveis pela projeção de mais uma bandeira de luta, a qual ganharia mais importância a no decorrer dos anos 80 e início dos anos 90: as eleições diretas para reitor.

Finalmente cabe ainda destacar, nesse primeiro texto, as referências que o autor faz às articulações entre as ações do ME universitário com o contexto político local. São breves tais referências, mas bastante significativas quanto à linha de raciocínio político adotada por Lopes. Tais referências são raras, já que Lopes concentra atenção nas mobilizações em torno das demandas específicas do movimento.

Em verdade, fica a impressão de que as motivações, tanto quanto as implicações políticas das mobilizações estudantis são calculadamente contornadas. Nenhuma referência é feita às questões que permeavam o cenário nacional e estadual, principalmente as que serviram como pano de fundo para a retomada das mobilizações estudantis em fins dos anos 70. Um dos raros momentos em que faz menção à articulação do ME com questões políticas é

---

<sup>53</sup> Ibid.

<sup>54</sup> PASSOS (2003) possui interessante estudo a respeito do papel da ação estatal no sentido de promover a implantação da Universidade Federal do Piauí, a partir de 1968, e de como essa filiação às iniciativas do poder e a uma legislação para o ensino superior, elaborada em um contexto ditatorial, influenciaram em sua cultura institucional e, logicamente, sobre o ME universitário piauiense.



numa referência ao impacto da greve estudantil de 1981 sobre as pretensões do então reitor da UFPI, Camilo da Silveira Filho, de lançar-se candidato ao governo do Estado, nas eleições de 1982, pelo Partido Social Democrático (PDS) (IBID,1995). O comentário assume, no corpo do registro, a dimensão de um mero apêndice, um fato accidental a que não caberia nenhuma responsabilidade ou intencionalidade aos estudantes.

A única passagem em que o autor apresenta um comentário mais demorado acerca do que entende ser o papel a ser desempenhado pelo ME na esfera política, possui um tom de ressentimento em relação a uma das diretorias, precisamente a que exerceu mandato antes da gestão encabeçada por Lopes:

No segundo semestre (de 1982), a campanha eleitoral de novembro polarizou as atenções dos estudantes, como participantes ativos da campanha das oposições. A mobilização e discussão sobre a importância das eleições e a posição a tomar não foi maior pela falta de visão política da diretoria do DCE, na época formada pela chapa ESPINHO. A Diretoria isolou-se da luta política contra o regime militar. Preferiu combater o maior partido oposicionista, PMDB, o único com chances de derrotar o PDS. Mesmo assim, os estudantes souberam escolher o caminho correto e ajudaram a desgastar o esquema político dominante<sup>55</sup>.

A maneira como avalia a situação acima, é reveladora de alguns indícios do modelo de raciocínio político aplicado por Lopes na construção de sua narrativa. Um modelo que, como já exemplificado anteriormente, tinha como horizonte as noções de tática e estratégia, bem como os compromissos políticos, assumidos por seu partido político. E a eleição a que fez referência no texto, foi a de 1982, a qual teve como destaque a disputa para o governo do Estado.

Na referida eleição, o agrupamento político do qual Lopes era parte integrante ainda permanecia na ilegalidade e, por essa razão e a fim de se viabilizarem eleitoralmente, integraram-se ao PMDB piauiense que tinha na candidatura de Alberto Silva o principal nome de oposição a enfrentar o candidato pessedista, que sairia vitorioso da disputa, Hugo Napoleão. Esse fato teve repercussão na definição da posterior política de alianças do PC do B no Piauí, após sua legalização na medida em que contribuiria para ampliar o leque de possibilidades, sendo no caso a proximidade com o PMDB fato freqüente.

---

<sup>55</sup> LOPES, op. cit. p. 107

Percebe-se na crítica direcionada por Lopes à gestão da chapa “Espinho”, que era em sua maioria composta por militantes estudantis filiados ao PT, a intenção de atingir o que na época os comunistas denunciavam ser uma espécie de esquerdismo sectário dos petistas, o qual se refletia nas entidades dos movimentos sociais que se colocavam sob sua direção. Na mesma eleição destacada por Lopes, o PT lançara candidato próprio à eleições para o executivo estadual, ainda que sem chances de vitória: José Ribamar dos Santos.<sup>56</sup> A exposição feita pelo autor nesse ponto do registro, portanto, assume uma dimensão que se coloca para além das questões específicas do ME. Na verdade foi dinamizada muito mais pelas divergências políticas e ideológicas que opunham, no campo da esquerda, comunistas e petistas.

Nesse mesmo diapasão que tinha na crítica aos posicionamentos políticos dos petistas um de seus suportes, Lopes constrói uma imagem voluntarista do que considera ser a correta opção política estudantil nas eleições de 1982. A aporia presente na análise é que a entidade que até então havia sido apontada como responsável pelo amadurecimento no nível de organização e mobilização dos estudantes, o DCE-livre da UFPI, passa a figurar como o obstáculo a ser superado por uma categoria de sujeitos que, na ausência de uma direção vanguardista que os conduzisse para uma tomada de posição política progressista, teriam espontaneamente assumido tal compromisso. Mais uma vez, a tentativa de inventário histórico sobre o ME universitário piauiense, promovida por Marcos Lopes, revela sujeição à identidade política do inventariante.

A segunda metade dos anos 80, e especialmente o seu final, viu ganhar corpo a discussão em torno dos descaminhos do processo de redemocratização brasileira que teria esbarrado em obstáculos estruturais. Esses obstáculos seriam, em parte, resultantes da herança histórica conservadora e excludente do processo de formação da sociedade e do Estado brasileiros (SAES,1999). Um

---

<sup>56</sup> Os votos na eleição para o executivo estadual ficaram assim distribuídos, levando-se em consideração os três candidatos concorrentes: Em primeiro lugar Hugo Napoleão do Rego Neto, do PDS, com 393.818 votos; em segundo lugar Alberto Silva, do PMDB, com 271.274 votos; em terceiro lugar José Ribamar dos Santos, do PT, com 5.814 votos . (Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí )

conceito em particular, difundido pelas práticas languageiras da oposição de esquerda, contribuía para expressar o principal alvo de toda a reação contra o conjunto de ajustes econômicos e administrativos implementados a partir da ascensão de Fernando Collor de Melo em 1990, cujo mandato foi interrompido na metade em decorrência dos desdobramentos políticos de um processo de *impeachment* ocorrido em 1992. Apesar da queda de Collor, as reformas tiveram continuidade durante os governos de Itamar Franco (1992-1993) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

O conceito de conotação mais ideológica do que propriamente técnica era “neoliberalismo”. Em sua órbita gravitavam outras noções e leituras sobre o modelo administrativo então montado para o Estado brasileiro, as quais definiam o que, em termos políticos, era para a esquerda o campo do “outro” ou a identidade da “direita”, então associada principalmente à aliança entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL). Ao conceito de neoliberalismo colavam-se julgamentos relativos à condução e destino do patrimônio estatal os quais, ao serem acionados, contribuía para demonizar o campo do poder institucional hegemônico pelas duas agremiações políticas e demais partidos aliados. Desmonte do Estado, abertura ao capital estrangeiro, redução da dotação orçamentária reservada à aplicação em projetos sociais, saúde e educação eram algumas das conclusões apresentadas em relação a mais de uma década de governança que, para a esquerda brasileira, ocorrera inspirada pelo modelo “neoliberal”.

Era essa grade ideológica a principal responsável pela sedimentação de um discurso mais ou menos unificado da oposição de esquerda. Esse discurso incorporava e tornava evidente tanto a histórica oposição ideológica entre um campo político de cultura estatizante e outro campo de posições liberalizantes e privatistas, quanto potencializava politicamente um ressentimento da própria esquerda com as duas sucessivas derrotas de Luís Inácio Lula da Silva, então seu nome com maior densidade eleitoral e candidato das frentes de esquerda nas disputas eleitorais que culminaram com as eleições de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Foi nesse clima político de reforço da frustração dos setores de esquerda do país, em decorrência de nova derrota eleitoral de Lula, que ocorreu a publicação de outros dois registros textuais sobre a história do ME universitário piauiense. O primeiro, intitulado *Movimento estudantil no Piauí nos anos 70* e publicado nas edições dos *Cadernos de Teresina* de dezembro de 1994 e abril de 1995, é de autoria de Antonio Fonseca Neto.

Na época da publicação, o autor já era professor do departamento de Geografia e História da UFPI . O tom atribuído à narrativa porém, apesar da filiação acadêmica de Fonseca Neto, é evidentemente rememorativo e prenunciava as comemorações que ocorreriam no mesmo período em torno do que ficou nominado como “os 15 anos do DCE-livre” da UFPI. O caráter rememorativo possui também, e especialmente, uma relação com o fato de ter representado Fonseca Neto uma das principais lideranças no processo de mobilização estudantil em defesa do fim da tutela da administração superior da UFPI sobre a entidade.

Sujeito ativo do processo então celebrado, apresentou o texto em tom de testemunho para o momento de celebração. Em comparação a Lopes, o registro produzido por Fonseca Neto é dotado de uma maior preocupação tanto com a incorporação de um referencial teórico-bibliográfico quanto com a articulação do tema específico com a dinâmica da conjuntura política nacional de fins dos anos 70.

Até mesmo as divergências internas ocorridas no movimento, após a liberação do mesmo do controle da administração ufiana, são discretamente apontadas em formato veladamente identificado como de “acerto de contas” com facções e sujeitos que, em sua época de militância, representavam “o outro lado” da esquerda estudantil. Fonseca Neto identificava-se na época da militância estudantil, como na época de produção e publicação do seu registro, com a facção petista. Seu texto, como o do comunista Marcos Lopes, traz também a marca de rivalidades e ressentimentos políticos resultantes da já mencionada disputa entre petistas e comunistas pela hegemonia no campo, não apenas da

esquerda estudantil piauiense, como também de todos os outros setores integrantes dos movimentos sociais no Estado.

Esse tom de acerto de contas está presente, por exemplo, na forma como o autor descreve o perfil dos dois grupos, no momento em que aponta a ruptura ocorrida entre os mesmos após a terceira vitória eleitoral consecutiva “Travessia” (1979,1980 e 1981), já apontada por Marcos Lopes como a responsável pelo rompimento do controle institucional sobre o DCE:

Não tivemos dúvidas de que localmente havia setores reacionários em franca mobilização, quando deflagrado o processo eleitoral seguinte (abril/81). Para o DCE. Por isso, o grupão ‘TRAVESSIA’, já aí retemperado com quadros valorosos que não paravam de emergir, resolve apresentar-se com a chapa ‘NOSSA VOZ’, como expressão de um só pensamento, apesar das divergências de concepções que já ali, pela primeira vez, passaram a ser caracterizadas como ‘briga’ entre ‘petistas’ e ‘tribuneiros’ (PC do B) [...]. Foi também a última eleição em que “petistas” e ‘tribuneiros’ estiveram unidos compondo chapa para o DCE<sup>57</sup>.

Fonseca Neto (1995, p.68) confirma, a exemplo de Lopes, o caráter combativo da gestão “Nossa Voz”, de fato hegemônica por militantes comunistas, ao destacar “importantes ações mobilizadoras , que de algum modo desaguaram na paralisação local de 1981” . Enfatiza também o confronto com a polícia em pleno *campus* e a derrota das pretensões políticas do então reitor da UFPI em concorrer ao governo do Estado. Associa a mobilização à adoção do concurso público para o provimento de vagas para o cargo de professor

Em suma, Fonseca Neto reitera a avaliação feita dez anos antes por Marcos Lopes de que o ano de 1981 representou um ponto culminante no processo de amadurecimento político do ME universitário piauiense. Isso não o impede porém de destacar o que entendeu ser um descaminho adotado pelo movimento e que, segundo o sentido latente em sua exposição, teria sido produto da influência dos “tribuneiros” e causa de seu defenestramento em eleições seguintes:

No que tange ao ME, a vitória política é indubitável, o mesmo não se podendo dizer da situação particular da posição política hegemônica na direção, tendo em vista sua derrota eleitoral, com folga, já na eleição que

---

<sup>57</sup> FONSECA NETO, 1995, p. 67-68

imediatamente se seguiu. Essa derrota da “tribuna” nas eleições de 1983, para uma chapa, “ESPINHO”, composta de “petistas” e outros setores não-direitistas que discordavam da orientação e prática dos “tribuneiros”; a, por assim dizer, intuição desses outros setores acima mencionados de que se politizara demasiadamente o ME a ponto de se olvidar as demandas mais simples do dia-a-dia do Campus 9...) num contexto de acelerado esvaimento do poder de representação e interlocução da UNE [...]”<sup>58</sup>.

Percebe-se que, nessa passagem, destaca uma ocorrência que também já havia sido motivo de destaque no registro de Marcos Lopes: o significado da vitória e atuação da chapa “Espinho” no processo de fortalecimento e dinamização do ME universitário em Teresina. O que para Lopes, como se viu, representou um fator de perda de representatividade e combatividade do DCE-UFPI, para Fonseca Neto significou justamente o contrário: um esforço de restauração de uma representatividade e combatividade em um momento no qual ambas viam-se combatidas pela “excessiva politização” do movimento.

Lopes apelara para uma visão voluntarista e partidária para explicar porque, apesar dos equívocos políticos da chapa “Espinho”, os estudantes haviam escolhido o “caminho certo” ao apoiarem Alberto Silva nas eleições estaduais de 1982. Fonseca Neto, em um raciocínio também partidarizado, busca explicar a eleição da chapa “Espinho” como o produto de uma espontânea articulação entre grupos insatisfeitos com um suposto estreitamento dos níveis de representação a qual “sinaliza claramente que a base estudantil aspirava constituir outros pressupostos e um perfil diferente para sua atuação organizada” (Ibid. p.69). Ou seja, a reação de “petistas” e aliados contra seus desafetos do campo da esquerda não é percebida pelo autor como partidarização do ME, mas como expressão legítima de uma espécie de sentimento “difuso” de insatisfação apenas captado pelos integrantes da chapa vencedora das eleições de 1983 para o DCE.

Da mesma forma que Lopes não explicara como os estudantes agiram à revelia das posições assumidas pela chapa “Espinho”, Fonseca Neto também não explica como um movimento cuja “vitória política é indubitável” (ibid.) em um momento, sob liderança dos “tribuneiros” da chapa “Nossa Voz” que ocupava a

---

<sup>58</sup> FONSECA NETO, op. cit., p.69

diretoria do DCE-UFPI, no momento seguinte não possuía representatividade junto às bases. Essa transição da chapa “Nossa Voz” para a “Espinho”, que marca o ponto de ruptura do discurso e da prática unitária da esquerda estudantil na UFPI, entre 1981 e 1983, parece representar uma das fissuras de ressentimento que povoam a imagem elaborada pelos dois narradores a respeito do ME universitário na UFPI.

No caso do registro de Fonseca Neto, a condenação ao “excesso de politização” do ME, atribuída aos “tribuneiros”, soa mais estranha na medida em que se percebe antes um elogio à politização do ME brasileiro e ao fato de o mesmo ter assumido gradualmente uma forma de organização próxima das dimensões de tipo político e sindical.<sup>59</sup> Unidade e verticalidade, além da busca de reconhecimento junto às bases e junto às instâncias administrativas da UFPI parecem representar para Fonseca Neto virtude e força do ME na medida em que, assim, qualquer idéia ou reivindicação implicaria, em primeiro lugar, a necessidade de organização do coletivo para viabilizar sua expressão.

Sua narrativa, nesse ponto, mantém uma certa interdiscursividade com a obra de Artur Poerner, muito embora esta não seja citada em momento algum. Essa relação, porém, pode ser percebida quando Fonseca Neto aponta a anterioridade do ME ao próprio processo de formação do Estado brasileiro, supostamente evoluindo para a incorporação de demandas populares até assumir um caráter “utópico e de massas” . Nesse último carácter atribuído, é bem evidente também o diálogo com o sociólogo Bresser-Pereira (op. cit) que inclusive é mencionado na bibliografia. Assim se refere ao movimento, quando trata de defini-lo:

Movimento Estudantil (ME) é uma expressão que traduz em tempos mais recentes a organização e ação dos estudantes enquanto parcela do povo coletivamente atuante. É um movimento social com carácter de

---

<sup>59</sup> A tipificação é feita com base nas reflexões de Albuquerque(1977, p. 70-71) a respeito do tipo de organização que caracteriza o ME brasileiro, onde afirma que “o traço essencial do movimento estudantil latinoamericano reside no monopólio da representação. Na maioria dos países latino-americanos o movimento estudantil obtém alguma forma de reconhecimento institucional, quando não é legalmente oficializado, como o foi por muito tempo no Brasil [...]. Entretanto, ao contrário do movimento sindical que, com raras exceções, jamais adquiriu autonomia, o movimento estudantil pôde organizar suas próprias bases, formar seus próprios quadros e designar seus próprios dirigentes [...] definir suas próprias reivindicações. Outra consequência do carácter oficial do movimento foi a organização de suas bases sob uma forma partidária ou semi-partidária.

massa, com forte presença na cena brasileira desde meados do século fluente. Não é porém deste século o início da participação política dos estudantes. Ainda quando o Brasil era colônia de Portugal, já a ação dos estudantes se fazia presente. Daí em diante só aumentou sua importância, indo de uma fase, do ponto de vista de sua atuação, marcadamente individual, até atingir o nível de organização e a força de sua presença, desde as lutas pela abolição da escravidão e pela adoção do regime republicano até os episódios que resultaram no afastamento de Collor do poder<sup>60</sup>.

Elogio à atuação do ME no sentido de propor a resolução de questões políticas cujo teor possuía algum tipo de articulação com opções partidárias inclusive, como é o caso do abolicionismo com o republicanismo. Como em Poerner, Fonseca Neto também apresenta a fundação da UNE como a afirmação de uma ação unificada e, portanto, melhor organizada que permitiu um aprofundamento do caráter político da atuação do ME brasileiro.

A criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em agosto de 1937, como entidade de âmbito federal, demonstra claramente o caráter **marcadamente político que sua atuação terá desde então**, como atesta sua presença e influência em todos os episódios marcantes da vida nacional nas últimas cinco ou seis décadas (grifo nosso).<sup>61</sup>

Esse mesmo elogio a uma organização de tipo político-reivindicativo repete-se ao final do registro, dessa vez de forma mais clara, onde o autor menciona diretamente a importância de agremiações e lideranças político-partidárias do campo da esquerda, no momento de elaboração do artigo, as quais manteriam relações diretas com o ME :

Estamos agora em 1995. São decorridos dezoito anos desde a primeira 'TRAVESSIA', aquela para o diretório setorial do CCHL. Nos últimos anos, por atalhos ou não, de algum modo parafraseando os poetas da 'TRAVESSIA' Thiago e Milton, tem demonstrado onde quer chegar, tem escolhido muitas estradas por onde melhor soltar a voz \9...\0. PT e PC do B e também PDT/PCB/PSB e até o PSTU são organismos da luta popular [...]. Esses partidos e seus programas, esses e essas ,militantes e suas utopias, não creio haver dúvidas, constituem um ativo de luta que são na verdade a contribuição possível do Movimento Estudantil no Piauí.<sup>62</sup>

A maneira como esse pesquisador apresenta o que entende ser a forma de evolução do ME piauiense, e isso está sugerido no final do fragmento acima, é também influenciada pelo elogio da politização. Recuando até os anos

---

<sup>60</sup> FONSECA NETO, 1994, p.50

<sup>61</sup> FONSECA NETO, idem.

<sup>62</sup> FONSECA NETO, 1995, p.69



30, e tomando novamente como horizonte teórico a perspectiva ideal da organização de tipo partidário-sindical, o autor faz breve exposição das formas de organização e entidades representativas do ME no Piauí para, em seguida, sugerir em tom de crítica a presença de uma tradição de organização e mobilização muito marcadas pelo seu caráter tópico onde “os grêmios ou similares tinham um caráter não estritamente político” (FONSECA NETO, 1995, p.51).

Esse escasso envolvimento do ME piauiense com questões relacionadas aos cenários políticos local e nacional teria sido um fator decisivo para que os estudantes piauienses chegassem “aos anos 70 com escassa tradição de organização e lutas estudantis politizadas” (Ibid., p.52). Em seguida, uma conclusão que reitera um pressuposto já presente em Lopes, que é o de que uma história de um tipo ideal de ME piauiense somente é possível quando se toma como marco a história recente do mesmo na UFPI.

A instalação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) no início dessa década constituirá elemento impulsionador do ME local a médio prazo [...]. Pouco tempo depois são criados, oficialmente, os Diretórios Setoriais 9DS's, representação estudantil por centro de ensino como parte da estrutura burocrática da universidade, tudo conforme as leis da ditadura [...]. Na UFPI, a partir de 1976, os DS's vão ganhando uma maior dinâmica, mas nada que se possa ainda chamar de atuação politizada [...]. Em 1977, o setorial do CCHL, na prática a principal referência da organização estudantil universitária local, tem eleita uma diretoria com claras intenções de integrar o ME local aos acontecimentos nacionais [...]<sup>63</sup>

A história de um ME piauiense politizado somente se torna possível, segundo o registro, nos marcos de um contexto onde a unidade da categoria ocorre como produto de uma realidade institucional que, se por um lado trouxe consigo o controle e mesmo a responsabilidade pela criação das entidades estudantis, por outro teria favorecido o desenvolvimento de um certo espírito de unidade entre os estudantes. A criação do DCE pela reitoria da UFPI e a indicação e homologação de sua primeira diretoria pela administração superior, em 1976, seria um passo importante nesse sentido muito embora, para o autor, o ato da reitoria tenha sido motivado pela intenção de manter controle sobre a política estudantil no interior da instituição.

---

<sup>63</sup> FONSECA NETO, op. cit, 1994, p. 51-53

Assim, a década de 70 também representa para Fonseca Neto o momento fundador de um ME piauiense de tipo novo, na medida em que se destacaria pela superação das “atuações tóxicas” dos períodos anteriores para, enfim, assumir uma maior organicidade. O contraste com a realidade do ME de outras universidades, com maior tradição de mobilização e luta é que, justamente no momento de fundação do DCE-UFPI pela administração superior da universidade, ocorria nesses outros centros o início das mobilizações pela extinção da Lei 4.464/64 e dos Decretos-Leis 228/67 e 477/69, dispositivos jurídicos da ditadura civil-militar os quais engessavam a organização estudantil e impunham um modelo de organização idealizado pelo regime o qual tornava a UNE e entidades anteriores ao golpe de 64 entidades proscritas.

Como Lopes, mas destacando mais do que este o papel exercido pelo contexto histórico recente na trajetória do ME universitário piauiense, Fonseca Neto (1995, p. 69) articula sua interpretação sobre o que considera ser os novos rumos e o amadurecimento político do movimento à necessidade de fazer-se autônomo em face a uma estrutura institucional autoritária. Insinua, também o pioneirismo do ME no processo de politização de seus sujeitos institucionais quando afirma que, após o mesmo, “outros movimentos ganhavam corpo e voz, como a ADUFPI, e mais secundariamente a ASUFPI, a ponto de canalizarem para a ação política a seu modo parte significativa do potencial e bandeiras mobilizadores de energia na luta social”. Pelo olhar do autor, as demais categorias integradas ao universo ufpiiano teriam encontrado forças para sua organização seguindo um “processo histórico pela via da rebeldia e do não-conformismo” (ibid) inaugurada pelos estudantes.

Finda sua narrativa, porém, expelindo um pouco do clima de expectativas e de receios que marcavam a realidade política do momento de elaboração do artigo:

‘Tribuneiros’ e ‘petistas’: essas duas palavras, expressões docemente mágicas, mas ao mesmo tempo satanizadas por muitos, que tinham uso corrente no mundo universitário dos anos 80, foram perdendo sentido com o passar do tempo. Tempo que viria incorporar outras pessoas, possibilidades e experiências. Por volta de 1985, decerto o DCE já vive sua ascensão, apogeu ( e queda!?) e está lutando, com uma mulher a presidir-lhe pela primeira vez, Marlúcia Valéria, para construir uma nova

legitimidade. Afirmamos na primeira parte destas reflexões que o Piauí dos anos 70 era, sob vários aspectos, outro se comparado ao ano de 1980. Que dizer então de 1985 ? Um civil na presidência (ah, que avanço !). mesmo que indireto e presidente do 'partidão militar' ( ah, que história 'repetitiva' ) e apoiado por companheiros 'tribuneiros' aliados de antes e combatentes de sempre (ah, que ironia!).<sup>64</sup>

O compasso da narrativa assume, nesse ponto, uma dimensão melancólico-celebrativa, espelhando um julgamento ideológico acerca de táticas de militância discordantes das defendidas pela facção rival à do autor. Simultaneamente, emite também um julgamento acerca do que subjetivamente parece considerar o legado das mobilizações às quais teria se filiado o novo ME: frustração quanto aos limites da Nova República e celebração das inovações ocorridas quanto à busca de construção de uma nova representatividade, cujo marco emblemático seria a ocupação da presidência do DCE por uma mulher.

Foi esse debate em torno da busca de uma nova representatividade o que, em princípio, orientou a elaboração do documento *Resistência e rebeldia em busca da cidadania: 15 anos de DCE livre na UFPI*. Nas palavras de apresentação, o então presidente do DCE-UFPI (1994-1995), Messias Junior expressou a preocupação da diretoria da entidade em promover “a aplicação prática da NOVA MENTALIDADE”, atribuindo ao texto um papel pedagógico ao permitir acesso dos estudantes a “uma visão crítica e histórica [...] capacitando-os a distinguir os aspectos do seu cotidiano na luta por uma Universidade pública, democrática e de qualidade” ( Ibid., p.09).

De maneira mais acentuada que no texto de Fonseca Neto, as palavras de ordem contrárias ao “projeto Neoliberal” - cujo marco inicial, em termos de modelo e prática estatais, como já se disse, fora associado a Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC)- definem o fio condutor da narrativa no texto de José Dias de Almeida. Patrocinado pelo DCE-UFPI, identificado com o *debut* da entidade em sua fase livre das amarras legais e institucionais que a prendiam ao controle e vigilância da administração da UFPI, *Resistência e rebeldia* não poderia de fato fugir da mitologia cuja construção se iniciara com o texto de Marcos Lopes e se fortalecera com Fonseca Neto.

---

<sup>64</sup> FONSECA NETO, op.cit. 1995, p. 69

O texto de Almeida, por sua vez, ao incorporar o modelo narrativo de seus antecessores e difundi-lo entre as lideranças e comunidade estudantil, contribuiu para institucionalizar o mito e torná-lo elemento fundante de uma identidade e consciência histórica do movimento. Sua importância deve-se justamente a esse fato ou o que, seguindo o rastro de Girardet (1987, p.177), pode definir como “o estabelecimento de um estreito sistema de filiações, de assimilações, de equivalências ou de referências entre as manifestações essenciais do imaginário político”. No caso em questão, do imaginário político do movimento estudantil piauiense a partir dos anos 80 e na década correspondente às expectativas frustradas com a Nova República e ressentimentos nutridos pela derrota das frentes de esquerda nas eleições presidenciais de 1989 e 1994, respectivamente.

O plano de exposição do texto de Dias inova em relação a Marcos Lopes e Fonseca Neto em relação a outros dois aspectos, além de sua vinculação explícita com a postura militante de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso. Em primeiro lugar a inclusão de farta e variada documentação, desde cartas-programas, informativos e fotos até depoimentos de ex-presidentes. Em segundo lugar, a exposição avança até a década de 90, para a qual é dedicado algo em torno de 50% do total de páginas escritas.

É justamente nesse momento da obra que o autor busca colocar em destaque o debate em torno do que julgava ser a necessidade de renovação do ME ou de implantação de uma “nova mentalidade”, como afirmara Messias Junior. Busca, para isso, evidenciar o marco originador da discussão:

Nos anos 90 o movimento estudantil repensa o seu papel, em conformidade com as mudanças que se processavam no país a nível político. Como bem expressa Carlos Lopes, em declaração ao jornal Diário do Povo, ao assumir a direção do DCE em novembro de 1989: ‘Há palavras de ordem caducas no campus; os problemas da juventude não tem sido questionados, por isso é necessário estimular os colegas a pensar’.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> DIAS, 1995, p.39

Os vilões a serem combatidos são diretamente apontados: o Estado “neoliberal” e o mercado, ambos entendidos como entidades em espécie abstratas:

O Estado e o mercado se recompõem para a redefinição do processo de desenvolvimento econômico [...]. Nesse sentido é colocado o discurso da modernização através do Estado [...]. No campo político procurou-se redimensionar as ações do Estado de acordo com os critério de microeconomia de mercado<sup>66</sup>.

O registro mantém, dessa forma, um aspecto em comum com a estrutura narrativa sacralizada pelas obras mais gerais sobre o ME brasileiro. Sobressai, nesse fragmento, a idéia do “complô”, o qual, para Girardet (1987) em referência à “sociologia da angústia”, representa “um mito mobilizador por excelência”. Dessa maneira, em um quadro que se interpreta como de crise e necessidade de renovação do ME no Piauí, recorre-se ao relicário da tradição alterada em sua forma mais persistente em seu conteúdo e comprova-se, com isso, a existência de um código já inscrito em normas de um imaginário comum, de maneira tal que tornou-se obrigatória a submissão do narrador as suas exigências.

A força coercitiva de um mito sobre o ME universitário piauiense, no momento em que se deu a publicação de *Resistência e rebeldia*, já existia de maneira difusa e independente de seus usuários eventuais, impondo-se à narrativa bem mais do que esta contribuiu para sua elaboração. O registro de Dias, no que pese sua identificação com a eficácia desse mito difuso, bem como com a densidade documental presente no texto e o reconhecimento acerca da necessidade de renovação da mentalidade e do discurso do ME, reitera certo apego afetivo a um passado idealizado sob a forma da epopéia e do romance em torno do que entende ser a luta de um sujeito coletivo: os estudantes.

A cronologia adotada tem, como nos dois registros anteriores, seu marco inicial no final dos anos 70. O autor aponta o quadro geral da crise política do regime civil-militar e dá destaque a um fenômeno novo que teria marcado as mobilizações sociais do período: seu caráter localizado e pontual. Reitera porém a imagem do ME como vanguarda não apenas mobilizadora, mas também

---

<sup>66</sup> Ibid.

unificadora das demandas políticas e sociais difusas nos diversos movimentos que despontam durante a crise da ditadura civil-militar:

A movimentação política do povo brasileiro alcança um grau de evolução encarando os problemas mais gerais e partindo de ações localizadas [...]. É esse o cenário político em que o movimento estudantil ascende como a mola propulsora do processo de luta pela redemocratização do país. O movimento estudantil ressurgiu exercendo um papel importante no desmascaramento da ditadura militar e de sua política. É o movimento estudantil que envolve outros segmentos da sociedade, setores da pequena-burguesia, como os professores, médicos, bancários, funcionários públicos, entre dezenas de outros, a se integrarem na luta contra a ditadura.<sup>67</sup>

Movimentos camponeses, oposições sindicais, movimentos de bairros, de mulheres, artistas, intelectuais teriam no ME uma espécie de polo unificador. Tal imagem do ME, como já se sabe, fora evocada em 1968 por Artur Poerner em *O Poder Jovem*. No caso porém de Dias, a essa imagem é acrescida a da consciência política e comprometimento das entidades estudantis com causas mais gerais, claramente políticas e que se colocavam como questões prioritárias e pré-requesituais para a solução das questões especificamente estudantis, sendo a principal delas a reconstrução das entidades representativas. A definição do ME como “movimento político de massa”, também presentes em Lopes e Fonseca Neto, ganha em Dias contornos mais claros não somente em termos de composição e alianças como também de objetivos

O Estado autoritário é o entrave principal a ser combatido pelo M.E.. As reivindicações estudantis são de caráter mais geral, de mudanças de ordem conjuntural no sistema de poder, de participação efetiva [...]. Era necessário mudar a relação Estado/Sociedade, no sentido de possibilitar a participação política desta na discussão e implementação das políticas sociais [...]. Há uma consciência nas lideranças estudantis que as reivindicações localizadas e específicas do movimento só serão solucionadas com a mudança do regime<sup>68</sup>.

A compreensão do autor é portanto a de que lutas por mais verbas para a educação, democratização da universidade, concurso público para o preenchimento de quadros de professores e técnicos-administrativos não deveriam ser interpretadas como um fim em si mesmo. Para Dias essas reivindicações articulavam-se necessariamente com “o eixo principal de lutas da época, em razão das circunstâncias do movimento apresentarem um regime

---

<sup>67</sup> Ibid., p. 15

<sup>68</sup> Ibid., p. 16

fechado em que permeia o autoritarismo [...] no sentido de conquista e ampliação da cidadania” ( IDEM, p.14).

Essa maneira de ver o processo que, como já se disse é uma inovação em relação aos registros anteriores por enquadrar a situação específica do ME universitário piauiense na conjuntura nacional, traz uma consequência relacionada à perspectiva de abordagem. Tal consequência define-se pela perda de substância quanto à análise das especificidades do processo local de evolução do ME universitário. Uma avaliação comparativa dos espaços destinados a tal esforço, no conjunto da obra, permite dimensionar melhor essa deficiência.

Das 55 páginas de texto propriamente dito, apenas 21 (38%) são dedicadas à análise histórica do movimento, sendo o percentual restante (62%) utilizado para o encaixe de documentos. Do total de páginas dedicadas à análise histórica, apenas 5 (24%) são dedicadas à abordagem sobre o ME piauiense, o que perfaz um percentual de apenas 10 % do total geral.

Nesses termos, *Rebeldia e resistência* revela-se um registro mais frágil do que seus antecessores do ponto de vista da contribuição para a análise histórica. Reproduz, sem alterações a lógica interpretativa presente nos mesmos, apenas expurgando as omissões e julgamentos movidos pelo espírito de facção presentes em Lopes e Fonseca Neto. Seu ponto forte, no que diz respeito ainda à contribuição histórica porém, reside como já foi destacado na farta documentação anexada ao corpo do trabalho.

Esse esforço permite ao leitor um contato mais próximo com “falas”, imagens e memórias sedimentadoras da auto-consciência histórica do ME universitário piauiense. Como em *Memorex*, o texto permite ao seu objeto de discussão “falar por si mesmo”. Ainda como em *Memorex*, essa ênfase de liberdade de manifestação concedida à documentação produzida nos interstícios do movimento está associada a uma intenção militante. *Memorex*, como se viu, ocupa importante posição no contexto de mobilização pela reconstrução da UNE. *Rebeldia e resistência*, por seu turno, parece movido pelo interesse em instituir legitimidade histórica à postura de denúncia contra o que seu autor e patrocinador elegem como seu principal alvo político

Pensar o M.E. hoje, requer uma reflexão acerca dos interesses a que a universidade está submetida e qual sua relação com a sociedade. Os estudantes e suas entidades representativas devem ter clareza do projeto elitista para a universidade e elaborar um novo projeto que contraponha a este [...]. A principal luta para o movimento estudantil hoje, discutida no seminário sobre a universidade em Curitiba, em dezembro de 1994, é contra a aplicação do projeto neoliberal na educação, que propõe a redução do financiamento do ensino superior.<sup>69</sup>

A urgência motivadora do registro portanto, além do *debut* do DCE-Livre da UFPI, foi como se pode perceber a necessidade de afinar-se com o simbolismo que gravitava em torno de uma “imagem de ruptura” muito associada às representações elaboradas em torno da figura do estudante. Em um contexto no qual o refluxo do ME aparecia como um constante problema discutido nos encontros locais, regionais e estaduais de estudantes, a captação de um vocabulário e de uma mística a um só tempo romântica, nostálgica e engajada representava para o autor certamente um importante ativo a ser transmutado na forma de capital simbólico<sup>70</sup>.

Estranhamente, esse esforço de representação revelou-se marcado por uma cisão entre posturas distintas e opostas. De um lado a identidade nostálgica com um “passado de lutas” que, todavia, é recusado em outro momento em nome de uma renovação de mentalidade no movimento. É nessa cisão que se manifesta um indício de identidade do ME no tempo presente de elaboração do registro de Dias.

A situação parecia indicar um certo “vazio de referências” concretas delimitadoras do sobre o “por que” lutar, ao tempo em que as referências anteriores, passadistas, mostravam-se saturadas por seu uso e repetição. Ainda assim, eram estas referências passadistas que pareciam apresentar-se como único pensamento e linguagem dotado da capacidade de traduzir politicamente um certo sentimento e desejo difuso de protesto em um momento em que, a despeito do desejo de denunciar e protestar conservando-se o que se acreditava

---

<sup>69</sup> Ibid., p. 46

<sup>70</sup> No sentido atribuído por Bourdieu, ou seja, o de um produto cumulativo resultante da luta pelo reconhecimento. Um reconhecimento que pode estar ligado ao prestígio, ou reputação. De certa forma, em se tratando de movimentos sociais e especificamente o ME, o prestígio que se busca na forma de capital simbólico é fundamentalmente o de um legado político e cultural no momento em que é reconhecido por sujeitos e instâncias (campo social) ao qual o movimento integra-se ou busca incluir-se.



ser a marca por excelência do “poder jovem” entranhada no ME, tornavam-se cada vez mais convincentes os indícios de estabilidade financeira, como em seguida os prosperidade econômica e, no que dizia respeito às demandas especificamente estudantis, ampliação do acesso à educação básica e superior.

Iniciava-se naquele 1995 o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, já alcunhado FHC pelas esquerdas. O clima era marcado pela euforia com a estabilização financeira assegurada pelo “plano real”, o que rendera ao então candidato do PSDB um apoio eleitoral que lhe garantiria eleição em primeiro turno, em 1994. O golpe sobre a frente de esquerda que apoiara, como em 1989, a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência fora ainda maior pelo fato de não ter sido decidida em segundo turno. A vitória de Fernando Henrique Cardoso com 54,7% dos votos, o dobro da votação obtida por Lula, parecia indicar de fato não apenas um apoio incondicional da maioria da população brasileira ao “projeto neoliberal” como também um evidente recuo do poder de convencimento político das esquerdas.

É nesse quadro de *desamparo* político que a retórica urgentista e militante de *Resistência e rebeldia* deve ser inserida. Tratava-se, para um movimento já totalmente afinado com o ideário da esquerda, de manter tal compasso a despeito das condições desfavoráveis à conquista de apoio da categoria que buscava representar. Essa proximidade com a retórica esquerdista, na transição para um governo que em tese era o seu antípoda, comprometeu o registro historiográfico da trajetória do ME universitário piauiense em benefício do protesto em tom de desabafo.

“Resistência” e “rebeldia”, nesse caso, eram termos que traduziam muito mais os valores que lastreavam a *economia escriturística* do texto, atribuindo-lhe um valor simbólico distintivo no campo político da época. Traduzem dessa maneira a motivação política do texto e, somente por extensão, expressam a dinâmica histórica retratada. Prisioneiros de suas próprias frustrações políticas, Dias e seus colaboradores, tiveram sua abordagem histórica embaçada pelo compromisso um tanto tarefeiro de fazer de sua obra um alicerce para revitalização do ME como “mola propulsora dos movimentos sociais”

Para os estudantes, e os demais segmentos da universidade está colocado o desafio de pensar quais as conseqüências dessa política na educação e a quem serve, se às camadas populares ou às elites dominantes. Na UFPI é colocado para o DCE e as entidades dos docentes e servidores encaminharem a discussão. Nesse sentido, o DCE-UFPI já deu o primeiro passo lançando a campanha UFPI em estado de alerta, com o objetivo de suscitar a discussão mais geral da política de FHC para a universidade e as questões mais localizadas de nossa realidade no Piauí.<sup>71</sup>

O reconhecimento dessa tarefa como urgente resultou na construção de uma paisagem narrativa que, dispondo de uma quantidade significativa de fontes de todos os tipos, revelou-se ingenuamente capturada pelo tom panfletário. Ao ignorar quase que por completo a missão de dialogar com as fontes, Dias apresentou um registro historiográfico que nada acrescentou aos registros anteriores, apenas os reiterou.

Isso ocorreu a despeito da publicação de documentos os quais, como já se viu, integram a maior parte da obra. A presença das fontes, porém, parece deslocada diante do militantismo do texto. O resultado, do ponto de vista dos objetivos militantes é a fragilidade do próprio discurso político o qual, não dispondo de uma exposição coerente acerca das matrizes históricas que teriam fomentado o processo de formação e evolução do combatido “projeto neoliberal”, bem como sobre sua articulação com a própria cultura político-institucional da UFPI, perde-se em tergiversações pouco instrutivas acerca da própria história do DCE-Livre da UFPI, simultaneamente comprometendo a eficácia de sua estratégia de captação, legitimação e credibilidade<sup>72</sup>.

#### **1.4.1 Cultura historiográfica sobre o ME no Piauí : aspectos canônicos instituintes**

Um cruzamento das cadeias de referência utilizadas pelos autores dos registros analisados na presente passagem, permite apresentar alguns elementos

---

<sup>71</sup> Ibid., p. 47

<sup>72</sup> Para Charaudeau (2004, p.93) as estratégias de captação, características das configurações discursivas doutrinárias, buscam ‘produzir efeitos discursivos de conivência (jogo de palavras), de emoção ( descrições da “desordem social )’ de maneira a seduzir o destinatário e produzir sua adesão.

comuns, os quais constituíram uma tradição narrativa sobre o ME piauiense. Esses aspectos comuns, além de delimitarem um campo de formatação de uma cultura historiográfica em torno do tema, tem servido também para orientar a constituição de uma cultura política própria ao ME local, estabelecendo formas de representação, rivalidades e composições inerentes à sua dinâmica interna.

Em primeiro lugar, observou-se que os narradores compartilham uma imagem ou esquematização semelhante acerca dos aspectos constituintes de uma determinada natureza política do ME. O *ethos* dessa imagem, referente às modalidades ideológicas embasadoras da apresentação do objeto, é em um crescendo marcada pela ratificação de um conjunto de crenças articuladas a uma imagem previamente difundida acerca da importância do papel dos estudantes na história política brasileira. A principal dessas crenças, e que está presente nos quatro cânones de circulação nacional, é a da missão vanguardista do ME no processo de fortalecimento das lutas sociais e promoção dos ideais democráticos e de desenvolvimento.

Nos registros de autoria de Marcos Lopes e Fonseca Neto, essa identidade atribuída ao ME é compartilhada com o leitor como um inventário de experiências pessoais, cujo sentido aproxima-se ao de relatos de memória. O quadro de referências em que os dois autores alinhavam sua trama narrativa é marcado , em um primeiro momento, por um suporte cenográfico em que as mobilizações em defesa da autonomia do DCE-UFPI, pela melhoria da infraestrutura e contratação de professores e funcionários técnico-administrativos delimitam o território existencial em que teriam se constituído suas respectivas experiências como lideranças estudantis.

Simultaneamente, e de forma aparentemente espontânea, retratam as cisões político-ideológicas ocorridas no movimento, em função da identidade de grupos ou facções com os dois principais partidos de esquerda atuantes no cenário político piauiense durante os anos 80 e 90. No caso específico de Fonseca Neto, a identidade do movimento tanto quanto com o espírito de facção

logra constituir-se em um *pathos* responsável por transbordamento emocional que interfere no texto no sentido de vinculá-lo a uma estética bastante intimista.<sup>73</sup>

Esse transbordamento, relativo aos leitores, não parece possuir intenção clara de persuasão ainda que se fie numa leitura saudista do “passado recente” e “originador” do tipo de ME celebrado no texto. O aspecto porém que parece ser realmente relevante para Fonseca Neto, além da projeção da imagem de existência de um “ativo” histórico a ser apropriado pelas novas gerações do ME, é a demarcação do campo de oposições e embates existentes no interior do próprio movimento. Em sua fala é diretamente mencionado o conflito entre “petistas” e “tribuneiros”, além de destacada em crítica velada a política de alianças do PC do B (tribuneiros) com segmentos politicamente conservadores. A mesma postura pode ser percebida também em Marcos Lopes que, muito embora não mencione abertamente o confronto entre facções, diminui a importância do movimento e da chapa TRAVESSIA, omitindo o nome do próprio Fonseca Neto como liderança estudantil, no processo de mobilização em defesa da autonomia do DCE da UFPI, bem como de lutas em defesa de interesses específicos dos estudantes universitários piauienses.

No registro de José Dias, observa-se a atribuição da mesma missão de vanguarda política aos estudantes, mas a partir de uma compreensão mais estereotipada do movimento. Para Amossy (2004, IN:CHARAUDEAU; MAINGUENEAU), esse estereótipo, aqui entendido como uma narrativa cristalizada pelo uso repetitivo de clichês no nível da expressão constituiu-se em *Resistência e rebeldia* uma estratégia de discurso a viabilizar a realização de uma tarefa urgente para o seu autor: a renovação revitalização do ME no Piauí. O texto apropriou-se de um modelo narrativo pré-existente, reproduziu em seu corpo parte de um acervo documental a fim de constituir a parte propriamente histórica do registro para, em seguida, incorporar a série de palavras de ordem e finalidades realmente motivadoras do registro.

---

<sup>73</sup> O sentido do termo está em conformidade com o que aponta Plantin (2004) ao afirmar que o *pathos* “implica a vontade”, lembrando que é “impossível construir um objeto de discurso sem construir simultaneamente uma atitude emocional em relação a esse objeto.”In: CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 372).

A disputa entre as facções em que dividira o ME piauiense nos anos 80 e que parecia afetar o raciocínio de Marcos Lopes e Fonseca Neto não é mencionada na narrativa elaborada por José Dias. Ocorre que, nos dois primeiros autores, essa disputa é naturalmente percebida como parte integrante do processo de constituição da identidade do movimento e não afeta a sua unidade. Pelo contrário, a constitui. Para os dois autores, o contexto de experiências com o movimento torna-se objeto de apropriação em perspectiva memorialística.

O passado representa, para os dois, um universo autêntico de experiências a respeito das quais não há o que selecionar, a não ser o que adquiria sentido no contexto em que ambos atuavam como lideranças responsáveis pela organização do movimento. Não há o que prescrever para as novas gerações, leitoras de seus registros, a não ser a autoridade de um testemunho em que o texto apresenta-se como uma espécie de citação dos próprios autores acerca de si mesmos, além de exemplo para o leitor. Figuram, pela própria autoridade autoconstituída em relação a sobre “o que falar” a respeito do ME piauiense, como discursos constituintes na medida em que geram em sua enunciação o seu próprio estatuto de “discurso auto-fundado e fundador” (MAINGUENEAU e COSSUTA, 1994).

Em Dias, porém, é precisamente a ausência dessa unidade que parece ser sentida como um dos fatores responsáveis pela crise do ME, diagnosticada ao longo do texto. Tratava-se pois, levando-se em consideração os compromissos do autor e seu texto, de evitar evidenciar os fatores responsáveis pelos pontos de fissura do movimento e que constituíam, para os responsáveis pelos registros anteriores, parte da cultura política do mesmo.

Dias promove, ao contrário, uma estratégia de silenciamento acerca desse fato, recalçando-o na narrativa e deixando sobressair apenas o “espírito de luta” dos estudantes. O tom de seu texto apresenta conotações abertamente prescritivas, já que se inscreve em uma forma de engajamento político e não dos fatos.

Não há discordância do autor em relação à importância de fatos e atores mencionados nos outros dois registros, mas há alterações relativas à forma

como se dá a combinação dos mesmos com o universo de sentidos e bandeiras de luta que demarcavam o território existencial do ME, no momento em que se deu a elaboração do texto. Dias inverte de maneira mais evidente a “seta do tempo” ao impor os *interesses* de sua época como eixo orientador do fluxo narrativo e, obviamente, da maneira como se apropria do passado (RUSEN, 2001). O produto final é um discurso de tom bem mais performático que busca a adesão do autor à causa defendida.

Ao considerar-se a diferença entre o caráter memorialístico presente nos textos de Lopes e Fonseca e o sentido engajado e performático que caracteriza o texto de Dias, outros aspectos devem ser levados em consideração para fins de explicação. Um primeiro diz respeito ao lugar social de onde os autores elaboram seus respectivos registros. Tanto Lopes quanto Fonseca Neto já estavam integrados a instâncias institucionais exteriores ao ME.

Lopes, na época assessor de Osmar Junior, ex-presidente do DCE, que em 1985 exercia o mandato de vereador por Teresina, inscreve em sua narrativa precauções com uma linguagem adequada a quem já possuía compromissos no seio da sociedade política, a qual é governada pela ética da responsabilidade em detrimento da ética da convicção. Fonseca Neto, por seu turno, já como professor do Departamento de Geografia e História da UFPI, associa ao seu *pathos* emocional, resultante de sua identidade afetiva com o objeto, uma sobriedade característica de quem ocupa e exerce o ofício de historiador engajado com a busca de autenticidade dos fatos. Essa alquimia entre uma memória afetiva comprometida com uma identidade política e uma posição institucional de natureza acadêmica representou um importante antídoto contra digressões que comprometiam o caráter descritivo da narrativa, reduzindo o que White (2001) definiu como “zonas obscuras”, as quais dão substância ao fundo mitológico presente nas narrativas históricas<sup>74</sup>.

---

<sup>74</sup> Segundo White (2001, p. 120), “as histórias da fundação de cidades ou Estados, da origem das diferenças e privilégios de classe, das transformações sociais básicas causadas por revolução ou reforma participam do mítico na medida em que “cosmologizam” ou “naturalizam” o que, na realidade, nada mais é que construções humanas que poderiam muito bem ser diferentes do que por acaso são. Encarado desta forma, *historicizar* qualquer estrutura, escrever sua história, é mitologizá-la. São esses desvios mitologizantes, “zonas de sombra” ou “trópicos do discurso” que a narrativa histórica tenta evita, ou deles procura evadir-se, o que o autor considera porém um

Dias, de forma diferente dos outros dois autores, procurou escrever a história do movimento estudantil na UFPI na condição de militante estudantil. Essa posição, de certo modo informada por uma *práxis* política específica, interferiu em sua posição autoral pois foi o fato motivador da captura de sua narrativa pelo modelo narrativo do *pastiche*<sup>75</sup>, no qual apropria-se de um certo número de informações e enunciados pré-existentes com relação ao objeto e às bandeiras de luta do ME no final da primeira metade da década de 90. O resultado é um texto algo esquizóide em sua mensagem, já que cindido entre a celebração e a crítica ao passado, ao tempo em que repete insistentemente os sintomas de uma orientação política existencial a qual padece *de carências de orientação no tempo*, as quais precisam ser construídas (RUSEN, 2001).

A natureza do veículo de divulgação dos textos pode ter sido outro fator responsável pelas diferenciações narrativas. Lopes e Fonseca Neto difundiram seus registros em publicações tradicionais e de moldes ortodoxos, de circulação em todo o Estado do Piauí e principalmente de sua capital, Teresina<sup>76</sup>. O público ao qual eram dirigidos os dois textos extrapolava o universo estudantil sendo composto inclusive, e preferencialmente, por jornalistas, professores e acadêmicos das sociedades literárias existentes no Piauí, o que implicava a necessária adequação da linguagem a uma estética formal talvez explique em parte um certo distanciamento em relação a compromissos políticos urgentes, em benefício de uma maior objetividade conferida à narrativa.

O registro de José Dias, por outro lado, trata-se de uma publicação independente cujo patrocinador trata-se da própria diretoria do DCE-UFPI . A ocasião em que se dá a elaboração e publicação do texto, marcada pela celebração do *debut* da identidade máxima de representação dos estudantes da

---

esforço inútil pois os “trópicos” são, segundo ele, partes constituintes do próprio objeto que o discurso “simula” ou busca dar descrição.

<sup>75</sup> Para Maingueneau (2004), o *pastiche* constitui-se como “uma prática de imitação” o qual implica a ‘interiorização pelo pastichador de regras de produção dos enunciados imitados’, sem entretanto pretender ser a obra das fontes, ou das fontes, enunciativas pastichadas. Parece ser esse o caso de *Resistência e rebeldia* em que, apesar de interiorizar as regras enunciativas estabelecidas em narrativas anteriores, o autor mostra indícios evidentes do objetivo programático de seu texto.

<sup>76</sup> O “Almanaque da Parnaíba” e os Cadernos de Teresina” representavam os periódicos de circulação regular mais antigos do Piauí. O primeiro, em que foi divulgado o texto de Lopes, teve seu primeiro número publicado em 1923. O segundo, no qual foi publicado o texto de Fonseca Neto, tinha circulação mais ou menos regular desde o início da década de 80.

UFPI e pelo debate em torno da crise do ME, revela-se como o eixo norteador da narrativa.

Por fim um ponto comum a todos os registros é que os mesmos certificam - independentemente das motivações, do veículo de publicação e da forma de expressão – a consolidação de um discurso de esquerda no ME piauiense. É nessa funcionalidade que ajudam a operar uma *distinção* (BOURDIEU, 2008) no ME universitário piauiense pós-anos 70. Tal discurso, circulante principalmente no meio estudantil como também na sociedade como um todo, sacralizado pela autoridade textual amparada seja no testemunho, no exemplo ou na citação, permite incorporar à trajetória do ME uma herança, ou “ativo” na definição de Fonseca Neto, além de elementos identitários que permitiram a sua individuação.



## 2. Cultura política estudantil e campo político conservador no Piauí: uma trajetória histórica em espiral

### 2.1 Algumas considerações sobre a eficácia política da mitologia do Movimento Estudantil

Marcos epocais existem para imprimir na memória eventos responsáveis pela urdidura que permite a construção de identidades de época, bem como para orientação de formas específicas de sociabilidades, entre elas as de natureza política. O compasso da experiência social, nesses termos, tende a ser ditado pelas imagens e representações que um grupo elabora a respeito de seus próprios feitos em situações motivadoras de uma *práxis* “historiosófica”<sup>77</sup>. Estima-se, assim, a pertinência e persistência de um investimento de sentido em lembranças geralmente associadas a movimentos históricos transformados em alegorias do passado, sedimentadoras de identidades coletivamente compartilhadas no tempo presente.

A apropriação de tais alegorias por novas gerações tende a tornar-se o principal alicerce de propagação de supostas virtudes editadas no culto necrófilo a um passado e à memória, por exemplo, de “movimentos” ou “gerações” que “já

---

<sup>77</sup> O sentido é próximo do empregado por MERQUIOR, José Guilherme. O repensamento da Revolução. *In*: FURET, François e OZOUF, Mona. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro, 1989),

para referir-se à Revolução Francesa e às revoluções modernas em geral as quais “além de sua “epocalidade” revestem um aspecto de *revolução-revelação*.”. Nesse sentido, o evento é apropriado pelos sujeitos como advento que transcende os limites da singularidade dos acontecimentos e aproximam-se do sentido de época-chave que cristaliza um capital ideológico que alimenta certo tipo de militância ativista praticada por grupos sociais específicos.

não mais estão presentes” . Por outro lado, é estabelecida uma insistente postura de denúncia, explosiva ou silenciosa, de um presente no qual essas novas gerações e os próprios movimentos que deveriam preservar o legado dourado do passado de virtudes, estariam imersos na inércia e na obsolescência política. Entre uma posição e outra, observa-se uma elaboração mental e alucinógena, acerca da memória e da fortuna histórica do ME.

Nessa elaboração, a noção de tempo e de mudança, mesmo que aceitos como expressões do devir histórico, transformam-se, também, em objetos de uma ideologização cuja essência é uma curiosa inversão da relação existente entre as ideias de progresso e decadência com a consciência histórica do tempo. No caso das narrativas referentes à história e à memória do ME, um certo passado identificado como um momento fundador específico tende a assumir o estatuto de tempo do progresso político do movimento, enquanto o seu presente, passa a ser reconhecido como o tempo da decadência (HERMANN, 1999). A celebração do “momento fundador”, por seu turno, tende a reprimir nas consciências dos atores do presente, bem como em suas narrativas, as referências àquelas experiências não perfeitamente enquadradas no padrão mitológico amalgamador do sentimento comum de pertencimento a uma unidade social.<sup>78</sup>

O produto desse procedimento historiosófico é a promoção de um aprisionamento afetivo dos sujeitos participantes e intérpretes da história do movimento ao passado. Ao mesmo tempo promovem, em si mesmos, uma espécie de amnésia neurótica em relação ao presente, permitindo-lhes um exercício de evasão histórica que os alivia da incômoda necessidade de buscar

---

<sup>78</sup> Essa noção de unidade, fundamentada em GIRARDET, Raoul , 1987, op.cit. refere-se à produção e apropriação de um sentimento difuso mas sedimentado no imaginário político de certos grupos, o qual aproxima-se bastante do compartilhamento dos imperativos de “uma vontade una e regular” que permite aos sujeitos a ela vinculados articular-se em torno de algumas “linhas de força” que lhes permitem “bater e trilhar caminhos” e construir paisagens políticas familiares que fomentam o compartilhamento de opiniões e objetivos comuns. Diferencia-se da noção de “consciência de classe” por não limitar-se apenas ao que se manifesta no nível do consciente. Na verdade, prioriza o inverso, pois ao ater-se à dimensão de imaginário político que confunde-se com a memória socialmente compartilhada valoriza principalmente as “sutilezas eficazes” contidas, inclusive, nas representações oníricas da política. Aproxima-se, em certo sentido, do conceito de *illusio* em Bourdieu (2005) e, pode-se ainda afirmar, permite-nos também uma melhor fundamentação do conceito de *habitus*, desse mesmo teórico.

compreender os fatores responsáveis pela diminuição da capacidade de aglutinação e mobilização das entidades estudantis, no tempo presente. As mitologias políticas servem, portanto, como paliativo às frustrações políticas.

No nível das emoções coletivas com conteúdo político, mais especificamente, pode-se considerar, por exemplo, o peso exercido pelo sentimento compartilhado de melancolia, o qual pode vir a ser um formidável parceiro do ressentimento e da revolta, como também um entrave à apropriação da experiência do presente, pelos sujeitos (LOWY, 1995; RIDENTI, 2000). Tem-se, nesse caso, uma combinação complexa de fatores providos de um forte conteúdo utópico que, ao mesmo tempo, mantém-se ambigualmente preso a uma tradição-signo da existência contemporânea. Uma tradição que se funda a partir de uma identidade virtual com o passado idealizado pelas já mencionadas narrativas heróicas ou mitológicas.

Essa tendência pode ser verificada no campo das representações elaboradas sobre o ME nos anos posteriores ao início da experiência de confronto das principais entidades estudantis brasileiras com o modelo estatal implantado no país após o golpe civil-militar de 1964. Marca o testemunho de uma prática fundada sobre a vontade de reminiscência ou sobre uma articulação afetiva. Procura-se assim uma visibilidade política amparada por uma teatralidade que se verificou, por exemplo, no esforço de integração do movimento às várias manifestações políticas de massa ocorridas no Brasil - do movimento pela anistia em 1979 ao movimento dos caras-pintadas em 1992- nas quais os grupos integrados ao ME já buscariam, de forma um tanto trágica, chamar a atenção do presente para algo que não se teria realizado no passado.

Esse “algo”, assim indefinido, mais sugere a sensação das possíveis perdas interiores do movimento, as quais já se renunciavam, do que um conhecimento claro “do que” se teria perdido realmente. Sugere, outrossim, uma insistente intenção de difundir, ou construir, uma representação do presente como o resultado de uma catástrofe anterior, bem como do passado como norte para a reabilitação da experiência superadora da tragédia que significa não se conseguir mais ser o que se foi, ou o que se pensa ter sido.

Sugere-se, assim, que o que se apresentou como consciência histórica do ME, forjada na cidade real do final dos anos 70 e durante a década de 80, lutava contra o papel inexoravelmente exercido por esta como motor de despedaçamento de sua identidade. A guerra a ser travada pela juventude do ME dos anos pós-68, já se anunciava como guerra pela preservação de uma memória que não lhe pertencia, mas que entendia como sua, em um claro procedimento de representação diplomática o qual terá sido responsável pela diluição da memória e da experiência numa certa comunidade de afetos.

Tal representação teria a função de tornar sensível um objeto ausente, para o próprio sujeito ou sujeitos que representam. Nesse caso, enquanto imagem do objeto, a representação traz consigo todo um potencial não apenas de reproduzir o objeto, mas também de permitir aos sujeitos a construção de múltiplas projeções e associações possíveis. Assim, em um universo variável de sentidos possíveis é potencialmente acessível aos sujeitos, de acordo com sua experiência e necessidades, promover recortes e suscitar inclusões e exclusões de cenas de sua experiência ou da experiência de outros a eles afetivamente ligados, de forma a atribuir um sentido eficaz ao seu território existencial.

Assim pensada, a representação suscita transferências e dissimulações de sentidos e percepções. Enquanto pensamento e imagem, possibilita tomar a presença ou o tempo presente como uma função temporal, de sinal positivo ou negativo, responsável por dar aos sujeitos a impressão da existência de um tempo passado vivido e apropriado ou, dos momentos de certeza do *estar-ali em corpo e alma* (KAUFFMAN, 2002). O lugar dos sujeitos torna-se, assim, uma espécie de zona cinzenta permeada pelo apego a uma certa tradição que impulsiona, em um movimento ambíguo, os desejos de ruptura.

Mas que sentimento coletivo é este que, fincando raízes na tradição, demonstra ao mesmo tempo possuir uma significativa reserva utópica a ponto de impulsionar ações políticas contestatórias?. Em relação ao ME brasileiro, especificamente, as matrizes dessa atitude ambígua demarcadora da sua identidade fincam seus alicerces na experiência referenciadora tanto das expectativas quanto da memória da militância: os anos 60 e 70. Nesse contexto

de lembranças e narrativas apropriadas, uma certa “celebração da dor” de uma luta política desigual e trágica onde os ideais políticos e sociais coletivamente compartilhados pelo setores militantes ideologicamente hegemônicos no movimento teriam se confrontado com a função repressiva de um Estado e um governo pautados pelo signo da exceção.

Foi desse terreno tensionado que brotaram os elementos constituidores do verdadeiro caleidoscópio de referências que, nos contextos de experiências sucedâneos, revelaram o eixo sobre o qual deveriam gravitar as representações sobre a experiência política estudantil, bem como a composição das predisposições duráveis <sup>79</sup> que orientaram os objetivos e formas de associação dos sujeitos integrados ao movimento, fossem eles militantes engajados ou simplesmente simpatizantes. Nessa experiência referencial dos anos 60 e 70, reajustamentos que se verificavam tanto no campo dos valores como das práticas políticas geraram as condições para que despontasse a imagem do *poder jovem* como um novo motor de propulsão de idéias e movimentos de transformação social. (POERNER, 1968; SALDANHA, 2005)

Bresser-Pereira (2007), por exemplo, apresenta-nos o que diz ser o conteúdo das “revoluções utópicas da década de 60”, demonstrando especialmente o relevante papel representado pelos estudantes e por certos setores da Igreja Católica nos movimentos de agitação política que marcaram o final do período estudado em sua obra, cuja primeira edição ocorreu ainda em 1968, ano considerado marco de projeção do protagonismo político da juventude estudantil. Em sua exposição, observa-se o esforço em construir uma reflexão em torno de duas questões articuladas e inusitadas que pareciam transformar aquele contexto de rebeldia em um enigma a ser desvendado.

---

<sup>79</sup> O sentido é o de matriz bourdeausiana: o *habitus* seria um sistema de disposições duráveis e intercambiáveis que constituem a estrutura da vida social. Um pouco como princípios geradores e organizadores ou como normas de representação geralmente invisíveis e inconscientes. Determinam que os indivíduos sigam tacitamente determinadas regras. São disposições gerais que resultam da interiorização e acumulação, ao longo da história pessoal de cada indivíduo, de lições do passado, de preconceitos e valores inculcados pela família, pela escola ou pelo ambiente social no processo de socialização (BOURDIEU, 2005).

A primeira questão diz respeito ao significado das rebeliões estudantis como expressão simultânea do surgimento de um novo ator político, por um lado, e de esvaziamento de um pressuposto bastante caro à mitologia política da esquerda: o da classe operária como portadora do projeto revolucionário. Por outro lado, e de repente sob o embalo de novas idéias, cores, sons e ritmos, a legitimidade de uma certa idéia de revolução sustentada por uma perspectiva prometeíca e disciplinadora representativa das tradições de esquerda inventadas no início do século XX, era abalada por uma desconcertante e obscenamente aparente intransitividade de movimentos juvenis portadores de um transe de colorido dionisíaco. Nesse quadro, em termos políticos, a primitividade de novos rituais e sociabilidades políticas parecia incorporar a lógica da sociedade contra o Estado ou de uma sociedade civil que parecia buscar uma forma de articulação prescindindo do Estado. (CLASTRES, 2006)

Nesses movimentos de rebelião, os aspectos alienantes da sociedade de massas consistiriam a principal fonte das energias pulsionais responsáveis por sua vitalidade. Assim posto, quanto mais fortes e atuantes os instrumentos de agenciamento do processo de controle e alienação, maior a disposição social à fuga pela via da utilização de atitudes políticas fundadas, principalmente, sobre suas próprias bases estéticas, tecnológicas e linguísticas massificadas pelo capitalismo pós-industrial (CASTELO BRANCO, 2008).

Esse novo tipo de contestação possuía como um de seus principais elementos de força uma certa propensão antropofágica em relação às próprias tradições contestadas. A perspectiva adotada seria a de uma alegre e abnegada abertura às influências cosmopolitas, equivalente à fórmula propagada, por exemplo, nas manifestações musicais do período, onde se colocava de forma provocativa um novo conceito de juventude e de nação brasileiras (VELOSO, 2007; BASUALDO, 2007). Um conceito pautado no abandono da sisudez das propostas nacionalistas e herméticas, inspiradas em um pensamento de esquerda engessado pela disciplina ideológica, e mais próxima de uma valorização tanto da experiência como do experimental (BASUALDO, 2007).

A proposta contida, por exemplo, em movimentos como o tropicalismo, representou, no Brasil, uma das sínteses expressivas de uma época nascente no mundo inteiro, revelando um duplo movimento antropofágico. Em primeiro lugar, a incorporação seletiva de aspectos culturais de procedências diversas, sem a negação radical daquilo que o Brasil era enquanto lugar que ocupava uma determinada posição no mundo. O diálogo, nesse caso, com a crescente indústria cultural era evidente, apontando por outro lado para uma negação explícita das posturas elitistas ou vanguardistas, que se baseavam em uma percepção bastante folclorizada da cultura popular, e estavam presentes principalmente na União Nacional dos Estudantes (UNE), em seus Centros Populares de Cultura (CPC's) . Assim UNE e CPC's, em nome de uma valorização das raízes da cultura e da sociedade brasileiras, articulada a um ideal algo romântico de nação, inibia no interior do ME maiores e mais variadas possibilidades de reflexão efetiva sobre a situação do Brasil no contexto internacional que não se coadunassem com as leituras terceiro-mundistas, tão em voga nas manifestações políticas e culturais da esquerda da época.

O ideário predominante em movimentos de juventude similares ao tropicalismo, nesse contexto, caracterizava-se por possuir um conteúdo altamente herético para as tradições contestatórias informadas, em grande parte, pela lógicas do Partido Comunista Brasileiro(PCB) ou pela Igreja Católica, através de suas agremiações cujas ações tinham a juventude estudantil como alvo : a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). O PCB, burocrático em sua prática e bitolado em sua leitura a respeito do mundo e, especialmente , do papel a ser cumprido pela juventude nos esforços pela construção de uma nova realidade política nacional, insistia em conceber a identidade nacional brasileira a partir de uma busca interminável por suas supostas matrizes originais. Tais matrizes estariam identificadas com o modo de vida rural, apontado como portador da potencial capacidade de superação dos constantemente denunciados “entraves coloniais” à fluência da história nacional rumo a um autêntico modelo alternativo ao capitalismo tardio e dependente, hegemônico em terras brasileiras (RIDENTI, 2000).

A força do apelo anticolonialista e reintegrador da originalidade brasileira constituía-se em mote articulador de grande parte da produção cultural e das mobilizações políticas brasileiras nos anos 50 e 60. Schwarz (2002) observa, inclusive, que um fato surpreendente em fins da década de 60 é que, apesar do contexto político autoritário de direita que se seguiu ao golpe político civil-militar de 1964, observava-se uma clara ampliação da presença cultural da esquerda no Brasil. Uma ampliação que se verificava principalmente nos espaços de produção e circulação de uma cultura burguesa, onde se dava a atuação de grupos diretamente ligados à produção ideológica.

Estudantes, artistas, jornalistas, professores universitários, bem como representantes do clero seriam responsáveis por uma posição algo inusitada: estavam diretamente ligados às agências governamentais ou privadas associadas ao grande capital, ao mesmo tempo em que produziam material de esquerda para consumo no interior do próprio grupo (SCHWARZ, *ibid.*). As evidências da vitalidade dessa cultura de esquerda estariam presentes no mercado editorial dos grandes centros urbanos, nas estréias teatrais e festivais de música, bem como nas manifestações estudantis. Representavam, ao mesmo tempo, espaços e mecanismos sociais de *distinção* e estruturação de um *campo político-cultural* onde circulava um *capital simbólico* identificador da esquerda que, à luz da conjuntura histórica nacional e internacional do período, pareciam denunciar o que deveria ser renegado pela juventude.

O próprio governo Castelo Branco, nos primeiros anos do regime militar, teria assumido uma postura indiferente em relação a tal produção cultural, o que facilitou sobremaneira a circulação das ideias de esquerda (*Idem*). Foi, porém, a partir da edição do Ato Institucional 5 que se abateram sobre a intelectualidade de esquerda as pesadas restrições que a condenaram a um longo período de confinamento e impotência. A censura apresentou-se, a partir de então, como efetivo instrumento de contenção das pretensões da cultura de esquerda em massificar a crítica ao regime militar e ao próprio sistema capitalista.

Simultaneamente, percebeu-se a projeção de idéias e práticas pautadas em um certo romantismo de matriz cristã o qual influenciou boa parte



das entidades que expressavam, através de seus programas de ação, objetivos políticos para a esquerda brasileira pós-64. Assim sendo, o contexto de forte restrição estatal às liberdades democráticas colaborou para acentuar a tendência à adoção de discursos de natureza utópica e práticas reativas.

Tal reativismo pode ser apontado como uma das marcas dominantes em um corpo coletivo de sujeitos definido como *geração AI-5*. (MARTINS, 2008). Uma leitura ortodoxa em relação a certas manifestações comportamentais que, no contexto de acirramento do autoritarismo de Estado, apresentaram-se como características de uma juventude considerada anômala pelos conservadores padrões da classe média brasileira do período, pode supor que tais comportamentos teriam representado uma forma “pré-política” de resistência, bastante frequentes em sociedades nas quais os impulsos sociais de contestação não encontram – seja pela ausência de uma tradição política anterior, seja em decorrência de restrições oficiais – canais politicamente eficazes de expressão. Nesse caso, foram esses canais de expressão política, que talvez se possa definir como “sociedade civil”, que permitiram uma metabolização eficiente dos impulsos primários de contestação latentes ou espontaneamente circulantes no seio da sociedade, uma tradução do mal-estar ou insatisfação caoticamente manifestos em formas organizadas de protesto. (BAUMMAN, 2001).

Ora, a realidade profundamente atingida pelo clima de repressão política que se seguiu à edição do Ato Institucional N° 5, teria gerado um clima de inibição de maiores possibilidades de transição das reações instintivas para a forma de movimentos sociais com conteúdos políticos mais formais, movidos por interesses de classe ou econômicos. Gerou-se assim comportamentos típicos de uma certa realidade cultural imposta pelo regime militar: uma cultura política estranhamente alienada de conteúdo político.

Martins (2008) afirma que a eficácia política do regime militar fundamentava-se não no fato de o mesmo apresentar-se como o portador de uma ideologia autoritária, pois na verdade, sequer é possível precisarmos se o mesmo possuía alguma coloração ideológica definida, já que as referências responsáveis pela articulação de seu discurso político legitimador recusavam-se a identificarem-

se explicitamente com o autoritarismo. Sua eficácia podia, outrossim, ser observada na capacidade de fundar e disseminar condições geradoras de um certo comportamento evasivo em relação à ação claramente política.

É certo, por outro lado, que uma análise histórica mais demorada permite perceber que a própria tradição de mobilização política que marcava não apenas o movimento estudantil, mas a maior parte dos movimentos sociais do final da década de 50 em diante, no Brasil, possuía uma relação umbilical com a lógica e a prática política que caracterizava o populismo, a qual interpunha certa postura conciliatória ou ao menos negociadora às relações entre Estado e sociedade civil. A permanência dessa relação tendia a preservar-se independente do nível de integração dos campos de experiências sóciopolíticas locais nos grandes centros econômicos e políticos do país. O fato é que, em realidades bem ou mal integradas à dinamização do capitalismo brasileiro, havia a necessidade de uma predisposição do Estado à abertura para o diálogo e a conciliação. A ausência de tal abertura por um período prolongado representaria, no plano prático, o comprometimento da capacidade de articulação de um discurso político dos movimentos sociais o qual fosse capaz de aglutinar e mobilizar um número expressivo de sujeitos, salvo em condições muito especiais como, por exemplo, naquelas verificadas ao longo do ano de 1968 no centro-sul e nas principais capitais do Nordeste brasileiro.

Naquelas condições, porém, protestos como o do ME ganharam corpo na esteira da insatisfação da classe média com os rumos tomados pela política econômica do regime civil-militar e seus reflexos na política educacional, especialmente aquela voltada para o ensino superior, tanto quanto na existência de elementos estruturais historicamente combinados como grande concentração e organização política estudantil e elevado grau de urbanização.(SAES,1984). Em se tratando mais diretamente das questões relacionadas ao universo estudantil, destacou-se uma mais direta e acintosa intervenção do Estado nas entidades representativas da categoria. Essa intervenção encontrou amparo na lei 4.464/64 (Lei Suplicy de Lacerda) e os decretos 228/67 e 477/69<sup>80</sup>.

---

<sup>80</sup> Esses três dispositivos jurídicos representavam uma espécie de “tripé legal de uma regime excepcional”, que permitia ao Estado ditatorial civil-militar mover recursos de controle sobre a cultura política estudantil.

Os dois dispositivos citados, aprovados respectivamente após o golpe de 1964 e as manifestações de 1968, funcionaram como amparo legal às pretensões de controle institucional sobre os sujeitos integrados à vida política acadêmica, fossem eles estudantes, professores ou funcionários técnico-administrativos (FÁVERO, 1995). Em algumas regiões onde se verificava uma vida acadêmica mais amadurecida, reações imediatas, massivas e, não raras vezes, violentas puderam ser verificadas. Foi o caso das manifestações ocorridas no Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e, no Nordeste brasileiro, em Fortaleza, Recife e Salvador. Em todas essas áreas urbanas, marcadamente sedimentadas como centros de decisão e das manifestações políticas de repercussão nacional, bem se poderiam situar os polos políticos da sociedade civil tanto dos “anos dourados” como dos “anos de chumbo”. Isso é possível ao considerar-se da perspectiva do nível de organização e projeção das demandas representadas, na arena política, pelos movimentos sociais geralmente articulados em torno da esquerda católica, da ala esquerdista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), bem como do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e suas várias dissidências, além das várias organizações não diretamente alinhadas a esse campo de referências políticas e ideológicas, que gravitavam geralmente em torno de ideias politicamente bem mais radicais e, por extensão, de um projeto de ação pautado em um projeto de revolução, fosse de caráter nacionalista, socialista ou ambos.

Principais palcos de campanhas portadoras de uma identidade contrária aos pressupostos de um certo liberalismo conservador, como por exemplo a campanha pela nacionalização do petróleo que atingiu o auge entre 1947 e 1953 e, um pouco mais tarde, pela legalidade da posse do Vice-presidente João Goulart (1961) após a renúncia de Jânio Quadros, os citados centros urbanos conheceram o seu clímax de ebulição política quando da ocorrência dos debates em torno das “reformas de base” (tributária, financeira, administrativa, agrária e educacional). (ARAÚJO, 2007). Em grande parte resultante de novos horizontes

---

A Lei 4.464/64 dispunha sobre os órgãos de representação dos estudantes e represento a primeira tentativa, travestida de legalidade, de se tentar deslegitimar a UNE após o golpe civil-militar de 1964. O decreto 228/67, por sua vez, impunha medidas ainda mais restritivas aos mesmos órgãos, reforçando o controle sobre os mesmos, já estabelecido pela lei 4.464/64. Já o decreto-Lei 477/69 punia com a expulsão e a proibição de matricular-se em outra universidade os alunos que cometessem atos considerados politicamente subversivos.

políticos, possibilitados pela maior complexificação das estruturas sociais estimuladas pelo crescimento de setores de uma classe média cada vez mais ativa na esfera pública, essas realidades tensionadas possibilitaram o protagonismo de um novo sujeito coletivo: a juventude estudantil, cujo principal emblema passou a ser a União Nacional dos Estudantes (UNE). Nessa conjuntura, em uma narrativa autocertificadora, já se apresentam os primeiros esforços de uma busca das origens do movimento, situando-se a fundação da UNE como o marco catalisador de “um desejo difuso que sempre estivera presente na juventude brasileira” (POERNER,1968).

Tal desejo seria, desde o início, identificado com um projeto de reformas voltadas à superação de um suposto estado de inércia e atraso da sociedade brasileira, e teria sido capaz de – através da UNE e demais entidades estudantis fundadas sob os auspícios da ditadura do Estado Novo – promover no seio de parcelas consideráveis da juventude dos grandes centros urbanos uma estranha combinação entre impulso renovador e adequação às estruturas políticas hegemônicas. Estas últimas, por sua vez interpretadas pelas lideranças estudantis como expressões institucionais de um processo de transformação iniciado a partir da revolução de 1930 (POERNER,1968; MEMOREX,1978; NASCIMENTO, 1994).

Mergulharia com isso, o movimento estudantil, em um campo bem específico de representações relacionadas a um lugar a ocupar, um papel a exercer e um resultado político a produzir na sociedade brasileira, sempre oscilando porém entre o reformismo nacionalista e o liberalismo ortodoxo representados, naquele contexto, principalmente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), respectivamente. Independente da perspectiva adotada, porém, o movimento estudantil exprimia reivindicações e referia-se aos valores da civilização industrial, em nome uma base social definida.

Assim, é possível reconhecer-se que as manifestações estudantis características dos grandes centros urbanos acima citados situavam-se em uma posição ambivalente de criação e controle, cuja oscilação entre os dois polos

dessa posição era condicionada pelo nível de tensões decorrentes das disputas entre as facções político-partidárias hegemônicas. Estas facções digladiavam-se em torno de questões de caráter geral e de questões mais especificamente ligadas ao meio estudantil. Era o caso, por exemplo, da defesa de uma reforma universitária que ampliasse o número de vagas oferecidas, bem como a garantia de representação estudantil na gestão das universidades (SANFELICE, 2008).

Em qualquer uma das demandas assumidas, gerais ou específicas, ou de acordo com os temas que propunha e as alianças a que era levado a estabelecer com as demais organizações políticas e sociais, o ME enquadrava-se em um tipo de cultura política ou de sistema de semiose política que se pode definir como “cofigurativa” (MEAD *apud* BENEVIDES, 2006). Nessas condições, o comportamento e demandas políticas dos contemporâneos representavam um modelo a ser apreendido pela juventude estudantil, sendo consideradas naturais as diferenças comportamentais entre as velhas e as novas gerações e tendendo, ao menos no curto prazo, a adequar-se à ritualização dos possíveis conflitos, em consonância com os limites da legalidade<sup>81</sup>.

Uma prova dessa predisposição foi a imersão da UNE na mobilização em defesa da posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, adotando como argumento o discurso da defesa da legalidade. (FERREIRA, 2003). Ainda nesse quadro o ME, principalmente por meio de sua

---

<sup>81</sup> Para Mead *apud* Benevides (2006) existem três tipos de culturas, considerando-se a forma assumida pelas relações entre velhas e novas gerações. A primeira é a cultura *posfigurativa*, a juventude tem na conduta dos mais velhos o modelo ideal dos códigos e valores considerados socialmente funcionais. Nesse tipo de cultura, tem-se como missão para os jovens a salvaguarda da herança dos ancestrais ou, como coloca Benevides: “o passado dos mais velhos é o futuro de cada nova geração” (p. 32). O segundo tipo de cultura é a *cofigurativa*, onde a herança cultural é substituída pela aprendizagem cultural. O modelo, portanto a ser seguido, não é propriamente o do passado mas o “dos pares ou contemporâneos” (idem, p.33), o que implica uma maior naturalização das diferenças comportamentais entre a nova e a velha geração. Os mais velhos, porém, por comandarem as instituições e definirem em última instância as regras aceitas como universais, exercem também o poder de definir limites ao comportamento juvenil. Já no terceiro modelo, o *prefigurativo*, o conflito entre gerações dá a tônica das relações entre velhos e jovens. Suas condições de afirmação ocorrem nas sociedades de grande mobilidade e competitivas, como é o caso das sociedades industriais e pós-industriais, nas quais a juventude se depara constantemente com valores diferentes e, em boa parte dos casos, distantes dos familiares. Nesse modelo, o comportamento dos jovens torna-se auto-referenciado, quando não mesmo referencia o comportamento dos velhos. “o principal elemento que caracteriza uma forma cultural predominantemente prefigurativa é o fato de os jovens, e não mais os seus pais ou avós, representarem o que está por vir” (Idem, p. 34)

liderança nacional, nada mais faz do que repetir um dos discursos politicamente hegemônicos, precisamente aquele mais intimamente afirmado com a perspectiva da ordem e do poder institucional, além de refletir uma maior proximidade com a esquerda católica e o Partido Comunista do Brasil (PCB). Termos marcantes como *revolução*, *união operário-estudantil-camponesa* e *antiimperialismo*, dentre outros, demonstravam uma clara ampliação do campo semântico-político do movimento, o que, entretanto, pode ser percebido como uma atualização de identidade em um momento de fortes tensões e conflitos que dimensionavam o espectro político brasileiro, em especial nos centros regionais de maior concentração dos investimentos capitalistas.

A “esquerdização” do movimento estudantil, apontada por alguns historiadores e ex-militantes, a exemplo de Poerner, 1968; Ridenti, 1993; Dirceu & Palmeira, 2003, teria implicado uma reviravolta política interna no mesmo e estímulo à evolução da já mencionada cultura política *cofigurativa*. Ao mesmo tempo, demarcou um ponto de fuga para uma série de mudanças comportamentais as quais extrapolaram a esfera especificamente política, configurando-se a incorporação de um *habitus* de consumo de uma cultura juvenil patenteada em costumes, linguagens, padrões estéticos e, claro, opções políticas definidoras de uma identidade *pós-figurativa*. Nessa moldura, de forma cada vez mais crescente, juventude estudantil tendeu a incorporação de um projeto de devir social em conflito com o presente, buscando afirmar-se como o novo agente coletivo portador de modelos políticos e comportamentais de referência.

Dessa maneira, verificou-se também um número significativo de mudanças, apesar da persistência de significativas manchas de convivência relativamente harmônicas entre as diferenças geracionais no final dos anos 50 e início dos anos 60, onde os limites do comportamento político juvenil ainda tendiam a ser determinados pelas instituições de controle social. As margens de liberdade permitidas ao comportamento dos jovens tenderam a uma ampliação na mesma proporção em que ocorreu o avanço da industrialização, da divisão social do trabalho e da complexificação da estrutura social.

Foi um processo, porém, bastante regionalizado e influenciado por uma reestruturação sócioeconômica desigual, se considerar-se a sua difusão pelo território brasileiro. Prova desse caráter desigual e incompleto, foi que tal reajustamento deixou praticamente de fora o território piauiense, que só viria a sentir tardia, tímida e amedrontadamente os sopros dessas mudanças sociais. Em áreas marginais de uma região de desenvolvimento capitalista tardio, como era o caso do Piauí em que persistiam ainda o peso de estruturas rurais em espaço de urbanização incipiente, o modelo cultural pós-figurativo – em que a tradição representada pelas gerações mais velhas ainda é considerada o modelo a ser adotado - ainda emoldurava o comportamento juvenil.

## **2.2 Piauí: a “mocidade estudantil” e a constituição de um campo e de um *habitus* conservador**

Em grande medida, o perfil da juventude estudantil e de suas entidades representativas no Piauí, sempre fora marcado pelo predomínio do posfigurativismo, ou seja, a internalização dos códigos e condutas das gerações mais velhas, pautando-se muito em certo senso de continuidade e de identidade com os valores tradicionais. A escalada do processo de radicalização que se deu a partir da aproximação da UNE e da UBES com movimentos, entidades e agremiações partidárias que expressavam o ideário de esquerda foi sentido, no ambiente social piauiense, como motivo para reforço da vigilância e alerta em relação à salvaguarda dos valores políticos tradicionalmente cultivados na mesma, contra o que se sentia ser a ameaça da subversão desagregadora do espírito cívico e dos valores familiares.

Foi, por exemplo, com esse espírito cruzadístico que um dos principais intelectuais e líder político piauiense do período, Simplício de Sousa Mendes, mobilizou o seu talento como escritor e orador, bem como sua autoridade como jurista, fundador da Faculdade de Direito do Piauí (FaDi) e presidente da Academia Piauiense de Letras (APL), na divulgação de cartas e discursos dirigidos aos Universitários do Piauí, num esforço para alertá-los contra o que considerava ser a ameaça da subversão. Entre fevereiro e março de 1964,

artigos publicados pelo intelectual questionavam abertamente o nacional-estatismo, a corrupção, a comunização e o golpismo do governo João Goulart (MENDES, Simplício de Sousa Mendes; O Dia, 4 de fevereiro de 1964, p. 3; O Dia, 15 de fevereiro de 1964, p. 3; O Dia, 20 de março de 1964, p.3).

Vê-se, de início, quanto o raciocínio político do influente intelectual incorporava, de maneira forte, o campo semântico e o universo de representações que sedimentavam o discurso político dos grupos que faziam oposição ao governo de João Goulart. O contexto de publicação dos artigos foi o de intensificação dos debates em torno não apenas das reformas de base, mas também, de acirramento entre certos setores da sociedade brasileira – empresários, proprietários de terras, políticos conservadores, facções militares, igreja e associações de leigos - dos temores em torno do que pensavam ser os preparativos para realização de um golpe político do próprio chefe do executivo, apoiado e patrocinado pelos comunistas (FERREIRA, 2003).

Os primeiros alvos dos artigos foram o governo João Goulart e as reformas de base. A retórica do ilustre literato atribuía ênfase à crise multidimensional-econômica, financeira, política e social - que atravessava a sociedade brasileira, definindo-a como uma “crise da república” e questionando a eficácia das Reformas de Base, como medidas para a solução da crise, além de denunciar os interesses “antipatrióticos” inspiradores das mesmas. Para o articulista, as medidas anunciadas pelo governo brasileiro oscilavam entre o “radicalismo fascista” e o “militarismo comunista”, ao significarem na prática uma suspensão dos direitos individuais e das liberdades básicas, bem como um fator que tornava mais do que real a “ameaça fratricida”, ao estimular o ódio de classe (MENDES, 1964). A evocação do temor de uma guerra civil, de cuja sedução deveria permanecer resguardada a juventude estudantil, definia-se como um pano de fundo de uma argumentação claramente militante em favor da necessidade de intervenção política no Estado brasileiro.

Observações exaustivas também foram realizadas com relação aos diversos movimentos grevistas numa referência, inclusive, às greves estudantis convocadas pela UNE em 1962, por ocasião dos debates em torno da Reforma



Universitária , e em particular do direito de representação estudantil nos órgãos colegiados das universidades: a greve do “um terço” (POERNER, 1968). Assim, todas as manifestações rotuladas como “greves políticas”, eram definidos como sintoma de uma “epidemia corrosiva da democracia”.

Finalizando o seu raciocínio analítico sobre a realidade brasileira no início do ano de 1964, Simplício Mendes condenou a inspiração materialista que, segundo o mesmo, orientava as manifestações públicas e os atos do poder executivo os quais, juntos, contribuía para o “declínio da moralidade e inferiorização da vida pública”. Na mesma bateria de artigos, Simplício Mendes dirigiu-se, especificamente, aos universitários piauienses. Sua retórica, porém, manteve-se numa dimensão generalista, não abordava nem nomeava situações, entidades associativas muito menos personagens. Desqualificou, porém, as práticas e ideias adotadas “pelos moços comunistas”, acusando-os de um materialismo extremado o qual seria contrário aos valores nacionais. Conclama, ao final, os “estudantes comunistas a adoção de um olhar investigativo sobre a experiência histórica das nações comunistas”<sup>82</sup> .

Em princípio, não se pode atribuir o esforço de Simplício Mendes em dirigir tais advertências aos estudantes universitários piauienses à existência de um clima favorável à adesão dos mesmos, e de suas respectivas entidades representativas, a uma mobilização radical em defesa das reformas defendidas pelo governo Goulart, muito menos a assunção de uma postura mais à esquerda do projeto oficial. Seus textos iam ao encontro do que parecia ser a cultura política predominante nos meios estudantis piauienses e, em especial, em suas entidades.

No período em que se deu a intensificação dos debates e polarizações políticas promovidas no interior do movimento estudantil bem como entre suas principais entidades de representação nacional, no caso a UNE e a UBES, uma das principais lideranças estudantis apresentou, em entrevista a uma revista de circulação nacional em 1968, um diagnóstico acerca do baixo nível de

---

<sup>82</sup> Folha da Manhã, Teresina 31 de março de 1964, p. 5

organização e mobilização política fora do eixo Rio de Janeiro- São Paulo -Minas Gerais -Paraná (HAGEMEYER In: MARTINS FILHO, 1998). Dois anos antes, um relatório do Departamento de Ordem Pública e Social do Paraná (DOPS-PR) sobre o congresso da UNE, realizado em Belo Horizonte, apresentava mais ou menos a mesma avaliação.<sup>83</sup>

Assim é que se pode indagar se não seria esta a situação do movimento estudantil em Teresina, capital do Piauí, tendo em vista a posição pouco expressiva do estado na efervescência política e econômica pela qual passava o Brasil durante o período em questão. De fato, uma avaliação da relação historicamente articulada entre os campos social e simbólico em que se deu a definição do perfil do ME piauiense, leva à percepção de existência de algumas similaridades no que diz respeito às suas origens históricas, como também à apresentação de certas singularidades em um contexto no qual o ME dos grandes centros do país conheciam um processo de grande transformação. Nos anos 50, enquanto no centro-sul do Brasil vivia-se um clima de intensa mobilização estudantil, apesar de estar a UNE hegemônica por setores de tendência liberal e, segundo os próceres das facções esquerdistas integrados ao movimento, simpatizantes de ideias da direita e vinculados à União Democrática Nacional, no Piauí questões como a campanha pela nacionalização das jazidas de petróleo e a questão da soberania nacional eram tratadas com certo moderantismo por parte dos veículos de divulgação dos debates estudantis.

É o caso, por exemplo, de um artigo publicado na revista *Voz Do Estudante*, de dezembro de 1951, organizada pelos estudantes do Ginásio Leão XIII, à época a principal instituição de ensino particular da capital do Piauí. O artigo, intitulado *A mocidade e o século*, apresenta uma clara influência do pensamento humanista cristão, presente na Doutrina Social da Igreja. Propondo-se a realizar uma abordagem da questão social, o faz a partir da rejeição a qualquer leitura inspirada na noção de luta de classes. Aponta, porém, o “trabalho como uma força social em rebelião” (p. 5), mas ao mesmo tempo denuncia a

---

<sup>83</sup> As respectivas observações sobre a concentração dos níveis de organização e capacidade de organização dos estudantes, bem como de suas vinculações a organizações de esquerda, encontram-se em HAGEMEYER (199), e no Relatório DOPS-

suposta ausência de preparo das massas que, devido ao seu baixo nível cultural, não reuniram as condições necessárias ao desenvolvimento de uma maior consciência em relação às reivindicações. Destaca assim, num vanguardismo tipicamente cristão, a incapacidade dessas massas de construir um julgamento consistente a respeito da realidade política nacional, distanciando-se dos valores religiosos e tornando-se presa fácil das utopias totalitárias, numa clara e direta referência à expansão da influência soviética sobre o Ocidente.

O raciocínio empregado pela liderança estudantil no artigo reflete, pois, a cultura política na qual estava ambientado o movimento estudantil piauiense do período, o qual – no que se refere à organização e ideário – era marcadamente tutelado pela União da Mocidade Católica (UMC). Consistia a UMC numa instituição congregacionista dos estudantes, cuja linha de atuação vinculava-se ao programa da conservadora Ação Católica, a qual fora idealizada na década de 30 por um grupo numeroso de intelectuais católicos, dentre eles Alceu Amoroso Lima. Tal proximidade com o ideário da Ação Católica contribuiu para definir, de certo modo, escolhas e formas de atuação política de parte dos estudantes, em Teresina, sobretudo no início dos anos 50.

Pesava ainda, na conformação da atuação política dos estudantes, a própria natureza organizativa da rede de ensino de Teresina, marcada também por forte inserção de uma cultura disciplinadora e elitizada. Em termos mais claros, a existência de rígidos regimentos de organização e funcionamento das instituições escolares combinava-se com o fato de serem as escolas, e em especial as instituições de ensino superior da capital, ambientes por excelência de formação e sociabilização dos filhos das elites locais.

Assim a Faculdade de Direito, por exemplo, fundada em 1931, durante a interventoria de Joaquim Lemos Cunha, já representava importante agência de preparação e legitimação dos sujeitos institucionais que, após sua formação acadêmica, tonar-se-iam responsáveis pelo controle dos meios de exercício do poder político-administrativo no Estado. Essa realidade, marcadamente classista, da estrutura e funcionamento da educação no Piauí, repercutia de uma maneira

direta sobre as entidades estudantis e sobre a própria representação socialmente elaborada e aceita a respeito delas.

A cultura política sobre a qual se dava a organização das entidades estava, por exemplo, referenciada no ideário de “mobilização da juventude”, proposto ainda durante o Estado Novo pela dupla de ministros Gustavo Capanema e Francisco Campos, tendo sido inclusive os mesmos bastante ativos e eufóricos incentivadores da criação da União Nacional dos Estudantes, em 1938 (SALDANHA, 2005). A meta a ser alcançada pelo programa da mobilização juvenil era marcada por um horizonte de propostas vinculadas a finalidades cívicas e harmonizadas com a autoridade estatal.

No nível da organização das entidades estudantis, especificamente, buscou-se promover formas de representação estáveis, fundadas por exemplo na existência de cargos vitalícios de direção. Tal procedimento, além de permitir a permanência de diretores confiáveis à esfera estatal, por evitar o rodízio de lideranças, inibia a ocorrência de conflitos e cisões capazes de gerar clima de instabilidade e risco de conflito entre as entidades estudantis e o poder público, já que as frestas geradas por essas divisões internas poderiam representar um vazio a ser preenchido por idéias e propostas não harmonizadas com o discurso oficial.

Foi com essa forma e conteúdo que nasceu a primeira instituição representativa dos estudantes piauienses: o Centro Estudantil Piauiense (CEP), fundado em 13 de janeiro de 1935, por iniciativa principalmente de estudantes secundaristas de Teresina. O reconhecimento do CEP como instituição de utilidade pública estadual deu-se já no ano seguinte à sua fundação (Lei Estadual Nº 50, de 17/7/1936), o que demonstra a sua relativa proximidade com os círculos de poder local, além de adequação às diretrizes estabelecidas pela dupla de ministros varguistas, Francisco Campos, da justiça, e Gustavo Capanema, da educação e saúde.

As finalidades previstas no estatuto do CEP tornava-o uma entidade mais próxima de uma instituição com fins literários, filantrópicos e de lazer,

tipicamente reprodutora do *habitus* cultural e social das elites locais<sup>84</sup>. Muito embora seguindo uma orientação adotada pela grande maioria das entidades estudantis da época – inclusive pela UNE quando de sua fundação, três anos depois - a qual consistia em evitar a discussão de temas políticos, o CEP ajudaria a legitimar os governos locais, tanto no período de vigência da ditadura do Estado Novo, quando exerceu a liderança do executivo local o interventor Leônidas Melo, quanto no período de redemocratização que se seguiu à deposição de Getúlio Vargas.

Na década seguinte à extinção do Estado Novo, a entidade continuou a manter boas relações com o círculo do poder. O primeiro mandato no executivo estadual do período foi exercido por representantes políticos da União Democrática Nacional (UDN), a qual elegeu Rocha Furtado para o governo estadual no quadriênio 1946-1950. Foi nesse período, através de leis municipais, que a carteira da entidade foi reconhecida como prova de identidade estudantil em Teresina<sup>85</sup> e verbas para o funcionamento da Casa do Estudante Pobre do Piauí<sup>86</sup> foram garantidas, através da atuação parlamentar do deputado federal da UDN Ademar Soares da Rocha (ALMANAQUE DO CARIRI, 1952, ).

O corte no predomínio político da UDN, após a ascensão de Pedro Freitas ao governo do Estado pelo Partido Social Democrata (PSD), ocorrido em 1950, não abalou a influência do CEP junto ao poder político estadual, o qual passou a ser exercido pelo clã dos Freitas e Gayoso que lideraram o Partido Social Democrata (PSD) e exerceram hegemonia no cenário político piauiense entre 1950 e 1958. Pode-se supor que tal desenvoltura do CEP na aproximação com o poder tenha sido, em parte, resultado da presença de muitos ex-estudantes em cargos de direção da entidade.

Esses integrantes- geralmente médicos, advogados e professores já inseridos em seus respectivos campos de atuação profissional - atuavam como

---

<sup>84</sup> Diário Oficial do Estado do Piauí, 15 de março de 1935.

<sup>85</sup> Lei Municipal Nº 64, de 30 de março de 1949, que dispõe sobre o reconhecimento úblcio da carteira estudantil no município de Teresina.

<sup>86</sup> Lei Municipal Nº 81, de 30 de julho de 1949, que dispõe sobre Casa do Estudante Pobre do Piauí, no município de Teresina.

elos de ligação com as instâncias político-administrativas municipais e estaduais, ao tempo em que contribuíam para o refreamento de qualquer impulso mais abertamente contestatório entre os estudantes filiados. Sua atuação como mediadores, dotados da autoridade para falar em nome dos estudantes em questões relacionadas às suas demandas, contribuía para a sedimentação de um canal de diálogo com o poder oficial, respeitando os limites da legalidade institucional e do respeito as hierarquias vinculadas aos cargos político-administrativos .

Nos próprios estatutos da entidade figuravam artigos que, claramente, demonstravam a preocupação em evitar dissensões ideológicas interna para que “haja entre os seus elementos a mais perfeita harmonia de vista”. ( CENTRO ESTUDANTAL PIAUIENSE – Estatutos, item “a”, In: O Tempo. Teresina, 17 de janeiro de 1935, p. 3). Os corolários de tal preocupação aparecem nos itens I, K e L dos mesmos estatutos. No item I, a primeira diretoria do CEP apresenta a sua disposição de organizar uma “polícia centrista”, com caráter oficial, “destinada a assegurar a ordem no seio da classe estudantil” (idem). Percebe-se, com esse dispositivo, que ao próprio CEP assistia poderes para promover o controle e vigilância interna, naquilo que dizia respeito ao comportamento de seus associados. A entidade, dessa forma, arvorava para si mesmas atribuições que tornava prescindível a intervenção do Estado com vistas à manutenção do controle sobre os estudantes.

No item “k”, está devidamente expressa a “proibição de se provocar discussões da política militante ou de religião, durante as reuniões” (idem) ao que se segue, no item “L”, o reconhecimento de que “o centro não possui caráter político”. A lógica era a da preservação da entidade contra qualquer risco de “contaminação” por interesses políticos, de qualquer tipo, considerados alheios aos interesses dos estudantes.

Promoveu-se assim, nessa primeira entidade representativa dos estudantes piauienses, uma combinação de uma missão institucional fundada nos princípios de ordem e disciplina típicos da cultura de mobilização política da classe estudantil defendida pelo Ministério da Educação e Saúde do Governo

Constitucional de Vargas, com pretensões policiaiscas voltadas ao controle sobre ideias e comportamentos da categoria que o CEP dispunha-se a representar. Acrescente-se ainda que o item “J” dos estatutos penalizava com a expulsão da entidade “o sócio que praticar qualquer acção que desabone a sua conduta e venha, de algum modo, prejudicar **o bom conceito da sociedade** (grifo nosso ) ( ibid.).

Por “bom conceito de sociedade”, em se tratando das recomendações vigentes acerca do comportamento juvenil, entenda-se aquela realidade social em que à juventude caiba o papel de herdeira, consciente ou não, das tradições elaboradas a partir da experiência das gerações adultas. Recorrendo-se novamene a Mead *apud* Benevides (2006), um modelo comportamental de tipo posfigurativo, em que valores e escolhas juvenís ocorrem a reboque das predisposições instauradas pelas gerações adultas.

Os princípios orientadores , bem como as finalidades e dispositivos de disciplinamento presentes no regimento do CEP deixavam pois bem claras as pretensões de, na busca de garantir um controle sobre o comportamento dos estudantes, não apens nas atividades promovidas pela entidade, mas também nas condutas adotadas cotidiano escolar e extra-escolar, solidificar um sentimento de unanimidade e homogeneidade de finalidades entre seus filiados conforme o que se considerava ser o “bom conceito de sociedade”.A entidade representativa dos estudantes representava, nesse diapasão, campo privilegiado para a reprodução de padrões comportamentais socialmente aceitos.

Noções de civismo, cidadania e participação segundo um eixo de disciplina e ordem compunham um importante pano de fundo para a organização dos estudantes. Ao prescreverem uma postura apolítica para as entidades representativas de interesses de grupos, e no caso específico o ME, contribuíam para a instrumentalização das mesmas, através da sua incorporação pelo poder oficial ou, no mínimo, por sua postura passiva em face das questões de política interna. Reificava-se, com isso, uma certa concepção do papel histórico a ser cumprido pela “mocidade estudantil”, que em nada se harmonizava com as

manifestações de rebeldia e protesto que já faziam parte do cotidiano e da cultura política estudantil do centro-sul do Brasil.

Por outro lado, buscava legitimidade ao expressar claramente a pretensão de obter o reconhecimento oficial, seguindo a linha corporativista que, naquele momento, era a tônica das relações entre Estado e sociedade civil. A legitimidade, no caso, advinha do reconhecimento estatal e não necessariamente do nível de participação dos filiados em debates e deliberações de interesse da categoria.

A entidade, dessa maneira, atuava como uma espécie de correia de transmissão da autoridade governamental, sem que isso no entanto comprometesse a sua representatividade que se assentava na mobilização de expectativas que seriam cumpridas em consonância com o poder público. A esse respeito, os estatutos do CEP nos parecem dar mais algumas pistas, pois estabelecia finalidades “obreiras” voltadas ao atendimento dos estudantes pobres, como a “conquista do abatimento em tarifas de transportes fluviais e terrestres”, além da “fundação da Casa do Estudante” cujos recursos para a sua construção, já em andamento à época da publicação dos estatutos mas só concluída anos depois, advinham de uma campanha de arrecadação denominada “Cruzada Pró Casa do Estudante” ( O Dia. 15 de Abril de 1948, p. 4).

A proposta de construção da “Casa do Estudante”, por seu turno, representava na verdade um trunfo utilizado como fator de arregimentação de filiados e de apoio político e financeiro, não apenas no Piauí. Pelo menos desde o final da década de 20, já se observava uma ação direta do Estado na promoção do que as autoridades consideravam como um dos principais problemas enfrentados pelos estudantes: a questão da moradia. Em 1929, o então presidente da República brasileira, Washington Luís, aprovou decreto do Congresso Nacional, estabelecendo a “Casa do Estudante Brasileiro em Paris” ( PIAUI NOVO, 1939, s/p).

É claro que o alcance social imediato de tal medida, do ponto de vista do favorecimento a estudantes oriundos dos segmentos sociais mais humildes, era questionável na medida em que eles muito raramente tinham oportunidade de



prosseguir seus estudos na Europa. A medida tornou-se porém extensiva ao território brasileiro, tendo sido a Casa do Estudante do Brasil (CEB) - sediada no Rio de Janeiro - até 1938 a principal instituição a congregar as entidades estudantis espalhadas pelo resto do país.

As finalidades da CEB, voltadas para o assistencialismo e a promoção do intercâmbio cultural entre os estudantes brasileiros, representaram o norte orientador do incipiente movimento estudantil até pelo menos a segunda metade da década de 30. A partir de 1937, ganharia corpo, numa iniciativa de dissidências surgidas no interior da própria diretoria da casa, um movimento em defesa da afirmação do reconhecimento da União Nacional dos Estudantes como única instituição representativa dos estudantes brasileiros.

O marco inicial dessa ruptura foi a convocação, pela CEB em obediência aos seus estatutos, do I Conselho Nacional dos Estudantes (CNE), em 1937. Foi nesse evento que se deliberou sobre o projeto de criação da UNE, sob chancela do Ministério da Educação, como subtítulo do Conselho. A finalidade da medida era viabilizar a filiação da entidade à União Internacional dos Estudantes (UIE). Além disso, a iniciativa, adotada com o acompanhamento da esfera governamental, estimulava uma organização nacional dos estudantes sob controle do Estado (ARAÚJO, 2007).

No ano seguinte porém, entre os dias 9 e 21 de dezembro de 1938, a realização do II Congresso Nacional dos Estudantes foi marcada pela defesa da tese da autonomia da UNE como órgão máximo de representação estudantil. Novamente ocorre o acompanhamento e apoio do Ministério da Educação, já sob a égide da ditadura do Estado Novo. O resultado final das deliberações foi a eleição de uma diretoria para a entidade e o rompimento formal com o CNE e a CEB (SEGANFREDO, 1963; SALDANHA, 2005; ARAÚJO, 2008).

Um fato a ser observado é o apoio do Ministério da Educação à iniciativa de rompimento da UNE com a CEB já que, no ano anterior, havia auxiliado na realização do I Conselho e ratificado o relatório extraído do mesmo, o qual vinculava o próprio Conselho e a UNE à presidência da CEB. A sessão de encerramento do Congresso foi, inclusive, presidida pelo próprio Ministro da

Educação, Gustavo Capanema ( POERNER, 1968; MEMOREX, 1978; SALDANHA, 2005) . O que explicaria essa postura aparentemente ambígua das autoridades federais em relação à organização e dissensões no interior do movimento estudantil ?

O intervalo de tempo correspondente ao governo constitucional de Getúlio Vargas ( 1935-1937) é um momento no qual a unidade inicial do movimento em torno da CEB começa a enfraquecer-se. Em 1934, por exemplo, diversas facções estudantis organizavam-se em consonância com as orientações ideológicas em vigor no período, aglutinadas quase todas elas na Aliança Libertadora Nacional (ALN). É assim que, após a realização do I Congresso da Juventude Operária Estudantil, surgem diversas organizações estudantis, de orientação comunista, integralista e liberal. São criadas, no contexto, a Juventude Comunista, a Juventude Integralista, a União Democrática Estudantil, a Federação Vermelha dos Estudantes e a Frente Democrática da Mocidade. Essa pulverização de tendências, associada à efervescência política e ideológica do momento, refletiram-se nos congressos nacionais estudantis que seriam convocados pela CEB a partir de 1937.

A postura assumida pelo governo ditatorial, portanto, em apoiar as iniciativas da CEB em determinado momento e, mais tarde, reconhecer a autonomia da UNE poder ser interpretada como uma estratégia de controle político-institucional de pelo menos duas tendências diferentes, e mais influentes, que pareciam querer conduzir o ME. O papel do Estado, nesse momento, teria sido o de enquadrá-las na lógica corporativista que orientava as ações e tomadas de posição de um governo de orientação claramente simpática aos métodos fascistas no que dizia respeito às questões de política interna. Esse enquadramento serviria como fator de prevenção aos riscos de que as dissensões e conflitos, no interior do movimento, fugissem ao controle e fossem prontamente capturadas pelas paixões ideológicas que demarcavam os discursos e projetos políticos em confronto na realidade brasileira do período.

As posições discordantes, no interior do movimento estudantil, organizavam-se em torno de que postura as entidades estudantis deveriam

adotar, em relação ao tipo de projeto considerado legítimo e compensador para os estudantes. De um lado, uma tradição assistencialista e avessa à discussão de temas políticos, herdeira de um certo tipo de militância debitária de um momento político anterior ao explosivo clima ideológico dos anos 30. De outro lado uma outra tendência, matizada por variados compromissos ideológicos e com predomínio de estudantes comunistas, disposta a conduzir as suas ações em meio ao debate dos grandes temas nacionais e promover a elaboração de propostas de reforma social (MEMOREX 1978; ARAÚJO, 2007).

Registre-se porém que o apoio concedido pelo Ministério da Educação aos Congressos estudantis promovidos pela UNE, a partir de 1938, não significou a retirada do apoio que desde o início era concedido à CEB. ( TALARICO, *apud* Memória do Movimento Estudantil, 2007). A aproximação com a UNE, por sua via, intentava manter as reivindicações dentro de limites aceitáveis pelo espírito corporativista do Estado Novo, impedindo uma maior politização da entidade. O jogo duplo assumido pelo governo Vargas em relação à questão estudantil era encarado, nessa moldura, com o cuidado com que se encarava uma questão de Estado.

Os reflexos dessas alterações no quadro geral do ME brasileiro tiveram poucos reflexos no Piauí. O CEP continuou a figurar como única entidade de representação geral dos estudantes do Estado. Aglutinava, como filiados, estudantes secundaristas - mais ativamente mobilizados - e universitários, à única instituição de ensino superior do Piauí até a década de 50: a Faculdade de Direito do Piauí (FaDi). Tal abrangência justificava a filiação da entidade tanto à UNE quanto à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), no contexto da redemocratização.

Essa dupla filiação somente viria a ser questionada no final da década de 50, em um contexto no qual reestruturavam-se tanto a política interna da UNE e da UBES - já hegemônicas pelos representantes da Juventude Universitária Católica e Juventude Estudantil Católica, e engajadas nos movimentos pela Reforma Universitária e defesa da escola pública (ARANTES; NASCIMENTO, 1984) – como também o nível de capilaridade adquirido pelas entidades de

representação estudantil no Estado. A proliferação de vários grêmios estudantis em Teresina dava um indicativo do avanço não apenas do grau de organização dos estudantes da capital do Piauí, mas também das discordâncias e conflitos de interesses que começavam a vir à tona entre as lideranças locais (BARROS, 2006).

Esses conflitos, em verdade, recebiam a influência tanto dos debates que transcorriam nas entidades de representação nacional quanto dos reajustamentos na política partidária piauiense, por ocasião da disputa eleitoral para o governo do Estado ocorrida em 1958. Pesaram bastante, também, as reformas estruturantes na economia nacional promovidas na gestão de Juscelino Kubstcheck, cujos reflexos se fizeram sentir sobre o cenário sócioeconômico e político do Estado. Como consequência desse conjunto de fatores a segunda metade da década de 50 representou, para o ME piauiense, um divisor de águas.

O alinhamento ideológico e prático do CEP, porém, era visivelmente mais identificado com o tipo de finalidades que orientavam a ação da CEB. Em 1939, exatamente no momento em que o processo de rompimento entre a UNE e a CEB atingia um ponto crítico, o informativo “Piauí Novo” – tablóide que, pelo próprio nome, estava claramente vinculado ao espírito político da interventoria local, à época ocupada pelo Leônidas de Castro Melo – publicou extensa matéria, de caráter celebrativo, sobre os dez anos da CEB. O texto enfatizava, em primeiro lugar, o que deveriam representar os três principais propósitos da mobilização estudantil inspirada pela casa: assistência, intercâmbio e cultura. O universo da política é, no caso, intencionalmente situado à margem das finalidades do movimento, já que certamente perigoso demais para almas imberbes.

Permeado por uma onipresente imagem do estudante brasileiro como um ator social que carecia de constante amparo, o artigo apelava constatemente para a necessidade de cooperação do poder público. Enfatizava, assim, a importância central do Estado na montagem e aperfeiçoamento de uma infraestrutura a qual permitiria a uma ampliação e maior diversificação de ações de auxílio aos estudantes. Dessa maneira, iniciativas tais como as intervenções junto às instituições de ensino superior com vistas à gratuidade e tolerância de

prazos nas matrículas somavam-se a outras, como a instalação de restaurantes estudantis, escritório de empregos e assistência médica, de forma a sedimentarem uma idéia do tipo de missão institucional incorporada pela CEB, a qual passava ao largo de qualquer forma de mobilização e debate político.

Outra imagem persistente no referido texto é a que define os sócios-fundadores e membros da diretoria como “trabalhadores da CEB”, não ocultando inclusive o caráter vitalício da direção, perenemente exercida por Ana Amélia Carneiro de Mendonça, fundadora da entidade. A presença de tal recurso semântico expressava bem a influência de uma concepção obreira e cívica do ME, típicas do espírito político corporativista do Estado Novo. O recurso a representação da direção da CEB como *trabalhadores*, nesse caso, possivelmente muito contribuiu para a manutenção dos vínculos corporativos com o poder oficial fato que, como já mencionado, reproduziu-se no modelo de organização adotado pelo CEP já a partir de sua fundação.

Assim sendo tanto a CEB quanto, em nível nacional, o CEP, no Piauí, enquadravam-se no tipo de tradição de mobilização política que orientava sindicatos, círculos operários e uma ampla variedade de órgãos de representação de classe e filantrópicas espalhadas pelo país afora. No caso específico do CEP, tendo sido fundado antes da ruptura entre a UNE e a CEB, invariavelmente foi o modelo de ação desta última que se enraizou em sua identidade institucional e, por extensão, no modo de comportamento político de seus filiados.

### **2.3 Os anos dourados e as brisas de mudança no Piauí: cenário de reajustes políticos locais**

A segunda metade dos anos 50 trouxe em seu bojo o ímpeto por uma cultura de convergência, e ao mesmo tempo, de disputas que giravam em torno de um projeto desenvolvimentista para o Estado do Piauí, o qual estava em consonância com o debate em torno da necessidade de reformas que modernizassem tanto a infra-estrutura econômica quanto administrativa. Apesar da crise da exportação da carnaúba e babaçu – principais fontes de divisas da

economia estadual no período – desde meados da década de 50, observava-se um redirecionamento da economia do Estado, de maneira a favorecer um aparente novo ciclo de crescimento, muito mais resultante do bom momento vivenciado pela economia nacional, do que propriamente de um incremento real da economia piauiense.

Nesses termos, mais do que um real desenvolvimento, persistia ou evidenciava-se ainda uma forte dependência da economia local às iniciativas do governo federal. O impulso na economia local, se existia, baseava-se principalmente na maior integração agrícola do Estado ao mercado nordestino, bem como numa certa expansão do setor público, do comércio varejista e da indústria vegetal, tendo sido uma reação positiva ao plano de metas levado a cabo ainda no governo de Juscelino Kubitschek o qual estimulou, em maior ou menor escala, dependendo da região, uma significativa mudança no dinamismo político e social do país ao possibilitar uma maior circulação de bens, de pessoas e de ideias (MEDEIROS, 1992).

As transformações econômicas do período repercutiram, de forma impactante, sobre a composição de grupos políticos do Estado, motivando também um certo fortalecimento da sociedade civil e a absorção de bandeiras de luta que ficavam a meio caminho entre uma postura reivindicativa e a ação com vistas a finalidades políticas. Era o arremedo de modernização econômica e política possível em terra de coronéis, de latifúndios e de contato precário com os ventos modernizantes do capitalismo dependente.

Guardadas as proporções, em comparação ao quadro que se instituía no Sudeste e Sul do país, as elites políticas piauienses agrupavam-se em tendências político-partidárias que deixavam explícitas sua condição de classe, assim como sua posição em relação a questões específicas e às variáveis políticas e econômicas da realidade local. Foi precisamente o segundo aspecto, o da posição de classe, que impediu a adoção de posturas políticas fixas e definitivas e permitiu a formação de coalizões e negociação de ações públicas de grupos oriundos de diferentes sistemas de estratificação, em especial, os sistemas urbano e rural.

Os reajustamentos ocorridos nas interfaces entre os dois campos, por sua vez, viabilizaram o redimensionamento das posições assumidas pelas instituições político-partidárias, provocando a ocorrência de ciclos reiterativos ou movimentos de ruptura de alianças entre atores societários e estatais. É esse aspecto que, com base em Bourdieu ( 1995), destaca-se na perspectiva deste pesquisador, ou seja, o desenvolvimento de capacidades de ação segundo a natureza e habilidades dos atores sociais e estatais, de forma a que estes venham a constituir, com suas demandas em conflito, um território institucional aberto à realização de trocas simbólicas e políticas, ou de composições políticas locais bastante surpreendentes se comparadas às predisposições políticas observadas em nível nacional.

Necessário se faz, porém, observar que o encaixe e o potencial destas instituições vinculadas ao território de trocas políticas – inclusive a instituição estatal – ocorre em um contexto histórico, local e nacional, o qual se caracteriza por uma gama variada de fatores à primeira vista restritivos. Assim é que, no caso piauiense, além da economia industrial incipiente e do baixo nível de organização, pode-se detectar no campo das relações de propriedade e de trabalho a influência ainda exercida por formas pré-capitalistas, as quais incidiam diretamente sobre a estrutura política, revigorando entraves à modernização política e reproduzindo formas típicas de representação institucional, baseadas no jogo clientelístico e no filhotismo político, como fica claro ao avaliar-se a conformação das relações entre Estado e sociedade civil.

O fato é que, a despeito das mudanças que ocorriam em outras regiões do país, o Piauí do início da segunda metade do século XX parecia continuar ainda indefinidamente encoberto por um véu passadista onde até mesmo as formas da cidadania tuteladas, herdadas do Estado Providência consolidado por Vargas, não parecia exercer o peso mobilizador sobre a população. Nem mesmo as disputas realizadas com base nas regras do jogo eleitoral pareciam sensibilizar a população politicamente ativa, levando-a a comparecer as urnas. O resultado era, quase sempre, um altíssimo número de abstenção, ao levar-se em consideração o eleitorado inscrito.

Dados do TSE permitem ter-se uma dimensão dos índices de abstenção nas eleições para o executivo estadual, 1950 e 1954, vencidas pelo PSD sob liderança dos Gayoso e Almendra. Em 1950, de um total de 220.073 eleitores inscritos, registrou-se um comparecimento de 166.303 (75,56%). Em 1954, de um total de 292.583 inscritos, verificou-se um comparecimento às urnas de 189.119 eleitores (67,71%)<sup>87</sup>.

Ao considerar-se a população total do Piauí, bem como o eleitorado potencial, segundo os Censos Demográficos dos dois períodos, os quais dão uma cifra aproximada da população com vinte anos ou mais, pode-se fazer uma melhor leitura não apenas dos níveis de participação da população politicamente apta para tal, como também do peso das barreiras institucionais impostas ao acesso popular a mecanismos de representação política. É assim que, em 1950, de uma população de 1.045.696 habitantes 443.775 eram maiores de 20 anos, dos quais apenas 220.073 figuravam como eleitores inscritos nos registros do Tribunal Superior Eleitoral. Ao confrontar-se a população apta a votar com o número de presentes às urnas, a participação real na mobilização política estadual do período reduz-se visivelmente para menos de 40 %. Essa situação era ainda agravada por um predomínio da população rural, a qual variou entre 16% e 24%, entre 1950 e 1960 (IDEM).

Ainda que se possa considerar que a cláusula de barreira, que impunha restrições ao acesso de analfabetos ao direito de voto, limitava de forma substancial a participação política da população rural, observa-se o peso desta nos processos de escolhas eleitorais que sempre ultrapassou a casa dos 70%, o que permite formular uma ideia do poder das elites ruralistas na vida política local. Nesse quadro, a possibilidade de ruptura com o *status quo* dificilmente encontraria, de imediato, alicercers seguros nas camadas sociais ligadas ao mundo do trabalho urbano sem que estas apelassem para a mobilização das classes populares rurais, de maneira a inseri-las no debate polarizado entre nacional-estatismo e liberalismo que, em regiões de capitalismo mais

---

<sup>87</sup> Tribunal Superior Eleitoral (TSE)- Brasil- Dados Estatísticos, 7 vols.



desenvolvido opunham principalmente o Partido Trabalhista Brasileiro ( PTB) e a União Democrática Nacional (UDN).

No que diz respeito à representatividade daqueles dois partidos no cenário político piauiense, pode afirm-se afirmar que ambos aglutinavam lideranças e militantes políticos diretamente ligados aos estratos sociais urbanos das principais cidades do Estado: Teresina, Parnaíba, Picos e Floriano. Em Teresina, por exemplo, a União Democrática Nacional possuía o seu principal reduto eleitoral, enquanto o PTB possuía suas bases assentadas em Parnaíba. A necessidade porém, de sobrevivência e crescimento político, obrigava ambas as agremiações a receberem em seus quadros os coronéis dissidentes do PSD, os quais frequentemente se indispunham com seus correligionários em razão de disputas municipais. É correto, por isso, reconhecer-se que:

Todos os partidos no Piauí – e em especial os três maiores (PSD,UDN, PTB )- mantinham certa coerência com o perfil partidário dominante a nível nacional, mas acomodavam “esquemas” políticos tradicionais ou novos grupos oligarquizados que iam se formando<sup>88</sup>.

Essa necessidade de “acomodação” de esquemas políticos dissidentes da oligarquia foi o que, em se tratando do perfil da tradição política dessa área sertaneja, influenciou a tensão entre práticas políticas cada vez mais inspiradas no ideário varguista e coronelismo tradicional, bem como o tipo de mobilização popular responsável pela inclusão de grupos até então alijados da arena política enquanto protagonistas de instituições da democracia representativa e deliberativa. O termômetro que permite medir este fenômeno de agregação e negociação entre grupos com diferentes interesses e mesmo interesses em disputa , são as composições eleitorais ocorridas no seio da sociedade política e a maneira como se deu a dinâmica evolutiva desta durante o período em questão.

As oscilações verificadas nas alianças firmadas para as disputas eleitorais, no Piauí, demonstravam que a sua natureza era muito volátil. A ausência de um padrão permanente na composição destas alianças indicaria, no mínimo, uma acentuada crise de entendimento entre frações dos grupos

---

<sup>88</sup> MEDEIROS, Antioio José. Movimentos Sociais e participação política. 1992, p.61

dominantes, com vistas a assegurar sua hegemonia. Essa crise poderia estar vinculada às questões políticas e às transformações sócioeconômicas verificadas no caudaloso período em questão, marcado por momentos críticos para a estabilidade política nacional. Foram três crises republicanas (FERREIRA, 2003) que, apesar da situação de relativa marginalidade do Piauí em relação aos grandes centros nacionais, e talvez muito em função disso, repercutiram em nível local de forma a gerar uma situação imprevisível para os grupos até aquele momento acomodados na disputa pelo poder.

O final da primeira metade dos anos 50, apesar do cômodo domínio dos ruralistas do PSD, representados no executivo estadual por Jacob Manoel Gayoso e Almendra (1955-1959), já teria motivado o desenvolvimento de condições subjetivas favoráveis à expansão de um certo ideário trabalhista no Estado, em decorrência do trauma produzido pelas circunstâncias políticas que resultaram no suicídio de Getúlio Vargas. Note-se que, antes desse impactante acontecimento, a votação do PTB piauiense nas eleições presidenciais de 1950 – justamente as que consolidaram o retorno de Getúlio Vargas ao poder executivo nacional – havia sido bastante minguada. O partido de Vargas, que obtivera expressiva vitória em nível nacional com 48,7% dos votos, no Piauí amargou uma última colocação ao obter apenas 25.370 votos de um universo de 166.303 votantes. Já o candidato do PSD, Cristiano Machado, obteve a maior votação seguido de perto pelo brigadeiro Eduardo Gomes, apoiado pela UDN<sup>89</sup>.

Não apenas a fragorosa derrota de Vargas, mas também a vitória do candidato pessedista no Piauí, revelam a autonomia com que as elites ruralistas locais conduziam seus interesses políticos e a força com a qual interferiam na escolha do eleitorado, contrariando inclusive a tendências de outras lideranças regionais pessedistas, as quais buscavam uma composição com o varguismo, abandonando o candidato de seu partido, numa desesperada tentativa de manutenção de suas posições políticas.

Nas eleições presidenciais seguintes, nova vitória do PSD, tendo Juscelino Kubitschek (PSD) obtido 54% dos votos. Como em nível nacional, a

---

<sup>89</sup> Ibid.

coligação com o PTB firmara-se no Piauí, porém não por ocasião das eleições presidenciais, mas como continuidade da aliança celebrada entre os dois partidos na eleição para o governo do Estado no ano anterior. Na ocasião, a vitória do candidato pessedista Gayoso e Almendra sobre a oposição udenista dera-se com folgada maioria, diferenciando-se do resultado da eleição anterior, quando a diferença em favor do PSD havia sido de pouco mais de mil votos.

Cogita-se que o apoio do PTB nas eleições majoritárias tenha sido fundamental para a folga de votos a favor de Gayoso e Almendra, o que indicaria um crescimento político-eleitoral do partido em terras piauienses. Esse indício encontra reforço ao analisarem-se as eleições majoritárias para o Senado e proporcionais para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa. Para o senado e a câmara federal, o PTB elegeu em 1954 os seus primeiros representantes, dobrando por sua vez o número de deputados na Assembléia Legislativa Estadual (4 deputados). A composição com o bloco oligárquico pessedista rendera ao partido uma margem de crescimento que lhe permitiria, em breve, alçar um voo político bem mais alto e com maior autonomia (MEDEIROS, 1992).

A hegemonia política do PSD, no entanto, era ainda incontestada. Foi somente na esteira da intensa política desenvolvimentista do governo JK, a qual contribuiu para redesenhar as vias de integração econômica e política do Estado ao cenário nacional, que se percebeu uma maior rarefação da arena política local. O ponto de inflexão na rotina política piauiense se daria então a partir de 1958, em um pleito eleitoral que mudou radicalmente a correlação de forças e a previsibilidade do sistema de alianças político-partidárias.

A primeira grande surpresa foi observada com a composição política entre PTB e UDN, o que implicou forte baque na força eleitoral do PSD. Com isso, a eleição de Chagas Rodrigues (PTB) para o governo do Estado e de Joaquim Parente (UDN) para o Senado Federal representou um divisor de águas na política piauiense, na medida em que expressou o acesso de uma nova tendência administrativa ao poder executivo e o início de um gradual decréscimo político do PSD. No plano dos poderes legislativos, mudanças políticas significativas também se verificaram com o aumento das bancadas petebista e

udenista ao ponto de equilíbrio com os representantes do PSD. Acerca deste novo quadro, posiciona-se Medeiros (1996):

Dos votos para governador da coligação PTB-UDN, 30% vieram das quatro cidades maiores – Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos [...]. Nas cidades menores, a votação refletia muito mais o prestígio de chefes políticos locais. Ilustrativa é a votação de José de Freitas, terra natal do candidato governista, onde ele obteve 1.835 votos contra 130 da oposição (Castro:1958, p.37). Mas o resultado para o legislativo federal e estadual mostrou que as forças políticas estaduais continuavam cada vez mais equilibradas<sup>90</sup>

Em números totais, 30% dos votos obtidos pela coligação vencedora correspondia a quase seis vezes a diferença em relação à votação obtida pelo PSD, o que permite concluir que a consagração da vitória oposicionista foi em certa medida o resultado do maciço apoio concedido pelo eleitorado urbano, já que tanto a o PTB quanto a UDN possuíam suas bases eleitorais nas principais cidades do Estado. Isso porém, não impede de admitir-se que essa vitória se deu também em boa parte da zona rural, pois dos votos obtidos pelo candidato petebista ao governo estadual, mais de 70.000 eram oriundos dos pequenos municípios e áreas rurais. Há que se considerar, sem dúvida, a importância do apoio da UDN, partido composto majoritariamente por pecuaristas e comerciantes, mas o fato é que também o discurso do PTB no Piauí, também recheado por um certo nacional-esstatismo, exercera sobre o eleitorado do interior algum poder de sedução política.

Assim, pode-se afirmar que as tendências mais visíveis para o momento estudado eram o crescimento político do PTB, a estagnação da UDN e o enfraquecimento do PSD. A crise de hegemonia na sociedade política acentuava-se ainda mais, o que pode ser interpretado como reflexo de mudanças qualitativas na sociedade civil, cada vez mais marcada pela influência de instituições de classe. O aspecto singular desse nível de organização social é que, no Piauí, suas vias de radicalização se verificarão principalmente entre as classes populares rurais, excluídas por barreiras institucionais do acesso ao direito de organização sindical. Somente para ter-se uma ideia desse quadro de exclusão, nenhum sindicato de trabalhadores rurais figurava entre os 91

---

<sup>90</sup> Ibid, p. 61

sindicatos existentes no Estado do Piauí, durante a década de 50. Em compensação, o nível de organização dos grandes proprietários e empregadores em Associações Rurais era bem acentuado, chegando a atingir a maioria dos municípios do Estado, possuindo inclusive, uma federação própria (Federação das Associações Rurais do Piauí- FAREPI). A referida Federação atuava em duas frentes: a defesa dos interesses extrativistas e pecuaristas junto ao Governo Federal e a acomodação da classe trabalhadora rural através de políticas assistencialistas.

É certo que as bases políticas tradicionais do PTB e da UDN, como ficou demonstrado pelo peso da votação urbana, concentravam-se em sindicatos de categorias profissionais e grupos políticos de elite, situados principalmente em Parnaíba e Teresina, e em menor escala em Floriano, Picos, Campo Maior e Piripiri. Porém, também não é menos correto levar-se em conta um certo grau de envolvimento de atores urbanos, entre eles os estudantes.

#### **2.4 A cisão no CEP: reflexos das disputas políticas locais e do redirecionamento do Movimento Estudantil nacional**

O Piauí, apesar de sua composição predominantemente rural, já começava assim a ingressar em uma realidade política em que o crescente peso das demandas do eleitorado urbano já começava a influenciar de alguma maneira as decisões políticas da esfera estatal. Um dos aspectos marcantes nesse novo quadro foi a alteração na posição do campesinato na arena de trocas políticas, como resultado dos novos condicionamentos históricos resultantes da abrupta modernização política do Brasil rural a partir de meados da década de 50. Foi dessa maneira que, durante o mandato de Chagas Rodrigues (1959-1962), ocorreu uma crescente utilização de expedientes do varguismo, com impulsionamento de uma estrutura estatal e corporativa de mobilização, distribuição de benefícios e instituição de mecanismos de controle das associações das classes trabalhadoras rurais.

Na verdade, udenistas e petebistas apenas lograram estender para o campo a representatividade que já possuíam junto aos sindicatos de trabalhadores urbanos, consolidando assim uma substituição da tutela dos coronéis por uma cidadania disciplinada pelo Estado. No campo econômico e administrativo, promoveram, na medida do possível, para as condições objetivas do estado, a adoção de um projeto modernizador cujas finalidades precípuas foram a de alterar o perfil da produção piauiense, modernizando a agro-exportação e enfraquecendo ainda mais o setor extrativista, bem como a realização de reformas administrativas, as quais buscaram colocar sob a égide do governo estadual o encaminhamento de políticas públicas, antes sob a batuta e conveniências dos poderes municipais e de associações filantrópicas privadas.

Do lado da sociedade civil, registrou-se a organização de mais de 45 sindicatos e pelo menos três federações de trabalhadores( Medeiros,1992). Esse fato revelava tanto o aumento da capacidade de organização do campesinato, como também a ocorrência de disputas pelo poder de definir as diretrizes e prioridades de luta dos referidos trabalhadores. E, de fato, o poder executivo estadual, através de sua Superintendência de Reforma Agrária, em parceria com a Igreja Católica e grupos políticos minoritários situados mais à esquerda do espectro político, intentavam firmar posição como mobilizadores do movimento de trabalhadores rurais.

No cenário político exclusivamente urbano, por excelência o palco de atuação do ME, a disposição em se apresentar reivindicações de direitos ao poder público marcou a tônica do momento. O Colégio Estadual Zacarias de Góes, atual Liceu Piauiense, fundado em 1845 e uma das principais escolas de Teresina, no período, tornou-se um dos principais centros de agitação estudantil . Em março de 1958, os alunos do curso ginásial noturno fundaram o “Grêmio Lítero-Cultural Arimatéa Tito” o qual passou a editar regularmente o informativo *Avante !*, que fazia circular notícias, denúncias e ideias relacionadas ao cotidiano dos estudantes secundaristas da capital. A fundação do novo grêmio representou um primeiro e quase simultâneo passo para a organização da União Piauiense dos Estudantes Secundaristas (UPES), em 29 de março de 1958.

Percebe-se que a fundação da UPES coincidiu, em nível nacional, com um momento no qual tanto a UNE quanto a UBES deram início a um processo de construção do que Saldanha (2005) define como “auto-imagem revolucionária”. Após uma fase de hegemonia de grupos estudantis ideologicamente próximos do Udenismo, que teria se alongado de 1950 a 1955 após intensa mobilização da Coligação Acadêmica Democrática (CAD) nos Estados (MEMOREX, 1978; ARAÚJO, 2007), a polarização destes com grupos ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e à esquerda católica aglutinada na Juventude Universitária Católica (JUC) passou a marcar o debate no Movimento Estudantil brasileiro.

O XIX Congresso da UNE, realizado em 1956, marcou o retorno das correntes de esquerda ao controle da entidade com a eleição de João Batista de Oliveira Junior, ex-presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME, do Rio de Janeiro). João Batista, estudante de direito da PUC-RJ e oriundo da Juventude Estudantil Católica, quando presidia a UME autodefinia-se como seguidor de uma linha independente, de postura diferenciada das tendências que o mesmo definia como “governistas” e “comunistas” (*apud* ARAÚJO, 2007). Já com experiência de militância política estudantil, participara da mobilização pela posse de Juscelino Kubtscheck, quando da tentativa de golpe organizada por militares conservadores e alguns setores da UDN, e liderara a greve dos bondes, contra o aumento dos bilhetes de passagem, a qual ameaçara a estabilidade do governo JK já em seu início (SEGANFREDDO, 1963; MEMOREX, 1978).

A retomada do controle da UNE por correntes estudantis de esquerda ocorrera, portanto, respaldada na imagem de liderança e combatividade de um representante cuja experiência de militância forjara-se no movimento de secundaristas. Em Teresina, a fundação da UPES ocorrera na esteira dessa projeção do movimento estudantil secundarista e ascensão de uma de suas principais lideranças à presidência da UNE.

Pode-se assim estabelecer relações entre o redirecionamento político da UNE e da UBES em 1956, com o seu gradual enquadramento em um ideário de esquerda, e a fundação da UPES e a desfiliação do CEP da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Tal fato foi ainda mais motivado pela

conjuntura política local do período a qual, como já se demonstrou acima, foi marcadamente afetada pelo acirramento das disputas entre governo e oposição assim como o dimensionamento de uma sociedade civil capaz de fazer ressoar reivindicações de setores populares da sociedade.

Ocorreu, assim, na esteira das relações de diplomacia que após a greve dos bondes de 1956 o governo JK buscou estabelecer com o ME , um fato indicativo da disposição de alguns setores do movimento estudantil, liderados principalmente pelo “Grêmio Lítero-Cultural Arimatéa Tito”, em enfraquecer mais ainda o CEP, adotando como alvo principal a Casa do Estudante Pobre do Piauí, cuja administração ocorria em consórcio entre uma diretoria própria, eleita para essa finalidade, e a diretoria do CEP.

No início de 1958, foram enviadas ao Ministério da Educação denúncias de irregularidades na aplicação das verbas federais destinadas à Casa do Estudante Pobre do Piauí, bem como supostas irregularidades nas eleições para a direção da casa, realizadas em junho de 1957, na qual vencera Antonio Ribeiro Dias, candidato apoiado pela diretoria do CEP. Clóvis Salgado, então Ministro da Educação, atribuiu ao presidente da UBES, Celso Saleh, poderes para apurar as denúncias. Saleh, após visita a Teresina, em cumprimento à determinação atribuída pelo Ministro, dirigiu carta ao presidente da Casa do Estudante, Antonio Ribeiro Dias expressando o seu parecer:

Conforme sua solicitação, emito através do presente o meu parecer, já na certeza de que o material que foi a mim apresentado constitui o objeto da seguinte conclusão: organização contábil perfeita. Clareza de escrituração. Presença completa de todos os comprovantes citados. Nenhuma rasura ou emenda nos documentos. Firmas reconhecidas em documentos. Sistema de guarda dos documentos ( encadernação) perfeito.. Discriminação completa da conta. Despesas gerais, com detalhes minuciosos e comprovados [...].<sup>91</sup>

A denúncia, segundo o parecer do presidente da UBES, não se confirmara. Sua conclusão, além de respaldada nos documentos apresentados pela direção da casa do Estudante e do CEP, possivelmente pautara-se também

---

<sup>91</sup> Folha da Manhã. 30 de março de 1958, p.4.



no cuidado em não estimular divisionismos no movimento estudantil piauiense. A própria UBES, entre 1952 e 1956, vivera esse dilema quando após divergências ideológicas entre grupos políticos que disputavam a direção da entidade, teve que dividir a condução do movimento estudantil secundarista com a União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UNES), sigla restaurada pelos estudantes vinculados à União da Juventude Comunista (UJC), após manobra de um grupo denominado “Águias Brancas”, de orientação integralista, que apresentou candidato próprio à presidência da UBES e foi derrotado no Congresso Nacional dos Estudantes secundaristas, realizado em Salvador em 1951.

Retornando ao Rio de Janeiro, os “Águias Brancas” registraram sua chapa como vencedora, assumindo então a presidência da entidade na pessoa de Aníbal Teixeira de Sousa (PERTENCE, *apud* ARAÚJO, 2007). Os comunistas assumiram então o controle da restaurada UNES, tendo inicialmente como seu presidente o candidato vencedor nas eleições realizadas no Congresso de Salvador, Tibério Gadelha.

Note-se que essa ocorrência quase coincidiu com a eleição de Olavo Jardim Campos para a presidência da UNE, em julho de 1950. A eleição de Olavo Jardim marcou o início de uma fase bastante controversa na direção da entidade, geralmente apontada como “período negro” ( POERNER, 1968; MEMOREX, 1978), “democrata” (SEGANFREDO, 1963) ou “liberal” ( ARAÚJO, 2007). O fato é que a conquista da presidência da UNE por estudantes alinhados com a UDN foi resultado de um esforço de militância organizado na Coligação Acadêmica Democrática (CAD), coordenada pelo então presidente da União Metropolitana do Rio de Janeiro (UME) Paulo Egydio Martins, principal responsável pelo contato direto de representantes da CAD com estudantes de todos os estados participantes do Congresso de Salvador.

O reflexo da vitória de uma corrente liberal-udenista para a diretoria da UNE e a influência da UME fez-se sentir, enfim, sobre o movimento secundarista. Mesmo derrotados em Salvador, a oposição à UJC encontrou forças para tomar de assalto a direção da UBES, sem que houvesse condições de reação da chapa vencedora, certamente por não possuir tanta representatividade na capital federal,

onde era evidente a forte hegemonia dos lacerditas. Não restou, então, outra saída à chapa vencedora nas eleições do Congresso da UBES senão admitir sua derrota política e fundar uma outra entidade, restaurando uma antiga denominação atribuída ao movimento nacional de estudantes secundaristas.

Essa divisão no movimento estudantil secundarista perdurou até o ano de 1956.

No prédio da UNE havia duas entidades: a União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES), cujo presidente, na época, se chamava José Luiz Clerot, e a União Nacional de Estudantes Secundários (UNES), da qual eu tinha virado presidente [...] <sup>92</sup>.

Foi somente nas gestões de Helga Hoffman (UNES) e José Luiz Clerot (UBES) que esforços foram movidos no sentido de unificar as duas entidades, em congresso realizado em Porto Alegre, quando então surgiu a União Brasileira dos Estudantes Secundários. Essa postura antidivisionista ainda lastrearia, por algum tempo, as decisões das lideranças no que dizia respeito aos conflitos localizados, que ocorriam nas entidades estaduais filiadas nos primeiros anos após a reunificação do movimento. A denúncia era uma índício, porém, da existência de divisões políticas entre os estudantes filiados ao CEP. Divisões já possivelmente motivadas, como se veria depois, pelo clima de acirrada disputa eleitoral para o governo do Estado, o qual já prenunciava uma crescente tensão política logo no início do primeiro semestre de 1958.

Na mesma edição do jornal em que se publicou a carta do presidente da UBES, emitindo o seu parecer favorável à direção da Casa do Estudante, foi também publicada uma nota oficial do presidente do CEP, Arimatéa Lima, datada de 22 de março de 1958. A nota buscava tornar pública a disposição, que a direção do CEP demonstrara, em oferecer todas as condições para que o representante da UBES tivesse acesso tanto aos registros de despesas da casa quanto à documentação referente às eleições de 1957, na qual fora eleito Antonio Ribeiro Dias. As questões envolvendo a Casa do Estudante que, no momento em

---

<sup>92</sup> HOFFMAN, apud ARAÚJO, 2007, p. 72.

destaque, sequer ainda havia sido implantada de fato, renderia nos anos subsequentes mais debates e confrontos entre as facções estudantis.

Foi ainda em 1958, entre 2 e 6 de julho, que se realizou o I Conselho Estadual dos Estudantes, a partir do qual se verificaria tanto a cisão definitiva no CEP quanto um posterior racha entre os grupos estudantis de oposição ao mesmo. O evento representou uma tentativa no sentido de promover o fortalecimento da articulação entre a UPES e os grêmios estudantis da capital e do interior e deu impulso a mobilização de uma campanha que buscava questionar publicamente a legitimidade do CEP para representar os estudantes, especialmente os secundaristas. Reiterando aspectos característicos da cultura política do ME piauiense, e apropriando-se das estratégias historicamente adotadas tanto pela CEB quanto pela UNE nos respectivos momentos de sua fundação, o evento buscou respaldar-se no reconhecimento de instâncias políticas que o legitimassem.

Foi assim que, além da presença de lideranças estudantis como o representante dos grêmios secundaristas da capital, Jesualdo Cavalcanti Barros, do interior, e do então presidente da UPES, José Maria de Barros Pinho, a cerimônia de abertura contou com a presença do prefeito de Teresina, Agenor Barbosa de Almeida, uma das lideranças da UDN na capital do Piauí. A presença do prefeito no evento possuía, num plano simbólico, uma evidente função legitimadora das posições que porventura viessem a ser adotadas em relação ao ME, no decorrer do evento.

O Congresso teve, como principais temas de debate, os rumos até então tomados e as perspectivas a serem adotadas pelo ME local, colocando sempre em evidência posições contrárias às adotadas pelas lideranças centristas. Os principais argumentos utilizados pela diretoria da UPES e pelos grêmios contra o CEP, giravam em torno de 3 questões principais: a presença de não-secundaristas nos cargos de representação da entidade; a transparência na utilização dos recursos destinados à Casa do Estudante Pobre do Piauí, bem como na eleição dos diretores da entidade e o reconhecimento da UPES pela instância nacional de representação estudantil (UBES). Foi por essa razão que o

I Congresso Estadual dos Estudantes Secundaristas pode ser concebido como instância originadora da primeira tentativa de se atribuir ao ME piauiense uma configuração diferente das tradições de organização e manifestação que até então o orientavam.

Em 28 de agosto de 1958, o Jornal *Folha Da Manhã* – de tendência udenista e que fazia oposição ao governo pessedista de Jacob Gayoso e Almendra, apoiando a candidatura de Demerval Lobão Veras pela coligação UDN-PTB – publicou um “Manifesto aos Secundaristas” assinado por presidentes de 7 Grêmios da Capital, liderados por Jesualdo Cavalcante Barros, então presidente do “Grêmio Lítero-Cultural Arimatéa Tito” , estudante do Liceu Piauiense, figura que obtivera destaque no congresso e que se afirmava como uma das principais lideranças da nova facção, mais identificada com os secundaristas. O teor do manifesto, dirigido de forma direta ao então presidente do CEP, Arimatéa Lima, era bastante ácido. A acusação era de que o mesmo havia fraudado documentos a fim de viabilizar a sua participação no Congresso Nacional dos Estudantes Secundários, que se realizara no mesmo ano no Rio de Janeiro.

Denunciava também a responsabilidade de Arimatéa Lima pela repressão policial às manifestações estudantis ocorridas em Teresina no dia 11 de agosto, por ocasião da passagem do Dia do Estudante. Finalizaram o documento reiterando as acusações e dando indícios da disposição em fundar uma nova entidade, a qual deveria aglutinar os grêmios independentes:

O senhor Arimatéa não é secundarista, **tão pouco** (sic) **a sociedade que ele dirige** (grifo nosso), portanto não tem autoridade para representar ou assinar documentos em questões que envolvam o estudante secundarista, do contrário é falsário e corruptor. Somente a União dos Estudantes SECUNDÁRIOS responde por estes atos. [...] <sup>93</sup>

Perceba-se que, além de questionar a legitimidade do presidente do CEP para agir como representante do Movimento Estudantil , o manifesto buscava delimitar um campo próprio de organização e representação do

---

<sup>93</sup> Folha da Manhã, 28 de agosto de 1958, p.5.

movimento secundarista, ao negar ao CEP qualquer possibilidade de cumprir tal finalidade. Em verdade, há que se observar que todas as diretorias da entidade, desde sua fundação, haviam sido majoritariamente ocupadas por representantes da Faculdade de Direito (FaDi). Da mesma forma os representantes da mesma junto à CEB e à UNE.

Uma das metas que buscavam, pois, os secundaristas era a ruptura da tutela historicamente mantida pelos acadêmicos da Faculdade de Direito sobre as mobilizações dos mesmos, reunindo as condições para uma atuação mais diretamente comprometida com a resolução dos problemas mais imediatos que afetavam essa fração da categoria. Essa iniciativa, inclusive, contribuiu para atribuir ao ME local uma crescente ousadia em suas ações, na medida em que o segmento representado pelos estudantes secundaristas apresentava uma maior heterogeneidade quanto à sua composição, diferentemente dos estudantes integrados à educação de nível superior no Estado, mais homogêneos quanto à sua origem social e mais diretamente próximos das esferas do poder governamental.

O mesmo manifesto, em seu término, fez referência a uma terceira entidade estudantil: a União Estadual dos Estudantes Secundaristas (UEES). A referência a essa nova instância de organização e mobilização dos secundaristas, era mais um indicativo do grau de cisão ocorrido no interior do ME piauiense no período. As questões que dividiam os estudantes piauienses em fins dos “anos dourados”, portanto, não diziam respeito tão somente à insatisfação dos secundaristas com a sua baixa influência sobre a entidade estudantil mais antiga do Piauí, a despeito de seu maior número em comparação aos estudantes de nível superior.

A referência à UEES, apenas cinco meses após a fundação da UPES, deixava claro a existência de uma outra linha de fissura, agora no interior do próprio movimento secundarista. À medida em que se aproximava o segundo semestre do ano, e com ele a realização do pleito eleitoral que culminaria com a eleição de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues para o governo do Estado pela coligação PTB-UDN, e, naquele contexto de acirrada disputa eleitoral

apresentado anteriormente, os desentendimentos políticos iam ficando mais evidentes entre as lideranças.

O esforço de convergência entre a UPES e os grêmios, portanto, parecia ter malogrado ao menos temporariamente, em decorrência da aproximação entre o então presidente da entidade Marcolino Martins da Costa e a coligação político-partidária situacionista, que defendia o nome de Dedé Freitas, que exercia o mandato de deputado estadual, para o governo do Estado nas eleições que deveriam ocorrer naquele ano. (BARROS, 2006). Um dos produtos da discordância política, manifestada durante o I Congresso dos Secundaristas, foi a organização de um jornal estudantil independente, o *Contrapeso*, o qual, sob responsabilidade dos principais grêmios estudantis de Teresina, condenou veementemente o que consideravam ser a utilização política da entidade para fins eleitorais.

A opção política efetuada pelo presidente da UPES, no contexto de disputa eleitoral ocorrente no Estado, pode ter representado uma iniciativa politicamente pouco estratégica para uma linha de mobilização estudantil que dava ainda os seus primeiros passos. Além disso, de maneira geral reconhecia-se que a tendência esperada caso ocorresse alguma iniciativa de posicionamento dos estudantes filiados à UPES, sendo o CEP uma entidade já plenamente relacionada com o campo político-institucional hegemônico pelo PSD, seria favorável à candidatura de oposição. A orientação, seguindo os passos do que ocorria no movimento estudantil em nível nacional, era de aproximação com os setores políticos partidários do ideário trabalhista ou nacional-estatista - principalmente após a retomada do controle da UNE, da UBES e da UME do Distrito Federal por frações estudantis ligadas à esquerda católica e ao PCB. No Piauí, essa tendência era inicialmente representada pela candidatura de Demerval Lobão Veras.

Os gremistas adotaram então uma postura de relativa independência em relação às duas principais congregações estudantis do Estado, ao tempo em que promoveram, ainda que veladamente, uma maior aproximação com os grupos políticos de oposição à hegemonia pessedista no Estado. Nesse

movimento de acomodação política no seio das “Oposições Coligadas” (PTB-UDN), encontraram a oportunidade de publicizar o debate estudantil em um órgão de imprensa declaradamente de oposição ao governo estadual.

O nome do jornal editado pelos grêmios, inclusive, sugeria não apenas uma “contrapeso” estudantil às influências exercidas pelo CEP e pela UPES junto aos estudantes secundaristas e que, na perspectiva das lideranças gremistas, estariam corroídas pelos vício da abulia institucional e da contaminação político-partidária. “Contrapeso” também expressava um posicionamento político em face da disputa em curso pelo executivo estadual, em que a acolhida e simpatia pela candidatura de Demerval Lobão Veras e, após sua trágica morte em acidente automobilístico em plena campanha eleitoral, de seu substituto Chagas Rodrigues, revelava-se de maneira evidente. A diretoria e, especialmente, o presidente da UPES representavam o o principal alvo do jornal.

Em 29 de julho de 1922, o presidente da UPES publicou nota oficial na imprensa teresinense, informando que o jornal dos grupos dissidentes da UPES não era de responsabilidade da “classe estudantil, enquanto a sua finalidade é meramente política, assunto alheio a esta entidade de classe” (JORNAL DO PIAUÍ. 29 de julho de 1958, p. 3).

A nota apelava, em defesa da UPES, para o já conhecido princípio argumentativo bastante caro a uma certa concepção ideal a respeito do ME brasileiro desde os seus primórdios: o de que a aproximação com interesses políticos comprometia a legitimidade dos responsáveis pela publicação do jornal. Mobilizava assim, em defesa da legitimidade para representar os estudantes secundaristas, o argumento da necessária independência política, como se buscasse preservar uma das principais bandeiras de luta, levantadas na cruzada secundarista que, paralelamente, era dirigida contra o CEP.

Interessante notar que o mesmo argumento em torno da necessidade de independência política já fora mobilizado pela UPES para questionar a representatividade do CEP, tanto quanto representava, como já se demonstrou, a linha de acusação dos organizadores do jornal “Contrapeso” contra a presidência da UPES e, em agosto de 1958, do manifesto dos Grêmios Estudantis – todos

eles reunidos em torno do jornal *Contrapeso*, contra o CEP. Foi sem dúvida reflexo do processo político, não apenas da política estudantil, como também eleitoral. Mas um fato comum a todos os grupos era que eles compartilhavam uma mesma visão cosmológica em relação ao momento de disputas e rivalidades e, especialmente, em relação ao lugar ocupado pela política na escala de valores positivos e negativos do ME.

Aproximava os três grupos uma mesma concepção demonizadora da política o que, de um ponto de vista histórico, não se constituía uma peculiaridade do movimento estudantil do Piauí. Como já foi mencionado acima, a noção de que o movimento deveria afastar-se de qualquer contato com o campo da política, amparava-se na compreensão de que este último seria marcado por uma baixa nobreza, um espaço profano não aconselhável para a mocidade estudantil.

Havia sido essa a compreensão dominante quando da organização da Casa do Estudante do Brasil e da realização dos primeiros Congressos estudantis, inclusive o de fundação da UNE, onde se frisava o caráter “apolítico” do movimento (SEGANFREDDO, 1963; POERNER, 1968; MEMOREX, 1978; ARAUJO, 2007). Essa postura, porém, expressava essencialmente a disposição do movimento em apresentar-se como de caráter exclusivamente assistencial e cultural ou no máximo, como foi o caso da UNE, reivindicativo. Entendia-se a atribuição de uma identidade política como a adoção de uma postura de confronto aberto com o Estado ou, o que seria pior na avaliação de alguns, de comprometimento com ideologias ou partidos políticos.

Uma evidência de como essa concepção ainda povoava certas leituras a respeito da missão do movimento estudantil no Brasil, foi a manchete anunciada pelo jornal *O Globo* quando do lançamento do livro de Sonia Seganfreddo, em 1963, onde estampava em caixa alta uma frase atribuída à autora da obra “UNE. Instrumento de subversão” na qual afirmara que o *estudante ideal devia estudar mais e fazer menos política* ( *O GLOBO* , Rio de Janeiro, 16 de julho de 1963, p. 9). A matéria informava inicialmente que Sonia havia participado inteiramente de debates relacionados à política estudantil. Esse fato teoricamente lhe habilitaria para defender objetivamente um suposto



imperativo moral do afastamento dos estudantes da política já que esta estaria, no contexto de publicação da matéria, contaminada pela “corrupção” e pela “subversão”, certamente referindo-se ao governo João Goulart e à sua proximidade com a UNE.

As representações em torno do caráter pueril e da missão redentora da “mocidade estudantil brasileira” representava ainda um forte argumento a ser mobilizado na caracterização de um movimento estudantil ideal. E isso persistia, apesar da crescente incorporação de utopias revolucionárias de esquerda pelo movimento e, com elas, de um crescente reformismo o qual associava a reestruturação do ensino a um universo de reformas políticas e sociais.

No Piauí, porém, como as discussões giravam muito mais em torno de questões imediatas, as identificações explícitas com ideologias políticas, de esquerda ou de direita, não se consituíam em marcas identitárias que atualizassem a atuação do ME. Havia, porém, como no restante do país, um apelo à imagem “neutra” do movimento em relação às disputas políticas. A relação com as instâncias oficiais de governo e com os partidos políticos era inegável, apesar de negadas pela fala e pela escrita das lideranças em relação a sí mesmas e admitidas quando se tratava de desqualificar o outro.

É assim que a análise da dinâmica do campo político piauiense em fins da década de 50 nos permite compreender os compromissos políticos que, consciente ou inconscientemente, as lideranças estudantis do período assumiam em suas estratégias de disputa pelo controle ou pela projeção de suas entidades. Menos evidentes eram, no entanto, as questões temáticas que ora aglutinavam, ora dividiam os estudantes reunidos em torno de suas entidades representativas, situadas em outras áreas do território nacional. Nesse contexto de disputas e conflitos, não apenas o reconhecimento das novas agremiações estudantis tornava-se um ponto importante, como também o controle sobre o projeto de instalação da Casa do Estudante Pobre do Piauí (CEPP) revelava-se um rico filão a definir campos distintos e oposições de interesses entre as lideranças.

## **2.5 As disputas pela Casa do Estudante Pobre do Piauí (CEPP): motor de reconfigurações das representações sociais sobre os estudantes**

A CEPP representaria, a partir de então e até pelo menos o início da década de 60, o principal espólio material a ser disputado entre os estudantes centristas, herdeiros assumidos de uma identidade estudantil originária da cultura política do Estado Novo, e os estudantes filiados à UPES e à UEE, moderadamente influenciados por uma agenda política udeno-petebista que, no Piauí, inaugurava no plano do imaginário político local um quadro de referências simbólicas afinadas com certo ideário varguista. O projeto de instalação e as campanhas em favor da mesma iniciaram-se ainda em 1949, através do apelo, por meio de cartas e solicitações, a em presários e lideranças políticas de Teresina.

Foi por intermédio das campanhas em prol da CEPP que se sedimentou, no imaginário social, a imagem do estudante-pobre como motor ativador das ações coletivas coordenadas das entidades estudantis surgidas da cisão de 1958. A imagem do estudante-pobre, cada vez mais hipertrofiada em função das disputas estudantis das quais os secundaristas despontavam como atores mais destacados e barulhentos, passou a conviver lado a lado com uma outra imagem, já consolidada: o estudante-elite.<sup>94</sup>

Antes do surgimento das dissidências estudantis, o predomínio da imagem do estudante-elite, ordeiro e portador de uma missão classista de elevar a cultura e manter a ordem político-administrativa do Estado induzia à adoção de disposições duráveis, entre os estudantes, em aceitar tanto a tutela do Estado como também de rejeitar qualquer tipo de dissensão. O espírito seria, portanto, próximo ao de corporação. A representação que tinham de si e que a sociedade ,

---

<sup>94</sup> Hagemeyer, In: MARTINS (1998) nos oferece uma tipologia que nos permite, com algumas adaptações, abordar as configurações e reconfigurações ocorridas nas imagem produzidas sobre a condição social e o lugar político ocupado pelos estudantes, pelo imaginário político piauiense. Em seu texto três tipos: o “estudante-povo”, o “estudante-elite”, o “estudante paranaense” e o “estudante-subversivo”. No contexto em que se deu a mobilização estudantil contra o ensino pago no Paraná – objeto de estudo de sua dissertação de mestrado – a apropriação e uso de tais imagens expressavam os dispositivos simbólicos que, no embate entre as entidades estudantis e as autoridades que representavam o regime civil-militar instaurado após o golpe de 1º de abril de 1964, funcionavam como armas na guerrilha discursiva em prol do convencimento da opinião pública.

de maneira geral, reproduzia sobre a *mocidade estudantil*, era a de uma unidade produzida em torno do ideal de preservação de um campo estável de relações, em nome de um *telos* histórico em que o progresso cultural e material da nação, ou do estado, vinculava-se à realização plena da condição estudantil.

Incorporava-se, assim, o que Bourdieu (2004) define como certa propensão a uma concepção teológico-política produtora de uma *illusio*<sup>95</sup> da história e dos sujeitos, à qual escaparia qualquer possibilidade de ação que não estivesse em harmonia com práticas e comportamentos cotidianos não convergentes com o que se aceitava ser a herança histórica a ser preservada pelos estudantes: tutela, ordem, moderação nas atitudes, cuidado extremo ao lidar com o mundo político. Assim, ações e reações dos agentes ou lideranças vinculadas ao CEP, em geral serviam ao cumprimento de função produtora de equilíbrios cuja instabilidade somente poderia ser motivada pela absorção de movimentos e tensões originadas no campo social e político. Ainda assim, dada a rigidez das estruturas, os fatores de instabilidade tendiam a ser arrefecidos pelos padrões de relações cristalizados no campo. Tal regra aplicava-se, inclusive aos grupos dissidentes e que poderiam vir a representar os responsáveis pela construção de um espaço social de oposição.

Sendo porém a configuração do campo de interações estudantis, e o próprio campo social e político em geral dinamizados por um princípio de movimento perpétuo, a contingência afirmava-se como uma regra. Não se exclui, pelo contrário afirmava-se como parâmetro permanente das relações endógenas do campo a despeito da *illusio* unificadora, jogos ou lutas em torno da apropriação, questionamento ou substituição de um certo capital político e social específico, bem como das crenças manipuláveis por seus atores. Tais conflitos tornavam-se parte naturalmente integrante da ordem. Evidentemente, decorreria desses reajustamentos a grande possibilidade – em função de mudanças históricas

---

<sup>95</sup> Outra noção retirada do arcabouço teórico de Bourdieu (2005). Por *illusio* entenda-se uma auto-imagem que desempenha um importante papel na configuração do *habitus*. Representa uma espécie de definição exterior elaborada pelos indivíduos sobre si mesmos, a partir de suas relações recíprocas, dentro do campo social. Entendida, tanto quanto o *habitus*, como produto do processo de socialização permite resistir à tentação de achar que as características distintivas de indivíduos ou de grupos são produtos de uma condição natural (os velhos são “naturalmente conservadores”, os jovens são “naturalmente” rebeldes).

objetivas, no contexto de fins da década de 50 e início da década de 60, no Piauí – de produção de *imagens do porvir* que apontassem para certo tipo de mudanças ou para os esboços de uma nova *ilusão* a qual pudesse, no plano prático do mundo da vida, transmutar uma cultura estudantil até então posfigurativa para uma outra de tipo configurativo, onde uma nova identidade do ME pudesse redirecionar as relações internas do campo, bem como as relações entre este e as demais esferas sociais.

Relativamente ao ME local, essa tensão gravitacional entre o campo de inserção da cultura política estudantil e a articulação entre as conjunturas nacional e estadual, repercutiu de forma visível sobre sua dinâmica. Como já foi mencionado, observa-se que são ativadas as atitudes e predisposições dos estudantes ao contato, ainda que quase sempre com subterfúgios, com questões referentes tanto às suas demandas específicas como a questões que extrapolavam o seu horizonte de interesses específicos e mantinham relação com expectativas relacionadas à realidade política e econômica do Estado. O produto dessa articulação entre mudanças de ação e percepção política dos estudantes e as reconfigurações historicamente objetivas que se elaboravam a partir da experiência local de inclusão no contexto desenvolvimentista da “Era JK” (1956-1960) e, em seguida, do contexto de mobilização política da “Era Jango” (1961-1964) foi a transformação do universo representado pelas entidades estudantis em campo de debates.

Para essa alteração na estrutura e dinâmica do campo contribuiu o crescimento quantitativo, bem como a evolução da capacidade de organização dos estudantes secundaristas. Esse fenômeno, por seu turno, permitiu observar uma gradual evolução da imagem do estudante-pobre como demarcadora das formas de pensar e fazer a política estudantil. Na verdade, é possível afirmar que essa autoimagem veio contribuir para ampliação das alternativas de comportamento político dos agentes ao incorporar ao universo de referências simbólicas dos mesmos, gradualmente, tanto um sistema de crenças mais diretamente associado a uma perspectiva reivindicativa, como também formas reformuladas de relacionamento com o poder oficial.

A questão envolvendo a Casa do Estudante Pobre do Piauí (CEPP) figurou, então, como um dos pólos de estímulo do debate entre as facções do ME piauiense, a ponto de permitir que os debates e mobilizações estudantis se projetasse para além do momento político-eleitoral que o estimulou. Percebe-se, todavia, a ausência de tempero ideológico ao mencionado debate, na medida em que o mesmo passava ao largo de qualquer das inspirações majoritárias que orientavam o ME em nível nacional naquela transição entre décadas, o qual oscilava entre o ideário comunista e a doutrina social da Igreja. Disputava-se, na verdade, um bem simbólico que permitiria ao lado vencedor marcar posição hegemônica no que dizia respeito às políticas de assistência voltadas para a categoria.

A referência à CEPP como “bem simbólico”, por seu turno, não diz respeito somente à importância que o controle sobre mesma poderia representar em termos de projeção na política estudantil, bem como nas relações com o Estado. Era um bem simbólico também no sentido de sua existência, que até aquele momento era apenas formal. O primeiro passo realmente importante para sua implementação deu-se com a aprovação da Lei Federal 930, de 24/11/1949. Pela mesma, cedia-se terreno para a sua construção, onde antes havia funcionado a enfermaria militar. (ALMANAQUE DO CARIRI,1952). Ato contínuo à lei de doação do terreno, o deputado federal Ademar Rocha fez aprovar emenda que disponibilizava verbas de Cr\$3.000,00 para os anos de 1949 e 1950, e de Cr\$ 200.000 para 1951.

Por ter sido uma campanha encabeçada pelo CEP, a CEPP foi projetada como uma espécie de dependência da entidade, já que o Centro Estudantil, como já mencionado anteriormente, era entidade reconhecida como de utilidade pública. Esse procedimento, acreditava-se, poderia facilitar a gestão da casa. Ao mesmo tempo, pode-se supor que permitiria um maior controle das lideranças centristas sobre as decisões relativas aos serviços prestados aos estudantes, sendo possível inclusive a capitalização política de tais serviços.

No discurso de lançamento da pedra fundamental do edifício que deveria abrigar a casa, o superintendente da mesma, professor Moaci Madeira

Campos, à época também diretor do Ginásio Leão XIII, celebrou a convergência de objetivos e parceria entre o CEP e as diversas esferas dos poderes legislativo e executivo: federais, estaduais e municipais. As palavras do orador, que fora um dos fundadores do CEP na década de 30, além de ter sido seu primeiro presidente, destacaram o papel da entidade na apresentação das reivindicações estudantis, evitando adotar posições de confronto com os poderes constituídos. (CAMPOS, *in*: Voz do Estudante, novembro de 1951, p. 6). Teceu críticas, inclusive, ao que definiu como *crise moral* da maioria dos homens públicos, mas apostando no compromisso com *a mocidade* como meio eficaz de superação da crise.

Campos enfatizou, possivelmente numa referência à difusão das ideologias de esquerda e a certas manifestações mais radicais do trabalhismo, a necessidade de cuidado para com o não desvirtuamento do caráter e deturpação do espírito dos estudantes (CAMPOS, *ibid*). Deveria ser, ainda, a “missão dos estadistas ensinar aos estudantes o ódio à tirania e o amor à liberdade”(IBID.) Essa última recomendação ressoa de forma bastante significativa ao levarmos em conta o contexto de sua enunciação: acirramento de tensões decorrentes da “Guerra-Fria” que sucedeu a II Guerra Mundial e vitória eleitoral de Getúlio Vargas que, para muitos, simbolizava todos os valores e práticas políticas antidemocráticas.

O ritual de lançamento da pedra fundamental da CEPP representou assim, no plano político, uma cerimônia de demarcação de posicionamentos considerados adequados com relação aos estudantes. Tais posições alinhavam-se com uma perspectiva que rechaçava tanto o trabalhismo quanto o comunismo como referências ideológicas aceitáveis. O abrigo destinado aos estudantes pobres do Piauí, em Teresina, já deveria nascer agenciado por percepções bem delineadas a respeito do tipo de valores e práticas políticas considerados saudáveis aos objetivos nacionais. Isso a despeito de se manter preservado o argumento em defesa do afastamento do movimento de qualquer idéia ou agremiação política.

Mantinha-se porém, subentendido, que se condenava tão somente tal relação na medida em que os estudantes se comportassem como sujeitos ativos da política, especialmente se contrariassem a autoridade das forças políticas então no poder e que, no Piauí, eram representadas pela aliança PSD-UDN. A demonização da política, elemento que, como já se mencionou, era muito presente no imaginário político local nas questões referentes à participação juvenil, ganhou no discurso de Moacé Campos uma edição engenhosa, que falava de um lugar específico do campo político. O orador escondia sua posição quando ao mesmo tempo, a partir dela, denunciava as armadilhas presentes no ideário dos antagonistas, representados naquele momento pela oposição aglutinada no PTB. Típico caso em que a representação construída acerca de um dado, pela mobilização da linguagem, delinea o lugar do outro e oculta o lugar do enunciador.

Um outro indício relevante, na busca de entendimento acerca da importância da CEPP como espólio simbólico das disputas estudantis, refere-se à pronta iniciativa dos poderes oficiais em atender à reivindicação centrista de implantação da casa. Tal prontidão representou, naquele momento, apenas um aspecto do reconhecimento dos estudantes como categoria-alvo de investimentos de capital político. Em ano de processo eleitoral, tais iniciativas, representavam dividendos de afirmação política para os grupos políticos da situação.

Foi, aliás, por conta do clima eleitoral que o ano de 1949 figurou como ainda mais auspicioso ao CEP, ao menos naquilo que dizia respeito ao reconhecimento de suas lideranças e associados como sujeitos, respectivamente, dotados de prestígio e direitos reconhecidos pelo Estado. Em março foi aprovada lei municipal, pela câmara de vereadores de Teresina, reconhecendo a carteira centrista como prova expressa, em qualquer recinto público e privado da capital, de identidade estudantil (LEI MUNICIPAL 81, DE 21/07/1949). Em julho, ocorreu o reconhecimento da CEPP como instituição de utilidade pública, também por lei municipal, permitindo-se a concessão de isenções de impostos municipais à mesma (LEI MUNICIPAL N 64, DE 30/03/1949). No mês de agosto, também através de lei, desta vez estadual, o benefício da isenção de impostos concedido

aà casa de estaudantes foi estendido a todos os municípios do Piauí, a fim de estimular iniciativas semelhantes, por parte das prefeituras do interior do Estado.

Pode-se inferir, considerando-se tais medidas de caráter oficial, que as mesmas contribuíram para a constituição não apenas de um patrimônio material em nome dos estudantes, como também de um capital social e político o qual, em pouco tempo, tornou-se o alvo das disputas entre os próprios agentes integrados ao campo. Percebe-se também quanto a projeção da imagem do estudante-pobre, e seu crescente enraizamento no imaginário político local, contribuiu para uma maior afirmação do papel dos estudantes no cenário político. Assumiria assim, a *mocidade estudantil* do Piauí, um papel mais ativo nos diálogos com o poder. Isso explica, em parte, a já mencionada mobilização estudantil na segunda metade da década de 50.

Os ajustamentos ocorridos, todavia, inscreviam-se num processo de atualização das condições de reprodução e sobrevivência do próprio movimento estudantil em um cenário de crises políticas e institucionais que marcariam o final da década de 50 e início dos anos 60. Foi, por assim dizer, o meio de conversão do ME piauiense a formas de atuação mais politicamente ativas, quando o espaço social em que se dava sua inserção assim o exigiu. A cisão que originou a UPES e, em seguida, o manifesto dos grêmios seriam partes integrantes desse trabalho de conversão, em que a estrutura das divisões internas do movimento reproduzia as oposições externas presentes no campo político.

Muito embora sacralizada, como já visto, na realização do I Congresso Estudantil Piauiense em 1958, a inflação das condições para as rupturas reestruturantes do campo estudantil encontrou o seu ponto de origem nos congressos organizados pelo próprio CEP: os congressos centristas. Com auxílio financeiro do governo do Estado, realizaram-se entre 1950 e 1954 três Congressos Estaduais Centristas. Foi inicialmente nesses eventos congregacionistas, geralmente iniciados no dia 11 de agosto - considerado o dia do estudante - e com duração de uma semana que, mesmo sob hegemonia das lideranças centristas e patrocinadas pelo governo do Estado, instauraram-se as



condições para as primeiras querelas estudantis em torno das questões consideradas essenciais para a categoria.

Foi em um desses congressos, precisamente o terceiro ocorrido em 1954, que se aprovou o regimento da CEPP. O documento confirmou a casa como espécie de extensão do centro estudantil, como também instituiu – em seu artigo 11 – a vitaliciedade do cargo de presidente da mesma, que passou a ser exercido pelo acadêmico da Faculdade de Direito (FaDi), Antonio Ribeiro Dias. Na mesma ocasião, já se fizeram ouvir os primeiros protestos principalmente dos estudantes secundaristas, os quais denunciavam o que julgavam ser a impotência do CEP para colocar em funcionamento a Casa do Estudante, já que se haviam passado cinco anos desde o lançamento de sua pedra fundamental. Desse confronto, a partir de então instaurado no interior da tradicional entidade de representação estudantil do Piauí, foi-se configurando uma relação entre novas práticas de mobilização e seu campo gerador, de maneira a fomentar reações que extrapolaram as circunscrições definidas pelo *habitus* adquirido e estruturador das relações estudantis até então em voga.

Entendida como uma forma de atualização do campo, essas mudanças demonstraram que a orientação seguida pelo CEP, e esse é um raciocínio aplicável a qualquer insituição, não provinha em definitivo da vontade de um grupo. Na verdade foi gerada no embate entre forças antagônicas. Estabelecidos os antagonismos endógenos no CEP, iniciou-se o processo de atualização da dinâmica do movimento estudantil, o que a curto prazo representou surgimento de novas entidades.

Projetada a imagem do estudante-pobre, e devidamente apropriada tanto pelas entidades estudantis em conflito como pelo poder público, ao contribuir para redimensionar as relações entre o campo estudantil e a política, estavam geradas também as condições para a estruturação da imagem do estudante-militante. Isso representou, no palco das práticas e representações políticas endógenas, uma evidente incorporação de elementos do imaginário trabalhista pelo ME, em Teresina. Incorporação que se reforçou com a fundação, em 1959, da União Estadual dos Estudantes (UEE), a qual passou a congrega

estudantes universitários do Estado e significou mais um golpe na representatividade do CEP.

Já em um cenário de redefinições políticas, em parte decorrente não apenas das propostas modernizantes mas também da postura dialógica adotada pelo governador petebista, Chagas Rodrigues, com relação aos setores organizados da sociedade piauiense, as novas facções do ME ganharam maior capacidade de articulação política. O CEP, por sua vez, viu-se cada vez mais isolado em decorrência da perda quase simultânea da filiação à UBES e à UNE que, de imediato reconheceu a UEE-Piauí como sua filiada. Nessa nova realidade, de ampliação das forças de oposição ao CEP, a questão da Casa do Estudante foi novamente retomada pelos líderes da UPES.

A imprensa local registrou, em fins de 1960, a ocupação de prédios públicos por estudantes, os quais reivindicavam o funcionamento efetivo da CEPP (JORNAL DO COMERCIO, 13 de novembro de 1960). A ocorrência, na verdade, já representava um desdobramento de novas iniciativas adotadas pela diretoria da UPES, de novo junto ao Ministério da Educação e com o apoio do Senador piauiense Joaquim Parentes Fortes (PTB). Em reuniões ocorridas entre abril e maio com o ministro da educação, foram novamente apresentadas denúncias que já haviam sido feitas anos antes. Dessa vez, porém, o resultado foi favorável aos requerentes, pois os mesmos asseguraram a destituição do presidente vitalício, eleição de nova diretoria para a casa e aprovação de um novo estatuto, o qual a tornava independente do CEP. Seguiu-se a essas medidas a obtenção de efetiva ajuda financeira do governo federal para a instalação de um Restaurante Estudantil: o “Restaurante Central dos Estudantes”, administrado pela CEPP, a qual passou a funcionar efetivamente a partir de 1961.

## **2.6 Da intromissão da política no ME à intromissão do ME na política: variáveis de uma relação**

Ora, do ponto de vista do impacto sobre as disposições duráveis e sobre a composição da *illusio* das práticas estudantis, os eventos ocorridos em

torno da questão da CEPP foram decisivos para a ativação de novos valores no universo representado pela cultura política estudantil. Tais valores estruturaram, ainda que de forma tímida, formas renovadas de ação e de afetos coletivos as quais aproximaram levemente o campo estudantil de formas de atuação abertas à incorporação de uma outra imagem: a do estudante-militante. Assim sendo, valores como solidariedade, autonomia e articulação foram tornando-se importante capital simbólico gerador de manchas inovadoras de capital social, capazes de compor conjuntos de valores ou normas informais, partilhadas por um conjunto significativo de membros da comunidade estudantil dispostos a desenvolver entre si novas formas de cooperação (FUKUYAMA, 2002).

O vigor dos novos valores responsáveis pela articulação do movimento, derivava não apenas do fato de se vincularem de forma ativa a questões consideradas fundamentais para os estudantes, mas também do caráter espontâneo de sua geração, moldada num cenário de aprendizagem de novas formas de se fazer o ME. A fundação da UPES, a rebelião dos Grêmios Estudantis e a fundação da UEE e, a partir desse ponto, os direcionamentos atribuídos ao debate em torno da Casa do Estudante, delimitaram um novo campo de experiências conformadoras de novas formas de auto-imagem dos estudantes. Valores, portanto, espontâneos e por isso mesmo apropriados como legítimos demarcadores de novas identidades, em oposição aos valores “hierárquicos e revelados” (Idem) associados ao CEP.

A solidariedade revelou-se na luta pela realização da dimensão assistencial das políticas de apoio à satisfação das necessidades básicas dos estudantes representada pelo trabalho articulado realizado pela Casa do Estudante e pelo Restaurante Estudantil. Ao lutarem pela redefinição do estatuto da casa, extinguindo a figura do presidente vitalício, as facções da UPES e da UEE buscavam realizar a sua pretensão em afirmar formas mais autônomas de gestão de suas entidades, bem como dos serviços prestados pelas mesmas. A busca pela autonomia revelava-se, também, na organização de uma entidade representativa para cada categoria de estudantes: a UPES, que aglutinava os estudantes secundaristas, e a UEE, cujos filiados eram provenientes das faculdades, especialmente da Faculdade de Filosofia (FaFi), cuja instalação em

1958 veio dar novo fôlego à oposição estudantil. Ao demarcarem territórios específicos de organização e atuação, de maneira a permitir uma maior verticalização das lutas em torno de suas demandas específicas, universitários e secundaristas da nova geração rompiam também com um dos principais dilemas do ME, especialmente para os últimos: o dilema da vinculação a uma entidade estudantil sem identidade certa quanto ao segmento que representava.

Quanto à articulação, ficou evidente uma maior capacidade de penetração estudantil no campo político, a partir das cisões internas no movimento. A própria UPES tornara-se centro de discussão de temas políticos, relacionados à questão das vias adequadas ao desenvolvimento nacional, discussões estas que certamente recebiam influência direta dos debates promovidos pelo Instituto Brasileiro de Estudos Brasileiros (ISEB) e pela proposta de intervenção social contida no ideário da Ação Católica. No que dizia respeito especificamente ao público estudantil a influência do ideário católico militante concentrava-se na Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC), cuja influência se tornara crescente entre os estudantes, principalmente devido à sua difusão a partir da FaFi que representou, dada a natureza de seus cursos, o marco inaugural de uma leitura mais crítica da realidade, informada por leituras de perfil mais sociológico, filosófico e histórico (SOUSA; BOMFIM; PEREIRA, 2002).

Compunha-se, inclusive, um arremedo de opções antagônicas centradas em alternativas ideológicas difusas. Na UPES, uma primeira facção gravitava em torno de um grupo de estudos integrado por estudantes adeptos do nacional-estatismo e do trabalhismo e autodenominado Centro de Estudos da Mocidade Idealista do Piauí (CEMIP). A segunda facção era integrada por estudantes filiados à JEC, cujas ações em defesa da doutrina social da Igreja Católica ocorriam sob a proteção do então arcebispo de Teresina, D. Avelar Brandão Vilela e coordenação do Padre Raimundo José Ayremoraes Soares. Este último, por sua vez, era também o Diretor da Faculdade de Filosofia, o que explica a hegemonia da JUC entre os estudantes daquela instituição de ensino superior, que eram maioria na diretoria da UEE. (SOUSA; BOMFIM; PEREIRA, 2002; BARROS, 2006). Considere-se que, em nível nacional no início da década

de 60, JEC e JUC eram os dois grupos que, em aliança com estudantes vinculados ao PCB, exerciam controle sobre a UBES e a UNE. O ME piauiense já começava a respirar, portanto, um certo ar carregado de partículas de ideologia, o que de certa forma contribuía para acentuar ainda mais o movimento de atualização das entidades que representavam o movimento, especialmente em Teresina.

Fato também relevante para a redefinição, ainda que em nível de superfície, da economia das práticas políticas estudantis em Teresina, foi a gradual ampliação da base universitária, o que na verdade representava um desdobramento natural do aumento da demanda reprimida por educação superior no Estado. Em números absolutos, em comparação a outros Estados da Federação, o montante representado pelos estudantes universitários residentes no Piauí era bastante inexpressivo. O número de matriculados no Estado somava apenas 431, em 1962, representando um percentual de 0,32 % da população do Estado, na época estimada em algo em torno de 1.300.000 habitantes (RELATÓRIO CAPES, 1965). A população universitária do Piauí ficava, portanto, bem abaixo do percentual médio da população brasileira, na época em torno de aproximadamente 1% e acima apenas do Maranhão e Mato Grosso, ambos com 0,24% de estudantes matriculados por cada 1000 habitantes (IDEM)

Em termos políticos, porém, o nível de organização e mobilização alcançado já era suficiente para agitar parte do eleitorado da capital em torno de ideias e lideranças oriundas do seio do ME. O próprio universo das ideias circulantes era arejado pelos novos cursos oferecidos pela Faculdade de Odontologia-FaCO e, especialmente, pela FaFi. No vestibular de 1964, por exemplo, a maior concorrência foi para o curso de Filosofia (FaFi), com um total de 100 inscritos, contra 49 para o curso de Direito e 35 para o curso de Odontologia. (BARROS, 2006). Isso certamente representava um início de mudança de paradigmas referentes ao modelo de interpretação da dinâmica social e política, mais sintonizados com o clima ideológico que transpirava o país

Em seminário sobre o significado da FaFi para a educação superior no Piauí, Celso Barros Coelho, na época professor da Faculdade de Direito do Piauí, aponta que a referida instituição representou um polo de estímulo a transição de um pensamento social e político conservador, informado principalmente pelo positivismo jurídico e pelo evolucionismo spenceriano que dominava as faculdades de Direito, para um outro inspirado em tradições filosóficas e sociológicas fomentadoras de uma compreensão mais crítica e societal da realidade. Para isso contribuía as leituras de intelectuais de formação marxista como Caio Prado Junior, Roland Corbusier, quando não mesmo textos de autoria do próprio Marx, como a estreita relação que professores da instituição mantinham com o ISEB e a CEPAL (SOUSA;BOMFIM;PEREIRA, 2002).

Essa cultura acadêmica que circulava no seio da FaFi talvez explique a desconfiança das autoridades politicamente conservadoras e dos Órgãos de segurança em relação à instituição a qual, antes mesmo do golpe, era frequentemente apontada como “foco de subversão”. O fato é que, orientando-se pela doutrina social da Igreja, a FaFi irradiou sua influência também para o movimento secundarista. Tanto que o presidente da UPES em 1963, o estudante secundarista Cleber do Rego Monteiro, era filiado à JEC. Às vésperas do golpe, portanto, a juventude estudantil católica do Piauí possuía o controle sobre as duas principais entidades do ME estudantil local.

Uma primeira possível explicação para esse fato talvez tenha sido a influência exercida pelas mais expressivas autoridades clericais de Teresina sobre a juventude estudantil. Dom Avelar Brandão Vilela foi o principal articulador, dentre outras iniciativas, do Movimento de Educação de Base (MEB), no Piauí. Padre Raimundo José Ayremoraes coordenava a JEC e Padre Isidoro, coordenava a JUC. O envolvimento dessas autoridades nos debates relativos às questões do desenvolvimento nacional e do combate à pobreza e ao analfabetismo, em articulação com estudantes e sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais viabilizou o estabelecimento da tutela de uma instituição bastante influente, no caso a Igreja Católica, sobre o ME (CARVALHO,2006).

A ascensão da JEC e da JUC às diretorias da UPES e da UEE, portanto, teriam representado em parte o resultado de impulsos políticos originados no campo religioso. Isso demonstrava que, apesar de todas as atualizações endógenas ocorridas no interior do universo das sociabilidades políticas estudantis, baseadas na formação e no conflito entre facções e no esforço de autonomização dos segmentos estudantis secundarista e universitário, os espaços institucionais em que se davam tais relações continuavam circulando em torno de outros centros gravitacionais de maior influência. A inserção da Doutrina Social da Igreja e da influência das citadas autoridades clericais representou, por outro lado, o preenchimento de um vazio deixado pelos rumos assumidos pelo cenário político que se configurava com a aproximação das eleições de 1962.

No início da década de 1960 já se viviam os preparativos para uma nova disputa eleitoral ao governo do Estado, prefeituras e poderes legislativos federal, estadual e municipal. O principal tempero dessa disputa era o rompimento da aliança udeno-petebista que havia viabilizado, em 1958, a eleição de Chagas Rodrigues para o governo estadual e de Petrônio Portela Nunes para a prefeitura de Teresina. A ruptura entre os dois partidos colocara as duas principais lideranças políticas piauienses do período em campos contrários, desarticulando a aparente nova estabilidade do campo político, instaurada com a eleição de Chagas Rodrigues. Forjaram-se, a partir de então, novos campos de forças a disputarem o poder político no Estado e esse reajustamento do campo político refletiu-se de forma impactante sobre as entidades estudantis, as quais reproduziram entre seus membros as divisões políticas.

Foi dessa maneira que uma parte minoritária das lideranças apoiou candidatos majoritários aglutinados na coligação liderada pelo PTB. Jesualdo Cavalcanti Barros, Paulo Rubens Fontenele e Honorato Gomes Martins, que tinha relações com o Partido Comunista (PCB), militantes da UPES e filiados ao PTB, eram candidatos da coligação governista que disputava os poderes executivo e legislativo de Teresina. A grande maioria dos líderes estudantis, porém, aliou-se à coligação que defendia o nome de Petrônio Portela ao governo do Estado. Formada ao todo por onze dos treze partidos existentes no Piauí no período, as

“Oposições Coligadas”, sob a batuta da UDN e do PSD obtiveram maioria arrasadora em todas as instâncias políticas em disputa.

Foi destacada, porém, a performance dos candidatos à Câmara de Vereadores que, filiados à sigla do PTB e originários das hostes da UPES, conquistaram duas das três cadeiras asseguradas pelo partido do poder legislativo municipal de Teresina. O fato reveste-se de um significado histórico relevante ao levar-se em consideração a quantidade de candidatos que, oriundos do movimento estudantil, concorreram a cargos eletivos proporcionais, nos níveis estadual e municipal, nas eleições de 1962. Somados aos três candidatos que concorreram pela sigla petebista, foram ao todo 13 candidatos cujas campanhas foram construídas com base na tentativa de apropriação política do capital simbólico do ME.

O fato de apenas dois desses candidatos terem obtido êxito, justamente os da coligação derrotada e que no quadro da disputa eleitoral em questão representaram a minoria que permanecera fiel à herança histórica da UPES, pode ser um indicativo de que no imaginário político local estabelecia-se uma completa identidade entre a imagem do estudante-militante e o trabalhismo. Para a parte do eleitorado teresinense atenta à movimentação política das lideranças estudantis recém-projetadas no campo político, em decorrência principalmente das disputas e manifestações ocorridas a partir do final da década de 50, parecia não haver dúvidas acerca da necessidade de manifestar apoio aos candidatos-estudantes petebistas. Pode-se supor que, no inconsciente coletivo desse eleitorado os referidos candidatos haviam buscado manter a articulação entre o legado construído em uma “idade de ouro” a qual se identificava com a rebelião contra uma tradição posfigurativa e castradora da autonomia e uma postura presente em que se buscava manter uma “unidade” do ME, em uma instância política institucional, em torno de posicionamentos configurativos os quais fossem capazes de garantir as margens de autonomia negociada em relação ao poderes que integravam o campo político.

As eleições de Paulo Rubens Fontenelle e Jesualdo Cavalcante para a Câmara de Vereadores de Teresina assinalavam, pois, o relativo poder de



penetração do ME em uma estrutura política ainda conservadora, especialmente a eleição de Jesualdo Cavalcanti Barros, já que ele havia sido um dos principais responsáveis pela fundação do Grêmio Lútero-Cultural Arimatéa Tito, do Liceu Piauiense. Esforçara-se para estimular a ploriferação de formas semelhantes de associação estudantil, nas escolas públicas e privadas da capital. Foi pautado nesse esforço de multiplicação dos grêmios que, não apenas os estudantes secundaristas passaram a destacar-se no cenário da política estudantil local, a partir da fundação da UPES, como também lograram minar a hegemonia do CEP. O próprio Jesualdo Cavalcanti fora presidente da UPES por dois mandatos, em 1959 e 1961 respectivamente (BARROS, 2006).

O reconhecimento político da militância de Cavalcanti veio, portanto, com a sua eleição para uma das cadeiras do poder legislativo municipal de Teresina, pela legenda do PTB. Comprova-se, nesse fato, o perfeito casamento entre a imagem do estudante-militante e o ideário trabalhista. De posse do seu mandato Cavalcanti assumiu, na tribuna da Câmara de Vereadores, posições em defesa de interesses imediatos da categoria que representava mais diretamente, sempre mantendo relativa articulação tanto com o ME como também com os sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais da capital piauiense. A atuação política de Cavalcanti como vereador, já em um momento em que deixara de ser estudante secundarista e cursava a faculdade de Direito, resultou em graves consequências para o seu futuro político, principalmente após o golpe civil-militar de 1964.

Na histeria anticomunista que assolou o momento histórico de ocorrência do golpe, o vereador-estudante de Teresina viria a personificar, no imaginário político das autoridades que ascenderam ao poder, a imagem do estudante-subversivo, cuja ameaça era potencializada pelo exercício de um mandato político. Por essa razão, Cavalcanti teve de imediato sua prisão decretada, apenas 3 dias depois da vitória do movimento civil-militar do dia 1º de abril. Um dia depois de sua prisão (5 de abril), após ter sido conduzido para a Delegacia de Ordem Pública e Social de Teresina (Dops) foi reencaminhado para o 25º Batalhão de Caçadores, num ritual bastante semelhante ao dos autos-de-fé promovidos pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição medieval: exposição

pública, em caminhão aberto e acompanhado de numerosa escolta armada. Seguiu-se a esse episódio o envio de pedido de cassação de seu mandato para a Câmara de Vereadores de Teresina a qual, acatando o pedido, oficializou a perda do mandato do parlamentar nos seguintes termos:

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA [...]

CONSIDERANDO que o vereador Jesualdo Cavalcanti Barros se encontra preso incomunicável, por crime inafiançável, apontado pelo Comando da Guarnição Federal como comunista atuante junto às classes estudantil e operária;

CONSIDERANDO [...] que o vereador Jesualdo Cavalcanti Barros foi preso em virtude de estar comprometido com o movimento de caráter subversivo que visava a queda do regime democrático;

CONSIDERANDO AINDA os dispositivos do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cassado o mandato do vereador JESUALDO CAVALCANTE BARROS, eleito à Câmara Municipal de Teresina, pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, para o período de 1963 a 1967.[...] <sup>96</sup>

Oito dias apenas foram necessários para a prisão, exposição pública e cassação do vereador-estudante de Teresina, dando provas de que sobre o mesmo de fato recaíam todos os estigmas associados à imagem do estudante-militante e subversivo ainda que este nenhuma relação mantivesse, de maneira oculta ou assumida, com o Partido Comunista do Brasil (PCB), secção de Teresina. Sua prisão e exposição denotavam, para a lógica conspiratória das lideranças políticas e militares que apoiaram o golpe em Teresina, atos recheados de uma pretensa missão de promoção da assepsia do corpo social, cuja unidade se via ameaçada pela suposta presença de um elemento de desordem em seus interstícios.

Por outro lado, o próprio teor do texto da resolução extraída da sessão de cassação do mandato, manifestava a leitura que se fazia da relação entre as ideias que deveriam ser combatidas como subversivas e a “mocidade estudantil”. Buscava-se isentar esta última, enquanto sujeito coletivo, de qualquer

---

<sup>96</sup> CAMARA MUNICIPAL DE TERESINA Resolução 114/64, 11 de abril de 1964 .

responsabilidade pela difusão das posições políticas combatidas. A crença, compartilhada por exemplo pelos campos militar e político da capital e difundida para a sociedade, era a de que a aproximação entre a “mocidade estudantil” e tais ideias era decorrência exclusiva da ação de indivíduos infiltrados. A ausência de manifestações estudantis, nas ruas de Teresina, contra a prisão de lideranças da categoria e as intervenções em suas entidades representativas talvez seja um indício da captura dos mesmos por essa crença.

Sua cassação, em particular, pode ser considerada como a prova de que à Câmara Municipal de Teresina coube a posição, de honra duvidosa, de ter sido a primeira casa legislativa cujos membros promoveram, por maioria absoluta, a anulação do mandato de um de seus membros. Essa posição subserviente ao arbítrio dos militares, em Teresina representados pelo Major Costa, oficial responsável pela Guarnição Federal em Teresina, teve possivelmente o poder de amplificar as acusações apresentadas contra o líder estudantil, legitimando-as e possibilitando que as mesmas fossem prontamente absorvidas pela massa estudantil, reativando nesta a antiga predisposição em acatar ordens e decisões que emanavam das instâncias políticas.

As posições assumidas pelas diretorias das entidades estudantis que bem pouco tempo antes representaram focos de agitação no cenário social e político locais não foram apenas de omissão, em face aos arbítrios cometidos pelas autoridades empossadas no poder após o golpe militar de 1º de abril de 1964. É possível identificar-se também uma cooperação ativa na legitimação das medidas adotadas. A UEE teve sua diretoria dissolvida, seguindo-se ao ato a designação de nova diretoria por um conclave realizado pelos presidentes dos Diretórios Acadêmicos das três faculdades de Teresina. Dessa maneira, Francisco Olimpio da Paz (Diretório Acadêmico da FaDi), José Fidelis de Araújo (Diretório Acadêmico da FaFi) e Carlos Alberto Mendes de Sousa (Diretório Acadêmico da FacO) escolheram João Henrique Gayoso e Almendra, oficial do exército, para interventor da UEE. Seguiu-se à escolha do interventor publicação, pelas mesmas lideranças estudantis das razões que teriam levado à destituição da diretoria da entidade, sendo a principal delas a sua associação com o “comunismo da UNE e da UBES” (O Dia, 10 de abril de 1964, p.4).

A UPES e o CEP, por sua vez, foram colocadas sob os cuidados de uma comissão de interventores com atuação na área do magistério. Sua função seria portanto, como mestre adultos, a de orientar os imberbes adolescentes que pouco antes de sua intervenção teriam sido vítimas de aliciadores políticos movidos pela má-fé. Assim os professores Lisandro Tito de Oliveira, Padre Luciano Ciman, e Moací Madeira Campos receberam do comando da Guarda Nacional a missão de “descomunizar” o ME secundarista. O último mencionado, como já se sabe, já se como uma espécie de vigilante e reconhecido “protetor” do CEP. Três anos depois da intervenção, em 1967, as duas entidades seriam dissolvidas e, em seu lugar, seria estabelecido o Centro Colegial dos Estudantes Piauienses (CCEP) cuja atuação, tendo sido originado já sob o clima político e o controle da Ditadura Civil-Militar, estaria em maior conformidade com o poder.

Outro fato demonstrou que a disposição das lideranças estudantis empossadas pelo novo regime em transformar as entidades representativas da categoria em suportes para a restauração de práticas tuteladas, bem como em cooperar com a montagem do novo regime. Foi ativa a participação das novas UEE, UPES e do CEP, que apesar de politicamente combatido ainda mantinha sua existência jurídica e institucional, na organização da “Marcha da Família com Deus, pela Liberdade”. Jornais deram especial destaque ao apoio e participação estudantil na manifestação:

[...] A UEE (União Estadual de Estudantes) e os diretórios acadêmicos das três Faculdades de Teresina hipotecaram integral solidariedade ao movimento e, por nosso intermédio, convidam todos os universitários a se fazerem presentes na MARCHA.

A Escola Antonino Freire [...] O Instituto Batista Afonso Mafrense [...] A Secretaria de Estado do Governo dirigiu convite a todos os chefes de repartições, autarquias e serviços públicos, bem como a todo o funcionalismo estadual para tomarem parte na MARCHA.[...] <sup>97</sup>

O destaque da imprensa ao apoio estudantil à tardia reprodução, na capital do Piauí, das manifestações que fortaleceram o ímpeto golpista dirigido contra o governo de João Goulart revela o compromisso de alguns órgãos de

---

<sup>97</sup> O DIA. Teresina, 14 de Abril de 1964, p. 1-4

informação de Teresina com o esforço em demonstrar que, retirados de circulação os elementos subversivos, a boa-fé política da “mocidade estudantil” piauiense não encontrava mais barreiras à sua livre expressão. À primeira vista, pode-se imaginar que a disposição à cooperação manifestada pelas diretorias das entidades estudantis nada mais seria do que um produto da intervenção e do controle a que foram submetidas as mesmas. No entanto, tal disposição não se limitava às lideranças, talvez apenas atendessem, com o seu chamamento, à expectativas majoritárias de seus representados.

O novo jogo da dominação, instaurado a partir de 1º de abril de 1964, inscreveria na cultura política estudantil piauiense e em particular de Teresina, relações práticas e representações sobre o mundo político as quais reinseriram o passado das entidades estudantis nelas mesmas. Como resultado, pôs-se em presença para o ME local o que Bourdieu (2005) define como os “dois estados da história”. O primeiro seria a história em seu “estado objetivado”, acumulada nas coisas entendidas, inclusive, como as instituições. O segundo seria a história em seu “estado incorporado”, presente nas práticas cotidianas responsáveis pela reativação das aquisições históricas.

A realidade política e social advinda com o golpe recolocou como parâmetros, para o universo social específico que era palco dos embates e solidariedades políticas estudantis, as antigas relações de pertencimento e posse dos mesmos com sua própria história. Não a história identificada com a da mitologia consubstanciada em rebeldia contida, e que inspirou um ensaio de autonomia do movimento em fins dos anos 50 e início da década de 60, mas a história apreendida como herança legítima e necessária, demarcadora do caráter da “mocidade estudantil piauiense”, pautados na ordem e na disciplina. Reencontraram-se os estudantes piauienses, por isso, com a condição de “herdeiros” do passado, sendo a apropriação de tal herança e, junto com ela, a aceitação da tutela de seus antecessores sob a sombra do Estado, condições necessárias para sua passagem ao “mundo dos adultos”:

Quando a herança se apropriou do herdeiro, como diz Marx, o herdeiro pode apropriar-se da herança. E esta apropriação do herdeiro pela herança, esta apropriação do herdeiro à herança, que é a condição da apropriação da herança pelo herdeiro ( e que nada tem de mecânico nem

fatal), realiza-se pelo efeito conjugado dos condicionamentos inscritos na condição do herdeiro e da acção pedagógica dos predecessores, proprietários apropriados. O herdeiro herdado [...] não precisa de querer, quer dizer, de deliberar, de escolher, ou de decidir conscientemente, para fazer o que é apropriado, aquilo que convém aos interesses da herança<sup>98</sup>.

A condição de “herdeiros” a que teriam sido reconduzidos os estudantes piauienses com o golpe de 1964, não impediu que nos balizamentos impostos por tal herança não tivessem sido geradas novas utopias, funcionais tanto à “herança” como aos “herdeiros” e mantenedoras de uma certa cultura política cofigurativa. Manifestações de rebeldia também foram exercitadas, como veremos, principalmente às margens do campo visível e considerado legítimo pela “nobreza de Estado”. (BOURDIEU, 2008). As reações suscitadas, a partir de então, combinaram o bombardeio de valores amalgamadores de marcas de identidade consideradas ideais para o estudante, com a apropriação e difusão de propostas voltadas ao engrandecimento da classe estudantil, utopias amparadas por um ideário politicamente ordeiro e tecnicista, de maneira a mantê-la afastada da considerada perigosa relação entre ressentimento e romantismo revolucionário que capturaria corações e mentes estudantis a partir de então.

O golpe de 64, ao reativar para o ME piauiense a sua herança histórica, instaurou para o presente do movimento, a partir de então marcado por sua ocorrência, diversos “mitos de interesse” em torno dos quais seria possível instaurar um pacto de unidade para o movimento e entre o movimento e o Estado<sup>99</sup>. Como veremos a seguir, esses mitos de interesses possuíam um mito-síntese o qual amparava-se tanto na imagem do “estudante-ideal” quanto numa crença otimista no futuro do Piauí. Ambos, mito e crença, foram capazes de promover a adesão dos destinatários às experiências de desenvolvimento, implementadas pelo regime civil-militar no Piauí.

---

<sup>98</sup> BOURDIEU, Pierre. *Le mort saisit le vif*. As relações entre a história reificada e a história incorporada; IN: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 84.

<sup>99</sup> Para Northrop Frye (1973) “ O mito de interesse existe para manter a sociedade unida, tanto quanto a eficácia das palavras pode concorrer para isso. Por este motivo, verdade e realidade não são diretamente relacionadas com raciocínio e evidência, mas socialmente determinadas. Verdade, por interesse, é aquilo que a sociedade faz e acredita em resposta à autoridade, e uma crença, na medida em que pode ser verbalizada, é uma declaração de vontade de participar de um mito de interesse. A linguagem típica de interesse, portanto, tende a tornar-se linguagem de crença (pp.35-6)

### **3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS EXPECTATIVAS DE MODERNIZAÇÃO: reconfiguração do campo político conservador, no Piauí**

#### **3.1 A “mocidade estudantil piauiense” sob as luzes de Apolo**

É possível conceber a realidade piauiense, em função do lugar ocupado pela mesma no cenário nacional do período estudado, como um *locus* apropriado à reprodução de um certo tipo de relação entre a juventude e o meio socioambiental em que as contingências da vida social, inevitáveis em qualquer experiência histórica, não impedem a preservação de certas condições estruturadoras de formas cristalizadas de pensamento e comportamento. Foracchi (1977) enfoca esse tipo de relação com base em uma variável a qual se expressa no termo “relações de manutenção”.

Na definição da autora, as relações de manutenção pautam-se principalmente na preservação de um sentimento expresso ou difuso de dependência em relação a um conjunto de valores e instituições que representam o “mundo dos adultos” (FORACCHI, *idem*). Nesses termos em que se dá a experiência relacional entre novas e velhas gerações, quaisquer processos ou mecanismos de reajustamento social tendem a tomar como ponto de partida, assim como referência persistente, as tradições consolidadas que, mais do que contribuir para a conservação de um certo estado das coisas, operam no sentido de estabelecer e preservar certas margens de controle sobre as orientações motivadas pela expectativa da transformação social.

O clima político e cultural que se instaura, nessas condições, é por isso portador de todos os elementos para a configuração de um ambiente politicamente conservador, seja pautado em um sistema posfigurativo, em que a submissão do comportamento juvenil à herança dos ancestrais é total, seja em um sistema cofigurativo, em que a referência à herança histórica como modelo de comportamentos, valores e representações possui existência simultânea à das diferenças comportamentais entre gerações distintas (Mead *apud* BENEVIDES, op. cit.). É lógico que, ao referir-se à juventude estudantil piauiense em primeiro lugar, a sua moldura de inserção e análise histórica deve levar em conta suas especificidades concernentes a algumas variáveis influenciadoras de sua forma de interação não só com as demandas locais e gerais da categoria, como também com outros fatores ou “estruturas estruturantes” de um certo tipo de predisposição a comportamentos, reiterativos de um *habitus* político orientador das ações coletivas (BOURDIEU, 2005).

Parte-se, em primeiro lugar da constatação de que o sujeito coletivo definido como “estudante” não constitui uma classe social, mas uma determinada categoria cuja identidade oscila ou estabiliza-se em função das tensões entre os elementos constituintes da estrutura sócioeconômica em que ocorre o seu aparecer histórico. A própria condição de “estudante”, todavia implica em primeiro lugar uma forma especial de relacionamento dos indivíduos com o que Bourdieu (2004) define como “condição de classe” e “posição de classe”<sup>100</sup>. Em uma realidade social em que o processo de massificação do ensino, em todos os níveis, foi uma experiência verificada somente a partir da década de 1970 e em que a maioria da população era analfabeta ou não possuía uma formação educacional para além dos primeiros anos de estudo, em geral havia uma coincidência entre sua posição de classe e seu pertencimento a um grupo de *status* portador de relativo capital social.

---

<sup>100</sup> Para Albuquerque (1977) a questão primeira a ser discutida em relação ao movimento estudantil e suas relações ontológicas e incidentais sobre o ambiente social de sua manifestação envolve “a relação existente entre as condutas de um ator e as exigências que lhe são colocadas por uma situação definida exteriormente, quer por sua novidade ou por seus aspectos conflitantes impõe modificação em suas condutas”. Bourdieu (2004), por seu turno, coloca que “levar a sério a noção de estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e *por ser afetada pelas relações que a unem à outras partes constitutivas da estrutura*, possui *propriedades de posição* relativamente independentes de propriedades intrínsecas como por exemplo um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência”.



O estudante representava, nessa realidade, um personagem de identidade singularmente reconhecida, nem tanto por sua importância quantitativa, mas por outros aspectos, mais qualitativos e relacionados a uma representação socialmente construída quanto ao seu papel, simultâneo, de guardador de tradições e portador de inovações que assegurassem o encontro com um futuro inserido em uma linha contínua de ordem e progresso. A esse respeito, o texto da Ata de fundação do Centro Estudantil Piauiense (CEP) expressa o papel a ser desempenhado pelos associados, através de sua entidade, no sentido de “contribuir para manter e dirigir o Piauí nos caminhos recém-descobertos do desenvolvimento (...) sem prejuízo da boa ordem republicana” (O TEMPO. Teresina, 11 de outubro de 1935, p. 3-4).

O fragmento expressa o compartilhamento de finalidades que estavam para além das demandas específicas da categoria e buscavam assumir uma dimensão societal, compartilhando um imaginário de expectativas e predisposições à ação centrada na perspectiva de progresso e adesão que marcavam o clima político-administrativo que se apossara da sociedade piauiense, após a intervenção política ocorrida no Piauí na esteira da Revolução de 1930. Abordando o período, Nascimento (1994) retrata ajustamentos políticos ocorridos em função da quebra da hegemonia das antigas oligarquias estaduais após a rebelião de 30, as quais aglutinavam-se em torno do clã dos Pires Ferreira e do governo de João de Deus Pires Leal, e as disputas que posteriormente ocorreram entre as próprias lideranças da Aliança Liberal no Piauí, as quais culminaram com a ascensão de Leônidas Melo ao governo do Estado, nas eleições de 1935, e sua posterior permanência como interventor local, após o golpe que originou o “Estado Novo”.

O mesmo pesquisador apresenta como, especialmente a partir da interventoria do então tenente Landry Sales (1931-1934), cearense diretamente indicado pelo também tenente Juarez Távora, tomou corpo a introdução do ideário modernizador tenentista no Estado. Assim se refere Nascimento ao perfil político de Landry Sales:

O conteúdo de todo o seu discurso está recheado de conceitos como “organizar”, “selecionar”, “apurar”, deixando aflorar o elitismo do

tenentismo, além de apresentar conhecimentos de autores como Alberto Torres e Oliveira Viana.<sup>101</sup>

Tal ideário seria mantido e aperfeiçoado, assumindo uma dimensão mais prática e politicamente sedutora, durante o governo de Leônidas de Castro Melo (1935-1945). Foi nessa fase, coincidente com a ditadura do Estado Novo, que se iniciou a difusão, como marca identitária do ambiente político piauiense, dos diversos conjuntos mitológicos que deram sustentação ao principal mito de interesse<sup>102</sup> norteador da evolução política do Piauí em momentos posteriores de sua história: o mito do progresso com preservação da ordem. Tais conjuntos, em torno dos quais gravitavam as idéias de modernização, progresso, unidade e participação pela integração, representaram um eficiente dique psicológico de contenção de conflitos políticos da maior gravidade e repercussão, mas também, principalmente, revelaram forte eficácia no aglutinamento de certas categorias sociais e profissionais – operários, camponeses, estudantes, militares, médicos, engenheiros, advogados, professores, etc.- em torno de um ideal otimista de mobilização e debate de questões eleitas como prioritárias ao desenvolvimento do Estado.

Essa mobilização cívica dirigiu-se de forma direta aos estudantes quando, por ocasião da fundação de sua entidade representativa, o governo do Estado saudou publicamente a iniciativa, ao definir o CEP como “um dos esteios de preservação das virtudes da mocidade estudantil piauiense e promoção de um amanhã de progresso”( O TEMPO. Teresina, 11 de outubro de 1935, p.13). Evocava-se, portanto, a condição estudantil para sedimentar uma identidade entre os indivíduos, em sua maioria oriundos das classes mais abastadas da capital e do interior do Piauí, enquadrados numa condição de classe diferenciada, posto que situados em um campo de relações e *status* singulares no contexto específico do Piauí nos anos 30, e uma perspectiva de progresso fundado na noção de pacto social.

Nesse projeto, plenamente enquadrado no âmbito de um conjunto mitológico construído em torno das representações convergentes com a ideia do

---

<sup>101</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A revolução de 1930 no Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p.3.

<sup>102</sup> Sobre essa noção, vide nota explicativa do conceito em Northop Frye ( *op. cit.* p.67)

*salvador* – sintetizada, no contexto em estudo, na figura de Leônidas Melo como venerável promotor de uma “nova ordem” compatível com o Estado Novo varguista, -aos estudantes organizados em torno de sua instituição representativa caberia, como sujeitos ativos, uma função vanguardista e mediadora, em tonalidades até mesmo sacerdotais, da relação entre temporalidades situadas em uma dimensão distinta da “vida ordinária” (CERTEAU, 2000) .

As falas e representações em torno da missão estudantil, na nova ordem, convidavam a uma experiência de conteúdo próximo do religioso que, no dizer de Eliade (2007), implicava uma “evasão do tempo cronológico” e inserção no “tempo forte do mito”, marcado por virtudes imensuráveis, mas perfeitamente alcançáveis para os portadores das condições naturais – por sua origem de classe – e adquiridas – em função do *status* decorrente da condição estudantil. Em outra manifestação, de importante intelectual piauiense do período, encontra-se a seguinte evocação dirigida aos estudantes:

Somente a essa parcela da juventude, devidamente originada de sementes plantadas no fértil solo das mais sólidas tradições familiares, e cujo viço se reforça nos jardins do saber, sob a tutela e sacrifício intelectual dos seus mestres, é delegada a missão de dar continuidade à obra de sublime construção dos alicerces morais e cívicos que no presente momento é iniciada em solo nacional [...] Em solo piauiense caberá a vós, estudantes, a missão de difundir e fortalecer o progresso da razão humana, a permanência dos valores cristãos e as aquisições da ciência em resposta aos espectros assustadores da discórdia e do materialismo.<sup>103</sup>

Viver o mito e penetrar em um mundo transfigurado por uma obra prodigiosa em que se manifesta a possibilidade do novo em harmonia com a ordem e a unidade, representava a missão de uma categoria social enquadrada em um jogo político de “oferta e demanda” no qual se definia, de antemão, o que Bourdieu (2008) descreve como o “campo do pensável politicamente” ou, se assim preferir-se, a “problemática legítima” a dimensionar o campo de expectativas a serem cultivadas pela juventude estudantil, sem prejuízo de sua missão e da ordem social. De outro lado, reconhecia-se no estudante a figura de

---

<sup>103</sup> MENDES, Simplício de Sousa. Aos estudantes, a PÁTRIA.O TEMPO. Teresina, 29 de novembro de 1936, p. 2.

um agente social que ocupava, no campo das relações de classes, uma posição diferenciada e de destaque a qual lhe conferiria habilidades políticas inatas:

[...] a competência política específica [...], ou seja, por uma capacidade maior ou menor para reconhecer a questão política como política e tratá-la como tal, fornecendo-lhe respostas do ponto de vista político [...], capacidade que é inseparável de um sentimento mais ou menos vivo de ser **competente** no sentido pleno da palavra, ou seja, **socialmente reconhecido** (grifo nosso) como habilitado a ocupar-se das questões políticas<sup>104</sup>.

Com efeito a condição estudantil, no advento do Estado Novo no Piauí, era não só reconhecida como também recebia uma dotação, por parte de autoridades políticas e intelectuais, de competência, senão técnica e política em um primeiro momento mas ao menos potencialmente moral, de tomar para si parte da missão civilizadora que, naquele momento, afirmava-se como um mito de interesse a aglutinar a sociedade piauiense. Os atributos estudantis passaram a ser, por isso, estatutários, oferecendo-lhes uma espécie de salvo conduto para o seu ingresso no campo sagrado da política, mas sob a sombra da ordem. O problema legítimo e a forma de encará-lo eram apresentados à mocidade estudantil, definindo-se por extensão, em filigranas morais e ideológicas sutis e maniqueístas, um certo censo de identidade política devidamente cercado por uma autocensura norteadora de escolhas e ações pautadas na crença na missão de unir harmonicamente o presente, tempo do esforço de construção, ao futuro, encarado como o a “idade de ouro” da redenção iminente.

Esse requisito institucionalizado contribuiu para a definição de uma situação objetiva dos estudantes no Piauí, na qual era possível a incorporação da condição de classe sob a forma de um *habitus* distintivo de sua posição na estrutura social no sentido da defesa e promoção das transformações socialmente desejadas e politicamente fomentadas, numa simbiose ou interação com as instâncias do poder Estatal. A forma assumida pela representação institucional dos estudantes, inclusive, incorporou um traço essencial do paradigma de organização política e mobilização então em vigor, o qual se tornaria absoluto a

---

<sup>104</sup> BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. EDUSP: Porto Alegre, 2008, p.373.

partir da implantação da ditadura do Estado Novo. O referido traço foi o do monopólio institucional e reconhecimento oficial da representação.

A fundação do CEP, em 1935, e seu reconhecimento oficial em 1936, guardou similaridades com o modelo corporativo de organização então aplicado às organizações sindicais. É fato porém que, independente da tutela do Estado e muito por conta de sua proteção, tal medida permitiu a estréia dos estudantes como categoria social com competências políticas, num tipo de organização cujas bases eram constituídas sob a noção de unidade, semelhante ao tipo de cultura organizativa que influenciou também a fundação da UNE. A definição *a priori*, pelas altas instâncias hierárquicas do poder oficial, do campo do politicamente pensável, bem como dos problemas legítimos para a política estudantil somente reforçariam tal propensão ao modelo de organização institucional e de cultura política.

O CEP, ao incorporar as figuras do politicamente pensável e adotá-las como marcas diretoras de suas finalidades, reforçou não só o monopólio institucional da representação, como também induziu a categoria representada a adotar uma face unitária diante do poder estatal. Esse aspecto foi muito importante, no contexto em questão como em momentos posteriores, para o funcionamento da entidade, e mesmo após a cisão que viria a ocorrer no ME piauiense na década de 50, e demais entidades de representação estudantil como importantes agências de promoção de projetos governamentais.

Como já foi demonstrado no primeiro capítulo, esse mesmo processo de afirmação de uma identidade política informada pelo monopólio da representação institucional e adoção de uma face unitária diante do poder também caracterizou o processo de formação e evolução da UNE. Pode-se, em determinado plano de análise, questionar as relações de proximidade da entidade com o Estado, apontando os compromissos institucionais com o campo político estatal como fator de vulnerabilidade dos projetos defendidos pela liderança estudantil. Por outro lado, não se deve deixar de reconhecer que é precisamente desse diálogo – harmônico ou conflituoso – com o Estado que se constitui de maneira espontânea uma certa intimidade com as antecâmaras do poder oficial, o

que representa um importante canal de obtenção e acumulação de capital social e político pela categoria. Tal fato é decisivo como fator de singularização e ampliação do poder reivindicativo do ME estudantil, não só em relação às suas demandas específicas, mas também em sua associação com demandas mais gerais<sup>105</sup>.

O que se busca, em primeiro lugar, destacar aqui é que a conformação das organizações estudantis piauienses ao modelo corporativista em voga na década de 30 e posteriores, atuou como importante fator estruturante da vida estudantil e de sua cultura política. Em segundo lugar, foi amparada por essa relação de identidade com o poder em que se erigiram as condições de visibilidade política ao movimento estudantil, no Piauí. Orientadas por essa forma de organização que lhes garantia unidade e visibilidade, as entidades estudantis foram adquirindo condições de relativa autonomia – sem que, entretanto, tal finalidade tenha em algum momento alcançado o *status* de prioridade - organização das bases, formação de quadros e definição de projetos que faziam sentido para a categoria.

Cercando e ao mesmo tempo dinamizando as relações constituintes dessa experiência de construção das marcas identitárias do ME piauiense, sem entretanto subordiná-la em absoluto, existia um sistema de crenças e expectativas coletivamente compartilhadas pela sociedade piauiense no clima político instaurado pelo Estado Novo. Tais crenças, como já foi informado, cristalizavam-se no trinômio “ordem-unidade-progresso” e eram trabalhadas no nível das ideias e práticas de mobilização social. Dentre essas ideias e práticas de mobilização, destacam-se aquelas características da organização estudantil e do que a mesma definia como a sua missão política, a saber, a construção de um futuro (progresso) como resultado da ação no presente (unidade) e de um prolongamento do passado (ordem). Essa seria a tradição informativa da

---

<sup>105</sup> Acerca dos momentos, formas e efeitos dessa relação entre o Movimento Estudantil brasileiro, em especial o articulado pela UNE, com o poder estatal, recomenda-se as obras de ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. e SALDANHA, João Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.

consciência histórica e missionária a ser adquirida pela “mocidade estudantil” do Piauí.

O fim da ditadura do “Estado Novo” e, especificamente no Piauí, da interventoria de Leônidas Melo, ocorridos respectivamente em outubro e novembro de 1945, não significaram um arrefecimento das expectativas de manutenção da unidade do movimento, bem como de preservação da ordem e promoção do progresso social. Foi ainda durante o evento de lançamento da pedra fundamental da Casa do Estudante Pobre do Piauí, em 1949. Ao então professor Moaci Madeira Campos, fundador e primeiro presidente eleito do CEP, coube o papel de invocar as dificuldades encontradas no momento de fundação da entidade, como se estivesse promovendo um exercício de exorcização dos riscos de quebra da unidade do movimento, em decorrência das disputas que, no cenário político piauiense, ocorriam entre as agremiações políticas que disputavam o poder em tempos de democracia.

Há 14 anos passados, com um pequeno número de jovens idealistas, lançava eu nesta Capital os fundamentos do Centro Estudantil Piauiense. Com o seu acontecer, defrontamos sérios embaraços, enfrentamos graves dificuldades, tivemos, em suma, de lutar fortemente. A classe dividiu-se em dois grandes grupos, por força de incompreensão de alguns e de má vontade de outros. Tivemos de enfrentar uma grande luta, a qual ainda hoje produz os seus efeitos.

Um deles depõe a meu favor: vem provar que naquele tempo eu e meus companheiros estávamos com a razão, e, nesta hora, me permito olhar de frente e de cabeça erguida para a nossa digna mocidade das escolas, a ponto de ela ir arrancar-me da minha árdua mais dignificante labuta de formação de caracteres, de preparação de homens para o Brasil.<sup>106</sup>

Já não era mais estudante o então professor, mas reconhecia-se no mesmo a competência, como fundador e primeiro presidente que fora do CEP, para continuar exercendo o papel de liderança estudantil. Não por acaso, Madeira Campos assumiu, segundo suas próprias palavras a convite dos próprios estudantes, a função de superintendente da CEPP, considerando que o convite representava “ordens de quem mais podia dar. Partiam dos meus jovens amigos das escolas. Estes a quem outrora eu amara como verdadeiros irmãos e a quem hoje amo como a meus próprios filhos” ( IDEM, p.7).

---

<sup>106</sup> CAMPOS, Moaci Madeira. Discurso de fundação da pedra fundamental da Casa do Estudante Pobre do Piauí. A Voz do Estudante, p. 6.

Talvez o mesmo sentimento paternal em relação aos estudantes tenha justificado, para Madeira Campos, sua participação na comissão interventora que assumiu o controle sobre as entidades estudantis piauienses por indicação do Comando da Guarnição Federal no Piauí, após o golpe civil-militar de 1964. O comunicado de designação de Madeira Campos para a tutela das entidades estudantis da capital, presente no relatório da Guarnição Federal do Piauí sobre as ações realizadas pelas tropas militares em 31 de março de 1964, apresenta inclusive mais uma referência quanto ao papel distinto da *classe estudantil* no campo das relações sociais:

Dando continuidade às medidas repressivas e preventivas contra a subversão da ordem e do regime democrático, resolveu o Comando da Guarnição Federal do Teresina adotar as seguintes providências:

[...]

Designar os Srs. Professores Pe. Luciano e Moacir Madeira Campos para comporem uma comissão com o fim de orientar as atividades da UPES e Grêmios Literários Estudantis.

Esclareceu o Maj Costa que o Cmd da Guarnição Federal de Teresina fez a designação dos srs professores acima, tendo em vista que o Exército Nacional tinha como objetivo principal o soerguimento moral, político e intelectual de nossa terra, **considerando ser a classe estudantil o cadinho onde se forjamos homens de amanhã, e por conseguinte, estritamente necessário dar uma orientação cristã e democrática aos seus componentes** (grifo nosso).<sup>107</sup>

Percebe-se, no documento elaborado pelos chefes militares no comando das intervenções ocorridas nas entidades da sociedade civil piauiense após o golpe civil-militar de 1964, a adoção do mesmo ponto de vista prescritivo a respeito dos estudantes, presente no texto de Simplício Mendes publicado três décadas antes. Ao tempo em que se promove uma intervenção, sugerida como de caráter disciplinar, evocam-se também valores políticos e religiosos dos quais a sociedade é demandante e os estudantes supostamente sua semente reprodutora, cujos cuidados devem caber aos representantes de seu passado legítimo.

---

<sup>107</sup> RELATÓRIO DA GUARNIÇÃO FEDERAL DE TERESINA, 8 de agosto de 1964.



Madeira Campos apresentava-se como sujeito privilegiado, representativo desse passado, já que o interregno situado entre 1936 e 1964 foi pontualmente marcado por seu constante ressurgimento, sempre em momentos importantes para o ME piauiense: a fundação do CEP, a instituição da pedra fundamental da CEPP e a intervenção pós-golpe de 64. Sua presença nesses momentos, constante e como a validar um projeto de construção, manutenção e recomposição da unidade do movimento, permitia conservar nos limites da ordem institucional uma categoria social que, em situações de crise, apresentava em outras regiões uma histórica propensão à agitação política e exprimir um comportamento que, se não pode ser definido como natural, inseria-se no ambiente de expectativas em relação à juventude de “tempos agitados”, como foram as décadas de 50 e 60.

Madeira Campos voltaria, inclusive, a demonstrar de novo a sua onipresença nas questões relativas ao ME, por ocasião do processo de reabertura política que se desenvolveria a partir do governo do General Ernesto Geisel. O momento, como veremos no próximo capítulo, coincidiu com os debates e mobilizações, ocorridas em Teresina, em torno da reconstrução da UNE e do papel que a mesma deveria representar no processo de abertura política e recomposição da sociedade civil.

Era assim que se verificava a repercussão da vida estudantil na estruturação do comportamento dos indivíduos, numa realidade em que a condição de estudante destacava-se pelo seu significado simbólico e sua importância social. Isso permite explicar de forma satisfatória as formas de inserção dos jovens no campo das relações políticas e, ao mesmo tempo, observar que as condutas estudantis em relação a questões específicas e gerais não são inatas ou invariáveis, mas se ordenam em torno de um conjunto de referências locais, articuladas em maior ou em menor escala com outras questões situadas em nível nacional. As expectativas, por exemplo, em relação a questões candentes como a problemática da relação entre educação e desenvolvimento e, em especial, do papel do estudante na promoção dos efeitos políticos de tal relação assumia formas adequadas ao contexto de sua gestação. No caso específico do ME piauiense, parece ser correto observar tal ocorrência.

Nestes termos, a questão que parece fazer sentido na tentativa de se explicar o processo de constituição da cultura política estudantil e do *habitus* estruturante das relações entre os atores do movimento, bem como entre suas lideranças e o campo político piauiense, passa pela definição das expectativas que faziam sentido à categoria, no contexto sócioeconômico e político em que ocorreram as suas primeiras tentativas de associação assim como no *continuum* temporal em que se processou a evolução do movimento. No Piauí, os elementos constitutivos do ME - tais como o tipo de organização, os temas abordados em seus debates internos, as alianças estabelecidas e a visibilidade societal do movimento – eram dependentes tanto das propriedades estruturais do tipo de sociedade existente no período em destaque nesse trabalho, quanto da forma como essa sociedade encarava uma questão que passou a ser fundamental, a partir da década de 1930: o tema da modernização.

Tal tema parecia afirmar-se como fator coercitivo responsável pela manutenção da força do discurso em favor da unidade e da ordem, elementos integrantes das imagens prescritivas do movimento. A própria maneira como se deu a fundação da primeira entidade representativa dos estudantes piauienses já oferece indícios importantes do tipo de relações e práticas políticas as quais orientariam o modelo predominante de organização da categoria. A organização do CEP assumiu, num momento em que o discurso predominante no campo político e societal era o da unidade e modernização, um tipo de visibilidade que era efeito das dizibilidades referentes ao político. Assim, o campo do pensável e do dizível politicamente prontamente incorporou-se ao âmago da entidade, incrustando-se inclusive nos seu estatutos:

O Centro Estudantal Piauiense não terá absolutamente caracter político, já que o raio de atividade do centro será limitado no sentido de beneficiar os estudantes, uma vez que, indistintamente acolhe aqueles que desejam trabalhar pelo progresso, sempre respeitando os sólidos valores da ordem e do progresso nacionais.<sup>108</sup>

A mesma noção de ordem seria incorporada pela UPES, a despeito de sua fundação em 1958 ter ocorrido em um contexto de cisão no movimento, bem como de aproximação das entidades estudantis de representação nacional com

---

<sup>108</sup> ESTATUTOS DO Centro Estudantal Piauiense, p. 1.

ideias e partidos de esquerda e assimilação de propostas de amplitude social e política que extrapolavam o universo restrito das necessidades estudantis. As divergências verificadas no ME do Piauí, , não comprometiam os alicerces de uma cultura política estudantil bastante informada pela consciência da distinção cultural e de um certo vanguardismo político, o qual distanciava-se bastante do romantismo revolucionário que orientava as entidades de representação nacional, bem como parte das entidades estudantis dos grandes centros urbanos do país, aproximando-se de um ideário modernizador ou desenvolvimentista, pautado no reformismo pela via da iniciativa estatal.

Tal postura, a considerar-se os indícios históricos, era reflexo da projeção da perspectiva estatal já que a sintonia do movimento com os três momentos em que o ideário modernizador ganhou força, na esfera governamental, foi evidente e parecia realizar a prescrição apresentada por Simplício Mendes no jornal *O Tempo*. O primeiro momento foi o do governo e posterior interventoria de Leônidas Melo (1936-1946), em que o ufanismo, centralizador e personalista, moldado à imagem e semelhança da ditadura do Estado Novo, cumpriu um importante papel na moldagem da cultura institucional do movimento. O segundo momento é correspondente ao mandato do governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959-1962) e aos dois primeiros anos do governo de Petrônio Portela (1962-1964) em que o Estado do Piauí insere-se no projeto desenvolvimentista que alterou a dinâmica econômica e societal do Brasil, a partir da segunda metade da década de 50.

Obviamente as mudanças reestruturantes ocorridas nesse contexto tendiam a incidir sobre a identidade da juventude estudantil piauiense, especialmente da capital. Juntamente com o projeto desenvolvimentista, e como consequência cultural do mesmo, a maior intensificação das trocas simbólicas permitia o acolhimento, ainda que lento e filtrado, de novas posturas políticas face daquilo que se ia eleger, por exemplo, como prioridades para o ME. A cisão representada pelo surgimento da UPES, como já foi visto, significou uma maior inserção do movimento no campo da política, mas, além disso observa-se também na esteira desse deslocamento o cultivo do hábito do debate, ou mesmo de formas mais comportamentais de contestação.

No campo do debate político, por exemplo, uma primeira constatação é o desenvolvimento de uma certa “cultura do conflito” que tinha, certamente, a CEPP como seu principal centro gravitacional, mas que refletia também os conflitos pelo controle de facções sobre as instâncias deliberativas do movimento. Tal cultura, que provocava uma efervescência política entre as próprias lideranças do ME, representava a produção de fendas no imaginário prescritivo que impunha aos estudantes o ideário disciplinador de ordem e progresso:

Encerrou-se quinta-feira o Conselho Fiscalizador e Deliberativo, promovido pela União Piauiense dos Estudantes Secundários [...]. O jovem estudante Oswaldino Medina, representante da União Brasileira dos Estudantes Secundários, no Piauí, fazendo uso da sua palavra quando do encerramento do Conselho Deliberativo da UPES, expressou sua decepção, em nome da UBES, com o VI Conselho Estadual dos Estudantes Secundários. Disse que a UBES estava decepcionada porque aí presenciou não um conselho de estudantes mas uma verdadeira anarquia, principalmente por parte da comissão executiva da UPES, que se portou sem a dignidade que suas funções exigem.<sup>109</sup>

A razão da denúncia, feita pelo representante da UBES, teria sido a recusa dos organizadores do evento em aceitar que a representação da UBES fizesse parte da mesa diretora dos trabalhos do evento. Ainda próxima do ideário político trabalhista os dirigentes da UPES, ciosos do que entendiam ser a autonomia da entidade, resistiam a qualquer aproximação que pudesse significar a possibilidade de tutela externa. Na época da publicização do protesto, presidia a entidade o estudante Cleber do Rego Monteiro, o qual militava na Juventude Estudantil Católica (JEC) e no Movimento Eclesial de Base (MEB), articulados no Piauí pelo arcebispo de Teresina, D. Avelar Brandão Vilela. Assim, mesmo estando a entidade filiada à UBES, buscavam definir um espaço próprio e independente de deliberação. Apesar de sua resistência, porém, no citado evento o representante da UBES conquistou o direito de sentar-se à mesa diretora, por força de votação em plenário.

Outro aspecto que demonstra o desenvolvimento de uma cultura de debate no universo das entidades estudantis era a organização de discussões em torno de temas que, no contexto do início da década de 60, eram instigados pelas

---

<sup>109</sup> O Dia. Teresina, 12 de janeiro de 1964.

mobilizações em torno das reformas de base. No Piauí, era o então vereador Jesualdo Cavalcanti Barros, o líder da rebelião estudantil que dera origem à UPES, um dos principais responsáveis por estabelecer a ponte entre o ME e a sociedade política local:

Tem prosseguimento, no auditório do Colégio Estadual do Piauí, o I Seminário de Estudos dos Estudantes Secundários do Piauí. Logo mais a noite o certame contará com uma palestra sobre “reforma agrária”, a ser pronunciada pelo vereador Jesualdo Cavalcanti Barros.”<sup>110</sup>

O referido seminário havia sido organizado pelo Centro de Estudos da Mocidade Idealista do Piauí (CEMIP), o qual consistia numa sociedade estudantil – majoritariamente integrada por secundaristas que, entre outras atividades, discutia temas e textos de autoria de intelectuais filiados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o qual congregava principalmente autores com idéias nacionalistas, marxistas ou não. A presença de temas e textos isebianos em seminários estudantis, inseridos por uma agremiação estudantil que trabalhava em oposição à diretoria da UPES é um indicativo de que o ME local respondia, à sua maneira, ao clima de mobilizações e disputas políticas que ocorriam no ME nacional.

Outra prova de articulação com o clima de mobilizações políticas, e culturais, os quais eram capitaneados pela UNE era a organização de um Centro Popular de Cultura (CPC), para a encenação da programação teatral proposta como forma de conscientizar o povo pela arte:

#### CENTRO POPULAR DE CULTURA

No dia 12 do corrente mês, a equipe do C.P.C. esteve reunida no lugar São Raimundo, deste município, ocasião em que fez uma revisão de suas atividades durante o ano próximo findo e traçou novas metas para 1964.<sup>111</sup>

Há indícios também de contatos entre lideranças estudantis da UEE-Pi e a Ação Popular (AP), entidade com raízes fincadas na esquerda estudantil católica que, no início de 1964, já mantinha presença marcante no ME

---

<sup>110</sup> O DIA. Teresina, 12 de janeiro de 1964.

<sup>111</sup> O DIA. Centro Popular de Cultura. Teresina, 16 de janeiro de 1964

disputando, em nível nacional, hegemonia no mesmo com dissidências do PCB, além de promover articulações políticas no campo, junto ao movimento de trabalhadores rurais:<sup>112</sup> A própria disposição da diretoria da entidade em organizar e manter os Centros Populares de Cultura (CPC'S), como pode ser constatado acima, ao demonstrar sintonia com um projeto idealizado pela militância jucista durante a gestão de Aldo Arantes na UNE, entre 1961 e 1962. Arantes se tornou, mais tarde, um dos principais responsáveis pela fundação da Ação Popular (AP) em um processo que culminaria com o rompimento com a igreja católica e a aproximação com o maoísmo:

#### VIAJANTES

Com destino ao Estado da Guanabara afim de participarem de uma seminário de Ação Popular, avionaram os acadêmicos Pe. Isidoro Pires e Augusto Castro. Ainda esta semana deverão viajar, co o mesmo objetivo, os colegas Carlos Magno, Humberto Magno e Carlos Batista.<sup>113</sup>

Os acadêmicos citados eram, todos eles, pertencentes aos quadros da Faculdade de Filosofia do Piauí (FaFi), instituição educacional de Teresina onde a Juventude Universitária Católica fincava suas bases de atuação, sob a coordenação de membros do clero local. Na mesma instituição, circulavam também simpatias dirigidas à AP, muito embora a partir de uma perspectiva mais distante da pregação socialista que, naquele momento, começava a ganhar corpo na entidade (SOUSA;BOMFIM;PEREIRA, 2002). É o que se pode observar em artigo publicado pelo Pe. Isidoro Lopes, um dos integrantes da comitiva de viajantes e que coordenava as ações da JUC em Teresina:

#### CRUZAR OS BRAÇOS É CRIME

Não desconhecemos as transformações sociais por que passa a Nação e mesmo o mundo. Não podemos fugir à realidade de nosso próprio

<sup>112</sup> Segundo Lima e Arantes (1984) a AP teria surgido como uma organização *democrático-reformista* a partir da inserção da Juventude Universitária Católica no movimento estudantil. Para os mesmos "a JUC estava bem plantada nas escolas e faculdades, permanentemente mobilizada pelos seus "núcleos de base", "equipes de direção", e pala prática das "manhãs de formação". A AP, enquanto organização surgida a partir desse articulação da JUC, a qual ocorria em nível nacional, teria, na década de 60, "herdado desta, significativa presença na maioria dos estados e surgido como força hegemônica no movimento estudantil da época. A organização do movimento em defesa da reforma universitária, o qual dialogava intimamente com o das reformas de base, teria contribuído ainda mais para o fortalecimento da AP.

<sup>113</sup> O DIA. Viajantes. Teresina, 16 de janeiro de 1964, p. 6.

estado. Realidade angustiante em todos os campos [...]. A revolução social não nos consulta se deve processar-se ou não. Ela não espera por nós. Não espera por planos e projetos. Ela está se processando, malgrado a oposição de muitos e a indiferença de não poucos. Somos um punhado , trabalhando apenas em dois setores das reformas sociais: sindicalização rural e educação de base. Quantos campos ainda restam em aberto ! “<sup>114</sup>

Um primeiro aspecto a ser destacado, nessa diversificação de posições no interior do movimento estudantil, é que a influência que os grupos católicos começavam a exercer nas entidades estudantis que, num passado recente, haviam sido responsáveis pela quebra do monopólio do CEP sobre o movimento estudantil local, revela a ocorrência de novas mutações no campo estudantil que, com isso, passava a possuir mais um centro gravitacional em torno do qual organizava-se a categoria. A organização do movimento parecia ficar um pouco mais complexa, na medida em que o horizonte de expectativas apontava leituras e projetos distintos de intervenção na realidade local.

Por outro lado, cabe também destacar a receptividade que as discussões e conflitos estudantis passavam a adquirir nos jornais da capital. A UEE, por exemplo, estreou coluna própria no Jornal *O Dia*, em 16 de janeiro de 1964. É certo que o espaço de divulgação das atividades da entidade teve vida curta, pois seria abolido logo depois do golpe civil-militar de 1964. O fato, porém, de conceder tal espaço à entidade estudantil, bem como de veicular em outros notícias acerca do ME no Piauí, indica uma predisposição da imprensa local em oferecer oportunidades de manifestação às entidades representativas do ME e talvez manter as manifestações públicas das opiniões estudantis próximas de uma crivo censorial.

A prova disso é que os textos, até mesmo os produzidos pelos próprios representantes estudantis, buscavam conservar a linguagem dentro dos limites considerados aceitáveis para os padrões de ordem e disciplina socialmente aceitos. A linguagem estudantil utilizada na grande imprensa local era, sem dúvida, uma linguagem disciplinada que destoava do padrão incisivo, e até mesmo panfletário, que caracterizava os panfletos e jornais estudantis

---

<sup>114</sup> LOPES, Pe. Isidoro In. O DOMINICAL, 21 de maio de 1963, p. 3.

independentes. Polidez e moderação eram as marcas de expressão da comunicação estudantil dirigida ao grande público, consumidor de notícias, da capital e do interior do Piauí.

À medida em que se avança no tempo, para além da vitória do golpe civil-militar de 1964, a imprensa teresinense intensifica o seu papel modelador da imagem e disciplinador da fala dos estudantes, estimulando reações em relação a questões que envolvessem diretamente a juventude estudantil de Teresina, ou ocorrências envolvendo o ME de maneira geral. Não apenas as de natureza política, como também comportamentais, eram objeto de cuidados ou da vigilância que se pautava no crivo de uma moralidade e de um civismo conservador, os quais refletiam o posicionamento das autoridades políticas, jurídicas e policiais representativas dos princípios judicativos de uma ainda incipiente classe média local.

Os alvos do julgamento crítico e das interdições, veladas ou explícitas, variavam conforme o alcance das noções de segurança e bem-estar juvenis, como também daquilo que poderia ser captado como valores ou comportamentos não condizentes com o que se dizia ser o caráter pacato, ordeiro e crente da juventude piauiense. Nessa moldura conservadora de valores e representações se constituía , no cenário sóciopolítico de Teresina e das relações objetivamente marcadas pela presença de um estado cada vez mais policial, os esforços de preservação, ou mesmo de reconstrução, de um certo *habitus* e certo estilo de vida que, de um ponto de vista prático, definiam condicionamentos sociais orientadores das sociabilidades e da cultura política juvenil, antes das brechas abertas pelas dissensões estudantis.

Tal balizamento apresentava por seu turno um papel funcional, ao permitir que autoridades institucionais, amparadas pela imprensa, exercessem o seu poder de classificar ou desclassificar as condutas, segundo a sua proximidade ou distanciamento dos padrões aceitos como normais e definidores do *ethos* dos jovens piauienses, supostamente incólume ao que se pensava serem as influências desagregadoras originárias das experiências sócio-políticas da juventude de outros centros.



Um dos marcos dessa estratégia de controle que povoava a cultura política local era a demonização do campo da política, tornando-a dessa maneira imprópria à participação da juventude. É nessa linha de julgamento que o juiz de Direito da Vara de Menores de Teresina, Dr. Álvaro Brandão Filho, fez publicar na imprensa da capital do Piauí decisão de sua autoria, em Portaria de 06 de janeiro de 1969 a qual “proíbe a atuação de menores de dezoito anos nas manifestações políticas em público”<sup>115</sup>

A proibição referia-se diretamente à participação de menores em programas de entrevistas e debates políticos nos meios de comunicação da capital, como também em comícios e demais reuniões. A decisão, em se tratando da realidade local, assumia um caráter mais preventivo do que propriamente de intervenção. Sua motivação relacionava-se muito mais com o clima político que se instaurou no Brasil após a edição do Ato Institucional n 5, em 13 de dezembro de 1968, do que propriamente com qualquer ameaça à normalidade institucional do regime civil-militar em Teresina, além de resguardar a normalidade do território de experiências da juventude estudantil da capital do Piauí.

A estratégia de demonização do que pudesse ser compreendido como referências desqualificadoras da boa índole da juventude estudantil teresinense alastrou-se também para as entidades, congressos e lideranças estudantis situadas pelo regime militar na esfera da clandestinidade. Em referência ao XXXVIII Congresso da UNE, ocorrido em Ibiúna em 1968, e à forma de vida adotada pelos estudantes que residiam no conjunto residencial da Universidade de São Paulo (USP) o jornal O Dia, de circulação em todo o Piauí, publicou matéria de meia página intitulada “Bacanais e orgias nos congressos estudantis”(O DIA. Teresina. 23 de março de 1969, p. 7)<sup>116</sup>. No texto, além das comuns denúncias de práticas, discussões e circulação de material subversivo, carregou-se bastante na desqualificação moral dos participantes de eventos organizados pela União Nacional dos Estudantes.

---

<sup>115</sup> O Dia. Juiz proíbe menor estudante em manifestação política. Teresina, 08 de agosto de 1969, p. 1.

<sup>116</sup> O Dia. Teresina, 23 de março de 1969, p. 7

As expressões *promiscuidade e depravação sexual, uso de drogas e estimulantes, sujeira e desorganização* eram mobilizadas de forma repetitiva de maneira a estabelecer-se uma evidente distância entre o mau estudante, depravado, sujo e desleal para com os interesses da pátria e o modelo ideal de estudante, comprometido tão somente com os estudos e prudentemente distante de qualquer discussão política sem a devida tutela das autoridades. A prática do sexo grupal, a prostituição e o uso de anticoncepcionais são apresentados como exemplos e provas dos desvios comportamentais dos jovens estudantes direta e livremente envolvidos na militância política. Denunciou-se, ainda, a presença de estrangeiros diretamente responsáveis pelo “desencaminhamento da estudantada brasileira” (IDEM).

Subentende-se, no texto, que o mesmo dirigiu-se às famílias e aos estudantes piauienses na forma de *exempla*, ou seja, de uma mensagem com finalidades morais e pedagógicas cujo poder de convencimento encontrava-se em sua capacidade de gerar medo, asco e revolta contra uma situação representada como indesejável e perigosa (LE GOFF, 1989), caso viesse a influenciar de alguma forma as escolhas políticas e morais da juventude estudantil piauiense. No caso em questão, caracterizava-se o outro, sujeito e lugar de um comportamento moral e político patológicos os quais deveriam ser evitados e, num extremo, combatidos.

O contraexemplo e seu poder de convencimento seria, entretanto, tanto mais eficaz quanto maior fosse a proximidade da ameaça a ser combatida. É assim que, em fevereiro de 1969, publicou-se nota em coluna voltada aos universitários, fazendo-se referência a um grupo de quatro estudantes matriculados na FaDi e um secundarista, os quais haviam sido detidos ou estavam sob suspeita de envolvimento em manifestações e/ou organizações de oposição ao regime civil-militar, no caso em questão a Ação Popular (AP). O que chama atenção na nota, mais uma vez, é o recurso a argumentos morais e mesmo insinuações permeadas por certo preconceito em relação aos estudantes.

Intitulada “De como se formou o grupo de “Salvação Da Pátria” (O DIA. Teresina, 25 de fevereiro de 1969, p. 5), a referida nota combinou preconceito

racial e social , machismo chauvinista e apego à sacralidade da instituição e da disciplina familiar para demonstrar as pretensas razões que induziriam os jovens ao ingresso no caminho das práticas consideradas subversivas. As razões da escolha política seriam destituídas de nobreza e discernimento, não sendo tampouco, por isso, a própria escolha política dotada de tais virtudes. Faltaria aos estudantes referidos qualidades psicológicas e morais para se manterem no caminho da propalada retidão moral e política. No caso em questão, o desvio político consistiria numa expressão natural de problemas pessoais. Quase uma manifestação pública de desequilíbrios afetivos e frustrações pessoais.

A presença do “terrorismo” também foi destacada pela imprensa de Teresina. Matéria publicada em março de 1969 aponta a explosão de uma suposta bomba na FaFi, atribuindo o fato à reação de estudantes, articulados a um *plano nacional terrorista*, contra a prisão de estudantes, a maioria deles pertencentes aos quadros da faculdade e próximos da AP. O texto da matéria declina o nome de alguns dos estudantes presos, associando também o suposto atentado a uma onda de pichações na capital teresinense, as quais repetiriam palavras de ordem mobilizadas em outros Estados ( O DIA. Bomba explode na FaFi. Teresina, 15 de março de 1969, p. 7).

A suposta articulação dos protestos com organizações de esquerda de amplitude nacional foi confirmada em relatório elaborado pelo então Capitão Delegado da Delegacia de Ordem Pública e Social do Piauí (DOPS-PI), Astrogildo Sampaio. O texto propõe-se a fazer um resumo detalhado das “atividades subversivas, no Estado do Piauí, onde foram ouvidos os líderes agitadores estudantis” (RELATÓRIO DOPS-PI, 23 outubro de 1969), especialmente a partir do ano de 1967, em que o regime civil-militar outorgou uma nova Constituição para o Brasil.

O cerco promovido por setores da imprensa e, principalmente, pelos aparelhos de vigilância e repressão do Estado representava aquelas transformações decorrentes dos novos agenciamentos sociais e políticos resultantes do avanço de formas capitalísticas de relacionamento que possibilitaram a produção ou atualização de novas formas de subjetividade

juvenil. Nesse quadro histórico, deixou-se transparecer o caráter obsoleto, insuficiente e inadequado dos modelos de educação e mobilização juvenil até então utilizados. Do ponto de vista do comportamento político e social passou-se a vivenciar um possível momento de ruptura entre os sujeitos agrupados na categoria social específica dos estudantes e o modelo institucional responsável pelo gerenciamento da sociedade. Assim sendo, família, escolas, universidades, igrejas, partidos são alguns dos principais alvos para os quais uma certa rebeldia estudantil, agora bem mais fora dos padrões de controle e normalidade até então adotados, passou a ser canalizada.

As exaltações comportamentais procedentes do novo quadro de referências, entretanto, não excluiu a realização de múltiplas e variadas leituras. Saes (1984), por exemplo, como Bresser-Pereira (2005) interpretaram a mobilização estudantil como expressão de uma consciência de classe, especificamente a classe média. A imprensa conservadora e o regime civil-militar, por outro lado, nada mais consideraram a respeito das manifestações a não ser os arroubos e bravatas, nem por isso menos subversiva e perigosa, de uma massa de manobra artificialmente politizada e ignorante quanto aos valores morais e políticos considerados funcionais ao interesse nacional.

Articularam-se assim dois processos complementares. Em primeiro lugar, um reajustamento dos limites situacionais configuradores da experiência da juventude estudantil, flexibilizando-se relações entre instituições representativas do meio e agências estatais e paraestatais. Em segundo lugar, a absorção de demandas decorrentes de um novo quadro econômico e social, as quais vieram a tornar mais pertinentes para o meio estudantil a abertura de novas e mais amplas oportunidades de participação tanto no acesso à educação formal, quanto ao mercado de trabalho e aos canais de representação política. A convergência entre as duas dinâmicas foi um eixo central estimulador do conflito de gerações que se abateu, com diferentes intensidades, sobre os centros regionais mais diretamente inseridos no amplo processo de flexibilização de fronteiras geográficas, culturais e econômicas decorrentes do capitalismo do pós-guerra (HOBBSAWN, 2001).

Essa mudança na identidade do movimento estudantil teria ocorrido após um período de hegemonia de facções liberais (POERNER, 1968) na direção da UNE, e enraizou-se numa realidade histórica favorável à sua ocorrência. Tal realidade combinava o impacto da modernização capitalista promovida durante o governo de Juscelino Kubtscheck (1955-1960) com o acirramento do confronto entre o nacional-estatismo e o liberalismo udenista (1960-1964). Nessa fase liberal, as mobilizações promovidas pela UNE vincularam-se exclusivamente a questões pontualmente relacionadas aos interesses estudantis: greves contra o provimento ilegal da cátedra nas universidades, manifestações contra fraudes nos exames de admissão bem como contra a ineficiência das faculdades, além de intensa luta por um maior investimento público nas instituições públicas de ensino superior (SALDANHA, 2005).

Curiosamente, foi esse afastamento em relação a questões políticas gerais e aproximação com as demandas especificamente estudantis o que possibilitou uma mais estreita relação entre a liderança nacional do movimento e os órgãos de representação de base, como os Diretórios Acadêmicos (DA's), os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE's) e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEE's). Sedimentou-se dessa maneira, durante o período de "retrocesso liberal udenista", um movimento estudantil internamente melhor articulado e, por isso, bem mais representativo da categoria.

A pujança econômica resultante, porém, da modernização juscelinista logo geraria um impacto reestruturante na economia nacional, especialmente no centro-sul do país e nas grandes capitais do Nordeste brasileiro. Desenvolvimento dos meios de comunicação, evolução dos meios de transporte, assim como crescente urbanização e migrações populacionais viriam produzir mutações importantes no perfil político das populações dos centros privilegiados pela expansão capitalista. Na esteira dessas transformações evoluíram antigas tensões, diretamente relacionadas ao mundo rural e sua estrutura fundiária, além de surgirem novos conflitos enraizados no mundo urbano.

No que diz respeito ao universo juvenil, especificamente, cresceram as exigências por mudanças sociais e comportamentais mais significativas, assim

como os questionamentos mais explícitos aos valores e padrões sociais estabelecidos. Alargou-se por isso, em determinada fração do território brasileiro, o abismo entre gerações. Em suma, os “anos dourados” da era juscelinista (1955-1960) já teriam trazido em seu bojo as pré-condições subjetivas que, em uma situação político-social que caminhava primeiro para a radicalização de posições e, logo em seguida, para o crescente processo de fechamento dos canais democráticos de participação política, arrastaria o movimento estudantil para o centro dos “anos rebeldes” (1961-1974).

No cenário político nacional, já afetado pela apreensão em torno da influência do comunismo em um contexto internacional de “guerra-fria” entre dois blocos ideologicamente antagônicos, a principal expressão política de rebeldia juvenil era a adesão à identidade política esquerdista, já que a mesma era capaz de expressar no nível político o *habitus* transgressor que se contrapunha ao universo cultural *cofigurativo* e fazia emergir um modelo de cultura juvenil *prefigurativo*. Nesse movimento histórico, a cultura política e os valores morais e estéticos da geração anterior a II Guerra Mundial deixam por completo de representar modelo para geração de jovens, e mesmo de manter uma convivência pacífica com os valores dessa geração, para se tornarem o principal alvo de uma cada vez mais evidente guerrilha comportamental, política e cultural da juventude estudantil.

O movimento estudantil, portanto, funcionou como polo de catarse dessa transição, refletindo-se principalmente como um veículo de canalização política de insatisfação de uma crescente juventude de classe média não orientada pela lembrança de tempos difíceis, por isso mesmo incapaz de avaliar o salto econômico qualitativo experimentado pelo Brasil na segunda metade da década de 50, mas crente na possibilidade e necessidade de um mundo melhor. Para a juventude estudantil brasileira politicamente engajada dos centros urbanos do capitalismo brasileiro, portanto, a utopia esquerdista apresentava-se por exemplo como uma das melhores alternativas à cultura de consumo, sendo por isso impulsionadora de uma identidade autoafirmativa.

Com isso, ampliaram-se e politizaram-se as bandeiras de luta do movimento estudantil, de maneira a se construir um patrimônio de militância política o qual, antes mesmo do golpe civil-militar de 1964 e da edição do Ato Institucional Nº 5, em 1968, apontava para uma tendência à radicalização, tanto quanto para uma redução do nível de articulação entre a UNE e as entidades de base do movimento (SALDANHA, 2005). A postura política prefigurativa do movimento parecia, dessa forma, apontar para duas direções de ruptura.

Uma primeira, marcada pelo rompimento com a cultura política geral balizada pelas tendências hegemônicas. A partir de 1961, com a ascensão da esquerda católica à direção da UNE, iniciou-se um crescente processo de elaboração de uma autoimagem revolucionária do movimento estudantil (IDENTI, 1993; MARTINS FILHO, 1998). A ascensão da JUC ao comando da UNE, em 1961, deu-se a partir de uma aliança com militantes do PCB. Um pouco mais tarde, em 1963, a Ação Popular (AP) surgiria de um rompimento destes setores da esquerda católica estudantil com a Igreja e de uma intensa aproximação com o maoísmo. Foi a partir desse momento que se verificou a defesa explícita da “revolução brasileira”, ao mesmo tempo em que se dirigiram críticas ao marxismo pecebista, menos por seu caráter materialista e muito mais por suas posições reformistas, conforme pode ser constatado no documento de fundação da organização (REIS FILHO, 2006).

A idéia de “revolução” passou, assim, a constituir-se a partir de fins da década de 50 como síntese da prefiguração da cultura política do meio estudantil, atualizando subjetividades de maneira a torná-las portadoras de uma mensagem contracultural mais consistentemente identificada com experimentalismos políticos alternativos à realidade nacional, embora um tanto devedores do reformismo populista de matriz trabalhista. Tais experimentalismos sedimentam a sua identidade na medida da intensificação do fechamento político promovido durante os anos da ditadura militar.

Era em nome da mobilização de elementos típicos das emoções coletivamente compartilhadas, como por exemplo, o medo dos inimigos ocultos identificados genericamente como “subversivos” que, por exemplo, o chamamento

do regime à sociedade apresentava-se . Outro elemento característico do imaginário coletivo, e astutamente difundido pelo regime militar através de um uso competente das tecnologias de comunicação de massa – particularmente a TV – em franca expansão pelo território brasileiro, foi um evidente otimismo inspirado numa crença irrefreável no progresso nacional, a ser promovido sob cuidadosa tutela do Estado (FICO, 1997).

A consequência para a sociedade teria sido a promoção de práticas e comportamentos autoritários, ou seja, de uma cultura autoritária onde a censura, a violência policial, o burocratismo e a suspensão da publicidade dos processos decisórios da esfera administrativa passaram a serem aceitos como partes constituintes, ou meios viabilizadores, de uma redenção nacional. Nesse quadro de circunstâncias, talvez uma das únicas referências portadoras de certa clareza ideológica tenha sido a Doutrina da Segurança Nacional a qual, ao justificar o exercício de um poder discricionário pelo Estado, produziu na verdade um estado de verdadeira insegurança social, responsável pela transformação dos atos de manifestação pública em alvo de vigilância e, dependendo do caso, de intervenção estatal (MARTINS, 2008).

A corrosão, ou demonização, da esfera pública aparecia como subproduto relevante desse processo, na medida em que as relações políticas assumiam um caráter restritivo, dada a sua dimensão complexa e conflitante, reservada por isso aos iniciados nos trâmites das ações e transações típicas das esferas governamentais. Foi, portanto, com esse formato, o formato de uma crença socialmente compartilhada e funcional ao livre trânsito das iniciativas estatais, que a cultura autoritária do regime militar difundiu-se pela urdidura da sociedade brasileira, constituindo assim uma trama na qual convergiam autoritarismo e alienação para a formulação de um desenho político onde o principal viés passou a ser o da negação da política como uma prática social espontânea e conflitiva e sua afirmação como prática meramente formal e fundada sobre consensos armados pelo discurso oficial.

A forma como se deu a afirmação desse universo cultural autoritário foi, por sua vez e em grande medida, também uma reação possível ao cenário



cultural acima descrito e que, como se viu, era hegemonizado pelo pensamento de esquerda principalmente entre a juventude de classe média dos grandes centros urbanos do Brasil. Nesses centros, os processos de metropolização dos espaços, diversificação cultural e comportamental e integração à realidade mundial apresentavam-se como realidades inquestionáveis e em expansão. A existência, por isso, de uma juventude disposta a rebelar-se contra tudo o que, do ponto de vista político ou comportamental, pudesse representar restrições à sua liberdade de autoafirmação. Nesses centros, as práticas políticas supressivas da ideia de sujeito colocadas em movimento pela ditadura militar através de sua cultura autoritária, enfrentaram de imediato uma reação contracultural de significativa parcela da juventude. O que se define como contracultura porém, em termos de realidade brasileira, leva em conta principalmente as posturas contestatórias em relação à estrutura política vigente.

Nesse sentido, tais posturas tanto poderiam ser informadas pelos matizamentos ideológicos cuja referência ainda era o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e suas dissidências, como pela aplicação de receitas de liberação pessoal ou de comunhão de formas de vida alternativas onde, por exemplo, o culto às drogas ou o resguardo em meio a práticas e crenças de caráter esotérico era apresentados como antíteses do autoritarismo sócio-institucional vigente. Em qualquer um dos casos, observaram-se formas de negação do regime autoritário a partir de seu próprio interior, simultaneamente em sintonia com o grau máximo ou mínimo de percepção de seu impacto pela juventude.

A escolha, dentre as duas alternativas que se colocavam para a contestação, era determinada pela maior ou menor proximidade de certas camadas dessa mesma juventude com a tradição política de esquerda. Onde essa proximidade era maior, como por exemplo, entre aqueles grupos que integravam o núcleo do Movimento Estudantil (ME), a dinâmica e o conteúdo das reações revelavam uma visível conotação política e uma organização burocrática típica dos movimentos informados pela cultura militarista e militante que, naquela conjuntura, era iconográfica devido ao forte impacto exercido por acontecimentos como a revolução cubana, a resistência anticolonialista no Vietnã e a Revolução Cultural Chinesa.

O ano de 1968 representou, nesse contexto geral brasileiro, um momento de explosão da rebeldia potencializada por esse clima, ao mesmo tempo marcado por um exercício de autocertificação crítica que, no entanto assumiu facetas distintas conforme a cultura e enfrentamentos decorrentes nas regiões de ocorrência . No movimento estudantil dos grandes centros urbanos, ainda há a se observar a forte influência exercida pelo programa da Ação Popular (AP), o qual voltava-se para uma proposta inspirada no marxismo-leninismo após intenso debate realizado entre junho/julho de 1968. O documento-síntese desse posicionamento foi extraído da I Reunião Ampliada da Direção Nacional, e ficou conhecido como “esquema dos seis pontos” (ARANTES;.LIMA, 1984).

O referido documento, bem ao estilo do raciocínio marxista, iniciava com teorizações mais gerais, acerca de uma iminente crise do imperialismo, defendendo-se a necessidade de rompimento com o revisionismo kruchovista, o qual seria marcado pela defesa de posições reformistas distantes da perspectiva revolucionária. Seguia-se uma caracterização da estrutura e dinâmica da sociedade brasileira, definida de maneira pouco precisa como semicolonial e semifeudal. Tal compreensão elaborada sobre a sociedade brasileira, fundamentaria então um tipo de programa de ação de caráter etapista onde deveria articular-se, num *continuum*, uma revolução de tipo nacional e democrática a uma guerra popular como caminho para a revolução socialista. O texto, então, finalizava com uma crítica ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) destacando a cisão ocorrida em 1962 no interior do mesmo, a qual teria sido responsável pelo surgimento do Partido Comunista do Brasil (PC do B), autoreferenciado como herdeiro da tradição revolucionária.

Propunha, em seu término, a “integração” de todos os militantes da AP à produção, como forma de reeducação revolucionária dos mesmos mediante o abandono das visões pequeno-burguesas de mundo e compreensão da realidade da classe trabalhadora brasileira. Arantes (1984) define esse movimento como “processo de proletarização da AP”. Ora, ao longo de todo esse debate ideológico e posicionamentos políticos radicalizados, a relação da AP com o Movimento Estudantil também sofreu alterações sensíveis e que, em grande medida,

contribuíram para distanciar ainda mais as entidades e lideranças nacionais do movimento estudantil universitário piauiense.

Na verdade, esse processo de radicalização do ME brasileiro, muito embora possa ser considerado um reflexo do contexto internacional anteriormente citado, pode ser também vinculado ao impacto causado pela cultura autoritária do regime civil-militar sobre as formas de associação e mobilização políticas que caracterizavam os movimentos de contestação juvenis, em especial o Movimento Estudantil. Ou seja, a realidade brasileira demonstrava, nos idos de 1968, uma sintomática escalada da violência estatal e paraestatal a qual repercutia de forma direta sobre as formas de enfrentamento do regime, que poderiam assumir um caráter mais ou menos articulado, geral ou específico, dependendo da realidade específica e do nível de integração das realidades políticas e sócioeconômicas locais à dinâmica nacional. Sem que se perca de vista que a cultura autoritária, à qual nos referimos, não se circunscrevia às esferas do poder, necessário se faz admitir que a mesma encontrava reforço no fosso que separava ou nas articulações que aproximavam o Estado civil-militar da sociedade política e da sociedade civil brasileiras, bem como no tipo de experiência mobilizadora responsável pela implementação de projetos de construção de centros de ensino superior no Brasil..

Gurgel (2004), por exemplo, aponta que instituições de ensino superior como a Universidade de Brasília (UNB) sofreram, já a partir de abril de 1964, mais intensamente o peso da repressão que se seguiu ao golpe de 1º de abril. Segundo esse autor, em grande medida por ter sido idealizada no governo de Juscelino Kubtschek, sob os auspícios de Darcy Ribeiro e, em seguida, inaugurada pelo governo João Goulart. Representaria, no caso, uma experiência-modelo realizada à margem da legislação brasileira então vigente para o ensino superior e por sua estrutura organizativa, a primeira a reunir todos os cursos então existentes em um único *campus*, capaz de gerar condições satisfatórias para a troca de experiências e promoção da mobilização estudantil.

Assim sendo, sua vinculação simbólica a experiências governamentais repudiadas pelo regime civil-militar e o papel cumprido como centro aglutinador de

estudantes nas vizinhanças do poder contribuíram tanto para o fomento a precoces experiências de resistência estudantil como também para a utilização, pelo aparelho estatal, de formas de intervenção que se tornariam cada vez mais comuns na medida em que se verificou a perpetuação do regime. Prisões e expulsões de lideranças estudantis, expurgos de professores e ocupações militares seriam experiências traumáticas, mais tarde vivenciadas por outras universidades do país, as quais tiveram a UNB como seu laboratório inicial (GURGEL, 2004). Em 1968, a experiência se repetiria com a invasão ostensiva do *campus* por tropas do exército, a ocorrência de enfrentamentos entre polícia e estudantes e a efetuação de novas prisões e expurgos.

A data, por isso, é fortemente investida de um conteúdo edipiano por trazer consigo sentidos simultâneos de reconhecimento e ruptura. Concerne, enquanto acontecimento, à experiência imediata de uma geração de jovens que, em primeiro lugar, reconhece sua filiação a uma cultura tão próspera quanto repressiva: a cultura do pós-guerra, marcada pela real ampliação da capacidade de consumo e, na esteira desse processo, pela afirmação da classe média como ator político relevante. Segmento etário desse conjunto sociológico estranho e, ao mesmo tempo, incorporador e multiplicador de valores tradicionais, a juventude estudantil representará em muitas regiões do planeta a multiplicadora de um mal-estar difuso que se infiltrava na cultura política do Ocidente. Pode-se, nesse sentido, afirmar que paralelamente aos apelos do progresso material do capitalismo, o mito da decadência impulsionava as práticas políticas, conferindo-las um sentido de rebelião.

É nessa dialética do conflito entre o sentimento de mal-estar cultural e a experiência do bem-estar material que se consubstanciará uma pulsão de ruptura. Filha da prosperidade e do *babyboom* que se seguiu à maior tragédia militar do século XX (HOBSBAWN, 1997), a juventude revelara uma predisposição a alterar o papel até então desempenhado por ela no campo das relações sócio-políticas. É óbvio que tal predisposição não fora produto de geração espontânea, independente das condições materiais e das conjunturas políticas. A sincronia das manifestações de protesto em várias regiões do mundo - dezenas de países do mundo capitalista desenvolvido, do mundo

subdesenvolvido e do mundo socialista – pode levar o incauto intérprete das manifestações que tornaram o ano de 1968 tão emblemático a acreditar que as mesmas teriam sido, pelo conjunto surpreendentemente vasto e simultâneo de eventos semelhantes em tão curto espaço de tempo, uma espécie de produto de um certo “espírito de época” que pairava suspenso no ar. Outros, aliás, agentes que se colocariam do lado oposto à onda de rebeldia e que contribuíram ao menos para retardar seus efeitos políticos mais visíveis, teriam chegado mesmo a aderir a teorias conspiratórias as quais atribuíam os fatos a um plano supostamente urdido atrás da “cortina de ferro”. (VENTURA, In: GARCIA e VIEIRA, 2008).

Não percebiam, em sua miopia de agentes da reação, que as coisas aconteciam para além de qualquer divisão ideológica ou pretensões de orientar coercitivamente as escolhas políticas ou existenciais. 1968 não reconhecia nenhuma cortina, real ou imaginária, como esconderijo. De Nova York a Praga, políticos e burocratas representantes de tradições debitárias de certa inércia temporal, um tempo presente morto, favorável a manutenção de hierarquias, disciplinas e privilégios, viram-se perplexos diante do tempo subitamente posto em movimento por milhares de indivíduos imberbes.

O fato, porém, é que foi uma data obscenamente visível para um conjunto de gerações: a anterior, a protagonista dos eventos e as posteriores. E, em sua obscenidade, capaz de atualizar conflitos e conferir-lhes um sentido novo e explosivo. Em tempo, era exatamente dessa maneira que uma liderança das manifestações estudantis na Alemanha definia o movimento: uma atualização de conflitos precedentes, já que nenhum sujeito em especial seria capaz de, por si mesmo, criar conflitos. (DUTSCHKE. In :.COHN e PIMENTA, 2008). Na leitura do líder estudantil alemão, feita no calor da hora sobre as manifestações em processo, estão presentes pelo menos três indícios do caráter provocativamente novo dos eventos.

O primeiro indício define-se pela consciência de que não se tratava apenas de um descontentamento gratuito de “rebeldes sem causa”, mas de um confronto com forte enraizamento histórico, ou uma espécie de reciclagem da já

reconhecida “querela entre os antigos e os modernos” que identifica o embate entre gerações e a dinâmica dos conflitos de significado epocal pelo menos desde o Renascimento. No caso dos querelantes da ocasião em destaque, não se tratava apenas de um paradoxo no campo das idéias, mas, de uma contradição mais profunda tanto quanto surpreendentemente diferente em termos quantitativos e qualitativos.

Em termos quantitativos por alcançar um sujeito coletivo até então apenas mencionado de forma depreciativa pelos teóricos conservadores, estivessem eles situados tanto à direita quanto à esquerda do espectro político. Esse novo sujeito coletivo atende pelo nome de “massa” e possui na classe média e especialmente na juventude estudantil suas manifestações mais palpáveis. Em termos qualitativos, a novidade do momento residia principalmente no radicalismo cínico de um “movimento” – e as aspas expressam a intenção de definir realmente algo novo, e que não se compara ao padrão político ou conceitual dos movimentos sociais até então conhecidos – que não apenas negava a forma clássica de organização e mobilização política, representada pelos tradicionais partidos comunistas de orientação soviética, mas que promovia mesmo uma teatralização e carnavalesco da política, subvertendo a tendência quase natural à sua sacralização e, juntamente com ela, os seus agentes principais representados pelo Estado e pelos partidos políticos.

O segundo constata que as palavras da liderança estudantil alemã permitem alcançar o caráter realmente espontâneo, coletivo, anárquico e descentrado dos eventos. Longe de qualquer plano de subversão da ordem, temido pelos agentes da repressão estatal, a dimensão mundial das mobilizações estudantis não encontra explicação, a princípio, senão no fenômeno da coincidência histórica. Afirma-se coincidência na medida em que se reconhece que, uma vez iniciadas as manifestações de insatisfação em algumas regiões, estas seriam então prontamente integradas e amplificadas por redes de comunicação de massa – em destaque a televisão como grande maravilha do momento – ainda não completamente submetidas a um processo de controle e filtragem das imagens e standardização da informação. ( ZAPPA; SOTO, 2008).

Nesse sentido pode-se acrescentar senão um outro sujeito, ao menos uma entidade, no elenco de protagonistas e fomentadores do “ano que abalou o mundo”: os *mass media*. Em seu papel de difusão-integração revelariam o poder demiúrgico gerador de um “novo homem” , em muito diferente, por exemplo, daquele sonhado pelos arautos dos funcionalismos liberal, socialista ou nazi-fascista. Esse novo homem, ao invés de direcionado para a obtenção de finalidades superiores, individuais ou coletivas - o indivíduo “auto-guiado” -estaria voltado simplesmente para a busca de reconhecimento social – o indivíduo “altero-guiado” (LIMA, 2000). O jovem estudante, protagonista, portanto, do primeiro grande movimento mundial de massa da segunda metade do século XX, revelou-se esse sujeito cujos fins voltavam-se para uma negação da rígida moral introjetada pela tradição ancestral e a incorporação de uma ética da existência que faria de 1968 o “curto ano de todos os desejos”. (REIS FILHO. In: GARCIA, 2008, p.61).

Um terceiro indício revela-se ao frisar que 1968 representou uma atualização de conflitos. Nesse sentido, Dutschke (2008) aponta sutilmente para o problema das “condições objetivas” que tornam possíveis os indivíduos objetivar seu desejo de rebelião em prática revolucionária. Herbert Marcuse, um dos teóricos inspiradores do 68 europeu, apostava no potencial dos estudantes em se transformarem num “movimento de falantes” capaz de expressar as necessidades de uma maioria silenciosa, anestesiada pela alienação confortável propiciada por um bem-estar baseado no avanço tecnológico (MARCUSE,1999).

Dutschke, em obra já citada, ao tentar explicar a força das rebeliões estudantis em Berlim, destacava o fato de que essa capacidade de traduzir insatisfações latentes em uma prática que conseguisse superar a reivindicação ordeira era diretamente proporcional a uma experiência acumulada de tensões e conflitos inscritos nas próprias tradições e culturas políticas locais. Era esse o caso de França, Alemanha, Estados Unidos, Tchecoslováquia, Itália, e México. Nesses países, em diferentes escalas de tensão e com diferentes motivações tangenciais aos projetos da juventude estudantil, vivia-se a situação de crise política e institucional motivadora de reações coletivas. ( KURLANSKY, 2004).

No Brasil, país de dimensões continentais e profundas diferenças sócio-econômicas regionais, as quais sustentavam diferentes formas de relação entre o Estado, o governo e a sociedade, o ano de 1968 também se fez sob o signo do conflito, mas também da conciliação. Pode-se classifica-lo inclusive como o momento no qual se deu, de maneira insuspeitadamente complementar, o fim do “acerto de contas” iniciado em 1964. Foi, nesse sentido, a um só tempo, o ano da reação tardia e da consolidação do golpe civil-militar.

A complexidade heterogênea da realidade brasileira, portanto, força a compreensão de que o real apresenta-se como o produto de práticas múltiplas, com diferentes intensidades entre eventos semelhantes ocorrentes em uma mesma conjuntura. Tragada pela onda rebelde, a sociedade brasileira também possuía condições objetivas, peculiares e motivadoras de manifestações de rebelião que canalizassem a energia juvenil para fins políticos. Por outro lado, porém, apresentava consigo manchas de relativa tranqüilidade e expectativas diferenciadas daquelas propaladas pela juventude estudantil dos grandes centros.

Principais palcos de campanhas portadoras de uma identidade nacionalista e reformista, como, por exemplo, a campanha pela nacionalização do petróleo e, um pouco mais tarde, pela legalidade da posse do Vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, os grandes centros urbanos já haviam passado por experiências de mobilização política quando da ocorrência dos debates em torno das “reformas de base” (Tributária, Financeira, Administrativa, Agrária e Educacional). Em grande parte resultante de novos agenciamentos políticos, possibilitados pela maior complexificação das estruturas sociais estimuladas pelo crescimento de setores de classe média cada vez mais ativa na esfera pública, a realidade politicamente tensionada desses centros urbanos possibilitou o protagonismo de um novo sujeito coletivo: a juventude estudantil. Palco de grande comoção política e de forte influência da União Nacional dos Estudantes -UNE sobre o conjunto das instituições de representação estudantil universitárias, esses centros urbanos terminariam por exercer a função de marco catalisador de um imaginário político gerador de demandas antes difusas na juventude estudantil.



1968 viu, em um contexto de acirramento dos radicalismos de esquerda e de direita, explodir essa energia acumulada e brutalmente reprimida, em seu curso, pelo golpe civil-militar de 1964. Antes mesmo do maio francês, sacralizado por imagens e versões de alcance mundial, a sociedade brasileira – principalmente em seus nichos de maior desenvolvimento econômico e urbano – já vivia os seus dias de agitação. A aproximação da data de comemoração dos quatros anos de ascensão dos militares ao poder, associado à “crise dos excedentes” e as reações à proposta de reforma universitária orientada segundo os padrões de gestão e eficiência norte-americanos, expressos no acordo MEC-USAID para redefinição das políticas públicas para o Ensino Superior, reuniam todo um caudal de predisposições à atualização de conflitos.

Foi assim que, por exemplo, em Goiânia retomaram-se as mobilizações estudantis de 1964, quando a classe estudantil decidiu reagir à deposição do governador Mário Borges. Em 1968, as mobilizações e conflitos reacenderam-se em decorrência do anúncio de corte de verbas para o Ensino Superior e da adoção de medidas punitivas contra estudantes secundaristas, acusados de “subversão”. Em Curitiba, terra do Ministro da Educação Suplicy de Lacerda – de triste associação à lei que colocara as entidades estudantis sob o controle do regime militar, empurrando a UNE e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE’s) para a clandestinidade – foi também entre março e abril do corrente ano, onde se deu o levante contra a tentativa de implantação do ensino pago e pela defesa da ampliação das vagas nas instituições de Ensino Superior.

O clímax das mobilizações, e emblema da escalada da violência como forma de “diálogo” entre o Estado e o movimento estudantil deu-se no final de março (28), em decorrência da morte do estudante secundarista Édson Luís Lima Souto, durante manifestação no Rio de Janeiro por melhorias no restaurante estudantil Calabouço. As reações espalharam-se a partir de então como rastilho de pólvora, principalmente no eixo Rio-São Paulo, como a confirmar uma idéia já presente, tanto no meio das principais lideranças estudantis como nos setores ligados à repressão, de que o potencial de revolta estudantil era proporcional ao grau de inserção de suas respectivas áreas geográficas de atuação no contexto

do desenvolvimento capitalista brasileiro. (PALMEIRA, In: Palmeira e Dirceu, 2003; DOPS-PI, Pasta-2085).

Antes do golpe civil-militar de 64, as expectativas das entidades representativas do movimento estudantil piauiense, ainda que estivessem filiadas às entidades de representação nacional, em muito se diferenciavam das bandeiras de luta de maior repercussão e capacidade de mobilização das entidades dos grandes centros urbanos. Naquela conjuntura, por ocasião dos Seminários Nacionais de Reforma Universitária, realizados pela UNE em 1961 (Salvador) e 1962 (Curitiba), as entidades estudantis discutiam e mobilizavam-se em torno de uma necessária reforma universitária que garantisse o ensino público e gratuito, ampliando as vagas para os vestibulandos que obtinham nota acima da média de aprovação. Ao mesmo tempo, os documentos-síntese das deliberações dos dois Seminários - respectivamente *Declaração da Bahia e Carta do Paraná* – defendiam também uma maior participação do corpo discente na gestão universitária, bem como um papel ativo das instituições de Ensino Superior na elaboração de uma cultura nacional. ( FÁVERO, 1995).

### **3.2 Longe das capitais: especificidades do Movimento Estudantil piauiense no final dos anos 60**

No contexto piauiense, as mobilizações e debates dirigiam-se outrossim, para a necessidade de implantação de uma Universidade Federal no Estado. Uma primeira manifestação pública da união de forças entre a classe estudantil e a intelectualidade acadêmica ocorre com a criação, com a participação da União Estadual dos Estudantes do Piauí (UEE), do “Comitê Pró-Universidade do Piauí”, em outubro de 1963 ( O DIA. Teresina, 06 de outubro de 1963, p. 4).

Da parte do ME universitário local, portanto, a questão central colocada em debate afastava-se bastante das discussões políticas esquerdizantes,

incorporadas pelas gestões promovidas pela Ação Popular na União Nacional dos Estudantes. Ao invés das formulações teóricas que supunham um clima de crise revolucionária no país, já apontando para a “solução socialista”, as atenções foram redirecionadas para a promoção de uma luta bem mais específica: a instalação de uma Universidade Federal no Piauí. Essa postura demarcou o diferencial do Movimento Estudantil no Piauí em relação aos outros setores da sociedade civil local. Sua capacidade de mobilização política, apesar do pequeno número, existia como potência e se configurava como fato. Uma prova disso, após a cassação da UNE da UEE local, foi a aprovação, em 12 de novembro de 1968, da Lei 5.528 que autoriza a implantação, pelo poder executivo, da Universidade Federal do Piauí <sup>117</sup> .

Um mês antes da edição do Ato Institucional 5, que mergulhou o país definitivamente nas trevas da censura e da repressão política, o Piauí era iluminado por um fato que parecia contradizer todas as acusações lançadas contra as más intenções do regime militar para com o Ensino Superior. Tendo cassado a UNE e, juntamente com ela, a UEE local, a ditadura dos militares apropriara-se da principal demanda estudantil piauiense e tornara-a um marco fundador de uma crença otimista no futuro da sociedade local.

Idealizada justamente no “curto ano de todos os desejos”, como um dos marcos da inserção do Estado do Piauí em uma etapa de progresso social, a Universidade Federal do Piauí- UFPI viria a estabelecer-se desde sua real fundação, em 1971, como uma notável agência de hegemonia das elites políticas locais, sob o patrocínio do clima de otimismo gerado pelo milagre econômico bem como por outras mudanças mais pontuais, de forte repercussão no Estado. Tais mudanças sucediam um período de forte crise de estagnação em um Estado marcado pela situação marginal em relação aos grandes centros do capitalismo brasileiro. Em tais circunstâncias, o impacto das mudanças proporcionadas pelos recursos oriundos do milagre econômico hiperdimensionavam, no imaginário político local, as realizações do período.

---

<sup>117</sup> Diário Oficial da União. 14 de dezembro de 1968.

O projeto UFPI – além do refreamento na adesão da juventude estudantil local à forma e pretensões das manifestações que paralelamente ocorriam em outros Estados - lograra promover inclusive uma inusitada aliança entre facções políticas que divergiam entre si antes do golpe civil-militar e que continuavam a divergir mesmo depois, relativamente à legitimidade do regime<sup>118</sup>.

A partir de 1962, porém, verificou-se o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico assimilado na gestão JK, pois o mesmo não foi capaz de impedir tanto a queda nos níveis de produtividade como os efeitos da deterioração das relações de troca, naturalmente desvantajosas para um Estado de economia ainda essencialmente agrícola e carente de uma estrutura produtiva modernizada. Ao esgotamento do modelo correspondeu, por sua vez, um fortalecimento das pressões por reformas econômicas e sociais por parte de algumas categorias de trabalhadores. Tais pressões, no entanto, permaneceriam ainda nos limites suportáveis pelo *status quo*.

Dentre os grupos atuantes nos movimentos em prol de reformas, o que obteve um nível de organização mais expressivo foi o de trabalhadores rurais, o qual contava com nada menos que 51 sindicatos desde o início dos anos 40, a maioria deles concentrada em Parnaíba e Teresina. Apesar de se verificar uma forte tendência destes sindicatos a acomodar-se sob a tutela de dois dos grandes grupos políticos do Estado, representados no caso pelo PTB em Parnaíba e pela UDN em Teresina, a crise dos anos 60 estimulou a mobilização reformista dos trabalhadores rurais em torno das reformas de base, contagiando também alguns incipientes setores da classe média urbana e provocando fissuras na estrutura e dinâmica até então dominante no cenário político local (MEDEIROS, 1992).

A aliança política acima descrita, que viabilizara as condições necessárias à aprovação da Lei que autorizou a implantação da Universidade Federal do Piauí, já se editara anteriormente, em 1958, quando petebistas e udenistas, em disputada eleição pelo governo do Estado, derrotaram o clã dos Gayoso e Almendra, encastelado no PSD e que dominava a política local desde o

---

<sup>118</sup> SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. IN: EUGENIO, João Kennedy. Histórias de vário feito e circunstância. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

início da década de 50. Guardadas as diferenças proporcionais, em comparação ao quadro que se instituía no Sudeste e Sul do país, as elites políticas piauienses agrupavam-se em tendências político-partidárias que deixavam explícitas sua condição de classe, assim como sua posição em relação a elementos estruturantes do cenário político local.

Precisamente o segundo aspecto, o da posição de classe, o que impedirá a adoção de posições fixas e definitivas e permitirá a formação de coalizões e negociação de ações públicas de grupos oriundos de diferentes sistemas de estratificação, em especial os sistemas urbano e rural (BOURDIEU, 1995). Os reajustamentos nas interfaces entre os dois campos, por sua vez, é que viabilizarão o redimensionamento das posições assumidas pelas instituições político-partidárias, bem como pela incipiente sociedade civil, possibilitando a ocorrência de ciclos ao mesmo tempo dinâmicos e reiterativos entre atores societários e estatais.

Numa continuidade reiterativa, portanto, a mesma aliança que permitiu a alteração nas predisposições políticas herdadas de fins do Estado Novo também viabilizaria, sob os auspícios da ditadura implantada em 1964, um suposto “marco zero” de um novo impulso cultural para o Piauí e um contexto propício à acomodação política. Essa necessidade de “acomodação” de esquemas políticos da elite política local foi o que, em se tratando do perfil da tradição política dessa área sertaneja, influenciou a tensão entre Estado e sociedade civil, bem como o tipo de mobilização popular responsável pela inclusão de demandas até então alijadas do campo político ou simplesmente situadas no limite da reivindicação pura e simples.

O instrumento teórico que permite avaliar este fenômeno que, a um só tempo, foi de agregação e negociação de diferentes interesses e mesmo de interesses em disputa, incorpora aspectos em níveis de sociedade política e sociedade civil piauienses. No caso específico das reivindicações estudantis, a despeito da legislação restritiva adotada pela ditadura militar ter atingido também as instituições representativas do Movimento Estudantil local, as mesmas representaram não um ponto de tensão mas de convergência entre o mesmo, os

diferentes níveis do poder administrativo e as diversas facções da classe dominante. Em suma, a UFPI representará um dos sustentáculos de um novo projeto de hegemonia, responsável pela composição de um novo campo político conservador.

1968 por fim, num ponto específico do sertão do Nordeste brasileiro, representou um canto de morte para qualquer experimento de rebelião por parte da juventude estudantil local, em grande medida satisfeita com a aquisição de um “mimo” acadêmico. Conseguiu obter, com relativa facilidade, a solução para problemas cuja reivindicação fora motivo de conflitos e mortes em outras regiões do país. A diferença entre uma e outra realidade consistia no fato de, no caso dos estudantes piauienses, sua posição de classe permitir que suas reivindicações se mantivessem dentro dos limites da condição da classe hegemônica, impedindo que radicalismos políticos os colocasse em situação de confronto com a esfera governamental.

Assim sendo, as luzes de um Estado prometeico teriam servido como contido as pulsões desejanter de uma geração sertaneja de jovens, não predispostos a aventuras dionisíacas. No Piauí, frases libertárias como “seja realista, exija o impossível”, que inspiraram as jornadas de maio na França, não encontraram eco. Venceu o peso das estruturas situadas para além dos *out-doors* da revolução e de uma ética altero-guiada. Ao invés da luta por liberdade, preferiu-se por estas paragens optar-se pela satisfação de necessidades mais concretas, mas não menos utópicas. Utopias de ordem...e progresso.

Foi em nome dessas utopias que, inclusive, organizou-se a única mobilização estudantil a chegar o mais próximo de uma postura contestatória. A mobilização, deflagrada em sete de agosto de 1968 pelo “Diretório Acadêmico João XXIII da FaDi, apresentou-se como um movimento reivindicativo e de solidariedade para com os professores da faculdade, em razão de atraso salarial considerável. Extraiu-se, após assembléia geral extraordinária do Diretório Acadêmico da FaDi, moção de apoio aos professores, a qual apresentou-se nos seguintes termos:

Tendo em vista a NOTA AO PUBLICO, publicada pelos professores contratados da Faculdade Federal de Direito do Piauí, edição 6-08-68, em o Jornal "O Dia", nós, alunos da faculdade [...] vimos prestar solidariedade aos abnegados mestres [...]. Assim registramos nesta protesto às autoridades competentes, que parecem não encarar o problema com a gravidade interior que se lhes apresenta. Reivindicamos imediata solução à jus pretensão dos professore contratados, medida que protelada, causará sérios prejuízos à classe acadêmica de direito, **com reflexos desfavoráveis à aspiração maior – A UNIVERSIDADE DO PIAUÍ** (Grifo nosso)<sup>119</sup>.

A nota divulgada pelo D.A. foi simultânea à nota também divulgada pelo corpo docente da faculdade em jornal de grande circulação no Piauí (IDEM, p. 6). Destaca-se, no documento elaborado em nome dos estudantes, o apelo dirigido às autoridades, principalmente em função dos riscos que a situação denunciada traria para o projeto de implantação da Universidade Federal, o qual representava o principal emblema, naquele momento, das expectativas de modernização..

O discurso adotado na nota, mantinha sintonia com a forma de expressão dos signatários do documento elaborado pelos docentes e dirigida ao público: reconhecimento do problema como questão restrita ao âmbito da administração acadêmica, bem como afirmação do caráter justo da reivindicação, sem que, contudo, se promova o comprometimento da ordem e da legalidade.

Em nova nota divulgada no dia seguinte, esse raciocínio continuou presente, como a buscar resguardar porém a decisão que seria tomada pelos estudantes ,respaldada por assembléia geral da categoria. Na referida nota mais uma vez a situação dos professores foi exposta, desta vez acompanhada de um conjunto de considerações, dentre as quais destacam-se as que melhor sintetizam o peso do imaginário politicamente conservador, mesmo em uma situação de aparente conflito entre os estudantes de nível superior da universidades públicas ou faculdades federalizadas com as instâncias oficiais de gerenciamento da educação superior<sup>120</sup>. Conflito este que se alastrava em todo o território nacional e que se relacionava com a política de financiamento público

<sup>119</sup> Nota Oficial do Diretório Acadêmico "João XXIII". O DIA. 06 de agosto de 1968, p.3

<sup>120</sup> A Fadi fora, em 1963, federalizada como parte das iniciativas governamentais que visavam iplantar a Universidade Federal do Piauí.

para as universidades<sup>121</sup>. Assim se refere o documento à questão DOS professores:

[...]

Considerando que a situação atual redunde e desequilíbrio da disciplina, da ordem e da eficiência dos trabalhos escolares e em prejuízo da própria subsistência dos professores;

Considerando que este fatos se chocam contra a Carta Magna do País [...]

Considerando que a Congregação, o Diretor, professores e alunos já esgotaram todos os trâmites e recursos legais, junto às autoridades competentes;

Considerando ainda que foram utilizados para solução do problema o valor da imprensa e os possíveis meios de difusão, acrescentados à interferência da representação política do Estado;

[...]

RESOLVEM: por ato de solidariedade, determinar o não comparecimento às aulas, até às 17 horas do dia doze de agosto do corrente ano.<sup>122</sup>

O ato grevista foi decidido e publicamente declarado. As alegações que o sustentam, porém, não fugiram ao estreito âmbito das alegações consonantes com os ideais e valores cultuados e praticados pelo campo político conservador: ordem e disciplina, respeito à legalidade, respeito às hierarquias acadêmicas e reconhecimento da importância e do papel a ser cumprido pela imprensa e autoridades políticas como legítimos mediadores das vias de solução da crise. Com todos esses anteparos, buscava-se esvaziar qualquer significado subversivo à greve.

A preocupação em desfazer o binômio greve/subversão, reforçado no contexto nacional pelas freqüentes e intensas manifestações estudantis é prontamente recepcionada pela imprensa e autoridades políticas locais, inclusive pertencentes à ala governista:

---

<sup>121</sup> 1968 foi o ano o acordo MEC-USAID para o Planejamento do Ensino Superior no Brasil o qual, assinado entre o Ministério da Educação e Cultura do Governo Federal Brasileiro e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid-Brasil), propunha redimensionar o ensino superior no Brasil segundo o modelo norte-americano que priorizava o ensino de natureza técnica.

<sup>122</sup> Nota Oficial da Assembléia Geral Extraordinária do Diretório Acadêmico "João XXIII", a Faculdade Federal de Direito do Piauí. 07 de agosto de 1968, s/p.



Em pronunciamento brilhante e corajoso o deputado Jesus Elias Tajra, da Arena do Piau, manifestou-se inteiramente solidário com os alunos da velha Salamanca, o fazendo como deputado, como piauiense e como ex-líder estudantil com assento naquela faculdade. O deputado Jesus Tajra, **sempre avesso à subversão considerou legal e justa a greve deflagrada pelos universitários, e solidariedade a seus professores** (grifo nosso). Endossaram o pronunciamento de sua excia. os deputados Antonio Dias e Ribeiro Magalhães<sup>123</sup>

O apoio inusitado de deputados arenistas a um movimento grevista explica-se em parte pelo reconhecimento do esforço em descolar do mesmo qualquer significado subversivo. O jornal “O Dia” apontou esse esforço como a principal virtude do movimento, e suporte a partir do qual o mesmo teria obtido apoio da opinião pública, ao comentar a decisão tomada na assembléia geral do D.A.:

Da decisão foi expedida nota oficial ao público, bem como aos demais Diretórios Acadêmicos da capital e também aos poderes competentes do Estado. O gesto acadêmico foi recebido com simpatia na cidade, não só porque defendem uma causa justa como, igualmente, **porque tudo decorreu em clima de ordem e de respeito** (grifo nosso)<sup>124</sup>.

No dia seguinte o mesmo jornal reafirma, em sua “Coluna Universitária”, os argumentos da justiça e da legalidade da greve:

Não constitui subversão nem crime reivindicar contraprestação de serviços prestados. Atentando a isto é que devemos lutar, certos de que estamos prosseguindo dentro de clima de justiça e legalidade. Justiça porque o objetivo é sublime e necessário. Legalidade porque não estamos fugindo aos princípios da Carta Magna do País<sup>125</sup>.

Ao tempo em que divulga notas editoriais e mensagens de apoio à greve estudantil o mesmo jornal, mantendo o tom moderado de seu posicionamento, abre sua páginas à manifestação de idéias contrárias. No caso, o veículo impresso dá destaque a dissensões existentes entre integrantes da própria categoria:

O estudante Adelino Fernandes, da FADI, fez um discurso para os seus colegas, quando expressou seu pensamento mais ou menos assim: “é a favor do pagamento dos professores e contra a greve indefinida, pois

---

<sup>123</sup> O Liberal. Teresina, 11 de agosto de 1968, p. 7.

<sup>124</sup> O Dia. Teresina, 09 de agosto de 1968, p. 2.

<sup>125</sup> O Dia. Teresina, 10 de agosto de 1968, p 5.

esta pode não resolver nada e os estudantes ficam sem aulas e poderão surgir problemas”<sup>126</sup>

Observa-se que a fala do acadêmico destacada na nota reflete mais uma vez a preocupação com os desdobramentos do movimento grevista como a advertir sobre os riscos de subversão. Curiosamente tinha sido justamente o mencionado estudante que, na assembléia geral do Diretório, havia inicialmente apresentado a proposta de greve. Uma visão mais detalhada das posições assumidas nos debates estudantis é possibilitada por uma análise de trechos da ata da assembléia geral em que se decidiu a greve.

Contando com a participação de estudantes e professores da FaDi, bem como com a solidariedade dos D.A's das faculdades de medicina e odontologia, a assembléia foi marcada por posicionamentos favoráveis à greve, ainda que pautados em diferentes razões. Iniciada às dezessete horas do dia sete de agosto de 1968, a assembléia contou com a manifestação de 11 oradores, dentre os quais 2 professores em três intervenções.

Um ponto comum às falas dos representantes do corpo docente era a sua apreensão quanto à adoção da greve como medida de pressão para a solução do problema. O primeiro docente a manifestar-se, José Eduardo Pereira, adotou um discurso evasivo em relação à greve, apelando à plenária para, diante do problema discutido, “revestir-se do maior patriotismo e afirmando sua crença de que a solução viria em breves dias” (ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO “JOÃO XXIII” DA FACULDADE FEDERAL DE DIREITO DO PIAUÍ. Teresina, 07 de agosto de 1968, p. 1).

Eduardo Pereira ainda expôs de forma detalhada a situação de cada professor em relação aos atrasos dos vencimentos, bem como dificuldades de funcionamento da Faculdade decorrentes dos atrasos no repasse de recursos. Em momento algum buscou avaliar a crise da FaDi à luz do projeto governista para o ensino público superior brasileiro.

---

<sup>126</sup> COLUNA UNIVERSITÁRIA. O Dia. Teresina, 10 de agosto de 1968, p. 8

O segundo representante dos docentes a manifestar-se foi o próprio diretor da faculdade, professor Clemente Fortes. Associou problema enfrentado ao risco de indisciplina na faculdade, referindo-se claramente ao risco de greve, pois momentos antes o orador que o antecederia havia proposto a greve por um tempo determinado de 2 dias. Diante da possibilidade da assembléia considerar a contemplação da proposta, Clemente Fortes “declarou-se responsável pela disciplina da casa, que ora se encontra profundamente ameaçada”. Definiu a greve um sinônimo de desmoronamento da instituição, afirmando no entanto sua disposição para aceitar a decisão da assembléia (Ibid.,p.3) .

Novamente José Eduardo Pereira fez uso da palavra, após nova defesa da greve feita por uma aluna da instituição. Desta vez, o professor ocupante da cadeira de Direito Financeiro da FaDi interveio para solicitar serenidade aos estudantes, bem como para propor que a questão e as decisões decorrentes de seu debate fossem debatidas e acordadas somente pelos estudantes. Estrategicamente, em nome dos professores presentes, pediu permissão para que todos os professores se retirassem, “ficando na reunião as presenças espirituais” (Ibid, p.4).

Claro estava que os professores reconheciam abertamente o apoio dos estudantes à sua reivindicação e que, mesmo temerosos de como a greve seria recebida pela sociedade e autoridades, não estavam dispostos a contê-la com argumentos enérgicos. Queriam, porém, evitar serem responsabilizados diretamente por sua ocorrência, caso a assembléia decidisse de forma favorável ao movimento. Temiam que, com a sua deflagração, a situação assumisse proporções incontroláveis e que o movimento evoluísse de um caráter restritamente reivindicativo para um movimento de conotações políticas já que observavam a escalada de mobilizações e conflitos em outras capitais do Brasil.

De fato um bom observador seria capaz de perceber que, pelo registro das falas dos representantes estudantis, os prognósticos apontavam para uma vitória da decisão considerada mais radical para o contexto. Dos nove oradores estudantis, quatro defenderam abertamente a greve enquanto outros três buscaram relacionar a discussão dos problemas enfrentados pela faculdade a

outros problemas de ordem mais geral e que diziam respeito não apenas ao âmbito da FaDi.

A primeira manifestação foi no sentido de denunciar, em nome da viabilidade de instalação da Universidade Federal do Piauí, o “tratamento desumano inflingido aos dignos mestres, como também a omissão do governo do Estado a problemas tão importantes” (Ibid., p.2). A colocação feita pelo estudante Francisco Figueiredo para a plenária, muito embora não tenha tocado na possibilidade de deflagração da greve, já abria de imediato um precedente para uma possível politização do debate, fato que no entanto não era pretendido pela direção do D.A. e muito menos, como já se disse, pelos professores.

Uma outra intervenção, realizada pelo estudante Francisco de Assis Couto Castelo Branco, fez referência à “intenção da política atual restringir ao mínimo possível as escolas de Direito do país” (Ibid., p.2). A informação, segundo o orador, teria sido obtida com acadêmicos de Direito na embaixada norte-americana e, certamente, dizia respeito a uma interpretação específica do acordo MEC-USAID para reforma do ensino superior, sem no entanto estender-se a uma discussão mais aprofundada da questão. Tampouco viria a constar, no registro feito em ata ou nas resoluções tomadas, qualquer observação mais direta em relação ao tema.

A proposta de greve viria a ser lançada pelo quarto orador da assembléia e terceiro a falar em nome dos estudantes. Adelino Fernandes Junior propôs a paralisação por dois dias “usando dos meios moderados, de disciplina e da ordem” (Ibid., p. 3). Para o estudante, essa medida já deveria constituir-se em atitude “enérgica e autêntica demonstração de que os estudantes de direito do Piauí se ressentem do descaso que as autoridades estão dando ao problema” (Ibid.). Medida enérgica numa moldura moderada e paralisação que não se configurasse propriamente como uma greve. Essas eram as aporias da primeira fala a propor uma atitude próxima de uma postura próxima da noção de enfrentamento. Ainda assim havia sido suficiente para a posterior e imediata intervenção do diretor da faculdade, anteriormente já mencionada.

As duas intervenções estudantis seguintes, capitaneadas pelos estudantes Iracema dos Santos Rocha e Geraldo Ribeiro dos Santos buscaram ampliar, a exemplo Francisco de Assis Castelo Branco, a perspectiva de discussão. Iracema questionou a crise na FaDi como fenômeno isolado, interrogando se a mesma também não seria uma realidade vivenciada em outras faculdades. A estudante posicionou-se, em resposta à fala do professor Clemente Fortes, contrariamente ao argumento da necessidade de preservação da indisciplina ao interrogar se “os professores que trabalham sem receber dinheiro, não estarão quebrando a disciplina ?” (ibid., pág. 3).

Além disso, Iracema apelou à alegoria da modernização, evocando um dos símbolos da mesma no Piauí do final dos anos 60 a fim de defender maior combatividade dos estudantes. O registro em ata assim descreve sua fala:

Teceu alegóricas comparações ao velho monge de barbas brancas, nosso pacífico e manso Parnaíba, que hoje deixa um pouco sua tranqüilidade, para revoltado na sua cachoeira de Boa Esperança movimentar as turbinas que darão nova vida ao Piauí.<sup>127</sup>

Arrematando seu discurso, a oradora recorreu também ao mito do “poder jovem” ao definir que “juventude é sangue novo” (idem, ibid.). No que diz respeito à decisão a ser tomada, foi a primeira a defender uma postura de confronto não apenas através da decretação do estado de greve, como também através da busca de envolvimento de todos os diretórios da capital. Essa última proposta seria acatada, pelo que demonstra nota publicada em jornal:

Os corpos discentes das Faculdades de Direito, Medicina e Odontologia estão em greve até segunda. Um movimento , até certo ponto, simbólico, pois que sábado e domingo – me parece – já não existe mesmo aulas. De qualquer forma tem um alto sentido moral, principalmente e solidariedade emprestada aos estudantes de Direito por seus colegas de Medicina e Odontologia.<sup>128</sup>

Em reforço às colocações de Iracema Santos Rocha, o estudante Geraldo Ribeiro dos Santos veio em seguida ressaltar que o problema era decorrente da ordem instituída pelo regime militar. Brito também criticou a postura

---

<sup>127</sup> Idem, p.4.

<sup>128</sup> O Dia. Teresina, 10 de agosto de 1968, p. 5.

temerosa dos professores que, segundo o seu entendimento, somente contribuía para adiar a solução dos problemas da FaDi. Sugeriu, ao final de sua fala, que somente com amplo envolvimento da sociedade piauiense pôr termo à querela. Foi precisamente após a intervenção de Geraldo Santos que o Professor Eduardo Pereira sugeriu que os professores se ausentassem da assembléia.

Em determinado momento da reunião, especificamente a partir das intervenções de estudantes vinculados ao grupo que fazia oposição à diretoria do D.A.. Fides Angélica, a primeira do grupo a manifestar-se, de imediato demarcou o seu lugar de fala ao identificar-se “como uma representante da oposição ao atual Diretório” (Idem, ibid). Sua fala portanto, além de buscar ser pertinente à pauta da assembléia, teve a finalidade de estabelecer um contraponto com o que julgava ser a posição vacilante do D.A..

Nicolau Waquim Neto, sucedendo Iracema Rocha, segundo o registro “jorrou suas opiniões sobre a greve, sustentando que considerava a única medida aplicada à espécie” (IDEM, p.5 ). De forma mais direta que sua antecessora, fez críticas abertas à ausência de objetividade dos membros da diretoria no que dizia respeito às decisões a serem tomadas, acusando-os de serem falsos líderes.

A definição de um campo de fala à oposição a Diretoria da entidade, feita por Iracema Rocha Waquim Neto obrigou seus membros a mobilizarem argumentos em defesa de sua posição. Nesse momento, deixou revelar algo a respeito de sua forma de atuação e compromissos assumidos com a esfera do poder constituído no campo político:

11º ORADOR – Adeal Pereira da Silva – apenas usou da palavra, para naquele ensejo, fazer lembrado aos presentes que **o Governo Estadual não tem cruzado os braços aos problemas estudantis do Piauí. Sempre os achou de suma e vital importância para o desenvolvimento de nosso Estado (grifo nosso)** <sup>129</sup>.

Adeal Pereira era, na época, o secretário geral do D. A. João XXIII. Sua intervenção em defesa do governo do Estado certamente reproduzia uma tipo de relação desde antes, como já se viu, comum entre as entidades estudantis e as entidades governamentais. Mas, mais do que isso, buscava resguardar o

<sup>129</sup> Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Diretório Acadêmico “João XXIII”, da Faculdade Federal de Direito do Piauí. Teresina, 07 de agosto de 1968, p. 5.

apoio dessas autoridades e a concretização de encaminhamentos que a serem sido dirigidos, via telégrafo, a diversas autoridades acadêmicas e políticas em busca do apoio para a solução dos problemas enfrentados pela FaDi.

A primeira dessas solicitações foi enviada ao professor-fundador da faculdade, à época suplente de senador, residente no Rio de Janeiro, Cláudio Pacheco. O documento era, ao mesmo tempo, um comunicado em tom de preocupação com os desdobramentos do movimento deflagrado pelos estudantes, como também um pedido de auxílio:

[...]

Para Doutor Cláudio Pacheco

Rio de Janeiro (Guanabara)

Servimo-nos presente comunicar vossência acadêmicos faculdade federal suspenderam alas temporariamente em protesto falta pagamento professores contratados desta faculdade VG movimento jah apoiado demais faculdades locais PT apelamos elevado espírito vossência sentido interferir junto autoridades competentes liberação imediata tais recursos PT

Eduardo Correia Soares VG presidente diretório academico João XXIII [...]<sup>130</sup>

O mesmo telegrama foi enviado ao Governador do Estado, ao Ministro da Educação, aos presidentes do Senado Federal e da Câmara de Deputados, aos gabinetes da bancada federal piauiense na Câmara de Deputados e no senado e ao próprio Presidente da República, Artur da Costa e Silva. O bombardeio de telegramas, realizado após o término da assembléia do Diretório Acadêmico demonstrava a aflição da diretoria do D.A. com a decisão votada por maioria pelos estudantes.

Ainda que o tom dos debates não tenha sido marcada pelo exacerbamento de ânimos e que o discurso do respeito à ordem e à legalidade tenha, em maior ou menor grau, servido como um eixo comum a todas as opiniões, a opção pela paralisação representava um, ainda que tímido, flerte com

---

<sup>130</sup> Telegrama Oficial Urgente. Teresina, 7 de agosto de 1968, s/p.

a desobediência civil. Além disso, colocava o ME local em uma perigosa situação de sintonia com o ME dos grandes centros urbanos do país.

Era em relação a esse risco de alteração do *ethos* dos estudantes piauienses, politizando suas entidades e comprometendo o que até então haviam sido as virtudes cívicas da ordem e da disciplina a emoldurar o seu perfil psicológico e comportamental, que a correspondência enviada procurava deixar as autoridades em estado de alerta. Em nenhum momento, porém, foi solicitada intervenção das autoridades políticas, senão com a finalidade de promoverem esforços para solução imediata da crise financeira da faculdade. Temiam os responsáveis pelo Diretório que, a uma intervenção oficial mais enérgica, o movimento sofresse uma radicalização.

A resposta foi, surpreendentemente, imediata e satisfatória. Antes mesmo do prazo previsto para o término da paralisação a resposta veio do Rio de Janeiro:

URGENTE

Governador Helvidio Nunes

Minha ausência Brasília impossibilitou acompanhar liberação NCR\$ 50.000,00 pagamento professores faculdade direito [...]

Tenho prazer comunicar que pelo aviso ministério da educação 79/68 de hoje remessa referida importância será feita Banco do Brasil Brasília cujo gerente acabe assegurar-me transferir via telegráfica com prioridade PT

Abs senador Petronio Portela<sup>131</sup>

Três dias depois os jornais noticiaram o recebimento dos recursos:

Crise da FADI Será Sanada em Parte

Novo telegrama foi dirigido na manhã de sexta-feira ao governador Helvídio Nunes pelo senador Petrônio Portela, no qual o senador comunica que o Banco do Brasil já autorizou o pagamento da verba de 50 mil cruzeiros novos para a Faculdade de Direito do Piauí [...]

Espera-se que segunda-feira o impasse esteja resolvido, com o recebimento da verba anunciada, voltando os mestres e os estudantes ao normal funcionamento de suas aulas.<sup>132</sup>

<sup>131</sup> PORTELA, Sem. Petrônio. TELEGRAMA URGENTE. Rio de Janeiro –GB, 8 de agosto de 1968.

<sup>132</sup> O Dia. Teresina, 11 de agosto de 1968, p. 3



Em 13 de agosto, de fato, o D.A. da FaDi fez publicar nova nota confirmando o recebimento dos recursos e, com isso, a dissolução do movimento:

O Diretório Acadêmico “João XXIII”, da Faculdade Federal de Direito do Piauí :

a) Diante dos fatos ocorridos nos últimos dias, em razão do atraso no pagamento dos professores de nossa renomada instituição;

b) Diante da apreensão e do apoio da sociedade em geral e autoridades políticas face às medidas e ações adotadas pelos estudantes, com o fito exclusivo de resolver o problema que atravancava o bom funcionamento da faculdade;

Vem a público comunicar que, graças ao apoio de todos e inestimável esforço de nossas autoridades, a questão que engendrou os debates e mobilizações foi resolvida sem danos à ordem pública. Diante do exposto, nós estudantes manifestamos nossa grata satisfação de assim podermos retornar à normalidade de nossa jornada acadêmica.

A DIRETORIA<sup>133</sup>

O total liberado pelo Ministério da Educação correspondia a pouco mais de 50% do valor necessário ao saneamento das dívidas da faculdade<sup>134</sup>. Apesar disso, seu envio foi suficiente para promover a conciliação e dessa maneira evitar o acirramento dos ânimos e radicalização do movimento. A experiência, por outro lado, comprovava mais uma vez a marca distintiva da relação entre as entidades estudantis piauienses e o campo político: a busca de soluções para os impasses com base na postura dialógica, na qual se reconhecia o *status* socialmente distinto dos estudantes.

Notável tal experiência, ao levar-se em conta o clima de radicalização que, como já foi demonstrado, esgarçava as relações entre a sociedade civil e a sociedade política brasileiras do período. Prevaleceu, no caso piauiense, a já mencionada expectativa de promoção dos valores modernizantes sem o prejuízo da ordem.

---

<sup>133</sup> GRÊMIO JOÃO XXIII. Nota ao Público. IN: O DIA. Teresina, 13 de agosto de 1968..

<sup>134</sup> A dívida totalizava NCr\$ 96.000,00 ( O Dia. Teresina, 11 de agosto de 1968, p. 3.

## **4 O FLERTE COM A REBELDIA: os anos 70 e 80 e os rascunhos de uma identidade em atualização**

### **4.1 Juventude e Movimento Estudantil nos anos 70 e 80: outras palavras**

Em obra na qual aborda questões relevantes para a Sociologia, Pierre Bourdieu (1983) refere-se à existência de critérios socialmente manipulados e manipuláveis, os quais expressam a idéia de juventude como objeto de disputas entre diversos sujeitos sociais e institucionais. Assim, utilizado por juristas, professores, políticos, pais e filhos, o conceito de juventude, faz referências a determinadas particularidades biológicas e/ou psicológicas dos sujeitos-alvo de sua definição e traz como resultado a classificação destes não apenas em termos de idade, mas também de comportamento.

Tal classificação, no que diz respeito ao plano das relações sociais e das práticas políticas, e, dependendo de circunstâncias específicas de tempo e espaço, resulta em certos casos na imposição de limites ao agir, bem como na produção de uma ordem social onde a definição de poderes estará, entre outras relações, associada a cada uma das faixas etárias. Podemos, por exemplo, sugerir a possibilidade de tensão ou disputa entre jovens e velhos pelo domínio sobre determinados saberes, técnicas e identidades as quais definem a posição ocupada pelos grupos em disputa no interior do espaço público (BENEVIDES, 2006).

Não implica, porém, reconhecer-se tais disputas como elemento permanentemente presente em todas as culturas, ou em uma mesma cultura durante todo a sua existência. Somente sob determinadas condições, em que a luta simbólica entre as gerações alcança o *status* de anomalia prontamente reconhecida pelo discurso especializado e assimilada pelas teorizações, é que a caracterização da juventude como uma fase e uma fonte de instabilidades sócio-comportamentais torna-se um paradigma gerador tanto de expectativas quanto de reações significativas, diretamente relacionadas às manifestações políticas, culturais e estéticas dos jovens em particular. Essas manifestações ressaltam, em geral, certos valores e afetos que em muito se aproximam, por exemplo, do ressentimento.

A noção de ressentimento, segundo Ansarti (2001) sugere considerar-se uma rede de relações cuja problemática insere-se no campo das convergências – algo explosivas – entre os afetos e o mundo da política ou, na maioria dos casos, do autoreconhecimento dos indivíduos no campo de suas práticas sociais, sempre tensionadas pelos agenciamentos dos equipamentos coletivos de produção de subjetividade (GUATTARI, 2005). Dessa maneira, o campo social – através de seus elementos de competência, como por exemplo a família e própria linguagem – opera sobre os sujeitos de maneira a circunscreverem para o mesmo uma natureza individual, maquínica e modelada sendo, nessas circunstâncias, o ressentimento o produto de uma relação conflitiva, a qual pode operar em nível consciente ou inconsciente, entre os sujeitos-alvos de tais agenciamentos e as forças atuantes na modelagem de sua identidade social.

Em uma primeira situação, a história registra explosões de rebeldia e violência social que caracterizam os movimentos reivindicativos, políticos ou revolucionários. No segundo caso, percebe-se a ocorrência de uma “experiência renovada de impotente hostilidade” (ANSARTI, 2001) o que pode ser definida como uma “cultura do rancor”, a qual tende a tornar-se arquétipo de identidades reacionárias na medida em que se resignam a uma passividade hermética e agressiva ou, pelo contrário, motivar a adoção de posturas voltadas para o alargamento do campo do político. Nos dois casos, observa-se a moldagem de

expectativas e reações redimensionadoras das experiências de novas e velhas gerações.

Essas expectativas e reações tendem, frequentemente, a apontar para duas direções: ou o esforço de retardamento do protagonismo juvenil no espaço público, ou a aceleração desse processo. Em qualquer um desses efeitos, podemos encontrar um fluxo de conflito entre gerações o qual, ao tornar-se evidente, encerra em seu interior indícios de crises institucionais geradoras de novas identidades, e articuladora de relações de novo tipo, as quais tendem a sedimentar uma sensação de *devoir histórico* comprometedor das estruturas tradicionais de organização social. Constitui-se, em tais casos, o que Guatarie (2005) define como “pontos de singularização” ou “*linhas de fuga*”, sendo estes apresentados como traços comportamentais responsáveis pela projeção de possibilidades de um devir diferencial para os jovens, os quais passariam a rejeitar os processos de nivelação das subjetividades a um modelo dominante.

A sensação, coletivamente compartilhada pelo grupo, equivaleria a uma espécie de desrealização, a qual abriria espaço para o exercício de papéis bem específicos, a serem desempenhados por certos indivíduos ou grupos na interioridade dos movimentos sociais, aqui entendidos como um universo de sensibilidades comuns (ANSARTI,2001). Assim tais indivíduos ou grupos atuam como artesãos na formação de formas coletivas de ação política à custa da mobilização de ressentimentos difusos no interior do coletivo que representam. Essa canalização política dos ressentimentos os quais, como vimos, são eles próprios um produto de “rebeliões moleculares” contra os agenciamentos promovidos pelas máquinas institucionais de circunscrição da identidade juvenil, é precisamente o que torna possível a sua exteriorização e capilarização no mundo político e social, produzindo mudanças em níveis comportamentais (GUATTARI, 2005).

Prost (1992), destacando principalmente uma alteração nos costumes relacionados ao vestuário juvenil, situa o momento histórico em que essa sensação de desrealização apodera-se de determinados ambientes imersos no que aprendemos a definir como “a cultura ocidental”:

A evolução das roupas traduz a diluição dos papéis e das posições sociais. O desaparecimento dos papéis sexuais pode ser lido com clareza na diminuição do uso de saias: em 1965, é a primeira vez que a produção de calças de mulher separa a de saias [...]. É o triunfo do jeans, cuja produção quadruplica entre 1970 e 1976[...]. Os rapazes deixam crescer o cabelo e usam braceletes ou colares [...]. Ao mesmo tempo, os códigos de indumentária se atenuam. Maio de 1968 provocou uma ruptura nesse campo, acabando com as proibições. Nos liceus femininos [...] agora são toleradas as mais diversas roupas. Nas universidades, abandonar a gravata simboliza a destruição dos antigos ídolos [...]. As barbas florescem [...]. Os signos do vestuário se devinculam de seu suporte, de seu uso, de seu significado. Agora é uma questão de brincar com esses códigos, de retirar-lhes o uso convencional para lhes dar um sentido pessoal.<sup>135</sup>

O movimento estudantil, enquanto canal de amplificação das demandas juvenis do período destacado pelo autor do fragmento de texto acima, representava um espaço de produção e trocas simbólicas onde a tensão em torno das inovações comportamentais melhor se manifestava. Num extremo, tal tensão revelava o seu lado ao mesmo tempo emancipador das singularidades, mas também dotada de um potencial de circunscrição das mesmas de forma a enquadrá-las em uma moldura comportamental vinculada a procedimentos policiais (GUATTARI, *Ibid.*). É nesse quadro de relações que podemos situar as matrizes constituidoras do que denominamos “o movimento estudantil”. Matrizes as quais fundamentavam-se numa mistura de ressentimento e desejo, exprimindo um universo de relações e reações nem sempre de adesão incondicional por parte dos sujeitos integrados àquele universo de significados.

Essa é precisamente a impressão que fica a partir do relato memorialístico de duas das principais lideranças do movimento, no Brasil, durante o período de recrudescimento da ditadura militar instaurada em 1964:

No Rio, as conversas ligadas à questão do comportamento rolavam à exaustão no movimento estudantil até 1967. Às vezes organizavam-se verdadeiras sessões de psicanálise de grupo, em que cada um era obrigado a debater sua vida pessoal [...]. O pessoal vinha com aquela história: se você era companheiro, também tinha de ser amigo. Em geral, isso não passava de conversa fiada, porque ninguém era maluco de abrir tão completamente a sua privacidade [...]. É claro que se podem discutir problemas pessoais, é claro que deve existir um senso de fraternidade – mas aquilo eram sessões de hipocrisia e de pretenso coletivismo [...].

---

<sup>135</sup> PROST, Antoine. **Fronteiras e espaços do privado**. IN: PROST, Antoine e VINCENT, Gérard. *História da vida privada: da Primeira Guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 94.

O movimento estudantil, na minha visão de hoje, foi antes de mais nada uma grande revolução cultural e de comportamento. Mais importante do que a luta contra a ditadura, embora isso possa parecer absurdo [...]

É a geração do mundo, da humanidade e não apenas do Brasil. Porque o mundo tal como o conhecemos, a aldeia global, surge depois da Segunda Guerra Mundial<sup>136</sup>

No primeiro relato, uma clara manifestação de mal-estar de Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro em 1968, com o que certamente considerava os equívocos de um tipo de sociabilidade política estudantil que, capturada pelo ressentimento juvenil em relação ao que consideravam ser “o sistema repressor” da cultura e da governamentalidade do período, apontava todavia para novas formas de modelização dos comportamentos – a despeito da mobilização de palavras de ordem, representações e práticas dotadas de potencial emancipador .

Percebe-se, no discurso do autor, uma preocupação em destacar o que considera a independência da vida privada em relação a escalas de valores coletivos. Palmeira, nesse caso, aponta para uma espécie de articulação entre privacidade e linhas de fuga opostas a tais escalas de valor, de maneira a preservar a afirmação dos valores em um registro particular (GUATTARI, 2005). A observação é interessante na medida que aponta para um tipo de experiência que, no interior da mobilização política estudantil, já representava um óbice à resistência contra a serialização da subjetividade e afirmação da singularidade. O sucesso de tal serialização – de forma a cristalizar um ressentimento uniforme contra os “valores pequeno-burgueses” e o individualismo - seria um elemento decisivo para a constituição do ME.

Assim, um sentimento comum de rancor contra tudo o que dissesse respeito a valores associados à idéia de privacidade revelar-se-ia como estímulo a formas de ação não programadas, mas coerentes, das instituições estudantis e seus agentes, tornando as mesmas capazes de ouvir ecoar os ressentimentos difusos da juventude e atribuir-se o direito de expressão e ao mesmo tempo de superação dos ódios e rancores individuais, mediante a organização de canais internos de discussões e concessões. Manifestações públicas às quais se atribui

---

<sup>136</sup> DIRCEU, José e PALMEIRA, Vladimir. Abaixo a ditadura, 2003, pp.30-32

a denominação de “Movimento Estudantil” potencializariam ódios recalçados , associando-os a valores e finalidades prontamente sentidas como “desejáveis” e penetrantes nas condutas individuais, constituindo dessa maneira um desejo político coletivo. Seriam, por isso, manifestações gratificantes de cumplicidade e solidariedade no interior do grupo, todavia reprodutoras de um mal-estar nos indivíduos. Geradoras, enfim, de formas de alienação pela via de absorção dos indivíduos no redemoinho coletivo. O “movimento” a que Palmeira faz referência, não revela ser capaz de permitir espaços à livre manifestações de pulsões desejantes individuais, em decorrência da hegemonização de um certo narcisismo coletivista.

Roland Barthes (1997), em comentário a respeito do significado do protesto estudantil no movimento do Maio de 1968, revela sua indisposição com o que ele considerava os efeitos dessa face repressora do movimento. O caráter enfático de sua crítica recaía principalmente sobre o narcisismo da geração responsável pela construção da própria idéia de movimento. O principal emblema de tal narcisismo seria o fato de pipocarem, em um só e mesmo processo, ações múltiplas e desordenadas, as quais, longe de demonstrarem uma maior liberdade e desejo de expressão, na verdade mais contribuía para reduzir o valor e a sobriedade das manifestações. Outro aspecto destacado pelo semiólogo francês, em relação ao protesto estudantil, seria a promoção da fala em detrimento da escritura, o que denunciava sinais de exacerbamento de uma certa “neurose de politização” ou de “transferência do desejo para a política”, politizando-se assim o desejo e destituindo-o de seu caráter singularizante, na medida em que envolvido por uma capa coletivista onde o principal valor coletivo seria o direito de se ser aquilo que se é.

A palavra de ordem, assim, estaria dada e coercitivamente obliterando qualquer experiência alternativa à experiência da *liberdade*. Nessa moldura, a liberdade torna-se um pressuposto fascistizante, travestida de um produto das grandes transformações históricas da segunda metade do século XX, o qual autodenominou-se de “contracultura” – na verdade aqui entendida como a potencialização estética e política do ressentimento juvenil, sob a égide da prosperidade material do Ocidente. É o que nos coloca Eric Hobsbawn (2001), por

exemplo, para quem o pós-guerra e seu acelerado desenvolvimento econômico, científico e tecnológico teria motivado um alargamento de distâncias entre jovens e adultos.

Curiosamente, o motor gerador desse distanciamento não estaria relacionado a nenhuma situação de crise material da sociedade ocidental. Pelo contrário, a juventude do pós-guerra – e aqui nos referimos especialmente à juventude dos países mais diretamente integrados ao capitalismo e, ainda mais particularmente, a um determinado setor da chamada juventude de classe média ou, no mínimo, das áreas de maior concentração capitalista nos países subdesenvolvidos- desconhecia níveis de pobreza e de dificuldades comparáveis às enfrentadas por seus pais e avós em épocas anteriores. Tal desapego a uma memória de tempos mais difíceis contribuía para que os problemas ou demandas apresentadas por essa nova geração assumissem um caráter mais diferenciado e mais urgente, aparentemente marcados por um certo irracionalismo.

“Cultura Juvenil” passa então a ser um dos termos balizadores da experiência social, na verdade uma marca patenteada por produtos de consumo, hábitos, linguagens e padrões estéticos reveladores do pertencimento a uma determinada categoria social. Inevitável torna-se o estabelecimento de uma relação entre a projeção dessa nova simbologia do comportamento juvenil com as necessidades, ou mesmo exigências, de mudanças comportamentais mais adaptadas aos padrões de expansão e acumulação capitalísticas, possibilitando a fabricação de novas subjetividades (GUATTTARI, 2005) passíveis de uma maior e mais eficiente incorporação do consumo como *habitus* ou pré-disposição durável (BOURDIEU,2005).

Essa projeção da juventude e de sua cultura específica como referências permanentes representa, por outro lado, um paradoxo da sociedade capitalista. Tal paradoxo reside no fato de que a apropriação daquela última como mercadoria, com vistas à sua transformação em cultura de consumo, não se poderia efetivar sem o estímulo a práticas e a ideais de vida em muito opostas à rígida tradição moral, fundada na família nuclear, que caracterizava a cultura burguesa em seus primórdios. É sob estas condições que se afirmam dois mitos



relacionados à juventude e às suas formas de manifestação coletiva. O primeiro mito é de que o jovem possui um ânimo naturalmente contestador, rebelde e comprometedor da ordem. O segundo mito refere-se ao “Poder Jovem”, entendido como tradição na forma definida por Hobsbawn (2003). Tais mitos tornam-se cada vez mais estruturantes de um sistema de referências políticas e culturais que, no contexto do pós-guerra, foi marcado por um questionamento cada vez maior dos valores e padrões sociais estabelecidos.

Os critérios definidores do que vem a ser a juventude, e agora de sua cultura, passam a ser manipulados de maneira a produzirem um estado híbrido e contraditório. De um lado, juventude e cultura juvenil são apresentados como marcas de um estado negativo ou de decadência moral da cultura ocidental, na medida em que são prontamente associadas à idéia de transgressão e mesmo de banditismo. Por outro lado essa própria imagem da transgressão associada à condição e à cultura juvenil incorpora também uma carga de positividade, na medida em que se apresentou como um produto novo a ser consumido por determinada parcela da população. Um produto, portanto, tendente a estabilizar-se como contraexemplo comportamental, mas também como mercadoria.

A um só tempo, a juventude e a “cultura juvenil” são apresentadas como desvalores morais e como valores culturais parecendo haver, nessas formas de identificação de ambas, na verdade mais do que uma oposição. Ambas logram convergir para a afirmação do valor de troca de um produto novo, ainda não plenamente explorado pelo mercado, mas já em vias de exploração.

O então evidente e modéstico “comportamento desafiador” passa a revelar-se como marca registrada e ponto de singularização do fazer histórico juvenil, afirmando-se a um só tempo como vetor de um confronto com padrões sociais percebidos como limitações opressivas e, por outro lado, de adaptação às condições estruturais de uma sociedade que apontava para uma maior flexibilização dos comportamentos e segmentarização dos grupos. O protagonismo histórico juvenil, que passa então a recheiar o cenário político e cultural do Ocidente, de diversas formas ao longo das décadas do pós-guerra significará um importante subproduto da dinâmica evolutiva de nossa sociedade

durante segunda metade do século XX, cuja consciência histórica será marcada principalmente por uma bulimia por mitos de ruptura.

“Ruptura” passou, nesse contexto, a ser um conceito catalisador da ansiedade coletiva por mudanças, em uma sociedade que estranhamente combinava as alegorias de um idealismo utópico com uma crescente ânsia consumista. Relação esta que, vista retrospectivamente a partir do observatório do século XXI, revelou estar constituída por duas grandezas inversamente proporcionais: ao crescimento da ânsia e do ímpeto consumista ao longos das décadas em questão, corresponderia um achatamento das perspectivas de manutenção das utopias coletivas.

Independente de tal julgamento, porém, deve-se reconhecer que a projeção da juventude como categoria sóciopolítica em muito contribuiu para a afirmação de posturas iconoclastas que, mais do que afrontarem os padrões sociais dominantes, na verdade se identificaram com uma mitologia propiciadora de novas formas de subjetivação. Enquanto segmento cada vez mais portador do poder de definir uma região de consumo, a juventude potencializa para si – através de seus movimentos – a produção de bens materiais e simbólicos cristalizadores de hábitos, costumes, linguagens e gostos estéticos.

O Rock and roll, os modos de vestir, a filmografia específica, além de uma nova maneira de relacionar-se com o próprio corpo passariam a ser as principais vias de assimilação, pela juventude, dos produtos advindos do crescimento e expansão capitalista. Sua forma de inserção no complexo de produção das subjetividades capitalísticas (GUATTARI, 2005), a qual tende a universalizar-se na medida da expansão do capital, instiga o olhar e a linguagem dos especialistas a associarem esse novo sujeito social a um conceito um tanto impreciso naquilo que busca definir, que é prontamente assimilado pelos personagens a ele associados: “contracultura”.

O termo associado pela cultura de massa aos movimentos de juventude do pós-guerra parecia sintetizar em uma única palavra os elementos definidores de um certo “espírito de época” a compor uma nova atualidade. Por um lado o reconhecimento da individuação da juventude pelo discurso dos especialistas

torna-se indissociável de um conjunto de características afetivas e comportamentais definidoras da condição juvenil: excitação, rebeldia, escândalo e conflito. Por outro, a definição dos episódios históricos de contestação estética e política do período, que tiveram nos jovens uma de suas principais expressões, como emblemas de um novo otimismo e inspiração libertários. A história parecia enfim ter finalmente se encontrado com o sujeito portador de seu futuro, o qual não seria – como havia sugerido Marx – a classe operária, mas a uma categoria social que, como a mesma, teve sua identidade forjada no avanço das matrizes de subjetivação do capitalismo.

Como a juventude, o conceito-síntese de suas demandas – no caso, *contracultura* – apareceria também como um apêndice histórico e, quem sabe funcional, da cultura capitalista. Ao não definir-se de forma positiva, mas apelando para aquilo que propunha negar, a contracultura e os movimentos de juventude associados à mesma apenas vêm dinamizar o funcionamento do novo padrão cultural resultante do avanço econômico, científico e tecnológico associados à nova fase de mundialização do capital: o padrão flexível do consumo e da descodificação das identidades ( DELEUZE e GUATTARI, 2004).

Uma melhor compreensão acerca do significado desse fenômeno, bem como de sua recepção em regiões mais distantes das áreas centrais da expansão capitalista como vem a ser o caso do Piauí, exige uma problematização mais demorada em torno do conceito de contracultura para, em seguida, identificar-se uma certa relação viciada e viciante existente entre o mesmo e as imagens construídas e constantemente rebuscadas dos movimentos de juventude, e principalmente da mitologia do movimento estudantil. Tal problematização, por seu turno, torna imprescindível a aproximação com as noções de cultura política e socialização política, na medida em que a articulação entre ambos permite definir as condições de possibilidade para o alastramento de comportamentos de “ruptura”, estruturados em torno da apropriação de mitos e mitologias coletivamente apropriadas ( ELIADE, 2007; GIRARDET, 1997).

Parte de Friedrich Nietzsche a sugestão de se buscar promover o mito, o qual reuniria as condições para a projeção da vontade, e se evitar a história,

que, por seu turno, cerceia o espírito ao submetê-lo a valores metafísicos de comunhão espiritual consagrados em conceitos como família, tribo, nação e humanidade. Assim, no confronto entre mito e história, caberia ao primeiro manter viva a vontade de potência que impede o assujeitamento do homem a uma existência tão somente condicionada pela noção de limite.

Parece ter sido a contracultura e os movimentos de juventude, independentemente de suas orientações teóricas ou ideológicas, vorazes consumidores e pródigos fabricantes de mitos autocertificadores. Nesse ponto, aliás, apenas refletiam à sua maneira o já mencionado “espírito do século XX”, fortemente orientado pelo desejo de viver a mudança histórica como horizonte permanente da experiência humana. É da captação desse clima de época, funcionando como uma espécie de para-raios, que brotam e alimentam-se os movimentos de juventude e as vanguardas da contracultura. Incorporam, dessa forma, em um só plano a realidade e um certo imaginário utópico o qual projeta expectativas para além da existência no tempo presente.

Esse fenômeno de despresentificação da experiência, contudo, dá-se fortemente influenciado por uma tendência à adoção de posturas evasivas, as quais sedimentam-se nos campos artístico, literário e comportamental. Assim, processa-se a construção de um sistema de crenças em que arte, dança, música, sexo e prazer, por exemplo, passam a ser vistos como elementos articulados a um processo único de expressão e fortemente dotados do poder de engendrar relações sociais de novo tipo, supostamente mais independentes dos agenciamentos estatais e políticos responsáveis pela padronização dos sujeitos. Também supostamente guiados por valores altruístas, que na prática na verdade muito mais escondem ranços de ressentimento contra a própria condição humana.

Parte-se, nesse ponto, de uma compreensão do conceito de contracultura como definidor de um projeto específico: a produção de arte, em suas várias modalidades e da literatura como esferas autônomas; a difusão de formas de comportamento e relações promotoras de revoluções moleculares, identificadas principalmente com a negação das formas tradicionais de

mobilização política, como único caminho para a promoção de mudanças sociais. O pano de fundo ideológico da adesão a essa perspectiva de ação seria a compreensão da própria cultura como esfera isolada da política.

Ora, em uma reflexão em torno do conceito de cultura, o psicanalista Félix Guattari aponta para as armadilhas associadas ao seu uso, mesmo que com finalidades emancipatórias. Referindo-se ao mesmo como “um conceito reacionário”, afirma que sua utilização pode induzir-nos a uma noção da cultura como uma esfera autônoma. Nesse sentido, o próprio manuseio do conceito de cultura já traria consigo a possibilidade de um efeito parecido com as finalidades pretendidas pelo conceito e pelos movimentos de contracultura.

Ocorre, porém, e nisso reside a crítica de Guattari, que a autonomização da cultura somente se apresenta como uma invenção que, segundo aquele pensador, produz-se no “nível dos mercados de poder”, ou simplesmente como produtos de consumo e conseqüente geração de lucro. Nesse enquadramento teórico, portanto, a contracultura e seu projeto explícito de distanciamento em relação à luta política tradicional e incentivo às formas “culturais” de resistência, apenas expressaria a produção de formas de linguagem estética esvaziadas de função transformadora eficaz, sob o pretexto de estimular a autonomia da imaginação e dos sujeitos. No máximo produziria o que ainda com base em Guattari (2006), denomina-se de “cultura de equivalência” ou o equivalente a um modo novo de legitimação do padrão cultural capitalista, ao agenciar os indivíduos para a assimilação de novos comportamentos funcionais, ainda que revestidos de uma forma contestadora.

Existe em decorrência desse fenômeno, em se tratando de movimentos representativos das demandas juvenis, uma certa tendência a se aderir a uma percepção da juventude – e em especial da juventude estudantil – como uma categoria natural com forte poder de classificação sóciopolítica dos sujeitos, de maneira a encaixá-los em um lugar previsível no contexto de tensões e conflitos que integram o tecido social. Tal tendência, a qual constitui-se em senso comum nas narrativas elaboradas pelos próprios movimentos juvenis, tem resvalado em épocas recentes para uma propagação das supostas virtudes editadas no culto

necrófilo a um passado e à memória de “um movimento que já não é mais o mesmo” .

Por outro lado, tal postura celebrativa também propõe uma insistente denúncia contra um presente no qual a juventude universitária e o próprio movimento que a representaria estariam imersos na inércia e na obsolescência política. Entre uma postura e outra, observa-se uma elaboração mental e, como se tentará demonstrar nesse texto, alucinógena da fortuna histórica do ME. Nessa elaboração as noções de tempo e de mudança , ao mesmo tempo em que aceitas como expressões inevitáveis do permanente devir histórico, transformam-se também em objetos de uma ideologização, cuja essência é uma curiosa inversão da relação existente entre as ideias de progresso e decadência com a consciência histórica do tempo .

No caso das narrativas referentes à história e à memória do ME em particular, o passado identificado como um momento fundador específico tende a assumir o estatuto de tempo do progresso político do movimento, enquanto o seu presente torna-se sub-repticiamente reconhecido como o tempo da decadência. O produto desse procedimento historiosófico é a promoção de um aprisionamento afetivo dos sujeitos participantes e intérpretes da história do movimento a um passado idealizado, ao mesmo tempo em que promovem em si mesmos uma espécie de amnésia neurótica em relação ao presente, o que lhes permite um verdadeiro exercício de evasão histórica que os alivia das responsabilidades e das frustrações políticas experimentadas .

Diante dessa tendência verificada no campo das representações sobre o seu passado político, principalmente a partir da década de 80 até os anos 90, o ME pode ser considerado o testemunho de uma experiência fundada sobre a vontade de reminiscência ou sobre uma articulação afetiva com o passado. Procurava-se assim uma visibilidade política amparada por uma teatralidade que se verificava na integração do movimento às várias manifestações políticas de massa ocorridas no Brasil no citado período, como por exemplo o movimento pela anistia em 1979, passando pelo movimento das Diretas-Já, até o movimento dos caras-pintadas em 1992, nas quais os grupos integrados ao ME já buscariam, de

forma um tanto trágica, chamar a atenção do presente para algo que não teria se realizado no passado. Esse “algo”, assim indefinido, mais sugere a sensação imprecisa de possíveis perdas interiores do movimento, as quais já se renunciavam, um conhecimento claro “do que” se teria perdido realmente. Sugere, outrossim, uma insistente intenção de difundir, ou construir, uma representação do presente como o resultado de uma catástrofe anterior, em um jogo semiológico onde as duas temporalidades – representativas da memória e da experiência, respectivamente – articulam-se em uma lógica de sentido. A imagem que, de certa maneira, melhor se adequa, a esse lugar simbólico construído pelos agentes do ME para si mesmos, no momento em questão, talvez seja a invocada por Walter Benjamin (1996):

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja em um momento de perigo [...]. Há um quadro de Klee que se chama *Ángelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar seus fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-la [...]. Essa tempestade é o que chamamos progresso.<sup>137</sup>

Sugere-se, com base no fragmento acima, que a consciência histórica dos ME, forjada no período posterior à experiência das grandes passeatas e da resistência armada à ditadura civil-militar, já se anunciava como guerra pela preservação de uma memória que não lhe pertencia, mas entendia como sua, em um claro procedimento denominado representação diplomática (KAUFFMAN, 2003) o qual foi responsável pela diluição da memória e da experiência, como representações, nos afetos.

Como imagem do objeto, a representação traz consigo todo um potencial, não só de reproduzir o objeto, mas também de permitir aos sujeitos a construção de múltiplas projeções e associações possíveis. Assim, em um

---

<sup>137</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas* Magia e técnica, arte e política, São Paulo: Brasiliense, 1996. 264-265

universo variável de sentidos possíveis, é potencialmente acessível aos sujeitos - de acordo com sua experiência e necessidades - promover recortes e suscitar inclusões e exclusões de cenas de sua experiência, de forma a atribuir um sentido eficaz ao seu território existencial. Assim pensada, a representação assume o status de um “ espaço reservado a algo de terceiro (KAUFFMAN, idem), suscitando transferências e dissimulações de sentidos e percepções. A representação nesse caso, como pensamento e imagem, sugere tomar a presença ou o tempo presente como uma função temporal, de sinal positivo ou negativo, responsável por dar aos sujeitos a impressão da existência ou, dos momentos de certeza do estar-ali em corpo e alma.

Na construção da representação de si-mesmo, como autoimagem, ocorre simultaneamente uma perda do presente ao mesmo tempo em que se afirma a sua incidência, na medida em que os sujeitos tendem a operar um exercício de afastamento da cena do aqui e agora, projetando-se em um ponto de convergência entre a experiência e a memória, herdada ou construída. É precisamente essa autoprojeção, momentânea em uma espécie de limbo existencial, que fomenta a “ transferência de atribuição”, na qual uma pessoa ou um objeto vê-se autorizado a agir ou ocupar o lugar do sujeito, representando-o.

Define-se, em linguagem acadêmica, como a ocorrência de um corpo no lugar de outro ou como uma relação de presença que implica ausência (IDEM). Nestes termos, o sujeito e seu tempo tornam-se presentes apenas por sua substituição pelo objeto e seu tempo, numa efetiva dupla articulação entre a ausência e presença do corpo do primeiro. Essa complexa articulação, longe de significar uma forma de despersonalização do sujeito, na verdade pode ser entendida como um mecanismo de defesa diante do risco de retorno do ego ao seu estado original, ou seja, o de esfacelamento ou dispersão.

O fracasso desse processo, por alguma razão de ordem traumática, evidencia o risco de a energia libidinal que, como dissemos, é a princípio um produto do olhar e do desejo do outro, reinvestir o ego e provocar o seu aprisionamento ou captura por uma imagem especular, produzindo um efeito



ideológico ao estruturar uma relação imaginária dos sujeitos com a sua realidade (ALTHUSSER, 1981) .

A pretensa identidade estudantil, posteriormente celebrada pela cantilena dos medalhões emepibistas, sobrepunha-se para a juventude universitária em detrimento da prioritária proximidade com os acessos e necessidades juvenis, estes menos gregários do que aquilo que propalavam os teóricos e neuróticos líderes do ME. Enquanto tais lideranças inventavam e alimentavam com suas crenças a alegoria de uma “classe estudantil” em movimento, a matéria social, a qual faziam referência, revelava-se muito mais como coletividade capaz, no máximo, de subdividir-se em tribos e agir em prol de interesses difusos e não necessariamente políticos, sendo inclusive o próprio movimento estudantil pouco mais que um destes segmentos, de maneira alguma, o segmento dominante e ainda confusamente marcado pelas divisões intestinas .

As décadas de 60 e 70, portanto, devem ser entendidas como o momento em que a consciência do movimento, iluminada por seu ego, teria entrado em um contato mais íntimo com o seu interior e se apropriado, sob condições politicamente favoráveis, de uma parcela desse princípio para realizar o seu trabalho de individuação ou de amadurecimento político. Narrativas celebrativas de um passado ideal cumpririam, em estágio posterior mas não menos marcados por condições favoráveis à mobilização, função exorcizadora do impacto de dissensos internos. Essa narrativa celebrativa, coroadora de um certo heroísmo, serviria de base para se diagnosticar as supostas causas de uma “perda de identidade” ou “superação de sentidos” característica do estado de aparente descentramento assumido pelo movimento, principalmente a partir de meados dos anos 80.

Para tal leitura de si, os articuladores do movimento teriam situado nos anos 60 o contexto responsável por forjar uma suposta “consciência política geral” – coerente ou alucinada – da juventude universitária, a qual representaria o seu ego e a sua consciência iluminada . A noção de individuação, que se toma emprestado do universo conceitual da teoria psicanalítica de matriz junguiana, nos parece ser, portanto, bastante adequada para a denominação desse

processo .Corresponderia, no caso, à evolução de uma condição marcada por sua caracterização como um movimento incorporado à massa, indistinto dos representados e plenamente identificado com o mesmo, para uma condição posterior como movimento de grupo e vanguarda, portador de uma programa que o descolará da cultura geral dos representados, conduzindo-o a um processo de aristocratização.

Esse processo apresenta-se como condição necessária a um existir consciente, portanto, individuado, do ME. Situando-se, no caso, como um elo de ligação entre a consciência histórica e uma identidade política militante de um movimento de juventude, contribuirá para a fabricação de cânones ou símbolos estabilizadores da cultura de grupo.

Será precisamente essa a relação entre a identidade política e a consciência histórica do ME nas décadas de 70 e 80: uma prática política motivada por um olhar constantemente lançado sobre lideranças, canônicas, sujeitos históricos auráticos, e instituições de esquerda que, no quadro político de uma ditadura em crise, catalisavam o potencial de revolta da juventude, gerando ondas de mobilizações permeadas por um certo culto a um mítico “passado dourado do ME”. A relação é, portanto, de afeto por parte da juventude universitária politicamente engajada do momento, de maneira tal que teria resultado em sua captura pela imagem especular herdada da experiência recente do movimento e cristalizada nas narrativas projetadas pelas lideranças anteriores e pelos partidos e movimentos de esquerda.

Esse investimento afetivo no passado, no final dos anos 70 e início dos 80, resultaria em sua transferência para o tempo presente, bem como um simultâneo deslocamento deste para um contexto invisível. O fenômeno estimula a cristalização de um tempo substituto no presente e por uma incorporação, pelo ME, de uma imagem externa e institucionalizada de sua identidade, a qual evocava uma figura alegórica do mesmo, responsável por sua identidade unitária. A imagem fantasiosa, porém, tornava-se plausível para o movimento na medida em que retirava sua força não só da autoridade dos outros, guardiães e

narradores da memória do mesmo, mas também da própria realidade marcada pela mobilização popular.

Um componente comum ao fato das minorias qualificadas buscarem aglomeração em forma de grupo são as razões que estimulam tal esforço, marcadamente diferentes das razões que movem por exemplo o “homem-massa”. Ainda com base no pensamento crítico conservador, pode-se afirmar que “esse ingrediente de a minoria se juntar exatamente para se separar da maioria está sempre envolvido na formação de toda minoria. Em outros termos, a assimilação identitária de uma missão e um lugar específicos, em um campo político, diferenciador do campo prático inerte em que está mergulhada a coletividade é necessária para o reconhecimento prévio do grupo, minoritário e politicamente qualificado, como elaborador e defensor legítimo dos interesses do coletivo em oposição a outros projetos, silenciadores ou dispersantes, representativos de uma certa “nobreza de Estado” (BOURDIEU, 2005).

É na ambígua dialeticidade acima descrita que reside a matriz de um dos principais problemas enfrentados por todos os movimentos: o problema de sua atualização política e conseqüente capacidade de superação do risco de anacronismo histórico. A embriaguez utopista do momento, porém, impedia o ME de certificar-se de seus próprios limites, insistindo na finalidade de politizar a coletividade ao invés de redefinir o seu conceito de representação, o que exigiria, por seu turno, uma reelaboração da própria maneira como o movimento conceituava os seus representados .

Esta tendência era devedora em grande medida não só do engessamento ideológico, como também de uma certa tradição corporativista legada pela União Nacional dos Estudantes, de matiz varguista e renovada pelas novas lideranças do movimento, enquadradas pelos movimentos e partidos de esquerda. Dos desfiles cívicos e celebrativos das décadas de 40 e 50, passando pelas passeatas e manifestações de rua, portadoras de mensagens reformistas da década de 60, até a perspectiva revolucionária da luta armada na década de 70 , pode-se divisar a subserviência do ME a entidades norteadoras de suas ações programáticas.

Tal dependência, porém, vai revelando-se uma necessidade para afirmação de sua identidade, dados os próprios limites teóricos do movimento, por um lado, e à medida em que o movimento se desestatizava e caminhava rumo à partidarização em perspectiva anteposta ao Estado, adquirindo contornos cada vez mais precisos, individuando-se e garantindo sua sobrevivência em meio ao verdadeiro curto-circuito cultural da coletividade em que estava inserida. Por outro lado, tal garantia de sobrevivência exigia também um preço político: o achatamento da intersubjetividade entre a minoria/grupo/movimento e a massa/coletivo pretensamente representada pelas entidades.

A possibilidade de harmonia entre os grupos que integravam o ME poderia fazer-se sem maiores dificuldades, pois, naquele momento, era absolutamente desnecessária a filtragem de muitos elementos da cultura geral da coletividade que pudessem representar grandes riscos à preservação do grupo minoritário integrado ao movimento. As lideranças e os demais sujeitos engajados não necessitavam constituir-se como vanguarda, na medida em que o coletivo que representavam ainda não havia se constituído como massa, em termos quantitativos.

No caso piauiense, a ocorrência da distinção entre massa e vanguarda, assim como a constituição de um ME marcado pela crescente promoção de um tensionamento entre uma tradição portadora de uma imagem ideal e busca de novas marcas de identidade, ocorreria motivada por uma crescente tomada de consciência acerca da articulação entre demandas específicas e questões referentes ao cenário nacional. A UFPI, como espaço privilegiado de constituição de uma cultura política estudantil oscilante entre a celebração e o protesto, constituiu-se como palco de um devir histórico do ME piauiense, afinado com um ideário de esquerda que expressava o desejo de rebeldia. O espaço de constituição dessa nova identidade representou, simultaneamente, antena de captação e caixa de ressonância, em proporções específicas, de caudalosas mobilizações que apontavam para um futuro de mudanças políticas e sociais.

## 4.2 Juventude e Movimento Estudantil no Piauí dos anos 70: em busca de outras palavras

Porque merecem a compreensão e benemerência dos mais experientes, mesmo quando se rebelam contra o estabelecido e os sistemas vigorantes, os jovens estudantes devem igualmente ser advertidos e orientados nesta fase singular da nova lua-de-mel dos brasileiros com a fina e sutil dama democrática.. Informa-se que os panfletos foram distribuídos entre os seis mil universitários piauienses, no campus da Ininga (...). Não acreditamos que os líderes mais esclarecidos do campus da Ininga se deixem envolver por campanhas que não dizem respeito às aspirações dos jovens universitários<sup>138</sup>

O texto de editorial acima foi publicado em jornal de grande circulação em todo o Estado, em um momento no qual a imprensa local ainda destilava informações e debates em torno do significado político de movimentações estudantis que, até então inusitadas no Piauí e principalmente no contexto da ditadura civil-militar instalada a partir de 1964, haviam atingido o seu ápice durante o mês de maio de 1979.

Essas movimentações diziam respeito à luta pelo fim do controle exercido pela administração superior da Universidade Federal do Piauí sobre o Diretório Central dos Estudantes, o DCE, através da realização de eleições livres para a sua diretoria. A discussão ressonava ainda o legado de reestruturação do ME universitário da capital do Piauí, ocorrido durante o primeiro semestre do mesmo ano. Assumiam um caráter inusitado porque pareciam querer marcar o final de um ciclo de tranqüilidade e otimismo que se antecipara e se seguira ao processo de instalação do *campus* da Universidade Federal do Piauí.

A década de 1970, em função do impacto da criação da UFPI, começou para os estudantes de Teresina em um clima político diametralmente oposto ao da maioria das capitais brasileira que, numa realidade que unia crescimento da economia e recrudescimento da repressão, não era muito animador. Na capital piauiense, tomava forma material um grande emblema da modernização responsável, em certa medida, pela contenção de conflitos mais abertos, radicais

---

<sup>138</sup> O Estado. Os Jovens e a UNE.: Teresina 30 de agosto de 1979, p 5.

e permanentes entre o ME e os poderes instituídos. Criada formalmente pela lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, a instalação da Universidade Federal do Piauí, em 1971, parecia reiterar a correção de uma insistente tradição que apontava o caminho do diálogo entre os estudantes e o campo político como a melhor estratégia para o alcance de finalidades que não as estritamente estudantis.

O modelo institucional da UFPI buscou adequar-se ao proposto nos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos (MEC-USAID). A estrutura acadêmica, além de incorporar as já existentes faculdades de Direito, de Odontologia e de Filosofia, também foi contemplada com o Instituto de Ciências Exatas e Naturais, Ciências Humanas e Letras bem como, em Parnaíba, a Escola de Enfermagem e a Faculdade de Administração. A adoção de um sistema de matrícula por créditos, tal como previsto na reforma universitária proposta, obedecia aos ditames da Lei 5.540/68, responsável pela regulamentação da reforma promovida pelo regime militar no ensino superior.

Assim, o modelo norte-americano representou a principal referência para as modificações introduzidas pela nova lei nas Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961. No ensino superior, especificamente, instituiu-se o sistema de matrícula por créditos, em que os alunos cursavam disciplinas esparsas. Com isso, ganhavam em flexibilidade de currículo na medida em que poderiam adequar as disciplinas a cursar à sua disponibilidade de horário. Perdiam, porém, quanto à possibilidade de constituírem-se enquanto turmas regulares capazes de servir de base para grupos dotados de certa continuidade em suas relações.

É possível, porém, reconhecer que a constituição de um espaço público institucional responsável pela aglutinação da educação pública de nível superior veio, a curto prazo, constituir-se em elemento remodelador de aspectos constituintes da cultura política estudantil no Piauí (SANTOS NETO, 1994). Inicialmente, sob o peso dos instrumentos jurídicos e políticos do regime militar, bem como da euforia que cabia em uma sociedade que contemplava a materialização de uma promessa que se arrastava desde o fatídico ano de 1968,

conseguiu-se de forma legítima, durante algum tempo, manter o controle institucional sobre a organização das entidades estudantis da UFPI. Partira, por exemplo, da reitoria a iniciativa de elaborar o estatuto do Diretório Central dos Estudantes (DCE), como também de compor e legitimar a primeira diretoria do DCE.

Orientada pelas disposições contidas nos decretos 228/67 e 477/69, a iniciativa da reitoria ocorria de maneira a estabelecer os contornos de um ME universitário disciplinado pela lógica tutelar de um corporativismo que, em outras universidades brasileiras, encontrara já desde o final dos anos 60 fortes manifestações de resistência. No Piauí, no entanto, essa prática era a princípio percebida como um desdobramento natural de um nomeado, e celebrado, processo de organização do ensino superior local.

Uma experiência anterior, a qual já contribuíra para criar as bases de uma disciplinada cultura institucional para o ME ufpiano, consistira na montagem dos Centros Acadêmicos (CA's) e Diretórios Setoriais (DS's). Os dois tipos de entidades representavam, cada um, níveis diferentes de representação. Em um nível mais elementar, os CA's representavam o corpo discente por cursos e os DS's, por sua vez, logravam promover uma representação por cursos reunidos em Centros de Ensino. Destacavam-se, no nível da representação por Centros de Ensino, os Diretórios Setoriais do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e do Centro de Ciências da Saúde (CCS), os quais reuniam o maior número de estudantes matriculados.

A atuação dessas entidades oscilava, na dinâmica institucional da UFPI, entre uma postura inevitavelmente reivindicativa, dada a relação de proximidade com a base representada, e a viabilização de um diálogo permanente com a administração superior, de maneira a impedir que demandas reivindicativas transcendessem limites aceitáveis pelas autoridades administrativas e assumissem um caráter político.

A finalidade era a de manter a cultura política estudantil local infensa ao que era classificada como uma agenda estranha aos interesses da classe. Mantinha-se assim, no espaço específico da UFPI e sob um controle mais direto

das instâncias do poder, o que já era uma característica do ME piauiense desde sua origem. Manteve-se esse controle até pelo menos o ano de 1978, com o empossamento de diretorias eleitas com apoio da reitoria da UFPI em todos os Diretórios Acadêmicos e Diretório Central.

Foi realizada ontem, às 20 horas, no auditório do campus universitário da Ininga, a posse das novas diretorias do Diretório Central e dos Diretórios Setoriais da Fundação Universidade Federal do Piauí. A solenidade foi presidida pelo reitor Jose Camilo da Silveira Filho, com a presença dos pró-reitores, chefes de departamentos, professores e estudantes. O Governador Dirceu Mendes Arcoverde também esteve presente [...]. Em seguida, às 22 horas, baile no Jôquei Clube do Piauí.<sup>139</sup>

Pompa, reconhecimento das autoridades acadêmicas e políticas na cerimônia de posse das entidades estudantis da UFPI integravam um ritual que refletia tanto o grau de deslumbramento que a instituição exercia sobre o imaginário da elites, quanto a nobreza que se atribuía aos estudantes de nível superior. No entanto, o ritual registrado nas páginas do jornal da capital piauiense chegava a sua última edição.

As mobilizações em torno da organização de uma entidade representativa independente no âmbito interno da UFPI, bem como de uma delegação de estudantes que garantisse representação do Estado no Congresso de Reconstrução da UNE, o 31º Congresso da entidade, cuja realização ocorreria em 31 de maio de 1979, em Salvador, marcariam um divisor de águas. Nesse sentido, contribuíram para que, gradativamente, ocorresse a construção de uma outra imagem do movimento na mídia impressa. Contribuíra também para tornar menos seguro e previsível, respectivamente, o controle e a direção tomada pelas reivindicações do estudantes.

Ocorridas as eleições em maio de 1979, quase paralelamente à revogação dos decretos 228/67 e 477/69, que impunham entraves à organização e mobilização estudantil, o foco das lideranças e do movimento passou a ser a defesa da reconstrução da UNE e restauração da unidade e autonomia do ME em nível nacional.

---

<sup>139</sup> O Estado. Diretório da UFPI recebeu hoje novos diretores. Teresina, 17 de junho de 1978, p.4.



Os panfletos mencionados no fragmento de texto que integra o início desse capítulo eram, na realidade, edições de um informativo de circulação nacional, *O Momento*, cuja elaboração era responsabilidade de um grupo de estudantes reunidos em torno de uma facção com perfil ideológico trotskista: a facção *Liberdade e Luta* (Libelu). O documento aludido no artigo, fazia referência explícita ao papel político do ME e, particularmente da UNE, no processo de articulação da Sociedade Civil em defesa da recomposição das liberdades democráticas, no contexto da segunda fase da distensão política, no governo Figueiredo.

O aspecto do documento que, para escândalo do autor do artigo, indicava a interferência de pautas e elementos estranhos às aspirações consideradas legítimas dos universitários, era a referência a um tema ainda considerado tabu, mesmo entre os setores de tendência liberal-conservadora da mídia:

Esta é a UNE que reconstruímos. E hoje isto foi possível, não só por nossa luta, mas também pelas mobilizações que os trabalhadores realizam contra o arrocho salarial, por melhores condições de vida, por liberdade sindical, corroendo toda a estrutura montada pela ditadura, diminuindo o espaço de manobra deste regime que é nosso inimigo comum.<sup>140</sup>

O referido informativo, cuja circulação regular já se verificava desde outubro de 1978 e, no caso em questão, circulava com relativo atraso nos meios acadêmicos de Teresina, buscava assim delimitar um novo lugar de falas e de práticas alternativas aos lugares institucionais até então estabelecidos por força de dispositivos legais e de iniciativas adotadas pela administração superior da UFPI.

Em agosto de 1979, momento em que a imprensa teresinense repetia a retórica da necessidade de distanciamento do ME de qualquer influência que não representasse interesse restrito dos estudantes, o jornal “O Estado” também publicou, em partes divididas ao longo de três edições, o texto intitulado *Mensagem ao Estudante Piauiense*. O texto, de autoria do até então sempre presente professor Moacé Madeira Campos nos momentos considerados

---

<sup>140</sup> AGORA UNE. Manifesto de Reconstrução da UNE. Maio de 1979.

delicados para a juventude estudantil do Piauí, segue uma cadeia de referências ideológicas as quais informam, no modelo de narrativa exemplar, um passado a respeitar e uma imagem a preservar a propósito do ME no Piauí. O efeito pretendido, em termos práticos, era só aparentemente o de reverter qualquer tendência à adoção de comportamentos prefigurativos por parte dos estudantes.

Juntamente com a manifestação do ilustre professor, discreta e não diretamente focada nas pretensões então contemporâneas da UNE mas ainda assim tendo as mesmas como alvo, invocou-se o que acreditava ser a tradição ordeira da “mocidade estudantil piauiense”. Destacou, em seu longo texto, a militância estudantil como dever e sacrifício pessoal em fidelidade a uma certa noção de espírito cívico consonante com a noção de obediência e disciplina, as quais para o autor constituíam-se em virtudes necessárias a uma representação ativa. Prescreveu também o comportamento ideal a ser adotado pelos estudantes diante da iminência de retorno da democracia, como a fazer eco ao texto mencionado no início desse capítulo.

Note-se os perigos que gravitam, para o autor, em torno da democracia de maneira mesmo a induzir a achar, de forma implícita, que a democracia em si mesma representa o perigo maior, enquanto a juventude estudantil a sua maior vítima:

[...]Na oportunidade, a classe estudantil brasileira já se embala e se agita para degustar os frutos sazonais , saborosos e nutritivos da democracia, no pleno uso e no exercício da **Liberdade responsável**, por que sem “responsabilidade” a liberdade á de transmutar-se em libertinagem, e aí é a desordem, a subversão, a anarquia, a perversão, a corrupção, a desgraça, enfim, e então tudo estará perdido [...].<sup>141</sup>

A nova aparição do tutor, direcionada diretamente aos estudantes, ocorreu no mesmo momento em que os jornais repercutiam, quase diariamente, o impacto causado tanto pelos panfletos elaborados pela LIBELU quanto por outros, circulantes também no *campus* da UFPI, e que buscavam definir “os sete pontos básicos da UNE” . Este último buscava dimensionar um amplo leque de atuação

---

<sup>141</sup> CAMPOS, Moacé Madeira. **Mensagem ao estudante piauiense**. IN: O Dia. Teresina, 7 de setembro de 1979, p.2.

da entidade, de maneira a articular sua atuação em defesa dos interesses estudantis com outras questões, especialmente a reorganização sindical dos trabalhadores. Contra esse posicionamento Campos, também no mesmo artigo, sugere algumas considerações já debitárias de sua formação cepiana:

Ombro a ombro contigo, amigo estudante, no preparo de jornais e revistas e, mais distante ainda, quando eu também estudante, no saudoso **Centro Estudantil Piauiense**, igualmente intemorato e ativo batalhador das causas e aspirações dos estudantes, aspirando a **pura política estudantil** (grifo nosso). Isto mesmo: política estudantil, sem extrapolar os quadros estudantis, a área e os limites que lhes eram pertinentes [...]. Nunca , porém, empalmar e arrebatrar para nós, desprezando os nossos deveres e interesses, como o estudo e a freqüência às aulas, e empunhar bandeiras, assumir a defesa, a propaganda e as reivindicações de outras classes e grupos [...]. Sim! Éramos estudantes e, como estudantes, estudávamos acima de tudo. Esquecer os próprios e primaciais deveres para cuidar exclusivamente dos interesses dos outros. Isto não ! Não, mesmo!<sup>142</sup>

Ao mesmo tempo, revela a persistência das representações ideais construídas em outros momentos acerca do ME, na orientação das prescrições consideradas compatíveis com o comportamento da “juventude estudantil” piauiense. Primeiro, o destaque, em forma de apelo, ao “paciente” e “compreensivo” exercício da tutela das gerações mais velhas sobre os jovens. Essa percepção paternal das velhas gerações em relação à juventude estudantil e o reconhecimento de sua importância, como já se viu , significava uma importante forma de capital simbólico ao qual se buscava associar a própria reputação do ME, bem como o reconhecimento de suas lideranças.

A “herança histórica” (BOURDIEU,2005), tão cara ao lastro identitário que instaurava o “capital social” que definia a forma e estrutura de relações intra e inter-institucionais do ME em Teresina, bem como entre este e as instâncias administrativas universitárias e estatais, é invocada pelo veículo de imprensa sob a forma de discurso prescritivo. A força coercitiva desse discurso articulava-se à noção idealizada de um *ethos* estudantil que era percebido também como expressão de um suposto *ethos* piauiense. Novamente, como em outros momentos da trajetória do ME piauiense, em que este representou ou poderia representar em termos potencialmente um foco de instabilidade ao que era

---

<sup>142</sup> IDEM, Ibid.

considerado espécie de estado natural da ordem social, as noções de disciplina e ordem integravam-se para moldar, no plano das representações sociais e das redes de relações e trocas no espaço social, o que se considerava ser o traço distintivo dos estudantes.

Em segundo lugar, invoca-se, como reforço ao discurso prescritivo direcionado aos estudantes os aspectos considerados visíveis, porém ainda frágeis, de uma experiência de retorno à democracia, a que ocorria sob os auspícios do Estado civil-militar. O tom do discurso, portanto, é de defesa de cautela diante de uma situação subentendida como recomendável em termos, mas ao mesmo tempo potencialmente perigosa pelo que de novo apresentava, especialmente em se tratando das consequências dos considerados possíveis “excessos” do comportamento juvenil.

À inexperiência política dos estudantes, inclusive de suas lideranças, é contraposta a segurança e experiência de quem representa a tradição e a legitimidade institucional. No mesmo compasso, atribui-se a origem do potencial fator de instabilidade às maquinações associadas aos interesses externos ao universo estudantil, conjurando-se, como já se viu ser de costume nas representações construídas acerca dos estudantes e do ME, o fantasma da conspiração o qual, se inscreve de maneira eloquente e eficiente em um sistema psicológico calcado por incertezas e inseguranças, como era no contexto da abertura política.

No caso específico do Piauí, observa-se ainda o peso exercido pela cultura político-institucional da UFPI no delineamento das práticas políticas estudantis ou, ao menos, da forma considerada “ideal” de construção de tais práticas. A própria instalação do DCE-UFPI, como a instalação da UFPI, dera-se, como já se viu, sob o peso da iniciativa unilateral e com pretensões demiúrgicas da administração superior da instituição.

No sentido de garantir a “interferência” e “benemerência dos mais experientes”, o estatuto do DS do CCHL, criado em 1974, estabelecia por exemplo alguns pontos recorrentes pois já presentes em documentos estatutários de entidades existentes nos primórdios do processo de organização do ME

piauiense, como já se pôde verificar em relação ao CEP. Um desses pontos consistia na despolitização da entidade. Em seu artigo 3º, assim dispunha o Estatuto do DS- CCHL da UFPI:

Art. 3º - Ao Diretório Acadêmico é vedado:

- a) unir-se a agremiações políticas ou defender interesses de natureza político-partidária, religiosa ou racial
- b) incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Parágrafo único- a inobservância deste artigo poderá importar na suspensão ou destituição da Diretoria, pelo Diretor do CCHL.<sup>143</sup>

Nas interdições acima presentes, verifica-se tanto o cumprimento às determinações presentes nos decretos 228/67 e 477/69 quanto a evocação da herança histórica do ME piauiense. O direito de greve, por exemplo, era alvo manifesto das disposições interditórias, manifestando uma preocupação a qual era ainda decorrente de uma vaga lembrança das greves universitárias, promovidas pela UNE, no final dos anos 60.

O próprio contexto em que se deram as primeiras iniciativas da reitoria da UFPI, no sentido de organizar e garantir o controle sobre as entidades estudantis oferece indícios daquela preocupação. 1974, em outras capitais, foi um ano no qual se estenderam tensões cuja origem situava-se no ano anterior. Em 17 de março de 1973, por exemplo, o estudante Alexandre Vannuchi Leme, do curso de Geologia da USP, foi assassinado nas dependências da Operação Bandeirantes (OBAN).

Capacidade organizativa, ousadia voluntarista e flexibilidade para compor alianças eram algumas das virtudes celebradas como necessárias à restauração da capacidade de organização e mobilização do ME. Mais do que isso, seriam pressupostos mesmo de uma participação mais ativa em um processo de distensão que se iniciara em 1973, tímida e vacilante, sob a iniciativa do Estado civil-militar. A iniciativa, porém, parecia exigir direção e eixos

---

<sup>143</sup> ESTATUTOS DO DIRETÓRIO SETORIAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Teresina: UFPI, 1974, p. 1.

ideológicos definidos, o que gerava algumas dificuldades, variáveis segundo o contexto em que ocorria a experiência.

No caso do ME uspiano, por exemplo, a dificuldade era decorrente da variedade de tendências políticas a interferir no movimento, o que impunha obstáculos à definição de um programa comum, unificado. Um aspecto comum a todas as tendências era, porém, a oposição ao regime civil-militar, cuja expressão mais imediata para o movimento era a reitoria da USP. As divergências ideológicas encontravam nessa oposição comum um canal através do qual o movimento encontrava possibilidades de avançar no processo de construção de sua autonomia.

Além disso, o contexto local era favorável em função do quadro de tensões e mobilizações que permeavam o tecido social, apesar da proximidade e violência exercida pelos órgãos de repressão. Em 1975, o assassinato do jornalista Wladimir Herzog impulsionou o movimento em defesa da liberdade de expressão, do fim da tortura e pela anistia a presos políticos e exilados. Além disso, inúmeras pequenas mobilizações reivindicativas contribuíram para dar destaque a um novo fenômeno de impacto político não menos significativo: as manifestações pelo acesso à moradia, terra, serviços sociais e melhoria de infraestrutura dos bairros.

Dessa maneira, na realidade da UFPI, a circulação de um informativo como *O Momento*, no contexto em espécie, representava um veículo destacado de ligação com aquela efervescência política que acontecia em outras universidades. As origens dessa imprensa eram difusas mas a mesma já constituía expressão de uma cultura, ou contracultura política estudantil, na qual se mesclavam elementos de um discurso político e reivindicativo a uma linguagem cujo *tropos* vinculava-se a modos de expressão atualizados, com uma proposta estética que oscilava entre a ironia, a paródia e a caricatura. O elemento estético, nesse sentido, já trazia em si mesmo a marca de um protesto ou desejo de ruptura com o estabelecido, em face ao formato empertigado e formal de textos e cerimônias das entidades oficiais.

Esse campo de expressão do que era autoconcebido como “protesto estudantil” teve como ponto inicial de propulsão e primeiro registro as iniciativas de um grupo de estudantes vinculados a cursos do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da UFPI. Assim, por volta do primeiro semestre de 1978, estudantes dos cursos de História, Geografia, Economia e Letras promoveram a formação de um Grupo de Estudos Gerais, o GEG. O informativo do grupo, em seu primeiro folhetim de convocação, divulgado em fim do mês de novembro de 1978, já de imediato procurou provocar nos meios universitários ufianos uma reação à edição teresinense do “Movimento Pelo Custo de Vida”:

Convocamos os estudantes a participarem no próximo domingo dia 03/12 às 16:30 hs, no Parque Piauí, da concentração a ser realizada pelo MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA. Essas três letras M.C.V. vem deliberadamente simbolizando uma expressão sincera daqueles que, de barriga vazia, encarando uma realidade brutal, buscam uma forma plausível para romper “camisa de força” que o modelo social nos impõe [...].<sup>144</sup>

O M.C.V. evoluíra a partir do momento em que, na grande São Paulo, habitantes da periferia, organizaram-se para a coleta de 1.300.000 assinaturas as quais legitimara um documento de denúncia contra a carestia. Em Teresina, o principal foco de difusão do movimento localizou-se no Bairro Parque Piauí, situado na zona sudeste da cidade. A mobilização inicial foi organizada pela Paróquia do Bairro, que obteve em seguida o apoio de donas de casa e de jovens universitários. Frise-se que, à época, o Parque Piauí era um dos bairros de periferia com a maior concentração de população universitária.

Simultaneamente à divulgação de seu primeiro informativo, o GEG também confeccionou, com o auxílio da Pró-reitoria de extensão, Caderno Informativo a ser utilizado em um “Curso de Desenvolvimento Econômico e Cultural do Piauí”. As discussões propostas no Caderno, bem como as próprias finalidades do curso promovido, evidenciavam as pretensões do grupo, bem como sua linha teórica e política de raciocínio:

O curso de Desenvolvimento Econômico e Cultural do Piauí foi criado visando nos dar uma oportunidade de obtermos informações básicas para formarmos uma linha de pensamento e dialética, fortalecendo opiniões e nos proporcionando o conhecimento da realidade atual, para

---

<sup>144</sup> GEG – Grupo de Estudos Gerais. FOLHETIM CONVOCAÇÃO, s/d.

que possamos, em conjunto, conciliar soluções e adequar nossas futuras atividades profissionais em função das necessidades imediatas.<sup>145</sup>

Claro estava que o grupo inspirava-se em um programa de ação que buscava articular a compreensão da realidade local aos problemas de ordem nacional. Fugia, dessa maneira ao esquema de discussões até então considerado adequado aos estudantes, em que o debate sobre os problemas respeitantes ao universo estudantil sequer deveria considerar os aspectos mais gerais da realidade política e social piauiense.

A proposta de discussão apresentada pelo GEG, que reunia reflexões sobre a situação do ensino superior e política universitária a uma exposição da situação sócioeconômica do Nordeste brasileiro e a importância da reforma agrária, apresentava uma agenda incompatível com as concepções de um ME ideal segundo as representações de Moaci Madeira Campos. Em edição direcionada aos calouros do primeiro semestre de 1979, o informativo do GEG apresentou o tema da anistia como chamada de capa e, no texto intitulado “Manifesto ao calouro”, enfatizou o caráter excludente do processo de seleção através do vestibular, atribuindo tal fato a “problemas estruturais, que afetam o Brasil no seu desenvolvimento sócio-econômico, político e cultural”. Em seguida, convoca os recém-ingressos ao engajamento político afirmando que “a melhor forma de resistirmos ao câncer que se alastra pelo setor educacional e por muitos outros setores do desenvolvimento brasileiro é criarmos uma base de conscientização política” (Manifesto ao calouro. IN: Jornal do calouro. GEG, 1979, s.p.)

O informativo, além do proselitismo com vistas à sedução política dos estudantes, também buscava apresentar um relato do cotidiano de dificuldades que, a partir do ingresso na universidade, passaria a permear o território de experiências acadêmicas do calouro: desequilíbrio entre o número excessivo de ingressos e a escassez de turmas e ofertas de disciplinas para matrícula, controle sobre conteúdos das disciplinas ministradas nos cursos de ciências humanas,

---

<sup>145</sup> GEG- Grupo de Estudos Gerais. CADERNO 1: Curso de Desenvolvimento Econômico e Cultural do Piauí. Outubro/Novembro de 1978, p.3)



inoperância os diretórios controlados pela reitoria, em como a ausência de uma “consciência de classe estudantil” (Idem).

A proximidade das eleições para a diretoria do DCE, que deveriam ocorrer ainda no primeiro semestre de 1979, também orientou a definição de um objetivo mais prático: a denúncia da inoperância das entidades de representação estudantil controladas pela reitoria, bem como o oportunismo de seus diretores. A finalidade era gerar uma crise de legitimidade dos diretórios junto aos estudantes recém-ingressos para, com isso, abrir caminho à ascensão de novas lideranças afinadas com um linha alternativa, e mais combativa, de atuação.

Você que chega e que pode ser alguém consciente ( entende o mundo e o Brasil, a importância do movimento estudantil, a necessidade de uma anistia ampla, geral e irrestrita, de uma distribuição justa das riquezas nacionais) ou alguém alienado ( não vê a falência dos modelos econômico e educacional implantados no Brasil, a manipulação dos meios de informação, a corrupção galopante, o arrocho salarial, as eleições indiretas), saiba como anda o nosso movimento estudantil, termômetro da conscientização dos estudantes em geral . [...] na nossa realidade os diretórios são vistos, comumente, como meio de galgar posição de destaque, como forma de enriquecer currículo, são vistos enfim, como trampolim para uma futura carreira política (politiqueira) [...].<sup>146</sup>

O fragmento de texto indica a existência de uma cisão política entre estudantes que integravam o *status quo* da política estudantil reinante e um outro segmento que, através de grupos de estudos e agitação como o GEG, já buscavam construir um discurso de oposição. Essa cisão refletir-se-ia, ainda no mesmo ano, nas eleições para a diretoria do DCE. O GEG daria origem ao principal grupo de oposição às lideranças que, contempladas pela estrutura de representação estudantil montada na UFPI, ocupavam as diretorias dos principais diretórios.

De fato, na segunda quinzena de abril, iniciaram-se as articulações para eleições de Diretórios em que, pela primeira vez, duas tendências diametralmente opostas antagonizaram-se na disputa pelos cargos. A situação de iminente disputa, em um ambiente que desde sua fundação apresentara-se como marcado pela passividade estudantil e concórdia das entidades estudantis e a

---

<sup>146</sup> Manifesto ao calouro. IN: Jornal do calouro. GEG, 1979, s.p.

administração superior, chamou antecipadamente a atenção a imprensa e, especialmente, para a postura assumida pelo grupo de oposição:

Para as eleições dos diretórios da Universidade Federal do Piauí, no dia 3º de Maio próximo, a política estudantil já está se articulando no Campus de Teresina. Dois candidatos já despontam para a conquista do Diretório Central dos Estudantes e dois para o diretório do Centro de Ciências Humanas e Letras. Ezequiel Dias, atual presidente do diretório do CCHL e Antonio Fonseca dos Santos Neto, são os dois candidatos a Diretório Central. Merlong e Antonio Carlos disputam o Diretório Setorial do CCHL [...]. O Grupo Travessia, que apóia a candidatura de Fonseca Neto para o DCE, distribuiu na última segunda-feira uma carta aberta à comunidade universitária questionando se a universidade brasileira está ou não em crise [...]. Travessia é o nome desse grupo. Por que Travessia e não outro nome? Ele segue passagem [...] como caminhada que supõe o dever de lutar e seguir perspectivas reais [...].<sup>147</sup>

O grupo que representava a situação adotou a estratégia de campanha de maneira a demonstrar sua maior proximidade com as instâncias administrativas da UFPI, bem como com lideranças políticas. A finalidade era convencer a categoria que o caminho para a satisfação de suas demandas passava, necessariamente, por uma boa relação, senão mesmo uma relação de cooperação, com as instâncias do poder. Para isso, foi inclusive mobilizada uma já conhecida bandeira de luta:

Para reivindicar a construção da casa do estudante universitário do Piauí, junto ao ministro da Educação, Eduardo Portela, segue segunda feira para Brasília o universitário Ezequiel Miranda Dias, presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí [...]. Ezequiel Miranda Dias Pretende ainda, aproveitando sua estada na capital federal, manter contatos com a representação piauiense na Câmara Federal o vistas a futuros estágios de universitários piauienses no Congresso Nacional [...]. Dias Leva ainda consigo os documentos que legalizaram o Diretório Acadêmico para fazer face ao processo que pretenderá requerer junto ao Conselho Nacional de Serviços Sociais o competente registro, para que a entidade seja habilitada a receber ajudas financeiras através de organismos federais [...].<sup>148</sup>

A Casa do Estudante apresentada como benefício voltado para o estudante pobre, já que “a maioria dos estudantes universitários piauienses

---

<sup>147</sup> O Dia. Estudantes articulam movimento. Teresina, 19 de abril de 1979. p. 6.

<sup>148</sup> O Estado. Universitários vão a Brasília conseguir a Casa do Estudante. Teresina, 24/25 de março de 1979, p.4.

procede do interior e pertence a famílias pobres” (idem). Um antigo emblema cuja posse já havia sido disputada em outros momentos por entidades estudantis, associado à ênfase na imagem do estudante pobre, migrante. Além disso, a difusão de uma imagem de liderança com trânsito franqueado na esfera política e representante de uma entidade legitimamente reconhecida e, por isso mesmo, portadora das condições necessárias à aquisição efetiva de recursos em prol dos interesses estritamente estudantis.

A fórmula parecia infalível, tanto por sua filiação a uma tradição do ME, que desde sua origem havia sido testada e aprovada por seus êxitos, como também pelo fato de apontar soluções objetivas para problemas concretos, evitando digressões inspiradas em opções ideológicas abstratas. O clima geral do país, no entanto, refletia também na comunidade universitária piauiense. Havia uma tendência, por isso ao crescimento eleitoral da chapa que, desde o início, havia se identificando com as questões políticas nacionais: a chapa “Travessia”.

Diante do crescimento da popularidade do candidato de oposição à presidência do DCE, as estratégias da chapa situacionista sofreram alterações. Espalhou-se, por exemplo, a existência de possível apoio da ARENA jovem à chapa “Travessia”. O efeito que se buscava produzir era claro: deslocar para a oposição o estigma desqualificante que era automaticamente associado à situação. A acusação, impactante pelo seu peso político na comunidade universitária, teve que ser desmentida pelo candidato opositorista:

A política universitária está se transformando, porque muitos estudantes não a fazem com seriedade, nem com respeito aos adversários, pelo menos é o que está acontecendo agora com as minhas chapas adversárias.

A afirmação é do candidato a presidência do Diretório Central Estudantil da Universidade Federal do Piauí, [...] que esteve na redação deste jornal na tarde de ontem, para dizer que não vem sendo apoiado pelo Centro de Estudo da Juventude Arenista (Cejapi) como foi denunciado.

<sup>149</sup>

---

<sup>149</sup> O Estado. Fonseca nega apoio da Arena Jovem nas eleições. Teresina, 17 de maio de 1979, p. 7.

A acusação de relação com a ARENA não seria única a recair sobre o candidato da “Travessia”. No ano seguinte, novamente concorrendo às eleições para o DCE, Fonseca Neto sofreria nova acusação de “desvio ideológico”

[...] Fonseca também está sendo acusado por Cacá\*, de pertencer a uma organização fascista mais conhecida como Convívio, que é ligada a TFP (Tradição Família e Propriedade), que no ponto de vista do universitário é a organização responsável pelos atos de terrorismo de direita que vem sendo implantado no Brasil e que [...] não passa de um enganador de estudantes e um verdadeiro fascista.<sup>150</sup>

Na ausência de qualquer efeito desgastante das acusações sobre a imagem de Fonseca Neto, o último e efetivo recurso lançado mão pela própria administração ufpiana, foi recorrer ao regimento eleitoral para promover a impugnação da candidatura do candidato oposicionista à presidência do DCE, às vésperas da realização do pleito. A decisão objetivava desarticular a chapa “Travessia”, na medida em que a mesma teria que providenciar, a toque de caixa um substituto que, esperava-se, não teria a mesma aceitabilidade de Fonseca Neto:

#### Ato de indeferimento

Por ter o candidato sofrido 5 (cinco) reprovações, indefiro o registro de Antonio Fonseca os Santos Neto, pleiteante, pela chapa Travessia, do cargo de Presidente da Diretoria Executiva do DCE, nas eleições de 23.05.79.

Comunique-se, para apresentação urgente de substituto.

Pro-Reitoria de Ensino de Graduação, em 22.05.79

Lineu da Costa Araújo

Pró-Reitor de Ensino de Graduação<sup>151</sup>

De fato o regimento em seu artigo 4 definia:

Art. 4 É elegível o estudante regularmente matriculado que já tenha cursado pelo menos um período letivo regular na universidade.

---

\* Cacá Rezende era o candidato situacionista à presidência do Diretório Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI. Vitorioso, seria nas eleições seguintes, as de 1980, seria também candidato à presidência do DCE.

<sup>150</sup> A Hora. Lider jovem diz que a greve foi farsa. Teresina, 19 de setembro de 1980, p. 2.

<sup>151</sup> PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Ato de Indeferimento. Teresina: UFPI, 22 de maio de 1979.

& 2º - É inelegível o estudante que houver sofrido três ou mais reprovações<sup>152</sup>

A subscrição do Pró-reitor de Ensino de Graduação à decisão tomada com base na aplicação do regimento amparava-se, por sua vez, no decreto 228/6, o qual atribuía ao corpo administrativo das universidades os poderes para organizar e mediar os processos eleitorais para escolha das diretorias das entidades estudantis.

A impugnação de Fonseca Neto não havia sido o primeiro contratempo enfrentado pela chapa “Travessia”. Fonseca Neto na verdade já substituíra como candidato à presidência pela oposição o estudante de Direito Emanuel Liarth, em decorrência de seu falecimento em trágico acidente de automóvel ocorrido em 7 de abril de 1979 (O DIA, 8 de abril de 1979, p.1). Diante da impossibilidade de Fonseca Neto concorrer à presidência, de imediato elegeu-se como seu substituto o anterior candidato a vice-presidente, o estudante de medicina Luiz Carlos Bastos (Paulista). Elaborou-se um panfleto objetivo apresentando a nova composição da “Travessia”, no qual também buscava-se capitalizar a impugnação do candidato original com as epígrafes “a impugnação arbitrária do Fonseca Neto não desfaz Travessia” e “atrás da Travessia só não vai quem já morreu” (TRAVESSIA. Panfleto. s/d, s/p).

O efeito esperado pela situação com a impugnação do candidato da chapa “Travessia” não foi porém alcançado, pois um dia após as eleições os jornais de Teresina já anunciavam a vitória da oposição:

Luís Carlos Barros, do Centro de Ciências da Saúde, será o novo presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Piauí caso se confirmem as tendências das apurações das eleições realizadas ontem: às 22:00 horas, sua chapa, “Travessia” tinha 1057 votos contra 208 da “Manifesto”, sua principal concorrente.<sup>153</sup>

---

<sup>152</sup> UFPI – Pró-reitoria de Ensino de Graduação. REGIMENTO PARA AS ELEIÇÕES AOS DIRETÓRIOS ESTUDANTÍIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Teresina, 1979.

<sup>153</sup> O Dia. “Travessia” dispara no pleito da UFPI. Teresina, 24 de maio de 1979, p.1.

A tendência de fato confirmou-se. Por mais de dois mil votos de maioria a chapa Travessia sagrou-se vitoriosa nas eleições de 1979 para o DCE da UFPI. Somente no início de junho foram divulgados os resultados oficiais:

A Pró-reitoria de Ensino e Graduação da Universidade Federal do Piauí divulgou ontem os resultados oficiais das eleições que, no dia 23 de maio, deram vitória à chapa "Travessia", que disputava o Diretório Central. Houve uma abstenção de 7,4 %, contra o índice de 19,1% registrado nas eleições do ano passado. Votaram 5.510 universitários. A chapa "Travessia" obteve 3.400 votos e sua principal concorrente, a "Manifesto" 1.268. Faltaram 41 estudantes, 208 votaram em branco e houve 221 sufrágios nulos.<sup>154</sup>

Impulsionava-se, com esse resultado, o processo de reinvenção da autoimagem do ME piauiense. Uma imagem que buscava, a partir de então, uma sintonia cada vez maior sintonia com as experiências dos grandes centros urbanos do país.

#### **4.3 Comunistas na virada, petistas à espreita: o ME piauiense encontra-se com a esquerda**

O ano seguinte ao das eleições que marcaram a vitória eleitoral da oposição e o avanço da autonomia do ME ufpiiano, foi marcado por mais mudanças. Em novas eleições para as entidades de representação interna dos estudantes da instituição, as mobilizações foram retomadas. Novamente a segunda quinzena do mês de maio foi o momento escolhido para a realização da escolha das novas diretorias, tendo sido porém adiadas para o dia 03 de junho a pedido das lideranças estudantis

As circunstâncias de ocorrência do pleito eleitoral, porém, eram diferentes já que, nessa ocasião, a autonomia estudantil estendera-se inclusive ao próprio processo de organização e controle a disputa. Além, disso, e também por decisão oficial, extinguiu-se a obrigatoriedade do voto o que para alguns foi

---

<sup>154</sup> O Dia. "Travessia": vitória confirmada. Teresina, 8 de junho de 1979, p. 3

prontamente interpretado como uma tentativa de esvaziar o processo e comprometer a legitimidade das chapas vencedoras.<sup>155</sup>

Ao mesmo tempo foram revistas as condições para a participação dos candidatos, flexibilizando-se e diminuindo-se as condições de elegibilidade. O critério da reprovação no histórico escolar que, como se viu, fora utilizado como artifício para a impugnação da candidatura que assumia a identidade de oposição à administração e aos setores do ME ufpiano alinhados à mesma foi abolido. Nesse quadro de eleições estudantis, completamente livres, em que os estudantes assumiram inclusive o controle sobre a organização e condução do processo, oportunizou-se a Fonseca Neto, o candidato impugnado da oposição nas eleições do ano anterior, as condições para recolocar o seu nome como alternativa.

Na verdade, pode-se atribuir a mudança à diretoria do DCE, que, eleita no ano interior, desenvolveu intensa campanha pela realização de eleições mais legítimas e representativas. Nessa campanha nasceu o jornal estudantil “Unha de Gato” que, a partir de então se transformou no principal meio de registro e difusão das ideias que inspiravam a militância estudantil. Os números 1 e 2 do jornal, colocados em circulação, respectivamente, em setembro e outubro de 1979, buscaram dar conhecimento, na UFPI, a existência de um debate nacional em torno dos grandes temas que sintetizavam a crise de legitimidade da ditadura, naquela conjuntura. Além disso, intensificou-se uma campanha de esclarecimento sobre a importância do DCE enquanto instrumento de representação e defesa dos estudantes.

A eleição de Fonseca Neto, nas eleições de 1980, reiterou a hegemonia do grupo “Travessia” no ME ufpiano. Apesar disso verificou-se o refluxo da participação eleitoral, reduzido em mais da metade em comparação à eleição anterior. Para essa redução, pesou a anulação da *eleição* no *campus* de Parnaíba e a revogação do decreto 228/67, que tornava o voto obrigatório em eleições para entidades de representação estudantil. Observou-se, ainda, uma significativa redução da vantagem de votos da chapa vencedora, o que pode ser

---

<sup>155</sup> Portaria 114 do Ministério da Educação e Cultura, de outubro de 1979.

atribuído tanto à drástica redução do número de votantes quanto a um possível desgaste da gestão anterior

Com apenas 2.500 alunos votando foi eleita às 5 da manhã de ontem a chapa Travessia, encabeçada pelo estudante de História e Direito Antonio Fonseca Neto, para o Diretório Central dos Estudantes da FUFPI [...]. Alguns estudantes que acompanharam o grupo Resistência na eleição para o DCE da UFPI afirmaram que a eleição de Parnaíba foi anulada somente para evitar que a chapa Travessia ganhasse. Acham, porém, que a maioria conseguida pela Travessia (318 votos) foi muito pequena [...].<sup>156</sup>

Naquele momento, o grupo Travessia já começava a ser abertamente identificado como uma facção representativa da esquerda que aglutinava estudantes petistas, comunistas, bem como simpatizantes das duas tendências. De forma crescente, seria esta vinculação o fator responsável pela distinção das lideranças e militantes estudantis no conjunto dos universitários. De forma também evidente, esse novo critério de distinção implicou um efetivo reposicionamento das entidades estudantis em relação ao poder. É, portanto, nesses termos que se propõe interpretar o sentido da expressão *Travessia*.

Ratificando esse reposicionamento, ainda no primeiro semestre de 80, ocorreu uma passeata dos estudantes contra a poeira que invadia as salas de aula. Esse movimento pode ser considerado marco inicial de um conjunto de outras de manifestações vindouras que estabeleceram o protesto público e ativo como parte constituinte da cultura estudantil em Teresina:

A má qualidade do ensino, com denúncia de professores não preparados, bibliotecas defasadas, falta de aulas práticas, entre outras coisas, foram às manifestações verificadas numa passeata realizada ontem a tarde, no campus. [...] Discretamente, vários agentes federais e do DOPS, se infiltraram no meio dos estudantes.<sup>157</sup>

O incômodo causado pela estrada de chão batido, na verdade serviu de pretexto para que, durante a manifestação no interior da universidade e em frente à reitoria, houvesse diversos discursos que iam desde a denúncia das precárias condições de ensino, até impropérios dirigidos contra os supostos agentes do

---

<sup>156</sup> O Estado. DCE continua em poder do mesmo grupo estudantil. Teresina, 24 de maio de 1980, p. 4.

<sup>157</sup> O Dia. No campus uma passeata contra poeira. Teresina, 21 de junho de 1980, p.11.



DOPS infiltrados na manifestação (Idem). Entrava-se assim, guardadas as devidas proporções, em um clima político que mimetizava o das grandes capitais.

Observou-se também o início do esfacelamento da estrutura de representação montada sob controle da reitoria. O Centro Acadêmico de Economia tornou-se independente do Diretório Setorial Cromwell de Carvalho do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, realizando eleições para sua diretoria (JORNAL DO CENTRO ACADÊMICO DE ECONOMIA DA UFPI, Teresina, UFPI, maio de 1980). A iniciativa dos estudantes de economia, mais do que rebeldia contra a estrutura pré-concebida para as entidades estudantis da recém-instalada universidade, significou um primeiro passo no sentido de promover mudanças na forma de organização do movimento. Esse processo teve continuidade com iniciativa semelhante adotada pelos demais Centros Acadêmicos o que, longe de fragmentar o movimento na verdade veio contribuir para que se fortalecesse a representatividade do DCE-livre.

Apesar do crescente processo de afirmação da autonomia das entidades estudantis, a relação dialógica com a administração superior da UFPI manteve-se, como a preservar o fio de tradição que originara e constituíra a identidade da cultura política estudantil piauiense. Um indício dessa permanência foi a disposição da reitoria em assumir as despesas de envio e hospedagem da delegação piauiense ao 32º Congresso da UNE, o qual ocorreu em outubro de 1980 e assumiu importância especial por ter sido o primeiro após o Congresso da Reconstrução. Através de sua assessoria de imprensa, o então reitor José Camilo da Silveira comunicou sua decisão aos jornais locais informando “o cumprimento do que havia prometido, embora não reconhecendo a União Nacional dos Estudantes como entidade Estudantil” ( JORNAL DA MANHÃ. Reitor colabora com viagem de estudantes. Teresina, 8 de outubro de 1980, p.4). Como numa tentativa de continuar preservando parte da tutela sobre o movimento, em sua nova configuração, impôs porém duas condições: realização de registro

fotográfico e elaboração de um relatório sobre a viagem e os debates ocorridos no congresso<sup>158</sup>

A realização do 32º Congresso ocorreu em um contexto de agravamento da crise econômica brasileira e da crise de legitimidade do regime civil-militar. O foco das discussões, que no congresso de 1979 concentrara-se na reconstrução da entidade, deslocou-se para o debate em torno da situação nacional e seu impacto sobre a política de ensino superior aplicada no país. Nesse quadro, as denúncias e discussões de uma suposta iminente privatização do ensino superior ganhou corpo, induzindo os setores à militância estudantil, a dimensionar a crise educacional como apenas mais um aspecto de uma crise mais geral e profunda.

Naquela conjuntura, a greve geral passou a ser considerada uma importante arma de luta contra a crise educacional e a possibilidade do ensino pago em nível superior. A universidade e sua crise passou a ser tema de discussões que destacavam, principalmente, a necessidade de elevação das verbas públicas destinadas às mesmas. Foi nesse clima de debates, e com a finalidade de convertê-los em ação prática, que as entidades estudantis do movimento estudantil universitário ufpiano tornaram públicas um documento de convocação dos estudantes para três dias de paralisação.

O referido documento, cuja autoria foi assumida pelo DCE, Diretórios Setoriais, Centro Acadêmico de Economia e as Comissões Pró-Centros Acadêmicos, recorria a dados comparativos entre os períodos imediatamente anteriores e posteriores à implantação do regime militar com a finalidade de evidenciar a gravidade da crise. Além disso, buscava demonstrar que, no caso específico da UFPI, a crise agia “diretamente sobre os professores, na medida que lhe exige na esmagadora maioria dos casos, a simples recitação de uma aula” (Diretório Central dos Estudantes - DCE, Diretórios Setoriais, Centro Acadêmico de Economia, Comissões Pró-Centros Acadêmicos. UFPI, 1980, s.p.). Apontava também os seus efeitos sobre a própria estrutura física da universidade e sobre suas condições de funcionamento (IDEM).

---

<sup>158</sup> Idem

Na verdade, o documento divulgado seguia orientação retirada no 32º Congresso da UNE, no sentido de estimular uma discussão mais aprofundada sobre a situação das universidades públicas no País. Além disso, fazia eco ao movimento de docentes de ensino superior os quais, buscando articulação, tentavam viabilizar a criação de uma entidade que os representasse em nível nacional que fortalecesse sua luta por melhoria das condições de trabalho não só em sala de aula, mas também nas atividades de pesquisa e extensão.

No contexto coincidia a convocação de paralisação de protesto por docentes e discentes de ensino superior. No caso dos professores, a paralisação de dois dias foi convocada para a primeira quinzena de novembro. A UNE, por sua vez, deliberara em favor da greve antes mesmo da realização de seu congresso, ainda no mês de setembro de 1980. Foi assim que, em Teresina, mais uma vez os estudantes viram-se identificados com uma forma de mobilização tradicionalmente demonizada pelos setores mais conservadores da sociedade: a greve. Nesse momento, diferente do que se observara durante o movimento encabeçado pelos acadêmicos da FaDi em 1968, as motivações e argumentos em defesa a paralisação extrapolavam o universo restrito das questões estudantis

. Atendiam, no caso, à convocação da UNE e também, seguindo o *script* definido pela entidade desenvolveram um conjunto de atividades a fim de manter e reforçar a mobilização. Além de voltadas para angariar apoio a sociedade em geral, diminuindo a impopularidade da greve, tais atividades buscavam promover também o comprometimento de setores da sociedade política com o debate. Tal estratégia visava, em primeiro lugar, desgastar políticos e partidos alinhados com a ala governista, em encontros nos quais dividiam o espaço com estudantes e representantes políticos da oposição. Em tais encontros, o previsível ocorria: manifestações acaloradas, palmas, insultos e agressões. Um desses encontros e seu resultado previsível, no dia 9 de setembro, foi registrado pela imprensa:

Agressões, insultos, debates acalorados, vaias e palmas, tudo isto na greve dos estudantes universitários do Piauí, que ontem contou com uma platéia de 700 estudantes e participação de políticos, em maior número do Partido dos Trabalhadores. Os partidos políticos que foram

convidados pelos estudantes em greve se fizeram representar pelo Srs. Celso Barros (PMDB), Carlos Lobo (PDT) Wall Ferraz e Ribeiro Magalhães (PP) Francisco Leite e Antonio Rezende (PT) Moraes Souza e Joaquim Bezerra (PDS).<sup>159</sup>

A platéia, composta em sua grande maioria por estudantes, posicionara-se de forma agressiva e provocativa em relação aos representantes do Partido Progressista (PP) e Partido da Democracia Social (PDS) que, no Piauí, davam sustentação ao regime militar. Vaias e perguntas acusatórias contra os mesmos contribuíram para a instalação de um clima de tumulto:

O deputado Moraes Souza foi vaiado e cercado de perguntas pela maioria dos estudantes que condenavam o regime e ao mesmo tempo o sistema político do Estado. Já o professor Wall Ferraz, que representava o Partido Popular, agrediu a estudante de agronomia, Eugênia Medeiros, quando esta disse que não acreditava nos políticos que ali se encontravam, “que estes só tinham palavras bonitas, mas que jamais colaboravam com os estudantes, “como era o caso do professor Wall Ferraz, que foi prefeito de Teresina e nada fez pelos universitários do Piauí. [...]O deputado Moraes Souza, o “Mão Santa” representante do PDS foi o mais solicitado e ao mesmo tempo o mais vaiado.<sup>160</sup>

Apesar da posição de confronto adotado pelos estudantes, a reitoria da UFPI posicionou-se favoravelmente à greve, utilizando-se do emblema da democracia e do argumento de que tal posicionamento ocorria em defesa dos interesses da universidade ( O Dia, 3 de setembro de 1980, p.8).

Aos veículos de imprensa coube repercutir, com certo destaque até, o acontecimento que instaurava-se como a grande novidade política da capital piauiense. As posições assumidas oscilavam entre o apoio ao movimento - desde que também se verificasse em destaque o apoio de alguma autoridade – e a condenação, mediante a mobilização da já conhecida imagem ideal de um ME que deveria manter-se afastado de qualquer influência de interesses políticos.

Assim foi , por exemplo, a posição assumida pelo reitor Camilo Filho definida como prova de “habilidade política”, como também de certificação de que o movimento iniciado pelos estudantes era prova de que os mesmos se dispunham a protestar de maneira legítima e pacífica, “debatendo e estudando

<sup>159</sup> O Estado. Tumulto na reunião dos estudantes, Teresina, 10 de setembro de 1980, p.4 .

<sup>160</sup> Idem.

assuntos de real interesse deles próprios e do próprio sistema educacional brasileiro” (O ESTADO. Posição. Teresina, 9 de setembro de 1980, p. 2). As posições contrárias também obtinham o seu destaque, refletindo claramente as disputas políticas entre oposição e governo, em função de perspectivas eleitorais projetadas para o ano de 1982 .

Indicado pela direção do PMDB para representar o partido ao lado de Celso Barros Coelho na greve dos universitários, o ex-deputado Francisco Figueiredo não compareceu e alegou para a imprensa que “essa greve não passa de um movimento sem objetivos”,

Disse mais Chico Figueiredo que a greve, além de não ter objetivo estudantil não tem também alcance popular porque as proposições dos universitários não tem ressonância e explica: “a Universidade Federal do Piauí recebe dinheiro até demais, mas acontece que não é utilizado em favor do estudante pobre que não pode nem se inscrever para um vestibular devido o elevado preço da taxa de inscrição.”

Declarou ainda Figueiredo que “se o dinheiro que o Governo manda para a Universidade do Piauí não está dando é porque ali existe um verdadeiro empreguismo político feito descaradamente”.

O ex-parlamentar oposicionista afirma que aceitaria um debate em praça pública e não na universidade. No seu entender os grevistas deveriam vir a rua para dizer ao público que dinheiro existe na universidade mas não está sendo aplicado no ensino”.<sup>161</sup>

A acidez das acusações do ex-deputado, mesmo sendo ele filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro onde, em tese, o apoio ao movimento era irrestrito, eram dirigidas menos aos estudantes e mais à figura do reitor Camilo Filho. Explica-se a agressividade em função de que, naquele momento, a autoridade acadêmica representava um dos principais nomes do PDS às eleições para o governo do Estado, que deveriam ocorrer dois anos depois. Nesses termos, a ânsia de Chico Figueiredo em buscar minar politicamente um dos principais nomes da ala política oposta ao seu partido, terminou por colocá-lo numa estranha situação de contradição com a postura que se esperava de um líder da oposição ao regime civil-militar: apoiar o movimento político-reivindicativo que, naquele momento, ganhava contornos destacados. Mais do que isso, a posição assumida pelo ex-deputado peemedebista sugeria o reconhecimento de que o regime civil-militar estaria de fato comprometido com a melhoria da educação superior, sendo por isso as reivindicações estudantis inconsistentes.

---

<sup>161</sup> A Hora. Figueiredo critica a greve e acusa a universidade. , Teresina, p.2, 13 set. 1980.

Após o encerramento da paralisação, as lideranças avaliaram que o movimento havia sido positivo no sentido de chamar a atenção da opinião pública para os problemas relacionados ao ensino superior, permitindo transformar o tema em objeto de discussão entre integrantes da sociedade política. Consideraram também positiva a maior possibilidade de harmonização entre a forma de atuação das entidades estudantis em Teresina e as diretrizes de mobilização e luta estabelecidas pela UNE reconstruída, o que de certa maneira também teria contribuído para consolidar a autonomia do DCE da UFPI.

Apesar do reconhecimento dos aspectos positivos, as lideranças estudantis questionaram o nível qualitativo de participação dos estudantes em geral nos fóruns de discussão, apontando sua insuficiência (O DIA. 13 de setembro de 1980, p.7). Essa observação, tornada pública foi suficiente para que um dos principais jornais da capital, precisamente o que dispensou a maior cobertura inclusive com palavras de apoio sugerisse, em manchete, “o fracasso da greve” (IDEM). O fato, no entanto, é que a ocorrência e repercussão social do movimento contribuiu, em um contexto favorável, para a inclusão do instrumento “greve” como recurso permanente, e cada vez mais freqüente no encaminhamento de demandas gerais e específicas do ME local.

Já no ano seguinte, no mês de abril de 1981, a UNE convocou novo movimento de paralisação em decorrência de impasses nas negociações com o MEC. A convocação foi prontamente acatada pelas entidades estudantis de Teresina. Na pauta de discussão e reivindicações, porém, optou-se por dar ênfase a questões locais, bem como oportunizar uma ampliação da autonomia do ME ufpiano, de maneira a atingir todos os C. A's. A decisão em centrar foco nas questões locais, certamente, foi motivada pela avaliação negativa do grau de envolvimento dos estudantes não militantes nos debates. E ênfase em questões específicas da UFPI, esperava-se, poderia evitar que tal problema se repetisse.

As reivindicações, formalmente apresentadas à reitoria, organizavam-se em três tipos: estrutura e funcionamento da biblioteca com ampliação do acervo e dos horários de atendimento, diminuição do preço cobrado pela fotocópia na biblioteca; melhoria da estrutura de apoio ao acesso e permanência

dos estudantes nas dependências da UFPI, com maior incremento do Restaurante Universitário (RU) e do transportes público, além da ampliação do número de salas de aula; no plano curricular questionaram a qualidade dos cursos de curta duração e defenderam a introdução da disciplina Introdução à Filosofia em todos os cursos existentes na universidade (Jornal da Manhã, Teresina, 9 de abril de 1981, p. 5).

A imprensa, mais uma vez, repercutiu o movimento adotando um discurso ambíguo. Sem questionar a legitimidade da preocupação dos estudantes *com os destinos da educação e do mundo*, não reconhecia porém a aplicabilidade do protesto estudantil à realidade piauiense, reconhecendo-o muito mais como o produto da assimilação, pelo ME local, de influências de opiniões externas e totalmente diferenciadas:

[...] o que se sente entre todo o alunado universitário e uma total ignorância dos problemas piauienses, e até mesmo uma quase completa falta de informações sobre a realidade econômica e social do Estado, o que dificulta a condução dos debates, pois embora a greve seja um conduto para reivindicações nacionais, o Piauí deve, obrigatoriamente, ser analisado, na sua estrutura global, como um Estado diferente, pois é aqui que se concentram os mais graves problemas de ordem econômica, política e social neste País. Se os universitários de estados desenvolvidos no sul alinham um elenco de “propostas nacionais” a serem discutidas durante as greves regionais, convém destacar que muito dos “problemas” dizem respeito à economia e aos sistemas existenciais das universidades desses estados, pois como se sabe, a Universidade Federal do Piauí é bem aquinhoada com recursos federais, chegando mesmo a pagar altos salários aos seus professores e a comprometer vultuosas somas em cursos que se ministram todos os meses no Estado.<sup>162</sup>

Ao mesmo tempo, buscava assumir uma postura propositiva em relação ao próprio movimento, buscando assim pautar sua atuação:

Num outro plano, o estudantado universitário deverá orientar as discussões ao combate veemente ao empreguismo e ao pistolão, propondo o concurso público para todos os níveis. Estes dois péssimos hábitos piauienses são culpados de muitas anomalias existentes no processo de desenvolvimento do Estado.<sup>163</sup>

Como ocorrera na mobilização estudantil do ano anterior, um julgamento depreciativo também foi elaborado, dessa vez reproduzindo parte da

<sup>162</sup> O Estado.. A Greve Universitária. Teresina, 10 de abril de 1981, p. 4.

<sup>163</sup> Idem.

avaliação feita pelos próprios estudantes em relação ao movimento anterior. Firmava-se nos meios de imprensa, com isso, uma postura aberta de desqualificação do movimento a partir de um esforço de definição de um *ethos* para o estudante piauiense que, em suas marcas identitárias, seria contraposto a qualquer perspectiva de ações consideradas radicais. Retomou-se, como de costume, a velha imagem da natureza pacata e ordeira da “mocidade estudantil piauiense”.

No contexto de publicação da matéria, em que se exigia de setores capazes de influenciar a opinião pública uma postura de apoio às lutas pela redemocratização, o caráter supostamente passivo e pacífico é reafirmado como entrave a mudanças implicitamente reconhecidas como necessárias:

Sob o ponto de vista da conscientização universitária, a greve dos estudantes da FUFPI foi mais um fracasso da desnorteada juventude estudantil da Ininga. Os patéticos e controvertidos discursos proferidos na Praça Pedro II, além de frios e frágeis de conteúdo, não conseguiram sensibilizar sequer a platéia que compareceu ao local, formada, em sua grande maioria, por estudantes de cursinhos pré-vestibulares e de Unidades Escolares que resolveram assistir de perto o espetáculo circense da Pedro II. Sem um planejamento prévio e sem organização, sem lideranças e sem poder de persuasão, o chamado “comando de greve” não conseguiu atrair para a manifestação os próprios colegas, muito dos quais ainda hoje se divertindo na praia, para aonde foram depois que a greve foi decretada. Mais uma vez a indiferença parece contaminar uma geração inteira. Observa-se que os interesses pessoais, o individualismo, o egoísmo ainda predominam com estranha força sobre a sociedade piauiense, não a sensibilizando para as manifestações que poderiam atrair, pelo menos, os que estão direta ou indiretamente nelas interessados. A frustração da greve não pode ser debitada à desorganização do “comando”, já desorganizado em sua origem humana e estrutural, nem ao genial apoio do reitor Camilo Filho, que esfriou a excitação dos grevistas com uma atitude política de indiferença. O que aniquilou com a greve dos universitários foi a ingênua convicção de que o estudante piauiense está preparado para lutar em favor dos direitos da classe, por uma universidade livre e forte e por um futuro melhor. O sol do Equador que desaba sobre os ombros da juventude piauiense, não a faz apenas sofrer com seus dardejantes raios, mas leva-a também à demência, à preguiça e à incerteza. E estes não são, decerto, os instrumentos ideais para quem deve se preparar para enfrentar o futuro difícil que se anuncia.<sup>164</sup>

Dessa maneira, a imprensa teresinense assumia uma posição conservadora em relação ao ME, mas de maneira a direcionar suas rotulações

---

<sup>164</sup> O Estado. A Greve fracassada. Teresina, 11 de abril de. 1981, p.3<sup>1</sup>



não às pautas de reivindicações, que em si mesmas eram quase coercitivamente reconhecidas como legítimas. O que se procurava destacar, a fim de sustentar tal leitura conservadora, era tanto uma suposta inépcia do estudante piauiense como certa infensibilidade da sociedade piauiense a qualquer possibilidade de amplificar discurso supostamente deslocado da realidade por ela vivenciada, já que marcada por outros problemas considerados alheios aos da Ufpi.

Essa urgência da imprensa local em desqualificar a postura assumida pelo ME ufpiiano apelando a uma naturalização de uma suposta ausência de iniciativa, de conscientização e de capacidade de organização da juventude estudantil piauiense, além de repercutir o impacto de uma postura até então não definidora do caráter dessa mesma juventude, na verdade expressava também o interesse em manter aquela nova modalidade de ME sob tutela, agora da mídia. Revelava também um temor incontido: o de esquerdização do movimento.

A virada para os anos 80 representou para o ME piauiense o momento de assumir uma identidade com as tendências políticas de esquerda. Pode-se entender essa aproximação, levando-se em conta os aspectos supervenientes da realidade política que marcava o contexto da abertura política e crise do regime civil-militar, como um esforço de estabelecimento de novas marcas distintivas para a juventude estudantil local.

O clima de crescentes mobilizações em defesa da redemocratização, em que o Estado do Piauí encontrava-se mais integrado à realidade política nacional. Em Teresina a assimilação de projetos e discursos que moldassem uma agenda de mudanças sócioestruturais aparecia como um caminho para a conservação das condições de distinção da juventude universitária.

Ora, no início da década de 80 se colocou para o Movimento Estudantil brasileiro a obrigação de rerepresentar-se como movimento político de vanguarda, de maneira a atuar em duas frentes: a preservação ou, em casos mais extremos, invenção de uma retrospectiva dourada portadora de força legitimadora para o seu “estar” na transição dirigida e balizada pelo movimento em defesa da Anistia e pelo Movimento das Diretas-Já; ao mesmo tempo, ao ME em reconstrução delegou-se também o esforço de antecipar, na forma de um

projeto comum, o seu “ devir”, de forma a dimensionar o futuro de sua trajetória biográfica

Foi na experiência do período histórico em questão, portanto, que ressuscitaram velhos afetos sob a égide de certo ressentimento para com a memória de um passado em que repressão, prisões e mortes de militantes estudantis apresentavam-se na prática como uma experiência distante da experiência do ME piauiense. Entretanto, apesar de distante, apreendida se assim ao fosse e transformada em emblema político por tabela, tal engenharia psicossocial incorporou-se, a partir de então, ao legado de representações construídas por militantes, não engajados e observadores externos de maneira a acelerar o caminhar do ME ao encontro da identidade com partidos políticos de esquerda.

As eleições para o DCE, ocorridas em junho de 1981 demonstram esse processo. Foi eleita a chapa Nossa Voz, então encabeçada pelo estudante de Engenharia Civil Osmar Júnior, que, além de estudante, era militante político do Partido Comunista do Brasil, àquela época ainda na ilegalidade. Sua eleição dera-se numa aliança entre comunistas e petistas. A vitória do grupo assumidamente de esquerda, se por um lado cristalizou um novo modo de ser ou de apresentar-se para o ME local, por outro instaurou novas e crescentes divisões e disputas internas, as quais desenvolveram-se simultaneamente às mobilizações em defesa das demandas gerais da categoria. Novamente a imprensa amplificaria as ocorrências no interior do movimento:

[...] Osmar Júnior, confirmou ontem a existência de divergências políticas dentro do DCE – “o que não significa necessariamente divisionismo” – ressaltando que os dirigentes permanecem unidos na luta por melhores condições de ensino [...] a renúncia dos ex-secretários de Finanças, Victor, e de Cultura, Sales, ocorreram por outros motivos, [...] Sales renunciou [...] por causa do grande número de disciplinas que iria pagar neste segundo semestre [...] “Victor [...] está se preparando para ser transferido para a Paraíba.”<sup>165</sup>

Ao mesmo tempo, novas tutelas pareciam querer impor-se, como a buscarem a preservação de uma herança ainda em broto e que, apesar de

<sup>165</sup> **O Estado.** Presidente do DCE diz que há divergência., Teresina, 24 de novembro de 1981, p. 5.

atualizada e apontando sagitalmente para o futuro, precisariam de proteção. O meios de comunicação não deixaram passar em branco essa manifestação que, na falta de uma figura paterna que representasse a velha tradição posfigurativa, ao menos permitia evidenciar que ao presente que se desenhava faltava, no mínimo, unidade de discurso:

O ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes, Antônio Fonseca Neto, disse ontem que uma carta aberta aos universitários foi divulgada, anteontem à tarde, pelo Diretório do Centro de Ciências Humanas e Letras pede a renúncia do atual presidente da entidade, Osmar Júnior e de outros dirigentes “por terem se distanciado dos verdadeiros objetivos da classe.” [...] pela forma como se comportou a direção do DCE durante o 33º Congresso Nacional dos Estados, culminando com o apoio para a eleição da nova diretoria da UNE, sem antes ter havido um debate sobre a forma de escolha dos novos líderes.<sup>166</sup>

Simultaneamente, outras ex-lideranças do DCE pré-eleições livres também manifestavam seu descontentamento com a mudança de rumos do ME piauiense. Nessas manifestações, buscavam restaurar o discurso que defendia a unidade do movimento pela ordem, moral e disciplina, restaurando a imagem ideal do estudante construída pelos velhos condutores. Foi o caso de artigo publicado pelo estudante Pedro Alcântara, o qual havia sido importante liderança estudantil antes da ruptura promovida em 1979, que nas eleições de 1981, para o DCE da UFPI, antagonizou-se com a aliança de esquerda constituidora da chapa *Nossa Voz* ao concorrer `presidência da entidade pela chapa *Transformação*. Assim expressou-se o estudante:

O Congresso de Cabo Frio, ficará na história, como sendo o maior bacanal de todos os tempos já patrocinados pela entidade que se diz força máxima da estudiantada brasileira.[...] Tal como em Piracicaba, houve um festival de pornografias, com faixas, cartazes, panfletos e manifestações históricas, tudo sob a coordenação das esquerdas interessadas na queda do regime. [...] Aqui em Teresina, os estudantes que foram ao Rio na maioria, do Diretório Central, tendo a frente o presidente Osmar Júnior, voltaram decepcionados e revoltados com o que presenciaram, posto que, fizeram uma greve aqui protestando contra tudo e contra todos e quando chegaram a Cabo Frio se depararam com o mesmo sistema, e de tão envergonhados, estão se escusando de dar entrevistas a imprensa sobre o “Bacanal de Cabo Frio”.<sup>167</sup>

<sup>166</sup> O Estado. Estudantes pedem cabeça do presidente do DCE Teresina, 23 de novembro de 1981, p. 4.

<sup>167</sup> NASCIMENTO, Pedro Alcântara. O bacanal de Cabo Frio. IN: O Estado, Teresina, 26 de novembro de 1981

O processo de esquerdização do ME ufiano aprofundou-se, apesar das divisões internas do movimento, das pressões da mídia e reação de lideranças afinadas com outras posições políticas. Esse aprofundamento refletiu-se, por seu turno, nas formas de protesto. O ano de 1982 tornou-se mais um marco dessa mutação em um movimento que respondia cada vez mais aos efeitos do processo de massificação do ensino superior.

No início do ano, através de portaria, o MEC determinou a unificação dos preços das refeições nos restaurantes universitários de todo o país, além de determinar redução dos investimentos no setor. A tentativa de aplicação da portaria na UFPI representou o estopim para a deflagração de uma nova paralisação, desta vez e pontuada por um ingrediente ao mesmo tempo radical e dotado de certa espetacularidade para a cultura política local: uma greve de fome promovida por dez estudantes, após 15 dias de paralisação e de tentativas de negociações fracassadas entre a reitoria e o DCE.

A radicalização do protesto gerou um intenso debate no seio da mídia e da opinião pública. Em geral, as opiniões questionavam a legitimidade e mesmo autenticidade do ato. Outras propunham uma reflexão em torno da real necessidade da concessão do subsídio alimentar, sem critérios, aos estudantes universitários. E outras ainda saudavam a decisão dos estudantes como prova de unidade, força e iminente vitória.

No fragmento abaixo, segue uma nota em tom irônico que sugeriu uma comparação entre a dieta dos grevistas e a condição alimentar de um morador de periferia. A finalidade era, em tom de ironia, atribuir ao ato de protesto um sentido de afronta à população carente

A greve de fome dos universitários tem uma dieta: os dez grevistas tomam diariamente caldo de cana, geléia de mocotó, suco de limão e mel de abelha. Eles estão numa sala com ar condicionado e se deitam em colchões de molas.

---

Um espirituoso morador da Cidade Satélite perguntou como é que se faz para entrar nessa grave tocada a geléia, mel e caldo de cana, coisas que pelas bandas de lá ninguém sabe nem se existe.<sup>168</sup>

O tom de crítica mais contundente, entretanto, encontrou eco em afirmações que reconheciam o direito ao subsídio alimentar aos estudantes, questionando porém sua universalidade. Recorreu-se assim ao argumento de que:

[...]entre os estudantes alimentados por bandejões subsidiados estão filhos de famílias ricas de Teresina e o interior piauiense, tradicionalmente abastadas, capazes de pagar o justo preço pela comida que recebem na escola, aliás o que corresponde ao grande número de universitários que freqüentam o campus da Ininga, centenas deles que para ali se deslocam em carros de luxo.<sup>169</sup>

Construía-se, nesse caso, uma idéia implícita de que alimentação subsidiada em universidades publicas assemelha-se a um mecanismo de inverso de transferência de renda do mais pobre ao mai rico pois, para o mesmo jornal

[...] "comida grátis é algo que não existe", pois quando alguém está comendo a alimentação subsidiada, é evidente que alguém paga para que isso ocorra e é injusto que uma sociedade de pobres pague para que alguns ricos se aproveitem para comer também, invariavelmente aqui ostentadores de riquezas.<sup>170</sup>

A matéria encerra-se com uma proposição que, pelo tipo de raciocínio empregado, apelou para uma cosmovisão bastante cara ao pensamento de esquerda. Consistia a mesma em apontar uma solução que passasse por uma triagem que definisse uma divisão entre sujeitos merecedores e não merecedores do subsídio alimentar. A lógica da divisão de classes nesse caso amparava um argumento que sustentava, de acordo com critérios oriundos de uma visão social de mundo simpatizada pela maioria das lideranças estudantis, o projeto governamental de corte nas verbas para os restaurantes universitários:

---

<sup>168</sup> O Estado. Greve de fome. Teresina, abril de 1982, p. 6.

<sup>169</sup> O Dia .Greve boba. Teresina, 27 de abril de 1982, p.2

<sup>170</sup> Idem

O mecanismo deveria ser aplicado apenas para quem não pudesse comprar e para que essa discriminação fosse feita, bastava a classificação nas fichas de estudantes: o pobre, o filho do trabalhador merece comer gratuitamente, mas o filho do desembargador, do médico, do industrial e do secretário de Estado, não pode gozar desse privilégio.<sup>171</sup>

A vitória do movimento foi evidente com a fixação do preço do bandejão, pela reitoria, em menos de um quarto do valor definido pela portaria do MEC. Ao noticiar o resultado final do movimento, um jornal local seguiu um roteiro de exposição do processo bem sugestivo dos valores que informavam os redatores sobre o ME.

Em primeiro lugar, uma associação entre o sucesso do movimento e o fato de o mesmo ter sido conduzido de forma moderada:

O movimento grevista encenado por alguns dias no campus da Universidade Federal do Piauí, embora tenha sido pautado de posições negativas, teve um saldo visivelmente positivo, com a vitória da unidade estudantil, que procurou, por meios pacíficos e sempre adstrita ao diálogo, buscar saldos que atendessem a reivindicação em torno da redução do preço do bandejão, que foi considerado extorsivo e distante dos degraus de uma majoração justa.<sup>172</sup>

Em segundo lugar, a definição do episódio da greve de fome como o resultado imprevisto da ausência, em determinado momento, de canais satisfatórios de negociação entendimento. Assim entendida, a greve assumia o *status* de acidente inesperado, indesejado e transitório de percurso, cuja lógica seria uma solução satisfatória:

A greve de fome encenada corajosamente por 12 jovens foi na verdade, um esforço para a distensão dos entendimentos que, por alguns ângulos se tornaram tensos, mas sempre com perspectivas de retomada e recuos táticos para a espera de outros avanços.<sup>173</sup>

E, por fim, o destaque elogioso à sensibilidade da administração superior da UFPI no sentido de reconhecer o caráter não político, mas sim reivindicativo do movimento. Identificou-se, com isso, o que seria uma prova material da cultura política da UFPI, herdeira da tendência ao diálogo e à busca de soluções pacíficas para os impasses:

---

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> O Dia . Vitória da Unidade., Teresina, 29 de abril de 1982, p.3.

<sup>173</sup> Idem.

A reitoria comportou-se no pós – greve com extraordinária lucidez, inclusive tomando a iniciativa de anistiar o forte contingente grevista das faltas as aulas, cujo abono evidenciou a vitória dos que estiveram no estribo de uma luta que foi deflagrada em todo do país em tom reivindicatório e não de protesto como alguns setores apressadamente antes interpretaram.

O diálogo no campus da Ininga, em Teresina, foi sempre freqüente, onde soluções foram buscadas, embora os anti – grevistas tenham saído do episódio um pouco chamuscados. Relativamente, mostraram a força de vontade e capacidade para negociação, que buscou, no bojo dos entendimentos, a compreensão e o reconhecimento lúcido da reitoria, na fixação do bandeirão, que deveria custar 130 cruzeiros em apenas 25 cruzeiros.<sup>174</sup>

A celebração do resultado tinha, em grande parte, algo a dever à sensação de que uma situação tensa havia sido contornada com habilidade, já que dias antes estudantes e Polícia Militar quase entraram em confronto. Na ocasião, ocorrida precisamente no dia 20 de abril, a polícia intervirá no sentido de desmobilizar um ato público que deveria ocorrer na Praça Pedro II, sempre eleita como principal local público de protestos estudantis e sindicais.

A intervenção policial atendia à solicitação do Secretário de Segurança do Estado, o qual se respaldava em portaria da própria Secretaria de Segurança, a qual vetava manifestações sociais de conteúdo reivindicativo e político nas principais praças e logradouros públicos de Teresina (Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí. Portaria 4, de 11 de Janeiro de 1982). Em verdade , a mobilização de um aparato policial para intimidar o movimento apenas contribuiu para dar mais visibilidade ao mesmo, reforçando a tendência já observada junto a opinião pública de conceder apoio aos estudantes e assim forçar um recuo da administração da UFPI.

A vitória da greve de 1981 representou mais um importante passo no processo de aproximação do ME com o ideário de esquerda e com uma postura de confronto com a reitoria da UFPI. Paralelamente, porém, os antagonismos internos entre as facções políticas internamente representadas também se transformarem em uma marca que, a partir de então, instituiu-se no movimento. As eleições para o DCE, em 1983, viriam mais uma vez comprovar esse fato, como também incorporar ao universo de discursos e representações políticas do

---

<sup>174</sup> Idem.

ME ufpiano, como foco de discussões e proposições, as questões referentes à realidade nacional.

Em 1983 a facção estudantil diretamente ligada ao PC do B, que já assumira o poder no ano anterior em aliança com os petistas, confirmou a sua hegemonia isolada com a vitória da chapa *Viração*. Assumiu a presidência da entidade o acadêmico de engenharia Marcos Lopes, com uma plataforma que associava os problemas da UFPI à situação de crise geral em que vivia o país. No que dizia respeito à política acadêmica, os membros da *Viração* ressaltavam a crescente perda de representatividade do DCE, apesar das mobilizações ocorridas nos anos anteriores.

Para promover uma mudança de cenário, a gestão *Viração* difundiu um conjunto de finalidades específicas em que se combinavam, para fins de aglutinação e mobilização política estudantil, aspectos tais como a moralização dos mecanismos de contratação e permanência de funcionários da universidade, melhoria dos aspectos físicos da universidade, bem como do serviço de assistência social aos estudantes.

Novamente a greve despontou como instrumento de pressão mas, apesar de sua longevidade ter sido a maior por ter durado ao todo 23 dias, pouco se conseguiu alcançar em termos de resultados efetivos. Três razões podem ser apontadas como responsáveis pelo fracasso. Uma delas relacionada ao impacto social reduzido da iniciativa. As outras duas decorrentes das próprias mutações ocorridas no discurso e na própria dinâmica interna do ME.

Em primeiro lugar, o nível de adesão estudantil não alcançou o mesmo patamar que o das mobilizações anteriores. Os jornais sequer deram a importância de antes ao movimento, o que contribuiu para diminuir a sua visibilidade junto à opinião pública.

Em segundo lugar, a pauta de reivindicações tornou-se cada vez mais genérica, sem relação direta e mais palpável com as questões mais imediatas e diretamente relacionadas ao dia-a-dia dos estudantes. O discurso de moralização do serviço público, ainda que aplicado à universidade, no máximo conseguiu



angariar a simpatia da categoria representada, sem que entretanto isso tenha se configurado razão suficiente para o envolvimento em mais um movimento paredista.

Em terceiro lugar as crescentes divisões e disputas internas no movimento, as quais opunham comunistas e petistas, muito embora tenham contribuído para uma maior politização do movimento, produziu efeitos colaterais prejudiciais à capacidade de promover mobilizações significativas. As crescentes divergências entre dois grupos passaram a ser consideradas, pelos representados, como indício de crescente partidarização do movimento.

Perceba-se que se colocou em evidência, nesse caso, não o distanciamento entre o ME e o campo da política, mas a identificação cada vez maior do movimento com determinados partidos políticos. A politização, por seu turno, rendeu ainda mais uma bandeira de luta sintonizada com as expectativas de retorno da democracia que arrastou a sociedade brasileira entre o segundo semestre de 1983 e o primeiro semestre de 1984: o movimento pelas “Diretas Já”.

Iniciado oficialmente no dia 27 de novembro de 1983 na Praça Charles Miller, em São Paulo, o movimento alastrou-se por todo o país como a coroar um outro conjunto de manifestações anteriores, as quais foram, aos poucos, enfraquecendo o regime civil-militar. A emenda Dante de Oliveira, “emenda das diretas”, incorporou todos os prognósticos de melhoria da situação política do país. Viria, porém a ser derrotada no dia 25 de abril de 1984.

O DCE da UFPI, seguindo orientação da UNE que participou ativamente da organização da campanha, distribuiu panfletos de apoio à emenda integrou o Comitê Estadual Pró-Eleições Diretas, que organizou o “Comício das Diretas” em Teresina, Kotscho (1985), assim descreve o evento:

Eu não posso ir porque já estou com a agenda tomada - Mas estamos na mesma luta". "Esta foi a resposta dada pelo Vice-Presidente Aureliano Chaves ao ser convidado para participar do comício pelas eleições DIRETAS, ontem a noite em Teresina, que reuniu mais de 25 mil pessoas, na Praça do Marquês de Paranaguá. O convite foi feito oficialmente em nome do comitê Estadual Pró-Eleições Diretas do Piauí, pelo Presidente da OAB local, Reginaldo Furtado, assim que Aureliano Chaves desembarcou ontem de manhã no Aeroporto Santos Dumont".

O comício com Ulysses, Dotel De Andrade, Lula, Fretas Nobre, Alberto Silva ( PMDB Pró-Diretas, Wall Ferraz e outras lideranças locais, foi um sucesso absoluto, pois 25 ou 30 mil pessoas, sem a participação de artistas, representava 10% da população da Capital, o mesmo que um milhão de pessoas em São Paulo à época. O vereador Deusdeth Nunes, "o garrincha", foi um dos destaques do comício com sua literatura de cordel. Ao terminar Garrincha sentenciou: "Fé na gente e pau nas indiretas".<sup>175</sup>

A participação do DCE na campanha das Diretas, porém, não foi suficiente para realçar novamente a sua importância em face dos seus representados. Além de ter dividido espaços com outras entidades representativas da sociedade civil piauiense, o foco da campanha não dizia respeito diretamente a questões acadêmicas. Após a derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, o DCE fez distribuir mais panfletos no campus universitário. Dessa vez, expondo os nomes dos parlamentares piauienses que haviam votado a favor e contra a emenda:

[...]A favor das Diretas Já, votaram: CIRO NOGUEIRA, PMDB, HERÁCLITO FORTES, PMDB, JONATHAS NUNES, PDS, e WALL FERRAZ, PMDB. Votaram contra: MILTON BRANDÃO, PDS, e TAPETY JUNIOR, PDS. E se ausentaram da votação CELSO BARROS, PDS, JOSÉ LUIZ MAIA, PDS, e LUDGERO RAULINO, PDS.[...].<sup>176</sup>

A campanha das Diretas para presidente, porém, embalou uma outra campanha que, iniciada ainda no mês de maio, viria a tornar-se um dos últimos elementos de reaglutinação e mobilização dos estudantes da UFPI, sob orientação de suas entidades representativas. A campanha em favor das "eleições diretas para reitor" fora impulsionada pela ampla mobilização política nacional em torno do mote "eu quero votar pra presidente". E ganhou ainda mais força com a frustração causada pela derrota da emenda Dante de Oliveira. "Eleições para reitor" passou então a ser a nova palavra de ordem do ME Ufpiano.

A mobilização, além do estímulo político, ganhava ainda legitimidade em função de emenda parlamentar, aprovada em novembro de 1983 pelo

---

<sup>175</sup> KOTSCHO, Ricardo. Explode um novo Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.34.

<sup>176</sup> Comitê Estadual Pró-Eleições Diretas. Traidores do povo. Teresina, 29 de abril de 1984.

Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. A referida emenda autorizava a elaboração de listas sêxtuplas, pelos Conselhos das Universidades federais, que passariam a elaborar listas sêxtuplas, afim de enviá-las ao Presidente da República que então indicaria um dos nomes para ocupar o cargo de reitor das instituições federais de ensino superior.

A importância da decisão dava-se pelo fato de aproximar a comunidade do processo de escolha dos reitores das universidades federais. A função, atribuída ao Conselho Universitário e ao Conselho Diretor da UFPI, para escolher os nomes que constariam na lista sêxtupla entre os dias 18 de julho e 17 de agosto, abriu possibilidade para que as entidades estudantis buscassem exercer alguma influência na definição dos nomes.

De fato, eleições foram realizadas pelos estudantes, os quais apresentaram sua escolha que foi incluída na lista dos “reitoráveis”. A presidência do DCE, na época, era exercida pela estudante de Serviço Social, Valéria Silva, que assim descreve o processo:

[...]Lembro que, em minha gestão – eu poderia destacar entre as questões que ganharam mis notoriedade a eleição para reitor – nós fizemos a eleição, elegemos o professor Padre Raimundo José Airemoraes e isso não foi respeitado. Foi nomeado o professor Nathan Portella à época e os estudantes se manifestaram veementemente [...] <sup>177</sup>

A partir de então, a despeito de crescente crise de representação ocasionalmente intercalada por momentos de mobilizações de maior impacto em torno de demandas ocasionais e urgentes, o ME da UFPI passou a ter na possibilidade de influenciar decisivamente a eleição para reitor uma permanente bandeira de luta, evidenciada de quatro em quatro anos. A busca de uma retomada do diálogo mais próximo com o poder, como nas origens, mas agora pautada no direito de escolha, representou, a partir de então um elemento identitário, não específico ou exclusivo, do ME piauiense.

---

<sup>177</sup> SILVA, MarluCIA Valeria . IN: DCE Livre – 30 anos. Teresina: Fundação Quixote/Coordenadoria de Comunicação do Governo do Estado do Piauí (CCOM), 2009, p.39.

## CONCLUSÃO

O movimento estudantil piauiense não foi um espaço de experiências isolado, assim como a cultura política da juventude engajada no mesmo não representou uma anomalia na dinâmica histórica do ME brasileiro. Essas duas afirmativas podem parecer estranhas, se confrontadas ao plano de abordagem e problematização do objeto de estudo da presente tese.

Ao longo, principalmente, dos três últimos capítulos buscou-se caracterizar a trajetória das atuações e experiências do ME, no Piauí, de maneira a destacar-se a constituição de uma tradição local. Foi defendida a ideia de que, ao longo de quase meio século essa tradição manteve-se cristalizada, a definir um perfil de comportamento coletivo sedimentador de hábitos e *status* socialmente distintivos aos estudantes, principalmente de ensino superior.

A distinção social atribuída e reconhecida aos estudantes e suas entidades representativas no Piauí revelou-se, desde o surgimento da primeira entidade estudantil durante a década de 30 até o final da década de 70, um dos esteios definidores dos tipos de relações entre este segmento e as esferas institucionais constituintes da sociedade política. Tais relações, em uma trajetória histórica em espiral, implicaram uma identidade de posicionamento que caracterizou uma posição a ocupar, um papel a assumir e uma imagem a cultivar e preservar no sistema de representações e valores sócio-culturais circulantes na sociedade piauiense.

Tais valores, característicos de uma sociedade ainda bastante provinciana do ponto de vista da configuração sócioambiental, impostavam uma realidade em que a noção de tradição obliterava ou, pelo menos, exercia o peso de um direcionamento e tutela coercitivos sobre os impulsos de mudança, ou mesmo de incorporação de pequenos ajustes ou acréscimos incorporados pelos estudantes. Erigiam os esteios de uma sociedade posfigurativa, em que os códigos que orientavam a conduta política da juventude estudantil encontravam um anteparo nas gerações mais velhas, elevadas à condição de salvaguarda de uma herança histórica que durante muito tempo manteve-se como eixo orientador das ações reivindicativas e políticas estudantis.

Nesse esquema de relações e representações constituiu-se o *ethos* do ME piauiense, a partir da designação de uma imagem de si mesmo e para si mesmo. Essa imagem, situando-se no horizonte social de sua constituição, revelou-se um dispositivo de confinamento das práticas do ME em um conjunto de códigos de conduta e de representações.

Na verdade destacava-se na imagem/identidade, construída em interlocução com a sociedade política, o reconhecimento de algumas prerrogativas decorrentes da posição de estudantes, sendo a principal o direito de se constituírem como sujeitos dotados da competência para falarem de sua condição e apresentarem suas demandas.

Entende-se, nesse sentido, o ME no Piauí como uma das primeiras expressões de formas de comportamento e organização coletivos fundados em uma plêiade de valores comuns e dotados de capacidade de definir formas de ação de impacto social e, inclusive, influenciar resultados na medida permitida pela dinâmica social. Iniciado formalmente, e com pronto reconhecimento oficial, com a fundação do Centro Estudantil Piauiense (CEP) em 1935, o movimento consolidou, durante muito tempo, a sua continuidade de maneira independente de tensões ou conflitos sociais.

Sua estabilidade enquanto forma de agregação de um grupo específico estava associada ao compartilhamento, pelos membros desse grupo, de um destino e uma consciência comuns. Essa consciência comum gravitava em torno

de inventários discursivos em que valores como ordem e civismo orientavam suas ações de forma a manter, a um só tempo, certa unidade interna ou, no mínimo, previsibilidade de conflitos.

Aos sujeitos constituintes do movimento cabia autoinvestir-se dessa imagem, dela tirando proveito no sentido de dimensionarem exigências e até mesmo defenderem valores políticos. A distinção dos militantes integrados ao ME resultava dessa habilidade em se autoconstituírem sem tensionarem as intersecções existentes entre si mesmos, enquanto agentes reivindicativos e políticos, e a dinâmica que marcava a sociedade e a política locais. De uma proximidade que buscavam estabelecer com o poder, resultavam todas as perspectivas de sucesso, como também os seus riscos.

É correto, e não poderia ser de outra forma quando se adota um ponto de vista histórico, que a citada identidade resulte das condições estruturais em que se dava a sua produção. E estas condições estavam inscritas nas situações de comunicação pré-estabelecidas com as elites políticas e culturais do Estado. Dessa situação de comunicação resultavam as estratégias postas em funcionamento para as negociações das demandas supervenientes à condição estudantil.

Mediante potencialização da associação da imagem do estudante com o mito do esperado progresso econômico e cultural do Piauí, ofuscavam-se os fatores geradores de ruídos na sintonia do ME e estabeleciam-se as facilitações para a satisfação de demandas. Tais demandas todavia não representavam, quando explicitadas, elementos que em si mesmos pudessem comprometer a possibilidade de diálogo com as instâncias de poder como meio de solução de possíveis impasses.

Ordem e disciplina, civilidade e progresso, como também suposta isenção em relação a qualquer compromisso político eram valores que emolduravam o comportamento reivindicativo. Constituíam, na verdade, as representações simbólicas ou sínteses representativas de estruturas sociais nas quais o movimento estava inserido e das quais era também um subproduto. Dessa forma, sua assimilação pelos integrantes do ME pode ser avaliada como a

incorporação de estruturas sociais pelos agentes, de maneira a produzirem nestes últimos um *habitus* ou predisposição durável a agirem de determinada maneira.

No caso do ME piauiense essa predisposição resultava, em geral, na canalização de energias para fins mais modestos e na não incorporação de uma pretensão de expressar, como movimento, uma agenda que incorporasse finalidades associadas a uma crítica social ideologicamente identificada com um ideário politicamente radical. Isso fez com que o movimento preservasse certa capacidade de diálogo com as instâncias para as quais eram dirigidas as reivindicações, mesmo quando esteve mais próximo do nacional-estatismo de matriz petebista, no final da década de 50 e início dos anos 60, ou quando buscou deliberadamente identificar-se com as correntes de esquerda que surgiam ou que se reconstituíam durante o processo de abertura política, em fins dos anos 70 e início dos anos 80.

Assim sendo, mesmo quando se deslocava no espectro político no sentido de seguir uma tendência verificada no ME em nível nacional, a cultura política estudantil no Piauí conservou para si uma dimensão própria. Essa dimensão revelava-se na possibilidade, mantida como um patrimônio em que não faltaram zelosos guardadores posicionados do lado de fora do movimento, mas ostentando o *status* de demiurgos do mesmo, de conservação de uma unidade interna no grupo.

Nas situações de conflitos e rupturas internas ou de mobilizações que extrapolassem os limites do convencionado pela tradição, como ocorreu respectivamente nas décadas de 50 e 70, observavam-se porém os efeitos de uma contradição entre a identidade coletiva existente e apropriada pelo movimento e novas relações sociais e políticas impostas por reajustamentos da realidade. Essa situação obrigava a promoção de atualizações sem comprometimento da tessitura do movimento.

Isso se fazia sem maiores dificuldades, pois ,até um certo momento histórico, era absolutamente desnecessária a filtragem de muitos elementos da cultura geral da coletividade estudantil que pudessem representar grandes riscos

à preservação de um grupo, ainda minoritário, integrado ao movimento. As lideranças, bem como os demais sujeitos engajados constituíam-se mais facilmente como vanguarda na medida em que o coletivo que representavam, como tal, ainda não havia se constituído como massa, em termos quantitativos.

Na verdade, é correto admitir que o próprio movimento procedia segundo uma regra geral ou padrão de comportamento, cuja lógica era a submissão a fatores condicionantes. Primeiro, os considerados pais fundadores do movimento, ex-militantes que ainda continuavam exercendo influência, dentre elas destacavam-se as intervenções do professor Moaci Madeira Campos e Simplício Mendes. Em segundo lugar as expectativas diretamente associadas ao território existencial da juventude estudantil também constituíam importantes fatores de unidade ou de atualização histórica do movimento, como ficou demonstrado nos processos de mobilização em defesa da fundação da Universidade Federal do Piauí ou de implantação da Casa do Estudante Pobre do Piauí.

Nesses exemplos, observou-se algo que geralmente o que se define como “controle social” revela sua eficácia como produto de uma imaginação social compartilhada (GIRARDET, 1987; BACZCKO, 1984). No caso em espécie, o respeito à figura paternal dos tutores e adesão a um mito de interesse representaram, no Piauí, diques de contenção de possíveis precipitações do ME na aventura política do romantismo revolucionário.

Para essa contenção, muito também contribuíram as respostas apresentadas pelo Estado agente nos momentos em que a sua relação com o movimento revelava um certo potencial de conflito. Tanto nos casos das mobilizações em prol da CEPP e da UFPI, como no episódio do atraso nos pagamentos dos professores da FaDi, em 1968, as respostas oferecidas pelo Estado foram positivas. Isso era fator suficiente para a conservação do ME nos marcos reivindicativos, evitando-se assim a sua transmutação para movimento político.

Quando se deu a efetiva e duradoura politização do movimento, já no final da década de 70 e início dos anos 80, tal fato deveu-se tanto à capacidade



do movimento ampliar seus seguidores quanto à influência exercida por uma realidade nacional amplamente marcada pelas mobilizações em favor do fim do regime civil-militar. Nesse contexto, em um Piauí já amplamente integrado à dinâmica política nacional, verificou-se uma visível quebra dos padrões tradicionais de ação do ME.

Mais do que isso, a busca por novas formas de engajamento e exercício político foram capazes de remodelar o movimento, influenciadas por outros referenciais que não os oriundos do posfigurativismo da tradição anterior. Tateavam-se novos rumos e buscava-se reelaborar a identidade do movimento, ao preço de uma maior inserção de modos de se organizar e agir dimensionados pelas palavras de ordem de uma UNE reconstruída.

É certo que houve, portanto, dois momentos. O primeiro deles foi o da filiação a um campo político conservador, debitário de uma prática política corporativista hegemônica quando da criação da primeira entidade estudantil no Piauí na década de 30. O segundo, nos estertores finais da ditadura civil-militar implantada no Brasil em 1964, em que o movimento associou a postura reivindicativa a um conteúdo político de esquerda.

Nos dois momentos, porém, observou-se a assimilação identitária de uma missão e de um lugar específicos, em um campo político diferenciador, o distintivo. Essa assimilação, entendida como forma de atualização com a realidade, buscava o reconhecimento prévio do grupo, minoritário e politicamente qualificado, como elaborador e defensor legítimo dos interesses do coletivo em oposição a outros projetos considerados menos recomendáveis, fosse pelo seu caráter subversivo, dispersante ou reacionário.

Nos dois casos também verificava-se certo grau de investimento no passado como imagem especular a ser imitada. Esse investimento afetivo no passado resultava mesmo em sua transferência para o tempo presente, bem como um simultâneo deslocamento deste para um contexto invisível. O fenômeno caracterizou-se portanto como a presentificação de um tempo substituto ao presente e por uma incorporação, pelo ME, de narrativas externas e

institucionalizadas, forjadoras de sua identidade, em que se evocavam figuras alegóricas de si responsáveis por sua identidade unitária.

Em um primeiro momento, de 1935 aos anos 70, a alegoria da ordem e do progresso herdada da geração fundadora do movimento. Em um segundo momento, a partir do fim da década de 70, a alegoria da rebeldia reformista ou revolucionária, herdada das narrativas a respeito de uma heróica geração filiada uma data, também fundadora: 1968.

Também nos dois casos, essas imagens um tanto fantasiosas tornavam-se plausíveis para o movimento na medida em que retiravam sua força não só da autoridade dos outros, guardiães e narradores da memória do mesmo, mas também da própria realidade marcada pelos motivos palpáveis que estimulavam tanto o ideal de unidade como o de mobilização do grupo. Narrativas que tornavam perfeitamente crível o que o historiador João Alberto Saldanha (2005) definiu como “o mito do Poder Jovem”. Narrativas que, como ficou demonstrado no primeiro capítulo, são também instituintes de versões canônicas modeladoras da própria memória e história do movimento. Modelagem que se dá tanto no que reporta ao ME brasileiro, quando se centra o foco tão somente na atuação da UNE, desprezando outras experiências, quanto ao ME piauiense, quando se concentra a atenção apenas na experiência de construção de um DCE-Livre na UFPI.

Buscou-se com essas reflexões, como já foi colocado no início dessa conclusão, evidenciar a especificidade do ME no Piauí em determinado período de nossa história (1935 a 1984). Ao mesmo tempo reafirma-se que o destaque concedido às especificidades da cultura política que informava o mesmo, não significa dizer que se tenha abordado ao longo deste trabalho uma experiência isolada ou anômala.

Pelo contrário, uma cuidadosa reflexão em torno do que foi apresentado sobre o objeto de estudo, permitirá perceber que o ME piauiense não inventou a destacada relação de proximidade e diálogo com o poder. Na verdade, apenas reproduziu e reiterou um perfil comportamental com matriz constituída na própria origem do ME brasileiro, a partir de uma experiência histórica que tem a Casa do

Estudante Brasileiro (CEB) como seu marco fundador e a UNE como o seu eixo condutor.

Nos dois casos, tem-se exemplos de entidades de representação estudantil muito bem relacionadas com os centros governamentais. A CEB, em suas relações com o último governo antes da Rebelião de 1930 e depois, pelo menos até 1938, com o governo Vargas. A UNE, no momento em que a entidade se fez reconhecer como centro unificador das demandas estudantis em plena Ditadura do Estado Novo.

Nesse sentido o ME piauiense, inicialmente através do CEP, mas mesmo posteriormente até os anos 70, apenas protelou um processo de esquerdização que, no caso da UNE e de outras entidades estudantis espalhadas Brasil afora, ocorreu bem mais cedo, a partir dos anos 50. Não inventou uma tradição particular, apenas manteve-se fiel a uma anterior tradição nacional. Herdou e guardou, portanto, um patrimônio de práticas que lhe angariou, do ponto de vista político, pelo menos dois ganhos evidentes: a ausência de mobilização de recursos repressivos estatais que tenham desmantelado de maneira traumática as suas entidades – ainda que isso não tenha representado a total ausência de repressão - e a abertura, em quaisquer que fossem as conjunturas políticas de canais de participação e debates sobre questões de interesse estudantil.

Quando sobreveio enfim, o processo de remodelamento da identidade do movimento, de maneira a aproximá-lo abertamente de um ideário e de práticas de mobilização inspiradas em uma cultura de esquerda, essa vinculação a uma tradição de caráter nacional orientadora da cultura política estudantil apenas ganhou visibilidade imediata e atualizada. Nesse momento, pela remoção de um entulho representado pelo já desgastado argumento da demonização da política enquanto motivação do engajamento estudantil, o ME piauiense passou a constituir-se a partir da manipulação de uma outra imagem de si, como também comunicar-se com a utilização de outras palavras de ordem.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Zilah Wendel e MAUÉS, Flamarion. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon de. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e WEIS, Luiz. *Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1981.

ANSARTI, Pierre. *História e memória dos ressentimentos*. IN: BRESCIANI, Maria Stela e NAXARA, Márcia. *Memória e Ressentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

ARANTES, Aldo e LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1997.

BASUALDO, Carlos. *Tropicália: uma revolução na cultura brasileira*. São Paulo: Cosac e Naify, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BENEVIDES, Silvio César. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra*. IN: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, Porto Alegre: ZOUK, 2008.

BRESCIANI, Stela e NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *As revoluções utópicas da década de 60*. São Paulo: Editora 34, 2005.

BUZZONI, Henrique d Aragona. *Arcadas no tempo da ditadura*. São Paulo: Saraiva, 2007.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a Invenção da Tropicália*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

\_\_\_\_\_. *Artistas diáspóricos, literatos desviados: fanzines, cultura ordinária e literatura menor*. In: Adad, Shara Jane Holanda Costa; BRANDIM, Ana Cristina Meneses de Sousa; RANGEL, Maria do Socorro. *Entre línguas: movimento e mistura de saberes*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. *Juventude em movimento: um estudo sobre a constituição do Movimento Estudantil como categoria histórica*. Teresina: Universidade Federal do Piauí (UFPI-CCHL), 2007 (Dissertação de Mestrado).

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand/DIFEL, 1990.

CHASIN, André. *Algumas considerações a respeito do Movimento Estudantil*. In: *Revista Brasiliense*, nº 38, nov/dez 1961, p. 154-157.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

COHN, Sergio e PIMENTA, Heyk. *Encontros: Maio de 68*. São Paulo: Azougue, 2008.

DCE-LIVRE "ALEXANDRE VANUCHI LEME". *Apesar de tudo – UNE Revista - MEMOREX: elementos para uma história da UNE*. São Paulo: Edições Guaraná, 1978.

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2004, v. 1 e 2.

DIRCEU, José & PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro : Espaço e tempo: Garamond, 2003.

DREYFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 2006.

DUTSCHKE, Rudie. *As pedras são impotentes*. COHN, Sérgio e PIMENTA, Heyk. Maio de 1968. Rio de Janeiro: Editorial Azougue, 2008.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2007.

EUGENIO, João Kennedy (Org.). *Histórias de vários feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FONSECA NETO, Antonio dos Santos. *Movimento Estudantil no Piauí ( Parte )*. IN: Revista Cadernos de Teresina. Dezembro de 1994

\_\_\_\_\_. *Movimento Estudantil no Piauí( Parte II)*. IN: Revista Cadernos de Teresina. Abril de 1995.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONTENELLE, Sérgio. *DCE-LIVRE: 30 ANOS*. Teresina: Fundação Quixote, Coordenadoria de Comunicação do Governo do Estado do Piauí – CCOM.,2009.

FONTENELES, Cláudia Cristina da Silva. *Ente Heráclito e Parmênides: a modernização em Teresina nas décadas de 1969 e 1970*. In: FRANCO, Roberto Kennedy Gomes e VASCONCELOS, José Gerardo. (Orgs.). *Outras histórias do Piauí*. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

FORACCHI, Marialice M. Nogueira. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira..* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FOURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FOURET, François e OZOUF, Mona (Orgs). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FRYE, Northop. *O caminho crítico*. São Paulo: Perspectiva, 1973.



FUKUYAMA, Francis. *Capital Social*. In: HARRINGTON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. *A cultura importa: os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice ( Org.). 1968: Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

GROPPO, Luís Antonio. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

GROPPO, Luis Antonio; FILHO, Michel Zaidan; MACHADO, Otávio Luiz. *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Recife: Editora Universitária-UFPE, 2008.

GURGEL, Antonio de Pádua. *A rebelião dos estudantes*: Brasília, 1968. Brasília: Editora REVAN, 2004.

GUATARIE, Felix. *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HERMANN, Arthur. *A idéia de decadência na História do Ocidente*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLZMANN, Lorena, PADRÓS, Enrique Serra. *1968: contestação e utopia*. Rio Grande do Sul: UFRGS EDITORA, 2003.

HERMANN, Arthur. *A idéia de decadência na história ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

IANNI, Octavio. *O jovem radical*. In: *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

KAUFFMAN, Pierre. *Dicionário de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

KOTHE, Flávio R. *O cânone Imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985

KURLANSKY, Mark. *1968: O ano que abalou o mundo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LOPES, MARCOS. *A História recente do Movimento Estudantil Universitário piauiense*. IN: *ALMANAQUE DA PARNAIBA*. Teresina, 1995.

LOWY, Michael e Sayre, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MACHADO, Otávio Luiz e FILHO, Michel Zaidan (Orgs.). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: Editora Universitária-UFPE, 2007.

MAIA Jr., Edmilson Alves. *Memórias de luta: ritos políticos do Movimento Estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969)*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro. LCT, 1999.

MARTINS, Luciano. *A “geração AI-5” e Maio de 68: duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro: Livraria Argumento, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. *1968: faz trinta anos*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos, SP: Editora da Universidade Católica de São Carlos, 1988.

MARX, Karl. *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Krugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1992.

*MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

MERQUIOR, José Guilherme. *O repensamento da revolução*. In: FURET, François e OZOUF, Mona. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *a Revolução de 1930 no Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

. *A cidade sob fogo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

PINTO, Ary Costa e MONTEIRO, Marianna Francisca Martins. *Rememorex: uma rebeldia necessária*. Disponível em [www.sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com](http://www.sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com).

POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

POLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

PROST, Antoine. *Fronteiras e espaços do privado*. IN: PROST, Antoine e VINCENT, Gérard. *História da Vida Privada: da Primeira Guerra Mundial aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÀ, Jair Ferreira de (org.) *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961- 1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

\_\_\_\_\_. *Classes sociais e representação*. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. *Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI,

Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

RUSEN, Jorn. *A razão histórica*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

SAES, Decio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

\_\_\_\_\_. *República do capital*. São Paulo: BoiTempo Editorial, 1991.

SALDANHA, Alberto. *UNE: o mito do Poder Jovem*. Alagoas: EDUFAL, 2005.

SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. *A invenção da UFPI: elementos estruturantes e interfaces de poder*. IN: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). *Histórias de vários feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Doma Barreto, 2001

SCHARWZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SEGANFREDDO, Sonia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Editora GRD, 1963.

SILVA, Marluca Valeria. IN: *DCE Livre – 30 anos*. Teresina: Fundação Quixote/Coordenadoria de Comunicação do Governo do Estado do Piauí (CCOM), 2009.

SOUZA, Francisca Mendes de; BOMFIM, Maria do Carmo Alves do; PEREIRA, Maria das Graças Moita R. (Org.). *Presente do passado*. A Faculdade Católica de Filosofia na história da educação no Piauí. Teresina: EDUFPI, 2004.

SOUZA, Daniel e CHAVES,, Gilmar. *Nossa paixão era inventar um novo tempo: 34 depoimentos de personalidades sobre a resistência à ditadura militar*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1999.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Dados Estatísticos*. Brasília, 2000, 7 vls.

VALE, Maria Ribeiro do. *1968, o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. São Paulo: Editora Thesaurus, 1998.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *A questão da Universidade*. São Paulo: Cortez, 1996.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.

WIGGERSHAUSS, Rolf. *A escola de Frankfurt: História, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

ZAPPA, Regina e SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.,

## **TESES E DISSERTAÇÕES**

CARVALHO, Maria do Amparo Alves. *História e repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina: Universidade Federal do Piauí (UFPI-CCHL), 2006 (Dissertação de Mestrado).*

CAVALCANTE JUNIOR. *Juventude em movimento: um estudo sobre a constituição do Movimento Estudantil como categoria histórica*. Teresina: Universidade Federal do Piauí (UFPI-CCHL), 2007 (Dissertação de Mestrado).

CAVALARI, Maria Feiteiro. *Os limites do Movimento Estudantil – 1964-1980*. Campinas, SP: Universidade de Campinas (UNICAMP – FE )

PASSOS, Guiomar. *A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense*. Brasília, Universidade de Brasília (UNB-PPG/SOL), 2003.

PELICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis nos anos 70*. Campinas, SP: Universidade de Campinas (UNICAMP - IFCH), 1997 (Dissertação de Mestrado).

SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP-FFLCH), 2007 (Dissertação de Mestrado)..

SUDÁRIO, Ana Rosa. *Falas, Imagens, escritos e risos: Movimento Estudantil Universitário em Teresina*. Teresina: Universidade Federal do Piauí (UFPI-CCHL), 2008 (Dissertação de Mestrado).

## **DISCOGRAFIA**

ENGENHEIROS DO HAWAII. *Longe demais das capitais*. RCA .1986.

ENGENHEIROS DO HAWAII. *A revolta dos dândis*. RCA. 1987.

CAZUZA. *Burguesia*. Polygram. 1989.

**FILMOGRAFIA**

(MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL) OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL. Direção: Silvio Tendler, 2007.

(MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL) O AFETO QUE SE ENCERRA EM NOSSO PEITO JUVENIL. Direção: Silvio Tendler, 2007.

HERCULES 56. Direção: Silvio Da-Rin, 2007.

DCE-LIVRE: 30 anos. Direção: Sérgio Fontenelle, 2009.



## **FONTES**

### **I JORNAIS DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA E COMERCIAL**

O TEMPO. Teresina, 11 de outubro de 1935, p. 3-4

O TEMPO. Teresina, 11 de outubro de 1936.

O TEMPO. Teresina, 24 de agosto de 1937.

FOLHA DA MANHÃ. Teresina, 10 de abril de 1958.

FOLHA DA MANHÃ. Teresina, 28 de agosto de 1958, p. 5.

JORNAL DO PIAUÍ. Teresina, 06 de julho de 1958

JORNAL DO PIAUÍ. Teresina, 24 de julho de 1958.

JORNAL DO PIAUÍ. Teresina, 28 de agosto de 1958.

JORNAL DO COMÉRCIO. Teresina, 13 de novembro de 1960.

CIDADE DE TERESINA . Teresina, 18 de agosto de 1962

O DIA. Teresina, 23 de setembro de 1962.

O DIA. DUARTE, Foseca. *O comunismo das oposições coligadas*. Teresina, 26 de setembro de 1962. p. 4.

O DIA . Teresina, 07 de outubro de 1962.

O DIA. Teresina, 02 de junho de 1963.

O DIA. Teresina, 06 de agosto de 1963.

O DIA. Teresina, 06 de outubro de 1963, p. 4.

O DIA. Teresina, 12 de janeiro de 1964.

O DIA. *Centro Popular de Cultura*. Teresina, 16 de janeiro de 1964, p.6.

O DIA. Viajantes. Teresina, 16 de janeiro de 1964, p. 6.

O DIA. Teresina, 04 de fevereiro de 1964.

O DIA . Teresina, 15 de fevereiro de 1964.

O DIA. Teresina, 28 de março de 1964.

O DIA. Teresina, 31 de março de 1964.

O DIA. Teresina, 05 de abril de 1964.

O DIA. Teresina, 09 de abril de 1964.

O Dia Teresina, 10 de abril de 1964, p.4.

O DIA. Teresina, 14 de Abril de 1964, p. 1-4.

O DIA. *Piauienses universitários em Brasília fundam a Associação dos Universitários Piauienses em Brasília*. Teresina, 28/29 de agosto de 1966.

O DIA. *Nota Oficial do Diretório Acadêmico "João XXIII"*. 06 de agosto de 1968, p.3.

O DIA. Teresina, 09 de agosto de 1968, p. 2.

O DIA. Teresina, 10 de agosto de 1968, p 5..

O DIA. Coluna Universitária. Teresina, 10 de agosto de 1968, p. 8.

O DIA. *Grêmio João XXII: nota ao público*. Teresina, 13 de agosto de 1968, p. 5.

O LIBERAL. Teresina: 11 de agosto de 1968, p. 7.

O DIA (EDITORIAL). *Expectativa da Universidade*. Teresina, 25 de outubro de 1968.

O DIA. *Estudantes debatem: Universidade do Piauí*. Teresina, 15/16 de Novembro de 1968, p.1.

O DIA. CASTELO BRANCO, Carlos. *Teresina na distância*. Teresina, 16 de dezembro de 1968, p.5.

O DIA. O DIA *Juiz proíbe menor estudante em manifestação política*. Teresina, 08 de janeiro de 1969.

O DIA. Teresina, 25 de fevereiro de 1969.

O DIA. Teresina, 15 de março de 1969.

O DIA. *Bacanais e orgias nos congressos estudantis*. Teresina. 23 de março de 1969, p. 7.

O ESTADO. *Universitários vão a Brasília conseguir a Casa do Estudante*. Teresina, 24/25 de março de 1979, p.4.

O DIA. Teresina, 26 de março de 1969.

O Dia. *Universitário encontra morte após atropelar popular*. Teresina, 8 de abril de 1979, p. 1.

O Dia. *"Travessia": vitória confirmada*. Teresina, 8 de junho de 1979, p. 3

O ESTADO. *Diretório da UFPI recebeu hoje novos diretores*. Teresina, 17 de junho de 1978, p.4.

O DIA. *Estudantes articulam movimento*. Teresina, 19 de abril de 1979. p. 6.

O ESTADO. *Fonseca nega apoio da Arena Jovem nas eleições*. Teresina, 17 de maio de 1979, p. 7.

O ESTADO. *Os Jovens e a UNE*. Teresina, 30 ago.1979, p.5

O DIA. CAMPOS, Moací Madeira. *Mensagem ao estudante piauiense*. IN:. Teresina, 7 de setembro de 1979, p.2.

O ESTADO. *DCE continua em poder do mesmo grupo estudantil*. Teresina, 24 de maio de 1980, p. 4.

O DIA. *No campus uma passeata contra poeira*. Teresina, 21 de junho de 1980, p.11.

O DIA. Teresina, 3 de setembro de 1980, p.8.

O ESTADO. *Posição*. Teresina, 9 de setembro de 1980, p. 2.

O ESTADO. *Tumulto na reunião dos estudantes*. Teresina, 10 de setembro de 1980, p.4.

A HORA. *Figueiredo critica a greve e acusa a universidade*. Teresina, p.2, 13 set. 1980, p.5

O DIA. Teresina, 13 de setembro de 1980, p. 7.

A HORA. *Lider jovem diz que a greve foi farsa*. Teresina, 19 de setembro de 1980, p. 2.

JORNAL DA MANHÃ. *Reitor colabora com viagem de estudantes*. Teresina, 8 de outubro de 1980, p.4

JORNAL DA MANHÃ. Teresina, 9 de abril de 1981, p. 5.

O ESTADO. *A Greve Universitária*. Teresina, 10 de abril de 1981, p. 4.

O ESTADO. *A Greve fracassada*. Teresina, 11 de abril de 1981, p.3

O ESTADO. *Presidente do DCE diz que há divergência*.,Teresina, 24 de novembro de 1981, p. 5.

O ESTADO. *Estudantes pedem cabeça do presidente do DCE* Teresina, 23 de novembro de 1981, p. 4.

O ESTADO. NASCIMENTO, Pedro Alcântara. *O bacanal de Cabo Frio*. Teresina, 26 de novembro de 1981

O DIA .*Greve boba*. Teresina, 27 de abril de 1982, p.2.

O DIA . *Vitória da Unidade*., Teresina, 29 de abril de 1982, p.3.

## II LEIS E DOCUMENTOS OFICIAIS

- BRASIL. Lei 4.464. "Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências." Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 9 de novembro de 1964.

- BRASIL. Ministério da Educação. RELATÓRIO CAPES, 1965.

- BRASIL. Decreto-Lei 477. “Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 26 de fevereiro de 1969.
- BRASIL. Lei 5.528. “Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. Diário Oficial República Federativa do Brasil. Brasília, 20 de agosto de 1969.
- CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA. Lei Municipal Nº 64, de 30 de março de 1949. “ Dispõe sobre reonhecimento da Casa do Estudante Pobre do Piauí como Insituição de Utilidade Pública e dá outras providências.
- CÂMARA DE MUNICIPALTERESINA. Lei Municipal N 81, de 21 de julho de 1949. "Dispõe sobre o reconhecimento da Carteira Estudantil como documento de identificação em recintos públicos e privados e dá outras providências.
- CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA, Resolução nº 114, de 11 de abril de 1964. “Dispõe sobre a cassação do vereador Jesualdo Cavalcanti Barros e dá outras providências”.
- DOPS-PR. Pasta 2085 (UNE-XXVII Congresso, Belo Horizonte, 1967).
- DOPS-PI. Relatório, 23 de outubro de 1969.
- RELATÓRIO DA GUARNIÇÃO FEDERAL DE TERESINA, 8 de agosto de 1964.
- ESTADO DO PIAUÍ. Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí. Portaria 4, de 11 de Janeiro de 1982. “Dispõe sobre regulamentação de locais , horários e condições para a realização de concentrações populares no perímetro urbano de Teresina”.

## **II PERIÓDICOS E DOCUMENTOS ESTUDANTÍIS**

- ESTATUTOS DO CENTRO ESTUDANTAL PIAUIENSE. Teresina, Piauí, 1935.
- A VOZ DO ESTUDANTE. Órgão Oficial do Grêmio Lítero-estudantil do Ginásio Leão XIII, Teresina, DEZEMBRO DE 1952.

- CONTRAPESO. Teresina, Julho de 1958
- AVANTE (Órgão do Grêmio Litero-Cultural “Arimathéa Tito” do Colégio Estadual Do Piauí ) - Edições 1 a 6, 1959-1962.
- TRIBUNA SECUNDARISTA ( Órgão Oficial da União Piauiense dos Estudantes Secundaristas) Teresina, Piauí -Edições 1 a 7, 1959-1960.
- Nota Oficial da Assembléia Geral Extraordinária do Diretório Acadêmico “João XXIII”, a Faculdade Federal de Direito do Piauí. 07 de agosto de 1968, s/p
- DIRETÓRIO ACADÊMICO “JOÃO XXIII” . Telegrama Oficial Urgente. Teresina, 7 de agosto de 1968.
- ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO DIRETÓRIO ACADÊMICO “JOÃO XXIII” DA FACULDADE FEDERAL DE DIREITO DO PIAUÍ. Teresina, 07 de agosto de 1968.
- GEG – Grupo de Estudos Gerais. FOLHETIM DE DIVULGAÇÃO, s/d.
- GEG – Grupo de Estudos Gerais. FOLHETIM CONVOCAÇÃO, UFPI, s/d.
- GEG – Grupo de Estudos Gerais. UFPI .Jornal do Calouro. 1978, s/p
- GEG- Grupo de Estudos Gerais. CADERNO 1: Curso de Desenvolvimento Econômico e Cultural do Piauí. UFPI, Outubro/Novembro de 1978.
- TRAVESSIA. E 1978 CHEGOU. 1978, 1fl.
- O MOMENTO. Teresina, Novembro de 1978, número 2.
- MANIFESTO AO CALOURO. IN: Jornal do calouro. GEG, 1979, s.p.
- AGORA UNE. Manifesto de Reconstrução da UNE. Maio de 1979, s/p.
- OS SETE PONTOS BÁSICOS DA UNE. União Nacional dos Estudantes, agosto de 1979.
- TRAVESSIA –Diagnóstico da UFPI e Carta de Intenções. 1979, s/p
- TRAVESSIA – A impugnação de Fonseca Neto não desfaz Travessia. 1979 1fl.
- UNHA DE GATO – Órgão informativo do DCE-FUFPI. Ano I, Teresina, Novembro de 1979, Número 2.
- SOL- Diretório CCHL UFPI. Teresina, Ano 1, Número 0, Outubro de 1979.

- SOL – Diretório CCHL UFPI. Teresina, Ano 1, Número 1, Novembro de 1979.
- UNHA DE GATO – Jornal do Calouro (Edição Especial). DCE-UFPI, Março de 1980, Número 3, s/p.
- JORNAL OVAÇÃO –Por um Piauí Melhor. Parnaíba (PI), Abril de 1980, Ano III, Número 28.
- JORNAL DO CENTRO ACADÊMICO DE ECONOMIA DA UFPI. Teresina, UFPI, maio de 1980
- MANIFESTO. Diretório Central dos Estudantes – DCE-UFPI, Diretórios Setoriais, Centro Acadêmico de Economia, Comissões Pró-Centros Acadêmicos. UFPI, 1980, s.p.
- NOSSA VOZ – Continuar a Luta. Junho de 1982 ( Material de Campanha).
- UNHA DE GATO – Jornal para o Calouro . DCE-UFPI, 1981, s/n, s/p.
- JORNAL DA ENGENHARIA – Órgão informativo do C. A. de Engenharia Civil. CCHL, UFPI, Ano 0, Número I, Março de 1982.
- VOTE ESPINHO DCE 83: Esporte, cultura e democracia. UFPI, 1983. (MATERIAL DE CAMPANHA)
- UNHA DE GATO – Jornal do DCE-UFPI (Filiado a UNE). Ano V, Teresina, Março de 1983, Número II.
- VOTE NASCENTE DCE/84. UFPI, 1984 (MATERIAL DE CAMPANHA)
- CHAPA DIRETAS JÁ PARA O DCE 84. UFPI, 1984 (MATERIAL DE CAMPANHA).
- COMITÊ ESTADUAL PRÓ-ELEIÇÕES DIRETAS. *Traidores do Povo*. Teresina, 29 de abril de 1984.

### III OUTROS PERIÓDICOS

- O DOMINICAL. DIAS, PE. Isidoro. *Cruzar os braços é crime*. 23 de março de 1969.

### IV SITES CONSULTADOS

[www.sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com](http://www.sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com), acessado em 10/04/2009